

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSERVAÇÃO DA FAUNA
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

CAIO HENRIQUE DE ARAÚJO BISSA

**Educação ambiental no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (São Paulo-SP):
articulação entre programas educativos, população do entorno e plano de manejo**

São Carlos
Março de 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSERVAÇÃO DA FAUNA
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

CAIO HENRIQUE DE ARAÚJO BISSA

**Educação ambiental no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (São Paulo-SP):
articulação entre programas educativos, população do entorno e plano de manejo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Conservação da Fauna como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre Profissional em Conservação da Fauna, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Haydée Torres de Oliveira.

São Carlos
Março de 2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A623e Araújo-Bissa, Caio Henrique de
Educação ambiental no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (São Paulo-SP) : articulação entre programas educativos, população do entorno e plano de manejo / Caio Henrique de Araújo-Bissa. -- São Carlos : UFSCar, 2016.
193 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

1. Unidade de conservação. 2. Áreas protegidas. 3. Participação. 4. Atividades educativas. 5. Gestão ambiental. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Caio Henrique de Araújo Bissa, realizada em 11/03/2016:

Profa. Dra. Haydée Torres de Oliveira
UFSCar

Profa. Dra. Rosana Louro Ferreira Silva
USP

Profa. Dra. Ariane Di Tullio
Fubá

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Haydée Torres de Oliveira, a qual possibilitou que nesses dois anos de mestrado eu pudesse aprender, me aprofundar e me formar um profissional mais completo, mais preparado, não somente para o mercado de trabalho, mas para a vida. Obrigado por compreender quem sou, sempre com paciência e oferecendo a calma necessária que me faltou em alguns momentos.

Agradeço a Fundação Parque Zoológico de São Paulo por ter aberto suas portas para mim. Preciso agradecer ao Zoo, não apenas por estes últimos dois anos, mas pelos cinco anos que passei neste local. O Zoo possibilitou que eu tivesse minha primeira experiência profissional, bem como com a educação ambiental, nas quais pude crescer profissionalmente e pessoalmente, pude ver o quanto à educação ambiental é importante e o quanto ela faz parte de mim e da minha vida. Gostaria de agradecer especialmente a equipe da Divisão de Educação e Difusão (DED) que me acompanhou durante toda essa trajetória, Kátia, Inaiá, Fátima, Gilmara, Juçara, Flávia, Renato, Bruno, Lilian, Catia Melo, Carol, Thiago, Bruna, Rafael e todas/os as/os estagiárias/os que estavam comigo em todas as fases desse caminho, vocês me ensinaram muito para toda a minha vida.

Obrigado às pessoas que compuseram a banca da defesa, Dr.^a Ariane Di Tullio e Prof.^a Dr.^a Rosana Louro, e aquelas que não puderam estar presentes, Dr.^a Mayla Valenti, Dr.^a Isis Morimoto e Prof. Dr. Amadeu Logarezzi, suas contribuições enriqueceram esta dissertação.

A todas as pessoas que participaram desta pesquisa, compartilhando informações, sonhos e partes de suas vidas comigo. Obrigado pela confiança, pela ajuda e pelo tempo que me forneceram para falarmos sobre o PEFI.

A todas/os as/os professoras/es com quem realizei disciplinas durante esses dois anos, pertencentes ou não do Programa de Pós-graduação em Conservação da Fauna, todas/os vocês realmente contribuíram para minha formação.

A minhas/meus colegas mestrandas/os da turma de 2013 e 2015, foi realmente um prazer conhecê-las/los. Gostaria de agradecer especialmente a Camila Martins, mestranda da turma de 2013, que foi uma verdadeira guia durante esses dois anos, foi ela quem me mostrou o quanto este programa de mestrado poderia contribuir para minha formação, quem me auxiliou a encontrar caminhos a seguir e tornar possível esta pesquisa. Outro agradecimento especial vai às/aos minhas/meus colegas mestrandos da minha turma, a de 2014. Caros mestardados, vocês tornaram esses anos inesquecíveis, obrigado por me fazerem rir, aprender coisas diferentes, a relaxar quando era hora e a me concentrar também, a serem ouvidos para desabafos e vozes de apoio, valeu mesmo!

As meninas do Laboratório de Educação Ambiental, Déia, Val, Mayla, Regiane, Lalá, Sara e Ariane, algumas pude conviver mais que outras, mas sempre que estivemos juntos foram momentos muito bons, com conselhos, ideias e risadas. Obrigado Déia e Camila por me abrigarem tantas vezes quando não pude fazer o bate-volta São Carlos-São Vicente, estaria perdido sem vocês.

Ao pessoal do GEPEA, que me trouxeram reflexões, aprofundamentos e ideias que só contribuíram para minha formação e para a realização desta pesquisa.

Finalmente, quero agradecer a minha família e amigos, principalmente minha avó Terezinha, minha irmã Cinthia e meu pai Marcos, além do Leonardo e da Aline, que foram meu grande apoio durante esta e tantas outras fases da minha vida. Vocês me viram feliz, desesperado, forte e fraco e sempre estiveram lá, com certeza não teria conseguido sem vocês. Muito obrigado a todas/os vocês!

RESUMO

Desde o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a participação da sociedade na gestão das unidades de conservação (UCs) é garantida, ressaltando sua grande importância. A educação ambiental (EA) contribui para que as UCs possam garantir a conservação da biodiversidade, estando presente em ações com visitantes e com a população do entorno, bem como permeando processos de gestão de maneira a torná-la participativa. Neste contexto, esta pesquisa teve como área de estudo o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI). O PEFI é uma UC com peculiaridades, pois em seu interior há a presença de instituições como, por exemplo, a Fundação Parque Zoológico de São Paulo, o Jardim Botânico de São Paulo e o Parque Cientec, que são responsáveis pela visitação à área. Dessa maneira, os objetivos da pesquisa foram compreender a elaboração e realização das atividades educativas nas instituições que compõem o PEFI; identificar como tem sido a participação da população do entorno na UC; identificar a percepção de gestoras/es, educadoras e população do entorno quanto ao PEFI; e gerar subsídios para a elaboração de uma proposta educativa integrada, a partir de metodologias participativas. A pesquisa teve abordagem qualitativa, sendo a coleta de dados realizada a partir de entrevistas com as educadoras responsáveis pelos programas educativos das instituições no PEFI, população do entorno e gestoras/es da UC, bem como a partir da observação direta de reuniões do conselho gestor do PEFI. Em um segundo momento, realizamos um encontro entre as pessoas participantes da pesquisa, por meio da metodologia do Café ComPartilha, para estimular diálogo entre essas pessoas e realizar análises sobre a EA no plano de manejo e sobre a criação de um programa de EA integrado entre as instituições. A partir dos dados, os principais resultados encontrados foram, com relação à percepção quanto ao PEFI, que a maioria das pessoas não vê a UC como um todo, há separação entre o que são as instituições no PEFI e o que é a UC. Apesar disso, a população do entorno tem uma percepção positiva do PEFI, preocupando-se com sua conservação. A participação da população do entorno existe apenas por meio de representação no conselho gestor da UC. A população não participou efetivamente da elaboração e atualização do plano de manejo do PEFI, até o momento da pesquisa. As atividades educativas atualmente em funcionamento não são voltadas diretamente para a população do entorno, elas são desenvolvidas individualmente por cada instituição e tem como foco suas/seus visitantes. Dentre as temáticas das atividades, o PEFI não é a principal em praticamente nenhuma delas, estando mais presente em um museu no Jardim Botânico de São Paulo e em um espaço educador na Fundação Parque Zoológico de São Paulo. A gestão do PEFI não se envolve diretamente com os programas educativos que ocorrem na área, sendo eles de responsabilidade das instituições que os desenvolvem. A busca pela integração das atividades educativas no PEFI não é um elemento claro no plano de manejo, que não oferece ferramentas para sua realização, além disso, essa integração apresenta barreiras para sua concretização, no entanto, as pessoas envolvidas têm interesse que ela aconteça, sugerindo que a elaboração das atividades seja realizada de maneira coletiva, incluindo instituições, gestão e população do entorno. Finalmente, a falta de uma identidade do PEFI como UC aparenta ser o principal fator que determina a dinâmica de todas as atividades no PEFI. Esse fator pode ser amenizado a partir de maior diálogo entre os diferentes grupos. Esperamos que a pesquisa contribua na busca pelo fortalecimento do PEFI, principalmente por meio da EA, de maneira a garantir sua conservação.

Palavras-chave: Unidade de conservação, Áreas protegidas, Participação, Atividades educativas, Gestão ambiental.

ABSTRACT

Since the Brazilian National System of Conservation Units, the society participation in management of protected areas (PAs) is guaranteed and emphasized as an important issue. Environmental education (EE) contributes to the PAs so that they can ensure biodiversity conservation, being present in actions with visitors and the surrounding population and in management processes in order to make them participative. In this context, this research studied the Fontes do Ipiranga State Park (PEFI). The PEFI is a different PA, because inside its area there are institutions such as the São Paulo Zoo, the São Paulo Botanical Garden and the Cientec Park, responsible for visitation in the area. Thus, the research objectives were to understand the development and implementation of educational activities in the institutions at PEFI; identify the participation of local communities in activities at the PA; identify the perception of managers, educators and local communities towards PEFI; and support for the preparation of an integrated educational project, using participatory methodologies. The research had a qualitative approach with data collection conducted through interviews with educators responsible for the EE programs of the institutions at PEFI, people from local communities and managers, as well as from the direct observation of the PA council meetings. In a second step, we held a meeting with the research participants, using the Café ComPartilha methodology (based on World Café methodology), to stimulate dialogue between these people and carry out analyzes of the EE described in the management plan and the implementation of an integrated EE program. The main results of the research were that, regarding the perception about PEFI, most people do not see the PA as a whole; they see the institutions at PEFI as different matters and not related to the PA. Nevertheless, people from local communities have positive perceptions towards PEFI, such as a concern for its conservation. The participation of local communities exists only through representation on the PA management council. The population did not effectively participate in the elaboration and updating of the PEFI's management plan until the moment when this survey happened. EE activities currently in operation do not have people from local communities as their main public, they are developed individually by each institution and focus only on their visitors. PEFI is not the main theme hardly in any of the activities, being more present in a museum at São Paulo Botanical Garden and in an exposition at São Paulo Zoo. The PEFI's managers are not involved directly with the EE programs that take place in the area; this is a responsibility of the institutions that develop them. The search for the integration of educational activities at PEFI is not a clear element in the management plan, which offers no tools for its realization; in addition, there are political barriers to the implementation of an EE integrated program. However, people involved in this research showed interest in that, suggesting that the formulation of the activities should be performed collectively, including institutions, managers and people from local communities. Finally, the lack of an identity of PEFI as a PA proves to be the main factor influencing the dynamics of activities that occur in the area. This factor can be mitigated from greater dialogue between the different groups. We hope that the research will help strengthening PEFI, mainly through EE, in order to ensure its conservation.

Key-words: Conservation unit, Protected area, Participation, Educational activities, Environmental management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vista aérea do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga.	50
Figura 2. Vista aérea do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga com destaque às instalações das instituições em seu interior e do Centro de Exposições Imigrantes.	52
Figura 3. Instrumentos de coleta de dados e sua relação com os objetivos da pesquisa.	62
Figura 4. Atividades educativas na FPZSP que podem abordar a temática do PEFI (esquerda para direita): apresentação com animal nativo da Mata Atlântica no Espaço “Vida de Bicho”, apresentação didática em frente a recinto de um animal, placas do Espaço Educador “Na trilha da Kinha” que tratam de UCs e do PEFI.	69
Figura 5. Trilha dos Ecossistemas no Parque Cientec.	73
Figura 6. Espaços educativos no Jardim Botânico de São Paulo: Trilha da Nascente (foto superior) e Estufas Dr. Frederico Carlos Hoehne (foto inferior).	75
Figura 7. Parte da sala no Museu Botânico que aborda o PEFI, incluindo maquete da área. ...	77
Figura 8. Trechos da Rua Alfenas em Diadema-SP: pista para caminha e proximidade entre o PEFI e casas na região (fotos acima), lixo no interior do parque (foto à esquerda e abaixo), área de lazer (foto à direita e abaixo).	113
Figura 9. Representação gráfica realizada pelas/os participantes do Café Compartilha: mesa 1 (esquerda e acima), mesa 2 (direita e acima, abaixo).	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Principais temas abordados nas dissertações e teses disponíveis no Projeto EArte.....	48
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Informações sobre as/os participantes da pesquisa, indicando o momento de participação.....	63
Quadro 2. Sugestões das educadoras para promover o envolvimento da população do entorno com o PEFI.....	80
Quadro 3. Opinião das educadoras sobre características de um programa educativo para conservação do PEFI.....	81
Quadro 4. A educação ambiental segundo as moradoras e morador entrevistadas/o, de acordo com a classificação de Marpica (2008).....	92
Quadro 5. Funções das unidades de conservação segundo a população do entorno entrevistada.....	94
Quadro 6. Conhecimento da população do entorno entrevistada sobre plano de manejo de UCs.....	95
Quadro 7. Respostas da população do entorno entrevistada quanto ao porquê do PEFI existir.....	98
Quadro 8. Sentimentos despertados pelo PEFI na população do entorno entrevistada.....	99
Quadro 9. Instituições no PEFI visitadas pela população do entorno entrevistada.....	102
Quadro 10. Sentimentos e percepções da população do entorno entrevistada com relação às instituições no PEFI.....	103
Quadro 11. Ações e atividades para promover a integração da população do entorno, instituições e PEFI, segundo as pessoas entrevistadas.....	107
Quadro 12. Sugestões da população do entorno entrevistada para melhoria do relacionamento entre o PEFI, as instituições e a comunidade.....	109
Quadro 13. Conhecimento da população do entorno entrevistada com relação à possibilidade de representação da comunidade nas reuniões do CONDEPEFI.....	110

Quadro 14. Vontade da população do entorno entrevistada em participar das tomadas de decisão do PEFI.....	110
Quadro 15. Principais resultados do Conselho de compromisso segundo as pessoas do entorno entrevistadas envolvidas com o projeto.....	112
Quadro 16. Principais aspectos da gestão do PEFI levantados pelas pessoas entrevistadas..	116
Quadro 17. Principais pontos que necessitam de mais atenção no PEFI segundo as pessoas entrevistadas.....	123
Quadro 18. Principais aspectos da elaboração do plano de manejo do PEFI segundo as pessoas entrevistadas presentes na época.....	129
Quadro 19. Principais aspectos da atualização do plano de manejo do PEFI segundo as pessoas entrevistadas.....	133
Quadro 20. Sugestões das pessoas entrevistadas para o envolvimento da população do entorno com o PEFI.....	136
Quadro 21. Aspectos sobre o modo como a gestão do PEFI trabalha com a EA, de acordo com as pessoas entrevistadas.....	140
Quadro 22. Opiniões das pessoas entrevistadas sobre as atividades de EA em desenvolvimento no PEFI quanto à contribuição para a conservação da UC.....	141
Quadro 23. Sugestões das pessoas entrevistadas sobre possíveis trabalhos educativos no PEFI.....	143
Quadro 24. Características de um programa de EA para a conservação do PEFI de acordo com as pessoas entrevistadas.....	146
Quadro 25. Ações de gestão a serem tomadas no PEFI em um futuro próximo.....	147
Quadro 26. Roteiro seguido para a realização do Café ComPartilha.....	193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

97º DP – 97º Distrito da Polícia Civil de São Paulo
ATD – Análise Textual Discursiva
CAISM - Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental “Dr. David Capistrano da Costa Filho”
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCP – Café ComPartilha
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CONDEPEFI – Conselho de Defesa do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga
COP – Conferência das Partes
DED – Divisão de Educação e Difusão da Fundação Parque Zoológico de São Paulo
EA – Educação ambiental
ENCEA – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação
FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FPZSP – Fundação Parque Zoológico de São Paulo
FUNATURA – Fundação Pró-Natureza
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo
IAG – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBt – Instituto de Botânica de São Paulo
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
IUCN – International Union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza)
JBSP – Jardim Botânico de São Paulo
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
OCA – Laboratório de Educação e Política Ambiental da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo
ONU – Organização das Nações Unidas
PAP – Programa de Aprimoramento Profissional da Fundação Parque Zoológico de São Paulo
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PCT – Parque Cientec
PEFI – Parque Estadual das Fontes do Ipiranga
PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PRONEA – Primeira versão do Programa Nacional de Educação Ambiental
ProNEA – Segunda versão do Programa Nacional de Educação Ambiental
Renurb – Rede Nacional de Unidades de Conservação Urbanas
RIO/ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
SAA – Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCC – Trabalho de conclusão de curso
TNC – The Nature Conservancy
UC – Unidade de conservação

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

USP – Universidade de São Paulo

WWF-Brasil – World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1. INTRODUÇÃO	18
1.1. Áreas protegidas	19
1.2. Áreas protegidas no Brasil	21
1.2.1. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	23
1.2.2. A CDB e o PNAP	28
1.3. UCs em áreas urbanas	30
1.4. Educação Ambiental	33
1.4.1. As vertentes da EA e a EA crítica	36
1.4.2. EA em UCs.....	39
1.4.3. A EA nas UCs e a política brasileira	42
1.4.4. A pesquisa em EA nas UC	46
1.5. O Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI)	48
1.6. Questões da pesquisa	54
1.7. Objetivos	54
1.7.1. Objetivos específicos	55
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
2.1. Coleta de dados	56
2.1.1. A ética na pesquisa.....	56
2.1.2. Entrevistas semiestruturadas e observação direta	57
2.1.3. Café ComPartilha	58
2.2. Análise de dados.....	60
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
3.1. Os programas educativos no PEFI e percepções de suas responsáveis	64
3.1.1. Os programas educativos, o PEFI e seu entorno.....	66
3.1.2. Um programa educativo para o PEFI.....	79

3.2. Os conhecimentos e as percepções da população do entorno	89
3.3. A gestão do PEFI.....	114
3.4. O Café ComPartilha: construindo uma visão compartilhada da EA no PEFI.....	148
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICES	188

APRESENTAÇÃO

É incrível como a vida nos leva para lugares inesperados, sempre uma caixinha de surpresas. Gostaria de começar esta dissertação relatando um pouco dos caminhos que percorri e que me fizeram quem sou hoje. Olhando para trás, sempre que penso na infância, lembro-me das brincadeiras que eu e minha irmã tínhamos. A que eu mais gostava era de brincar de escolinha e, sendo o irmão mais velho, eu era sempre o professor. Desde pequeno sempre gostei de ensinar e se vinha aquela pergunta que sempre fazemos às crianças, o que você quer ser quando crescer, minha resposta era na ponta da língua: professor. Esse era o momento no qual os adultos normalmente me diziam que eu ia morrer de fome e que ser professor no Brasil não dá dinheiro. Mas, mesmo assim eu dizia que não ligava, afinal era realmente uma paixão minha. Um pouco mais para frente, já com uns 12 anos, comecei a ter aulas na disciplina de Ciências sobre animais. Fiquei fascinado por aquilo, talvez um pouco ao contrário do esperado, porque gostava mesmo de saber sobre os animais e explicar sobre eles, eu nunca fui daquelas crianças que são super aventureiras e exploradoras, eu nunca saí por aí pegando bichos e tudo mais, mas saber sobre os animais despertou uma vontade grande: ser biólogo, mas para poder ensinar biologia. Depois de um tempo mudei de ideia (algo normal) querendo ser jornalista, mas tudo voltou quando no Ensino Médio tive uma professora ótima de biologia que ministrava qual parte da disciplina? Os animais. Lá estavam eles de novo me provocando a repensar minha decisão de ser jornalista e, dito e feito, eles tinham razão, ao fim do 2º ano do ensino médio estava com decisão tomada: eu queria ser biólogo.

Fiz minha graduação, entre 2007 e 2012 na UNESP de São Vicente-SP, cidade onde moro desde os seis anos de idade. Resolvi permanecer na minha cidade por uma série de motivos e, por conta disso, ao contrário do que se esperaria, me formei bacharel e não licenciado em Ciências Biológicas. Durante esse período, tentei ao máximo me aproximar da educação dando aulas no cursinho comunitário da faculdade. Descobri a educação ambiental (EA) como um caminho para ligar minha formação com minha paixão, mas na época não existiam projetos de EA disponíveis para participação na faculdade e acabei optando em tentar trabalhar primeiro com vegetais e depois com mamíferos. Iniciei em 2010 meu primeiro TCC que versava sobre a abundância de lontras neotropicais.

Como disse no começo, a vida nos leva a locais inesperados. Em um dia comum, sentado conversando com colegas de sala, uma delas conta que iniciou um estágio no Zoológico de São Paulo. Fiquei curioso, pois sabia que esse zoológico tinha trabalhos de EA.

Descobri como fazer, prestei a prova da FUNDAP, fui bem e começou a espera. Um ano de espera até a abertura da vaga, mas consegui. Em fevereiro de 2011, já formado, porém fazendo a segunda habilitação (possibilidade que a UNESP São Vicente permite, sendo as habilitações em Biologia Marinha e Gerenciamento Costeiro) estava eu começando o estágio em EA no Zoológico de São Paulo. E foi aí que tudo mudou de novo. Foi o momento no qual, depois de quatro anos de graduação, realmente me encontrei, senti que aquele era meu caminho, que eu estava fazendo o que realmente gosto. Para terminar a segunda habilitação, havia a necessidade de outro TCC, dessa vez não tinha mais dúvidas, precisava ser com EA. Pedi para a Kátia Rancura que fosse minha orientadora, para trabalharmos com EA em Zoológicos. Depois de diversas burocracias, conseguimos, fizemos uma pesquisa sobre o perfil dos visitantes do Zoológico de São Paulo, que serviria para o embasamento da elaboração e atualização das atividades educativas (ARAÚJO-BISSA, 2012).

Nessa mesma época, foi aberto o processo seletivo para o Programa de Aprimoramento Profissional (PAP) no Zoo, prestei para a área de EA e consegui! Então, de agosto de 2012 a julho de 2014, fui biólogo aprimorando em educação para conservação no Zoológico de São Paulo. Foi um período de diversos aprendizados, tanto na área de EA, como aprendizado pessoal e profissional e que teve como um de seus resultados a pesquisa sobre as percepções dos visitantes do Zoológico de São Paulo, relacionando aspectos dos recintos e animais com reações dos visitantes, bem como opiniões e lembranças dessas pessoas (ARAÚJO-BISSA, 2014).

No final de 2013, foi aberto o edital para a seleção para o mestrado profissional em conservação da fauna. Após conhecer a primeira turma, em especial a então mestrande Camila Martins, que trabalhava com pesquisa em EA, vi neste mestrado um caminho a seguir, pois permitiria que continuasse trabalhando com EA, e por seu caráter diferenciado sendo profissional, na qual as disciplinas realizadas teriam um enfoque para o mercado de trabalho e no final poderiam ser elaboradas, além da dissertação convencional, protocolos de manejo, planos de ação, materiais didáticos, entre outros. Assim, comecei uma jornada dupla, ao mesmo tempo como mestrando e aprimorando no Zoológico de São Paulo, até a metade de 2014.

Depois dessa trajetória no Zoológico de São Paulo, senti a necessidade de um olhar mais amplo para essa região. Na verdade, o Zoológico de São Paulo e outras instituições, como descreveremos mais a frente, estão inseridos dentro de uma unidade de conservação (UC), o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI). Então, com um olhar mais amplo, envolvendo toda essa grande área, mais especificamente a EA que ali ocorre,

parti junto de minha orientadora, a Profa. Dra. Haydée Torres de Oliveira, para esta pesquisa que aqui lhes apresento seus resultados, com a expectativa de que a partir dela o PEFI possa cada vez mais avançar em seus trabalhos, tornando-se uma UC que possa ser considerada um exemplo de sucesso.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisarmos as UCs brasileiras, podemos verificar as mudanças relacionadas às suas finalidades, caminhando de áreas isoladas servindo apenas para o deleite da sociedade devido sua beleza cênica, para locais apenas para a conservação e seguindo para uma maior integração com seu entorno (BENSUSAN, 2006). Nessa caminhada, a participação da sociedade passa a ser um elemento importante no contexto das UCs. Participação, segundo Loureiro, Azaziel e Franca (2003) “é um processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo”. Assim, o envolvimento de diferentes grupos sociais nos processos relacionados às UCs vem sendo cada vez mais enfatizado, pois pode beneficiar as áreas protegidas, possibilitando que possam cumprir seus objetivos de conservação, mas também desempenhar um papel importante no desenvolvimento de seu entorno (MUSSI, 2007; NEIVA et al., 2013). Para garantir esta participação, foram criados espaços que permitem o envolvimento de diversos grupos da sociedade nos momentos de criação, implementação e gestão das UCs, de maneira a tornar esses processos mais democráticos, bem como permitindo o controle social sobre as UCs (MACEDO, 2007; LOUREIRO; CUNHA, 2008).

A educação ambiental (EA) também se torna um elemento importante nas UCs brasileiras, sendo que muitos destes locais passam a desenvolver ações com visitantes, escolas e com a população do entorno da UC principalmente para que exista o despertar de sentimentos positivos para com a área e a compreensão de sua importância (ROCHA, 1997; PADUA, 2012). Além disso, a EA pode permear a gestão das UCs, de maneira a possibilitar que as pessoas envolvidas possam ter a formação necessária para participar tanto individual como coletivamente das tomadas de decisão, como também, tornando a gestão mais democrática (QUINTAS, 2003).

Considerando a importância da participação da sociedade, mais especificamente da população do entorno das UCs em seus diferentes processos, bem como o potencial que a EA tem para formar cidadãs e cidadãos que possam compreender a realidade

que os cerca e tomar atitudes para que exista mudança no modo em que são estruturadas as relações da sociedade, principalmente quando enfocamos as questões socioambientais (CARVALHO, 2004), buscamos nesta pesquisa compreender o desenvolvimento dos programas educativos em uma UC urbana no município de São Paulo e, também, identificar como tem sido a participação da população do entorno tanto nestes programas quanto na gestão da área.

A UC em questão é o PEFI, que apresenta uma configuração diferenciada de outras UCs de sua categoria, pois em seu interior encontram-se algumas instituições ligadas ao Governo do Estado, incluindo o Jardim Botânico de São Paulo (JBSP), a Fundação Parque Zoológico de São Paulo (FPZSP) e o Parque Cientec (PCT). Estas três instituições desenvolvem projetos educativos na área, os quais serão analisados nesta pesquisa, com o enfoque em ações que tratem a respeito do PEFI ou que envolvam a população do entorno. Além disso, a gestão do PEFI, principalmente o trabalho de seu conselho gestor, também será analisada sempre com o olhar para a EA e para a participação da população do entorno nesse processo.

Assim, iniciaremos este texto trazendo uma contextualização histórica e conceitual dos principais elementos relacionados às temáticas desta pesquisa, como as áreas protegidas e UCs brasileiras e sua legislação, UCs urbanas, a EA e seu desenvolvimento nas UCs, entre outros assuntos. Em seguida, faremos a caracterização da área de estudo, apresentaremos as questões e os objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada, os resultados e discussões, e algumas considerações finais.

1.1. Áreas protegidas

A relação do ser humano com a natureza tem mudado ao longo dos tempos. Hoje, principalmente devido ao modelo econômico das sociedades urbano-industriais, cada vez mais recursos essenciais à vida têm começado a se esgotar. Estamos vivendo uma crise ambiental, uma crise global, que desencadeou processos incompatíveis com a sustentabilidade da produção e com a própria vida (LEFF, 2014). Assim, a busca e a utilização de estratégias para mitigar os impactos causados pelos seres humanos se fazem necessárias. A criação de áreas protegidas, uma dessas possíveis estratégias, tem sido um recurso para possibilitar a conservação da biodiversidade, especialmente em países considerados em desenvolvimento (BENSUSAN, 2006; DIEGUES, 2008).

Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) as áreas protegidas podem ser definidas como:

espaços geográficos claramente definidos, reconhecidos, dedicados e geridos por instrumentos legais ou outros meios eficientes, que visam conservar, em longo prazo, a natureza, os serviços associados aos ecossistemas e os valores culturais (DUDLEY, 2008).

Este, na verdade, é um conceito bastante atual. Ele traz o reflexo de inúmeras mudanças de pensamento ocorridas ao longo do último século com relação ao modo mais adequado para a efetiva conservação da biodiversidade, destacando-se dois pontos que diferem de sua concepção original: a importância dos recursos para os seres humanos e a valorização da cultura. Uma ideia que vem se propagando há algum tempo entre os conservacionistas é que há grande importância na colaboração das populações que vivem próximas às áreas protegidas para que um manejo realmente efetivo possa ser estabelecido (BRANDON; WELLS, 1992). Além disso, para ampliar a possibilidade de sustentação destes locais é interessante conjugá-los com as necessidades sociais e econômicas da região (DEBETIR, 2006).

Essa mutabilidade do conceito de áreas protegidas está ligada ao fato destes locais serem uma resposta da sociedade às ameaças à natureza, e como esta sociedade está em constante mudança, isso é também representado nas perspectivas sociais das áreas protegidas e valores estabelecidos para conservação (MCNEELY, 1998¹ apud HIRATA, 2013). Além disso, o termo áreas protegidas engloba hoje uma série de locais com diferentes tipos de manejo, desde lugares protegidos onde não é permitida a presença humana, ou ainda, onde apenas a visitação é permitida, até áreas onde a conservação está integrada ao modo de vida tradicional ou com extrativismo sustentável (DUDLEY, 2008).

A importância das áreas protegidas está no fato de permitirem a proteção da biodiversidade e recursos genéticos associados, bem como, com um enfoque nos seres humanos, regulação da qualidade e quantidade de água, fertilidade de solos e estabilidade de encostas, equilíbrio climático e qualidade adequada do ar, fornecimento de alimentos, produtos para produção de medicamentos, serem áreas que permitem o lazer, a educação, cultura e expressão da religião, e fornecimento de matéria-prima para inúmeras produções (WWF-BRASIL, 2008).

Com relação à concepção inicial desta estratégia para conservação, um evento que pode ser considerado como marco de seu início é a criação do Parque Nacional de

¹ McNEELY, J. A. How protected areas can respond to the changing nature of society. In: PROTECTED AREAS IN THE 21ST CENTURY: From islands to networks. 1998. Gland. **Proceedings...** Gland, Switzerland: IUCN, 1998. p. 189-202.

Yellowstone nos Estados Unidos, em 1872. Segundo Diegues (2008), nesta época, a proposta era que essas áreas de preservação funcionassem como ilhas de grande beleza cênica para o deleite da então sociedade em grande processo de urbanização e para que esta pudesse ter momentos de descanso deste estressante modo de vida. Além disso, estas áreas deveriam permanecer intocadas, servindo apenas para a visitação e excluindo a possibilidade da presença de populações em seu interior. Essa escolha por locais supostamente desabitados teria como principal razão a crença de que áreas sem o toque humano seriam mais dignas de serem conservadas (BENSUSAN, 2006).

Seguindo este modelo, uma série de áreas protegidas começou a ser criada em todo o mundo, como por exemplo, no Canadá em 1885 e na Nova Zelândia em 1894, e na América Latina, na Argentina em 1903 e no Chile em 1926 (BENSUSAN, 2006). Contudo, é importante ressaltar que este foi um modelo bastante criticado tanto nos Estados Unidos como em outras partes do mundo, principalmente em países em desenvolvimento, pois desconsidera a interação positiva que populações tradicionais podem ter com essas áreas (DIEGUES, 2008). Assim, desde a primeira ação dessa estratégia surge um dos principais conflitos que perduram até hoje em diversas outras áreas protegidas, a questão da presença de populações em seu interior.

1.2. Áreas protegidas no Brasil

Tratando-se do Brasil, onde as áreas protegidas são comumente chamadas de unidades de conservação², além do fato da maioria de nossas UCs terem sido criadas a partir deste modelo, os conflitos ocorrem, de acordo com Gonçalves e Hoeffel (2012), principalmente porque a criação destes locais é algo vindo de cima para baixo, ou seja, determinado pelo governo, sem consulta àquelas e àqueles que vivem na região que será transformada em UC e sem levar em consideração a dinâmica local. Um dos fatores que contribuem para isso está no fato de muitas UCs terem sido criadas entre 1970 e 1986, período da ditadura militar no país, no qual as decisões eram tomadas conforme descrito acima (DIEGUES, 2008). Apesar disso, no momento seguinte esses conflitos trouxeram alguns resultados positivos à gestão de UCs no Brasil como, por exemplo, maior valorização dos processos participativos para criação e gestão destas áreas; o surgimento de categorias de UCs mais ligadas às demandas sociais; modelos de gestão e parcerias inovadores; e a noção

² No Brasil, as tipologias de áreas protegidas são unidades de conservação, áreas de preservação permanente, reserva legal, terra indígena e áreas de reconhecimento internacional (MEDEIROS; GARAY, 2006).

de transversalidade e internalização da política ambiental por diferentes ministérios (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004).

No entanto, nos dias atuais os conflitos permanecem e as UCs passam por uma série de desafios que muitas vezes comprometem sua administração, suas atividades e o alcance de seus objetivos. Dentre os principais, podemos citar a falta de recursos financeiros; número de servidores inferior ao ideal; problemas fundiários (com áreas particulares ou mesmo com outras UCs, terras indígenas e etc.); falta de fiscalização; uso público desordenado; conexão falha entre o meio acadêmico, a UC e o conhecimento tradicional; e a não aceitação da UC pelas comunidades do entorno (MMA, 2015b). Para compreender como chegamos a este quadro atual, a seguir, trazemos um breve histórico do desenvolvimento das UCs em nosso país.

A história da criação de UCs no Brasil, segundo Rylands e Brandon (2005), se inicia em meados do século XIX, com André Rebouças, engenheiro civil, botânico, geólogo e participante da campanha abolicionista, que propõe a criação de um Parque Nacional na Ilha do Bananal e outro em Sete Quedas. No entanto, somente a partir de 1934, quando importantes leis são criadas como, por exemplo, o Código de Águas (Decreto 24.643/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto 23.672/1934), o Decreto de proteção aos animais (Decreto 24.645/1934) e o Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/1934) que parques nacionais passam a ser criados. Podemos considerar este último instrumento legal o mais importante, pois definiu as bases para proteção territorial para os ecossistemas brasileiros, bem como traz pela primeira vez tipologias de áreas a serem protegidas (MEDEIROS, 2006), sendo que o uso de diferentes tipologias se faz presente até os dias atuais.

A primeira UC a ser criada no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, seguido pelos Parques Iguaçu e Serra dos Órgãos, em 1939. Neste período a responsabilidade pelas UCs era da Seção de Parques e Florestas Nacionais do Serviço Florestal Federal, vinculado ao Ministério da Agricultura. Com o passar do tempo, outras UCs foram criadas, em pequena quantidade entre a década de 1930 até a década de 1950, mas com maior avanço após esse período (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010), com o início da ditadura militar. É importante ressaltar que esta época não foi necessariamente a mais correta com relação à postura quanto a assuntos ambientais, tendo a criação de UCs como resultado de uma sensibilização em relação a esta problemática, mas principalmente devido à mudança na percepção da comunidade internacional quanto aos problemas ambientais, refletindo também, em nosso país (MEDEIROS, 2006).

Em 1967 é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que passa a ser o responsável pelas UCs brasileiras. No entanto, a partir de 1973, o IBDF passa a compartilhar essa função com a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que se torna responsável pela criação e administração de UCs da categoria Estação Ecológica (BENSUSAN, 2006). A SEMA é considerada o primeiro órgão brasileiro com o objetivo explícito da proteção ambiental e políticas de manejo, atendendo às recomendações da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo (1972) (DRUMMOND; BARROS-PLATIAU, 2006). Em 1979, em meio à percepção de que o sistema de criação e gestão de UCs era bastante complexo e desarticulado, inicia-se a reflexão de como torná-lo mais integrado (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004). O IBDF elabora o Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, com objetivo de estudar as regiões prioritárias para criação de UCs e também realizar análise das categorias então em vigor (DIEGUES, 2008). Esta é uma das primeiras tentativas de melhoria na organização das UCs no Brasil; outra seria realizada em 1982.

Em 1988, a pedido tanto do IBDF quanto da SEMA, a organização não governamental (ONG) Fundação Pró Natureza (FUNATURA) elaborou uma revisão da categorização das UCs, bem como a redação de um anteprojeto de lei com objetivo de fortalecer o sistema (PÁDUA, 2011). Em 1989, é criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), que passa a ser o responsável pela gestão das UCs. Em seguida, com o estudo publicado pelo IBAMA e FUNATURA, os anteprojetos passam a ser discutidos, chegando em 1992 no Congresso já com o nome de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sendo assim amplamente analisados nos poderes Legislativo e Executivo, e também a partir de consultas públicas (DIEGUES, 2008; PÁDUA, 2011). A aprovação do SNUC só se daria, no entanto, em 2000.

1.2.1. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

Após quase dez anos de discussões, foi promulgada a Lei n. 9.985/00 (BRASIL, 2000), que estabeleceu o atual SNUC, o qual reflete a tentativa de conciliar visões bastante distintas, mas sendo um reconhecido avanço para a concretização de um sistema para as UCs (BENSUSAN, 2006). O SNUC estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs. Em relação a seus objetivos, estes podem ser sintetizados em quatro principais grupos: a proteção e manutenção da biodiversidade, sociodiversidade e serviços ambientais; promoção do desenvolvimento sustentável para o entorno da UC;

incentivo e promoção da pesquisa científica; e promoção da educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico (IBASE, 2006).

Segundo Drummond e Barros-Platiau (2006), uma inovação trazida pela lei do SNUC foi a mudança da antiga opinião dominante que acreditava que as UCs deveriam ser locais inabitados ou até mesmo que seus recursos não fossem utilizados pelos seres humanos, para uma ideia a favor da presença de populações, tradicionais ou não, dentro ou mesmo próximas a essas áreas. É possível perceber isso quando observamos as atuais categorias de UCs descritas por essa legislação.

Atualmente, o SNUC divide as UCs em dois grandes grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável³. Estes grupos têm objetivos específicos e são subdivididos em diversas categorias. As UCs de proteção integral têm como objetivo a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, salvo exceções descritas na Lei. As subdivisões desta categoria são: Estação Ecológica, Monumento Natural, Reserva Biológica, Refúgio de Vida Silvestre e Parque Nacional. Quanto às UCs de uso sustentável, seus objetivos buscam tornar compatível o uso de parte dos recursos naturais e a conservação da natureza. Este grupo pode ser subdividido em Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Com essa nova categorização, as divisões das UCs brasileiras ficam de acordo com os critérios definidos pela IUCN, o que além de demonstrar adequação às definições internacionais, permite maior facilidade para a captação de recursos, a realização de outros modelos de gestão, a pesquisa, o compartilhamento de informações, e a gestão de áreas transfronteiras (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010).

Outro ponto importante sobre o SNUC, principalmente quando consideramos a temática desta pesquisa, é com relação à participação da população, trazendo em seu conteúdo a ideia da gestão participativa. Como descrito no artigo 5, inciso III, o SNUC é regido por diretrizes que “asseguem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000). Dessa forma, podemos considerá-lo um marco para a democratização dos espaços de gestão ambiental pública, uma vez que indica a obrigatoriedade de processos de participação na gestão das UCs, os quais se

³ Segundo os dados mais atuais do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente (17/02/2015), existem 1940 UCs no Brasil, sendo 586 de proteção integral e 1354 de uso sustentável, totalizando uma área de 1.513.828 Km², considerando sobreposição mapeada (MMA, 2015c).

apresentam através das consultas públicas, conselhos gestores e planos de manejo (MACEDO, 2007).

As consultas públicas são o momento no qual o governo apresenta à população propostas de criação de UCs, como também podem ser aplicadas para discutir a ampliação destas áreas protegidas ou a reclassificação de uma UC, que pode passar, por exemplo, da categoria de uso sustentável para a categoria de proteção integral (PALMIERI; VERÍSSIMO; FERRAZ, 2005; MACEDO, 2007). Segundo o SNUC, no processo de consulta o Poder Público deve fornecer informações adequadas e de modo compreensível à população local e interessados (BRASIL, 2002b). No entanto, há mais de uma década, como resultados da oficina de Gestão Participativa do SNUC realizada em 2004, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e IBAMA, com parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), WWF-Brasil, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e The Nature Conservancy (TNC), pode-se perceber que os órgãos gestores fazem as consultas públicas sem antes realizar reuniões preliminares ou elaborarem material preparatório às/aos interessadas/os. Dessa forma, na maioria das vezes as consultas públicas se transformam em momentos de exposição dos porquês da criação das UCs, porém com pouco investimento na real compreensão e participação por parte da população em relação ao que é exposto, o que acaba sendo assumido como concordância da mesma em relação ao processo (MMA, 2004).

Sobre os conselhos gestores, estes são espaços que permitem a discussão, negociação e gestão da UC, onde podem ser abordados assuntos ligados às esferas ambientais, econômica, política e cultural, envolvendo a UC e sua região (ICMBIO, 2014a). Os conselhos como um todo são considerados interessantes meios de participação, destacando-se por serem aqueles que recebem maior aceitação para a realização de gestão e diálogo entre a sociedade civil e o governo (LOUREIRO; CUNHA, 2008). Dependendo da UC, estes conselhos podem ser consultivos (UCs de proteção integral, Floresta Nacional e Mosaico de UCs) ou deliberativos (Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva da Biosfera). A diferença está no fato do conselho deliberativo ter um poder maior na tomada de decisões com relação à aprovação do plano de manejo, enquanto o consultivo apenas acompanha a elaboração/atualização deste documento; no caso de gestão compartilhada, aquela realizada em parceria com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o conselho deliberativo tem como função ratificar a contratação e o termo de parceria com essa organização, já o consultivo pode apenas opinar sobre o desenvolvimento desses processos (PALMIERI; VERÍSSIMO, 2009).

Os conselhos gestores, segundo o Decreto 4.340/2002 que regulamenta artigos do SNUC, devem ser compostos por representantes do Poder Público, incluindo órgãos ambientais dos três níveis da Federação, órgãos públicos de áreas afins (como pesquisa, educação, cultura, etc.) e o Órgão Gestor na presidência; e da Sociedade Civil, como ONGs com atuação na região, comunidade científica, representantes da população tradicional residente, trabalhadores do setor privado da região, entre outros (BRASIL, 2002b).

Este mesmo decreto traz, no Artigo 20, as funções destes conselhos, com destaque para as seguintes: realizar o acompanhamento da elaboração, implementação e revisão do plano de manejo da UC, manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na UC, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade (BRASIL, 2002b). Além disso, de acordo com a Instrução Normativa n.º 9/2014 do ICMBio, algumas das competências dos conselhos gestores são: o envolvimento direto com as ações da UC e de sua gestão, opinando e também propondo novas ações e divulgando os acontecimentos na UC; demandar e propor à órgãos e instituições competentes a realização de ações de EA, conservação, pesquisa, manejo para a conservação da UC; realizar o acompanhamento e propor ações com relação aos instrumento de gestão da UC, realizar a criação de Grupos de trabalho ou Câmaras técnicas para trabalhar com especificidades da UC, entre outros (ICMBIO, 2014b).

Contudo, há ainda algumas dificuldades a serem superadas de modo que os conselhos possam ganhar mais força. Para Loureiro, Azaziel e Franca (2007), uma dessas dificuldades está no fato de que ainda não existe um padrão de procedimentos a serem seguidos para o funcionamento dos conselhos. Além disso, segundo MMA (2004), pelo fato do SNUC indicar que o presidente do conselho é quem designará os demais membros, há a possibilidade de que este seja formado apenas por representantes que tenham interesses similares aos do Órgão Gestor, o que compromete a representação dos segmentos sociais e órgãos públicos e a legitimidade dos conselhos. Com as observações realizadas na Oficina de Gestão Participativa do SNUC, as/os autoras/es constataram, entre diversos pontos, que o papel e atribuição dos conselhos ainda não estão claros para os Órgãos Gestores e responsáveis; ainda há postura centralizadora e fechada para a administração de UCs nos órgãos executores do SNUC, nos quais órgãos pluralistas para a gestão são vistos como ameaça ou não funcionais; preconceito contra população local, em relação a sua capacidade

de contribuição para a administração, e posturas desfavoráveis à presença da população nos conselhos, partindo da ideia de que ela é contrária a políticas de conservação ambiental; e, devido aos conflitos entre as populações e os Órgãos Gestores, há desconfiança mútua, refletindo na não participação destas pessoas por não acreditarem na importância destes fóruns.

Dessa maneira, para superar alguns desses pontos, Loureiro e Cunha (2008) indicam que os trabalhos devem ser realizados de forma a transformar os conselhos em uma instância legitimada pelos diversos grupos envolvidos na gestão da UC, necessitando serem levadas em consideração as diferenças na capacidade de participação, de modo a tornar o processo de tomadas de decisão mais democrático.

Com relação ao plano de manejo, segundo o SNUC, ele é um

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Além disso, segundo esta mesma legislação, o plano de manejo deve abranger não apenas a área da UC, mas também seu entorno, promovendo a integração com a área protegida, principalmente quanto à vida econômica e social das pessoas que ali residem. Dessa forma, estarão descritos nos planos de manejo os motivos da criação da UC, principalmente por meio de uma descrição detalhada da área, além dos objetivos e as ações que serão feitas para alcançá-los e seu zoneamento.

Contudo, a elaboração de planos de manejo não é uma inovação do SNUC. Sendo uma prática de planejamento proveniente do modelo norte-americano, apenas a partir dos anos 1960 passou a ser empregada em países da América Latina (MEDEIROS; PEREIRA, 2011). No Brasil, o IBDF ficou a frente das ações iniciais para a elaboração dos primeiros planos de manejo nacionais, resultando nos documentos para os Parques Nacionais de Sete Cidades (Piauí), de Brasília (Distrito Federal) e da Amazônia (Amazonas), em 1979 (ZELLER, 2008). Logo em seguida foi aprovado o Decreto n.º 84.017/1979, que instituiu o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, o qual apresenta pela primeira vez uma definição jurídica dos planos de manejo e sua obrigatoriedade, permitindo que outros parques também o elaborassem, como também estabelece o zoneamento da área das UCs, indicando os objetivos do manejo para cada uma das zonas elaboradas (PEREIRA, 2009).

Nos anos 1990, já após a criação do IBAMA, com a percepção de que os planos de manejo não estavam sendo devidamente utilizados ou sequer aplicados, foi elaborado por este órgão o Roteiro Metodológico para Unidades de Conservação de Uso

Indireto (DOUROJEANNI, 2003). A ideia era que com esse documento o processo de planejamento fosse iniciado em outras UCs, a partir de uma metodologia mais flexível e dinâmica, com um instrumento nos quais suas ações e conhecimentos estavam sempre em evolução (IBAMA, 1996). Nesse momento, o plano de manejo foi proposto em três fases, onde na primeira o foco seria fortalecer internamente a UC, na segunda, seriam realizadas ações para um maior aprofundamento nos conhecimentos sobre a área, e na terceira, atividades mais direcionadas (PEREIRA, 2009).

Em 2002, o IBAMA publica o Roteiro Metodológico de Planejamento: Parques Nacionais, Reserva Biológica e Estação Ecológica. Este documento traz modificações ao roteiro anterior, integrando novas metodologias consideradas úteis para a gestão de UCs, e apresenta um processo gradativo para a implantação do plano de manejo com metas a serem atingidas em curto, médio e longo prazos, porém mantendo a ideia do planejamento contínuo, gradativo, flexível e participativo (IBAMA, 2002). Este documento entende o planejamento como contínuo, pois mantém constante a busca por conhecimentos de forma a atualizar as propostas de manejo, deixando-as condizentes com as realidades local e regional. O planejamento é gradativo, porque conforme os conhecimentos sobre os recursos da UC vão aumentando com o passar do tempo, há a possibilidade de ampliação e aprofundamento do manejo na área a cada atualização do plano de manejo. Ele é flexível, pois permite que novas informações sejam agregadas ao plano de manejo ou que aquelas já presentes sejam revisadas sem haver a necessidade de se realizar a revisão do todo. E, finalmente, participativo, porque está embasado de maneira a garantir a participação da sociedade na construção do plano de manejo, estipulando momentos oportunos para que isso ocorra.

1.2.2. A CDB e o PNAP

De volta ao histórico das UCs no nosso país, outro ponto que merece destaque é o fato do Brasil ser signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Esta é um tratado da ONU firmado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a RIO-92, em 1992, e promulgado no Brasil em forma de lei pelo Decreto n.º 2519/1998. Sua estruturação é feita sobre três bases principais: conservação da diversidade biológica, uso sustentável da biodiversidade e repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos (MMA, 2015a). Dentre várias diretrizes

indicadas para o cumprimento de seus objetivos, no artigo 8, que trata da conservação *in situ*⁴, destacamos a necessidade de serem criados sistemas de áreas protegidas, diretrizes para seleção, estabelecimento e administração dessas áreas, promover desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio ao entorno das áreas protegidas, o respeito e atitudes para preservar o conhecimento tradicional e indígena que pode ser considerado sustentável, incentivando sua aplicação.

Assim, temos um documento importante e internacionalmente reconhecido que impulsiona e exige de nosso país ações que possibilitem a conservação da natureza. Uma decorrência visível da CDB é a criação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), um compromisso assumido pelo Brasil durante a Sétima Conferência das Partes (COP), órgão supremo decisório da CDB, em 2004. O PNAP foi instituído pelo Decreto n. 5.758/2006 e abrange não somente as UCs, como também as terras indígenas e terras quilombolas, fornecendo um suporte ainda maior para redução da perda de diversidade biológica a partir de um sistema de áreas protegidas ampliado.

Destacamos que, tal como o SNUC, o PNAP também é um importante documento com relação ao fortalecimento da participação social na gestão das áreas protegidas brasileiras. O seu princípio de número XX trata justamente da: “promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas” (BRASIL, 2006). Tem como diretriz, entre outras, assegurar que os atores sociais estejam envolvidos nos processos de tomadas de decisão na criação e gestão de áreas protegidas e tenham a formação necessária para que isso aconteça. Além disso, este documento tem seus objetivos e ações divididos em quatro eixos temáticos, sendo eles: I- Planejamento, fortalecimento e gestão; II- Governança, participação, equidade e repartição de custos e benefícios; III- Capacidade institucional; IV- Avaliação e monitoramento (BRASIL, 2006). Dentro desses eixos, algumas estratégias e ações servirão para o fortalecimento da participação social nos processos das áreas protegidas, inclusive dando importância à EA como facilitadora desse processo.

Dessa forma, é possível compreender a trajetória seguida pelo Brasil e que demonstra o modo no qual as áreas protegidas, sua gestão e a relação com a população do entorno são tratados em nosso país, principalmente em se tratando de documentos legais,

⁴ Para a CDB: “Conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características” (BRASIL, 1998).

essenciais para o embasamento e fortalecimento de ações em prol da conservação da diversidade biológica.

1.3. UCs em áreas urbanas

Hoje, sabe-se que quase 80% da população latino-americana vive nas cidades, uma proporção inclusive maior que em países considerados desenvolvidos (ONU-HABITAT, 2012). No Brasil, segundo dados mais atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 84% da população brasileira vivem em áreas urbanas (IBGE, 2010). Já para o estado de São Paulo, onde está inserida a UC analisada nesta pesquisa, os dados do IBGE indicam que aproximadamente 95% da população habitam tais regiões. Isso implica em alterações no nosso modo de vida, principalmente na nossa relação com a natureza, com os outros seres e coisas, que tem se demonstrado em um distanciamento entre nós e eles. Para algumas/alguns autoras/es, a preocupação com questões ambientais está diretamente relacionada com o contato que uma pessoa tem com a natureza em seu dia-a-dia (ROHDE; KENDLE, 1994), o que implica no impacto que ambientes urbanos possuem para despertar determinada percepção quanto à natureza, representando a necessidade da inserção de elementos naturais nas áreas urbanas (SAVARD; CLERGEAU; MENNECHEZ, 2000). Além disso, estar nas cidades tem se pautado por modos de vida pouco sustentáveis, principalmente quando levamos em consideração os problemas decorrentes das altas taxas de poluição, o grande estresse, entre outros, que muitas cidades no Brasil e no mundo apresentam. A inserção de áreas verdes nas cidades é uma estratégia conhecida por ter um papel importante para amenizar tais situações.

O conceito de áreas verdes, no entanto, é ainda bastante discutido. Uma possível classificação, baseada na ideia de que áreas verdes estão inseridas dentro da categoria de espaços livres, ou seja, aqueles que apresentam em sua grande parte bens naturais ou são o local onde estes se inserem (SPITZER, 1991⁵ apud LIMA et al., 1994), é que estas são áreas onde há maior presença de vegetação do tipo arbórea, podendo ser categorizadas em parques urbanos, praças, jardins públicos (LIMA et al., 1994). Os parques urbanos tem principalmente função ecológica, mas também estética e lazer, em geral, são mais extensos que as outras categorias; as praças quando são áreas verdes, ou seja, não são impermeabilizadas e possuem vegetação, tem função de lazer; os jardins públicos são áreas impermeabilizadas, mas com vegetação (LIMA et al, 1994).

⁵ SPITZER, H. *Raumnutzungslehre*. Stuttgart: Eugen Ulmer, 1991, 150p.

Em geral podemos considerar que as áreas verdes cumprem três principais funções: ecológica, estética e de lazer (CAVALHEIRO et al., 1999). Costa (2011) traz um compilado das principais razões para a relevância de parques em meio urbano, são elas: o aumento do contato do ser humano com a natureza, permitindo resgate de valores e EA; trazer saúde à população, pois permite espaço para realização de exercícios e para relaxamento ou lazer; melhora na estética das cidades, proporcionando valorização das propriedades urbanas; e a influência na dinâmica bioclimática, pois auxilia na preservação dos recursos vegetais, proteção do solo, e garante um microclima adequado. Dessa forma, Loboda e De Angelis (2005) indicam que as áreas verdes públicas têm grande importância nas cidades de forma a trazer bem-estar à população, principalmente, pois afetam positivamente na saúde física e mental dessas pessoas. Ainda, é importante ressaltar outra função histórica relevante das áreas verdes em ambientes urbanos, a de contenção do crescimento urbano, que por sua vez, pode ser responsável por afetar negativamente a preservação das áreas verdes (GARCÍA; GUERRERO, 2006).

Apesar dessas importantes funções das áreas verdes, levando em consideração a conservação da biodiversidade urbana em geral, Dearborn e Kark (2010) indicam que ainda há certa dificuldade em se definir e atrelar valor para a biodiversidade neste contexto. Por conta disso, os autores indicam sete razões para a conservação da biodiversidade em ambientes urbanos, desde a mais voltada ao ser humano até aquelas com maiores benefícios para a natureza, são elas: a melhoria do bem-estar do ser humano, beneficiando principalmente nossa saúde; o cumprimento de responsabilidades éticas para com o meio ambiente; o fornecimento de serviços ambientais; a conexão das pessoas com a natureza e a realização da EA; a compreensão e a busca de maneiras para facilitar as respostas das espécies quanto às mudanças climáticas; a criação de corredores para as espécies; e por fim, a preservação da biodiversidade local em um ambiente urbano e a proteção de populações importantes e espécies raras.

Dessa forma, temos os benefícios e importantes funções que as áreas verdes podem cumprir nas áreas urbanas. Considerando que as UCs também são um tipo de área verde, podemos deduzir, igualmente, sua grande importância.

A relação entre as cidades, sua população e as UCs localizadas nessas áreas, pode tomar diversas facetas. As populações urbanas, segundo Porfírio et al. (2006), são um grupo bastante heterogêneo com visões e necessidades bastante diferenciadas para com as UCs, utilizando-as de diferentes formas, principalmente para recreação, EA, desenvolvimento sociocultural e ecoturismo, e não para o uso direto dos recursos desses locais, como é mais

comum em localidades mais rurais. Mazzei, Colesanti e Santos (2007) indicam a importância que UCs urbanas têm para o lazer, uma vez que são poucos os locais para recreação e também com finalidades ecológicas nas cidades, mas destacam que essa deve ser uma atividade devidamente planejada para que não comprometa o objetivo de conservação que estas UCs também apresentam.

Em função dos objetivos e funções que caracterizam as áreas urbanizadas e as áreas destinadas à conservação, a relação entre as populações e as UCs urbanas pode ser bastante conflituosa. Estes locais são impactados por atividades humanas tanto em seu interior quanto em seu entorno (MAZZEI; COLESANTI; SANTOS, 2007). Alguns exemplos de impactos antrópicos observados em muitos casos são incêndios, tráfico de animais silvestres, furtos, vandalismo, destruição de bens públicos, presença de animais domésticos e depósito inadequado de resíduos (SOUZA, 2011).

No Parque Estadual do Utinga, em Belém (PA), por exemplo, há entrada irregular de visitantes na UC, principalmente com o intuito de caçar, consumir drogas ou instalar pequenos empreendimentos (MENEZES et al., 2013). Outro exemplo, desta vez no município de São Paulo e arredores, é o Parque Estadual da Cantareira que sofre com o avanço das cidades, com parte de suas áreas sendo ocupadas ilegalmente para habitação de população com baixa renda, como também, recebendo incentivos para a instalação de condomínios residenciais para população de maior renda (MELLO-THÉRY; LANDY; ZERÁH, 2010). Segundo Souza (2011), no Brasil os maiores problemas enfrentados por UCs em áreas urbanas estão nos seus objetivos, determinados pela legislação, que desconsideram as populações urbanas e o valor da área como patrimônio para estas pessoas, priorizando apenas a preservação da natureza. Problemas desta natureza poderiam ser minimizados com a participação da população em momentos de tomadas de decisão, desde a criação à gestão das UCs.

Em contrapartida, outros autores têm uma visão mais positiva quanto a essa relação. Para McNeely (2001), a presença de UCs em ambientes urbanos é encarada como algo interessante, principalmente pelo fato de serem bastante acessíveis pela população, o que pode ser essencial para conseguir apoio público a esses locais. O potencial para atingir as populações de forma a ampliar o reconhecimento da importância da conservação também é ressaltado por Menezes e Mendes (2001). Os autores fazem uma comparação entre UCs urbanas em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, UCs urbanas têm menor prioridade no recebimento de recursos financeiros, pois são consideradas de menor importância sob um ponto de vista conservacionista, uma vez que são

áreas fragmentadas e que constantemente sofrem pressões antrópicas. Por outro lado, em países em desenvolvimento, de acordo com os autores, as UCs urbanas têm a missão mais importante dentre todas as outras áreas protegidas, uma vez que as visitas, mesmo exarcebadas, devem ser encaradas como oportunidade única para alcançar um grande número de pessoas em prol da conservação. É necessário salientar que embora consideremos bastante importante a visita às UCs para, a partir de processos educativos, sejam passadas mensagens em prol da conservação, discordamos dos autores acima citados quando tratam da visita exarcebada. As UCs além de serem locais para visita têm como principal objetivo a conservação da biodiversidade, desta maneira, a visita não deve ser priorizada em detrimento da conservação, ela deve acontecer de modo a estar conjugada à conservação.

As UCs em ambientes urbanos podem desempenhar papéis de suma importância na conservação da biodiversidade. Tendo isto em vista, em 2012 foi criada no Brasil a Rede Nacional de Unidades de Conservação Urbanas (Renurb). O seu objetivo é integrar os principais grupos com envolvimento com essas áreas como gestoras/es de diferentes esferas das UCs (federal, estadual, municipal), educadoras/es ambientais, especialistas em planejamento urbano, planos de manejo, comunicadoras/es, entre outros, de forma a intensificar a troca de experiências e melhorar o contato com a população (ICMBIO, 2012). Esta é uma ação que pode fortalecer cada vez mais as UCs urbanas, garantindo que estas atinjam seus objetivos e atendam às populações que estão em contato com estes locais, possibilitando assim a conservação da biodiversidade.

1.4. Educação Ambiental

Podemos considerar que a educação desempenha um importante papel de modo a possibilitar a construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado, com responsabilidades individuais e coletivas e em diferentes escalas, da local à planetária. Essa perspectiva também é esperada para a EA brasileira (BRASIL, 1997b).

Para tratarmos da EA, é importante ressaltar um pouco de sua trajetória no Brasil e no mundo. A década de 1960, um período no qual os movimentos ambientalistas começaram a ganhar cada vez mais força, foi marcada pelo lançamento do livro de Rachel Carson, “Primavera Silenciosa”, publicado nos Estados Unidos em 1962, onde a autora alerta principalmente para os efeitos negativos da utilização de agrotóxicos, resultados do processo de produção industrial agrícola adotado por esse país. Na mesma década, considerada referência da origem da preocupação com a degradação do meio ambiente (TOZONI-REIS,

2004), o termo “educação ambiental” é utilizado pela primeira vez, em 1965, durante uma Conferência em Educação na Universidade de Keele, na Grã Bretanha (DIAS, 2004).

A partir da década de 1970 uma série de eventos começa a ser realizada mundialmente, cenário que, com o passar dos anos, nos leva à constatação da crescente consolidação da EA. O primeiro destes eventos é a I Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano, promovida pela ONU, em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Nesta, a EA é apontada como uma estratégia a ser seguida de modo a buscar solucionar a crise ambiental. Em decorrência, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promove em Belgrado, na Iugoslávia, o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, em 1975, do qual teve como produto a Carta de Belgrado, que define a estrutura básica da EA, trazendo como seus objetivos: a conscientização, conhecimentos, atitudes, aptidões, capacidade de avaliação e participação.

Dois anos depois, em 1977, é realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia. Neste evento, foram definidas as estratégias, objetivos e critérios a serem seguidos para a EA tanto na escala nacional quanto internacional como, por exemplo, possibilitar que os indivíduos e a coletividade compreendam as complexidades do ambiente natural e do criado pelos seres humanos, e adquiram conhecimentos, valores, comportamentos, habilidades para participarem efetivamente de ações de prevenção e solução dos problemas ambientais (UNESCO, 1978). Uma importante contribuição deste evento é a defesa de que as práticas educativas fossem atreladas aos aspectos político-econômicos e socioculturais e não mais descontextualizadas, ingênuas, simplistas, ligadas apenas aos aspectos biológicos, provenientes de uma corrente conservacionista (LAYRARGUES, 1999).

Chegando a década de 1990, mais especificamente em 1992, acontece no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 ou ECO-92. Nesta conferência, dentre outros importantes documentos, foram lançadas a Agenda 21 e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Além disso, ao mesmo tempo, foi realizado o Fórum Global, que reuniu ONGs, militantes ambientalistas, educadoras/es e outras pessoas interessadas. Neste evento, durante a I Jornada Internacional de EA, é aprovado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (OLIVEIRA; LOGAREZZI, 2013). O tratado foi resultado de um ano de trabalho de educadoras/es de diversas partes do mundo incluindo a América Latina e o Brasil (SORRENTINO; PORTUGAL; VIEZZER, 2009), com nomes como Moema Viezzer, Silvia Czapski e Marcos Sorrentino. Segundo Czapski (1998), o tratado trouxe princípios e um

plano de ação para as/os educadoras/es ambientais, indicando ideias para captação de recursos para ações em EA, bem como grupos a serem envolvidos nos processos. Além disso, foi elemento inspirador para criação de organizações da sociedade civil e de redes de EA (SORRENTINO; PORTUGAL; VIEZZER, 2009).

Além da ECO-92, outros marcos foram importantes na consolidação da EA em nosso país, a seguir apresentamos alguns deles. Na Conferência de Estocolmo, embora o Brasil tenha demonstrado uma postura a favor da instalação de indústrias em nosso território de forma discriminada, o país assinou a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano. Como resultado, criou em 1973 a SEMA, que dentre as atribuições indicadas anteriormente, estava presente também a EA. Esta secretaria chegou a aplicar por alguns anos um curso de extensão para professores do então 1º Grau, realizando a introdução da temática ambiental na escola.

Já na década de 1980, é aprovada a Lei Federal n.º 6.938/1981, a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta é uma lei bastante importante para o campo ambiental como um todo. Especificamente para a EA, sua importância está no fato de ser a primeira legislação brasileira a indicá-la como caminho para a solução dos problemas ambientais, além de recomendar sua realização em todos os níveis de ensino, de modo a permitir a participação efetiva da população na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Em 1988, é promulgada a nova Constituição Federal, na qual o artigo 225 trata sobre o meio ambiente, declarando o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, indicando também como função do Poder Público e da coletividade a sua defesa e preservação para a atual e para as próximas gerações, sendo a promoção da EA uma das formas de assegurar esse direito (BRASIL, 1988).

Seguindo na linha do tempo, em 1994 é criada uma primeira versão do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), já trazendo a proposta de sua realização em conjunto com o Ministério da Educação e o do Meio Ambiente. E, potencializando a inserção da EA no ensino formal, estão a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9.394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que trazem o meio ambiente como tema transversal (BRASIL, 1997a).

Então, é promulgada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei n.º 9.795/99, onde a EA é definida como:

“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

Além disso, dentre outras definições e diretrizes, a PNEA indica que a EA deve estar presente de forma articulada não apenas no ensino formal, como também naquele de caráter não-formal.

Levando em consideração a temática desta pesquisa, é importante destacarmos também a existência da Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo, promulgada pela Lei n.º 12.780/07 (SÃO PAULO, 2007) e da recente criação da Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, Lei n.º 15.967/14 (SÃO PAULO, 2014). Ambas seguem a mesma linha da PNEA, mas com certeza são documentos que legitimam e ressaltam ainda mais a importância da EA nos dias atuais.

1.4.1. As vertentes da EA e a EA crítica

Concluindo o histórico da EA, podemos perceber que os eventos mundiais tiveram influência em diversos países. Contudo, quando observamos mais diretamente as práticas de EA, estas aparentam ter diferentes origens, em diferentes contextos. Segundo Carvalho (2002), países como a Austrália e parte dos Estados Unidos demonstram ter suas práticas de EA atreladas a uma vertente do conservacionismo, do manejo de áreas naturais e educação formal. De acordo com Oliveira (2008), em países desenvolvidos, a EA está mais voltada a tratar de aspectos ecológicos envolvendo a crise ambiental do que para as causas desse fenômeno, independente se estas são políticas, éticas ou econômicas. A autora acrescenta indicando que, no caso de países europeus, a EA está mais presente principalmente no contexto escolar. Por outro lado, no caso do Brasil (e também do México), a prática da EA é proveniente do contexto dos movimentos sociais, especialmente aqueles ligados à luta pela democracia e justiça social, e da difusão da temática ambiental para a sociedade e, somente depois de certo tempo, passou a se inserir no âmbito da educação institucional (CARVALHO, 2002; OLIVEIRA, 2008).

Historicamente, EA foi o termo designado para se referir a práticas educativas envolvendo a questão ambiental (LAYRARGUES, 2004). A necessidade do “ambiental” já foi diversas vezes questionada, mas a importância de sua presença está no fato de que enfatiza a educação, principalmente com o objetivo de repensar as relações entre sociedade e natureza, de modo a possibilitar uma realidade mais sustentável, bem como traz o reconhecimento de que a educação tradicional não tem considerado a dimensão da sustentabilidade, necessitando assim de mudança (CARVALHO, 2008; LAYRARGUES, 2004).

Todavia, as práticas de EA não são homogêneas, principalmente pelo fato de ser um campo que teve sua formação em meio a visões diferenciadas de mundo tanto em diálogo quanto em conflito (LOUREIRO, 2007). Assim, a EA não pode ser considerada neutra e sim ideológica, como indica o 4º princípio do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (OLIVEIRA; LOGAREZZI, 2013), suas ações poderão tanto auxiliar na transformação da atual realidade das forças sociais ou simplesmente sua manutenção (LAYRARGUES, 1999). Uma série de autoras e autores já buscaram explicitar essas diferentes tendências entre as práticas de EA.

Uma das primeiras tentativas dessa classificação realizada no Brasil foi de Sorrentino (1995) em sua tese de doutorado. O autor identifica quatro principais vertentes: a conservacionista, a qual destaca a preservação da natureza; educação ao ar livre, relacionada ao lazer e ao esporte com contato com a natureza; gestão ambiental, que trata principalmente da oposição ao sistema de produção e empresas com ações de degradação do meio ambiente, sendo que esta vertente acompanhou os movimentos sociais na América Latina; e finalmente, a economia ecológica, dividida entre o desenvolvimento sustentável e as sociedades sustentáveis.

Crespo (1998) divide a EA em duas vertentes, uma referente ao ambientalismo pragmático, que se atenta à conservação dos recursos naturais, mas sem questionar o modelo de desenvolvimento e suas consequências; e outra ao ambientalismo ideológico, a qual questiona a relação ser humano-natureza. Para Sauv  (2005), o número de tendências na EA é maior, uma vez que a autora identificou 15 diferentes correntes, algumas com tradição mais antiga e outras mais atuais. Dentre as de longa tradição estão: naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sist mica, científica, humanista, moral/ tica. E as correntes mais recentes são: holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, eco-educação, e sustentabilidade.

Guimarães (2004) percebe duas grandes tendências de EA. A primeira delas é denominada de Educação Ambiental Conservadora. O autor indica que ela está ligada a uma visão de mundo com a característica de fragmentar a realidade, uma visão simplista que, por consequência, durante a prática pedagógica valoriza a dimensão tecnicista e não a política, foca apenas no indivíduo e na mudança de comportamentos, na transmissão de conhecimentos que supostamente possibilitará a compreensão da problemática ambiental, mas que ao mesmo tempo   descontextualizada. A segunda tendência   conhecida como Educação Ambiental Crítica. Embasada como uma contraposição à EA Conservadora, a EA crítica permite “subsidiar uma leitura de mundo mais complexa e instrumentalizada para uma intervenção

que contribua no processo de transformação da realidade socioambiental que é complexa” (GUIMARÃES, 2004).

A EA crítica se origina da forte tradição da educação popular e teoria crítica na educação brasileira, assim a partir do diálogo entre a EA e a educação popular surge essa EA que segue uma visão emancipatória e se volta também para as questões sociais (CARVALHO, 2008; OLIVEIRA, 2008).

Carvalho (2004) indica que o projeto político-pedagógico da EA crítica é contribuir para que haja uma mudança de valores e atitudes, de maneira a tornar possível que tanto os indivíduos como os diferentes grupos sociais estejam aptos a identificar, problematizar e agir diante à problemática socioambiental. Segundo a EA crítica, a educação é formação do sujeito que é individual, mas que participa de uma sociedade e é historicamente situado, essa formação recai sobre a relação indivíduo-sociedade. Dessa maneira, não é uma intervenção apenas para o estímulo de ações individuais e, também, não assume que as transformações das pessoas e grupos devem acontecer após a mudança do sistema social genérico e despersonalizado (CARVALHO, 2004).

Dessa forma, temos a proposta de uma EA que considera o contexto das diferentes realidades e tem caráter político, uma vez que, como indica Guimarães (2004), busca explicitar os problemas estruturais de nossa sociedade, as relações de poder, os conflitos, para que a partir desse desvelamento, seja possível compreender a complexidade da realidade, permitindo que os atores sociais possam intervir e modificar a sociedade. Essa transformação é alcançada a partir da emancipação, do empoderamento, do exercício da cidadania.

Podemos dizer então que esta é uma EA crítica, mas também transformadora e emancipatória. Mais especificamente porque, como dimensiona Loureiro (2010):

- Crítica, porquanto funda sua formulação no radical questionamento às condicionantes sociais que geram problemas e conflitos ambientais;
- Emancipatória, uma vez que visa à autonomia e liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação;
- Transformadora, por visar a mais radical transformação do padrão societário dominante, no qual se define a situação de degradação intensiva da natureza, e, em seu interior, da condição humana.

Finalmente, acreditando no grande potencial da EA crítica para a transformação da sociedade atual, como apresentado anteriormente, esta pesquisa buscou se embasar de maneira a seguir as premissas e caminhos indicados por essa vertente para compreender a realidade de uma UC em ambiente urbano de maneira contextualizada, envolvendo os principais grupos de pessoas que se relacionam com a área.

1.4.2. EA em UCs

A partir do que foi relatado anteriormente, é possível perceber a grande importância e potencial que tanto as UCs quanto a EA possuem para possibilitar a conservação da biodiversidade no Brasil e no mundo. Dessa maneira, trabalhar a EA nas UCs pode ser a chave para que estes locais exerçam devidamente suas funções e cumpram seus objetivos.

Segundo Padua (2012), a EA em UCs tem como principal objetivo compartilhar principalmente com aquelas e aqueles que residem no entorno das UCs, mas também com o restante da sociedade, assuntos ligados à temática ambiental, pois assim será possível garantir que haja participação efetiva em prol da conservação. Dessa maneira, um dos principais pontos trabalhados pela EA nas UCs é a construção de diálogo entre os grupos envolvidos com a área para que seja possível o desvelamento de conflitos e a busca por sua resolução, permeada por processos educativos, uma vez que a EA pode permitir novas relações entre a natureza e a sociedade (MENDONÇA, 2005).

Segundo Padua (2012), a partir da EA, as populações que vivem no entorno de uma UC podem se tornar grandes aliadas da conservação, mas, para isso, é necessário que quem estiver realizando a gestão do local leve em consideração às necessidades e anseios destas pessoas e que, inicialmente, a conservação pode não ser uma prioridade a essas mulheres e homens, mas pode assim se tornar quando forem assimilados os benefícios que a presença da área protegida pode trazer. Contudo, a autora indica que para garantir a participação da população que vive próxima à UC é necessário o uso de estratégias elaboradas participativamente, pois quando os sucessos e insucessos são compartilhados, é possível haver reflexão, recriação ou renovação das ações elaboradas. O caminho sugerido por Padua (2012) para iniciar esse processo é a partir da identificação de problemas e busca de soluções, valorização das culturas regionais e respeito à diversidade de ideias.

De modo geral, atualmente os programas de EA em UCs trabalham principalmente com atividades como: visitas monitoradas à UC com o público escolar, palestras ou reuniões para discussões de assuntos referentes aos diferentes grupos envolvidos com a área protegida, exposições, cursos de formação de funcionárias/os da UC ou de professoras/es e alunas/os de graduação, elaboração de material educativo, cursos de férias (ROCHA, 1997), além de trilhas interpretativas (MENGHINI, MOYA-NETO; GUERRA, 2007) e as vivências com a natureza (MENDONÇA, 2007).

No entanto, os problemas enfrentados pelas UCs podem gerar dificuldades para o desenvolvimento de programas educativos mais amplos. Em um estudo realizado por Carvalho, Leal Filho e Hale (1998) com responsáveis pelo manejo de UCs federais, alguns dos principais pontos que impediam o desenvolvimento de trabalhos educativos eram: falta de recursos financeiros, de materiais, de treinamentos, clareza da necessidade da EA, falta de cooperação, de motivação, de recursos humanos, de infraestrutura, entre outros. Levando isso em consideração, muitas vezes é necessária a priorização de um determinado grupo a ser trabalhado, para isso Rocha (1997) indica que é importante levar em consideração quais são os problemas enfrentados pela UC, bem como os recursos disponíveis, o poder que os diferentes grupos têm durante as tomadas de decisões e sua importância para o desenvolvimento da UC.

Outra linha na qual a EA tem sido trabalhada é na gestão participativa das UCs. Como dito anteriormente, desde o SNUC existe a valorização da participação das populações envolvidas com as UCs em momentos de tomada de decisões. A EA pode justamente estar presente nesses momentos, ou seja, na criação, implementação e manejo das UCs, nos conselhos ou na criação do plano de manejo. A partir da EA (e também da comunicação), é possível mobilizar a população ligada à UC de modo a viabilizar sua participação efetiva na gestão destas áreas (MMA, 2011). Dessa maneira, com a EA articula-se a UC com seu contexto socioambiental, com os principais grupos que com ela se relacionam, a equipe da UC tem um caminho para possibilitar a gestão participativa e, com a soma desses resultados, torna-se possível garantir proteção à UC (MMA, 2015b).

Contudo, é necessário salientar que em nosso país não há uma homogeneidade na distribuição do poder de tomada de decisões e intervenções no ambiente, permitindo a desconsideração da opinião de diversos grupos e, conseqüentemente, havendo a implantação de empreendimentos com caráter benéfico para uns e representando prejuízos, não só financeiros como impactos ambientais, por exemplo, para outros, o que pode gerar uma série de conflitos (QUINTAS, 2009).

Como determinado pela Constituição Federal, é função do Poder Público ordenar as diferentes práticas de apropriação e uso dos recursos ambientais, a chamada gestão ambiental pública (BRASIL, 1988). Assim, o Estado é quem acabará por definir quem se beneficiará ou não das intervenções no meio ambiente, demonstrando que a gestão ambiental não é neutra (QUINTAS, 2006). Por conta disso, muitas vezes a população se sente impotente para agir perante aos problemas ambientais enfrentados; há também a descrença no Poder Público e sua capacidade de coibir ações negativas ao meio ambiente, especialmente, se a

ação for realizada por grupos reconhecidamente com mais poder (QUINTAS, 2003). Dessa forma, é clara a necessidade de processos que permitam adequar essas condições, de maneira a possibilitar a ação efetiva da população e também para tornar as decisões mais democráticas e transparentes.

Considerando esses pontos, a equipe de educadoras e educadores do IBAMA elaborou a proposta da Educação no Processo de Gestão Ambiental, que pode ser aplicada às UCs. Esta proposta não é considerada como uma nova vertente de EA, na realidade, está embasada na EA crítica, transformadora e emancipatória, sendo assim,

outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental pública como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem construído com os sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões, que via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações. (QUINTAS, 2004, p. 115).

O objetivo principal da educação no processo de gestão ambiental é possibilitar, por meio de processos pedagógicos diferenciados, a construção de capacidades ligadas tanto à aquisição de conhecimentos, como também habilidades e atitudes, de forma a tornar possível a intervenção qualificada, individual e coletiva, na gestão dos recursos ambientais e nos processos de criação e tomada de decisão sobre ações que afetem o meio ambiente como um todo (QUINTAS, 2003, 2004, 2009).

Como principais funções da educação no processo de gestão ambiental estão garantir a participação de grupos excluídos historicamente ou ainda em vulnerabilidade socioambiental nas tomadas de decisão (LOUREIRO; CUNHA, 2008) como também, a busca por consensos entre os diferentes atores se utilizando principalmente do diálogo, da participação e da cidadania, a partir de uma mediação democrática e que considera os diversos conflitos instaurados na sociedade (LAYRARGUES, 2000).

Podemos perceber então que, acima de tudo, a educação no processo de gestão ambiental instrumentaliza a sociedade civil para que esta possa participar do jogo político em nosso país, sendo assim uma proposta que se distancia daquela que promove a mudança a partir de novos comportamentos individuais (LAYRARGUES, 2000). Levando essas informações em consideração, Loureiro e Cunha (2008, p. 243) concluem que:

Uma ação em educação ambiental em UCs exige, portanto, a transparência nas relações e nos processos instituídos entre os grupos sociais envolvidos com a gestão e o fortalecimento do Estado, sob controle social, para se garantir: 1) reversão dos processos privatistas-mercantis da natureza; 2) mobilização e organização popular para o atendimento a necessidades materiais básicas e à justiça distributiva, associado às necessidades de conservação (visando a sustentabilidade democrática); e 3) problematização historicizada da realidade socioambiental e busca de alternativas econômicas com os grupos sociais, particularmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, garantindo a devida autonomia aos mesmos.

Finalmente, percebemos como as UCs são espaços altamente adequados para a EA, muitas vezes sendo a partir dela que o funcionamento da UC pode ser garantido. Além disso, são locais que permitem alcançar uma quantidade bastante diferente de pessoas seja pela idade, cargo, situação socioeconômica e etc., permitindo que a EA exerça seu papel, realizando a conservação da biodiversidade.

1.4.3. A EA nas UCs e a política brasileira

Como apresentado anteriormente, a EA possui um grande papel nas UCs. Ao mesmo tempo, ainda existem empecilhos para seu desenvolvimento, como por exemplo, a falta de recursos financeiros e humanos. Para salientar a importância e garantir a presença da EA nas UCs há diretrizes nas principais legislações que regem estes locais. Apresentamos a seguir as legislações e outros importantes documentos brasileiros que tratam da EA nas UCs.

A EA aparece pela primeira vez na Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) e na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Nesse primeiro momento, não há uma menção direta sobre a EA nas UCs. As duas legislações trazem a EA como um caminho para garantir a preservação do meio ambiente, indicando respectivamente que deve ser aplicada a todos os níveis de ensino, e que a EA é o meio para garantir a promoção do direito de todos a um meio ambiente adequado.

Na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), é abordada a interface entre EA e UCs. Em primeiro lugar, em seu Artigo 2, a política traz a necessidade da EA nos diferentes processos educativos, incluindo a educação não-formal, entendida por essa legislação como práticas educativas para a sensibilização da população, bem como para participação na defesa do meio ambiente. Uma vez que esta é uma das práticas educativas mais realizadas nas UCs, a política indica na Seção III sobre EA não-formal, que o Poder Público incentivará a sensibilização da sociedade quanto à importância das UCs; como também a sensibilização ambiental das populações tradicionais que se relacionam com UCs. Já o Decreto 4.340/02 que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental, apenas indica, no Artigo 6, que devem ser criados, mantidos e implementados programas de EA integrados com a conservação da biodiversidade, manejo sustentável de recursos naturais e ecoturismo (BRASIL, 2002a).

O SNUC (BRASIL, 2000) indica em seu Artigo 4, que um de seus objetivos é fornecer condições e promover a EA, como também a interpretação ambiental, a recreação, o ecoturismo e o contato com a natureza. Como uma das diretrizes que regem o SNUC, no

Artigo 5, está a busca por apoio e cooperação de ONGs, organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de práticas de EA. Além disso, a legislação traz que embora nem todas as categorias de UCs permitam a visitação pública, quando esta tiver caráter educativo, isso será permitido.

Na versão atual do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (BRASIL, 2005) é descrito como um de seus objetivos a promoção da educação integrada a programas de conservação, recuperação e melhoria do ambiente. Além disso, uma de suas linhas de ação é a criação de interfaces entre a EA e programas e políticas governamentais, sendo uma das estratégias o estímulo da inserção da EA no planejamento e execução de ações relacionadas às UCs e seu entorno. Em uma pesquisa com UCs de diversas partes do país que realizavam trabalhos de EA, Valenti et al. (2012) verificaram se o ProNEA era um documento utilizado como referência para essas atividades. As autoras e autor verificaram que este é um documento pouco difundido nas UCs, sendo que apenas 29% das 56 UCs analisadas indicaram utilizarem o ProNEA. Uma vez que este é um documento que traz diversas diretrizes para a EA brasileira, estes dados indicam a necessidade de maior divulgação do programa, de maneira que possa ser devidamente utilizado pelas UCs.

O PNAP (BRASIL, 2006) também aborda a EA nas UCs. Seus objetivos são divididos em quatro eixos temáticos. No eixo Capacidade Institucional, um de seus objetivos é o fortalecimento da educação, comunicação e participação pública para que haja participação e controle social sobre o SNUC. Para isso, as principais estratégias estabelecidas são a realização de intercâmbio e campanhas de divulgação de experiências sobre EA, sensibilização e controle social em UCs; monitoramento e avaliação de impactos de programas de EA, comunicação e sensibilização em UCs; e promoção de programas de EA que trabalhem a importância e benefícios das UCs. Além disso, a EA está presente também no eixo Planejamento, Fortalecimento e Gestão, dentro do objetivo de impedir e mitigar impactos negativos às UCs, sendo considerada uma estratégia para se trabalhar os problemas trazidos pela presença de espécies exóticas invasoras.

Um ponto crítico sobre o conteúdo presente no PNAP, segundo Loureiro e Cunha (2008), é o fato deste documento não trazer o caráter transformador e problematizador da EA, em seus objetivos e estratégias são apresentadas ações apenas de cunho ambiental, nas quais vigora uma EA com caráter de conformação com a situação atual do país. Dessa forma, se apresentando um tanto quanto alheio às discussões e necessidades da EA no Brasil.

Outra política que podemos destacar, considerando os objetivos desta pesquisa, é a Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo (SÃO PAULO, 2007). Este é um

documento criado em conformidade com o ProNEA e a PNEA, dessa forma apresentando similaridades com eles. A interface entre EA e UCs é destacada nos objetivos da EA no estado de São Paulo, presente no Artigo 9, item IX, como o desenvolvimento de programas, projetos e ações de EA integrados entre o ecoturismo, à administração de UCs e áreas especialmente protegidas, entre outros. Vemos aqui que, segundo esta Política, o enfoque dado para EA nas UCs é ligado principalmente à sua gestão e não tanto a ações mais comuns de EA em UCs, como aquelas ligadas à visitação pública. Isso se reflete, mais a frente no texto desta legislação, na seleção da gestão participativa e compartilhada como uma das linhas de atuação das atividades ligadas à Política. Além disso, na Seção III, que traz informações sobre a EA não-formal, está descrito que os Poderes Públicos Estadual e Municipal incentivarão e criarão instrumentos para viabilizar a sensibilização da população quanto à importância da participação e acompanhamento da gestão ambiental nas UCs, bem como nas bacias hidrográficas, biomas, territórios e municípios. Assim, pela Política Estadual de EA, a principal forma de atuação da EA nas UCs é durante sua gestão, o que de fato é uma vertente bastante importante.

O mesmo enfoque é dado pela Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo (SÃO PAULO, 2014). Os programas estão voltados à gestão das UCs, a gestão participativa e compartilhada são uma das temáticas abordadas pelos projetos e ações de EA, a sensibilização para a importância da participação e acompanhamento da gestão também são destacadas e, diferenciando-se da Política Estadual, está incluído o trabalho de sensibilização das populações tradicionais e aquelas que estão ligadas às UCs.

Finalmente, é necessário destacar um documento de grande importância para a EA e também para a comunicação nas UCs, a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA) (MMA, 2011). Com a proposta de ser um instrumento orientador para gestoras/es e diferentes pessoas envolvidas com planejamento e aplicação de ações e projetos de EA e comunicação nas UCs, a ENCEA possui um histórico muito interessante, pois foi criada de maneira participativa.

A elaboração do documento se inicia em 2006 quando foi criado um grupo de trabalho para sua construção. Após a realização de um diagnóstico do estado da arte da EA e comunicação em UCs, a ENCEA foi apresentada no V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em 2007, onde as/os participantes puderam realizar sugestões para a elaboração participativa deste documento. Sendo escolhido o formato de um documento aprimorado periodicamente, foram sistematizadas as contribuições e em 2008, foi realizada uma oficina com colaboradoras/es, advindas/os da sociedade civil e do governo. Em seguida, foram

realizadas oficinas nas regionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), finalizando o processo em uma oficina nacional na Academia Nacional de Biodiversidade, localizada na Floresta Nacional de Ipanema, no município de Iperó-SP, em novembro de 2010.

A ENCEA está embasada nos principais documentos brasileiros que tratam do assunto, tais como: a Constituição Federal, Sistema Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.939/81), SNUC, PNEA, ProNEA, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, PNAP, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto n. 6.040/07), Deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, Agenda 21 Brasileira, Política Nacional de Biodiversidade e CDB.

O objetivo geral da ENCEA é:

Fortalecer e estimular a implementação de ações de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Corredores Ecológicos, Mosaicos e Reservas da Biosfera, em seu entorno e nas zonas de amortecimento; promovendo a participação e o controle social nos processos de criação, implantação e gestão destes territórios, e o diálogo entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos com a questão no país (MMA, 2011, p. 20).

Esse objetivo é contemplado pela ENCEA a partir da designação de cinco grandes diretrizes. A primeira delas se refere ao fortalecimento da ação governamental tanto na elaboração quanto execução das ações de EA e comunicação no âmbito do SNUC. A segunda trata do devido estabelecimento das formas de participação social nos momentos de criação, implementação e gestão das UCs. A terceira e quarta indicam a necessidade de estimular a inserção das UCs como temática nos ensino formal e não-formal, respectivamente. A quinta e última diretriz tem enfoque maior para a comunicação, informando que é preciso qualificação e ampliação da abordagem na mídia sobre as UCs, bem como o estímulo a prática de comunicação participativa com enfoque na gestão ambiental.

A partir da ENCEA, é possível direcionar os trabalhos educativos realizados nas UCs, buscando a possibilidade de se trabalhar em uma mesma linguagem, mesmo considerando as diferenças de realidade que cada UC possui. A existência de tal documento ressalta a importância que deve ser dada tanto à comunicação quanto à EA nas UCs. Dessa forma, a priorização da realização deste tipo de atividade é fortalecida e a gestão das UCs possivelmente dará mais atenção a estes pontos.

Como complemento à ENCEA e servindo para auxiliar no direcionamento das ações, recentemente foram publicados cinco cadernos da Série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação (ICMBIO, 2015). Estes cadernos trazem

informações sobre a aplicação da EA e comunicação nas UCs, a gestão ambiental pública, a participação social na implementação de UCs, participação na gestão das UCs, estratégias de mediação e enfrentamento de conflitos, e estratégias para promover articulação e captação de recursos. Todos apresentam, além de uma base conceitual, exemplos realizados em diferentes UCs do país. Dessa maneira, trazem maior embasamento às pessoas envolvidas com as UCs para garantir a utilização efetiva da EA e da comunicação em prol destas áreas.

1.4.4.A pesquisa em EA nas UC

Como pudemos perceber, a EA vem cada vez se inserindo no contexto das UCs, tanto na realização de ações de EA na própria UC com público escolar ou visitante em geral, mas também sendo aplicada durante o processo de gestão destas áreas.

Ao mesmo tempo, a pesquisa sobre a EA nestes locais vem aumentando com o passar do tempo. Em geral, os principais temas estudados sobre a EA nas UCs publicados em revistas e anais de eventos tratam de análises e avaliações de programas e ações educativas nas UCs realizadas com público visitante ou escolar (AMADOR; PALMA, 2013; BENAYAS; BLANCO; GUTIÉRREZ, 2000; CERATI; LAZARINI, 2009; JACOBI; FLEURY; ROCHA, 2004; MATOS; PARRA; PERES, 2014; SAISSE, 2013; SANTOS; SCHETTINO; BASTOS, 2013; TABANEZ; PADUA; SOUZA, 1996; TAMAIO; LAYRARGUES, 2014; TOLEDO; PELICIONI, 2006a; TOLEDO; PELICIONI, 2006b; VALENTI et al., 2012; VALENTI et al., 2014; VALENTI; IARED; OLIVEIRA, 2015) e análises de ações educativas ligadas à gestão da UC (ALVES et al., 2014a; ALVES et al., 2014b; CERATI et al., 2011; SANTOS et al., 2007; SOUZA; CERATI, 2013)

Outros temas que também foram estudados e que se conectam de alguma maneira à EA nas UCs, bem como trazem informações que afetam a gestão dessas áreas, são análises das percepções das/os funcionárias/os e população que vive no interior ou entorno da UC (ALLENDORF et al., 2006; ALVES; RAIMUNDO, 2009; BRESOLIN; ZAKRZEWSKI, MARINHO, 2010; DIMITRAKOPOULOS et al., 2010; GONÇALVES; HOEFFEL, 2012; HOEFFEL et al., 2008; LAU; ABESSA; TOPPA, 2011; MAGALHÃES; BONONI; MERCADANTE, 2010; NEWMARK et al., 1993; SILVA; CÂNDIDO; FREIRE, 2009; SOUZA, 2012; TRAKOLIS, 2001; XU et al., 2006), e análises quanto ao perfil e experiência que visitantes têm ao conhecer uma determinada UC (INDRUSIAK; PADUA, 1997; LADEIRA et al., 2007; MALTA; COSTA, 2009; SOUZA, 2011; TOMIAZZI et al., 2006).

Como forma de conhecer o andamento da pesquisa em EA nas UCs em teses e dissertações brasileiras, realizamos um levantamento utilizando o Banco de Teses e Dissertações do Projeto EArte. Este banco de dados foi composto por dissertações e teses disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desde 1981, ano no qual foi defendida a primeira dissertação de mestrado em EA disponível no Banco, até 2009. O Projeto EArte é coordenado por pesquisadoras/es da Universidade Estadual Paulista – UNESP Rio Claro, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e Universidade de São Paulo – USP Ribeirão Preto, tendo como principais objetivos recuperar a produção acadêmica e científica em EA no Brasil, constituindo um acervo de dissertações e teses nesta área, bem como realizar análises e descrições destas produções em nosso país (PROJETO EARTE, 2015), permitindo buscas diversas, a partir de vários descritores.

Utilizando o termo “unidade de conservação”, no singular e no plural, na opção de busca em todos os campos, encontramos, respectivamente, 60 e 40 trabalhos, totalizando 100 teses e dissertações. Dentre estas, cinco foram excluídas, pois não abordavam o tema em questão. Uma vez que o Projeto EArte classifica os trabalhos de acordo com uma série de critérios, sendo um deles o tema abordado, nos utilizamos dessa mesma classificação para caracterizar os trabalhos e verificamos também dentro desses temas, quais os tópicos mais estudados.

A tabela 1 indica os principais temas das teses e dissertações no Projeto EArte, bem como sua principal abordagem e o número de estudos em cada temática. É notável a quantidade mais elevada de estudos que utilizam a percepção das pessoas envolvidas em diferentes processos, ações, projetos educativos nas UCs, o que é muito interessante, pois demonstra aumento na importância dada às opiniões, anseios e necessidades das pessoas diretamente relacionadas às UCs, o que pode ser a chave para o cumprimento dos objetivos destes locais.

Levando esta importância em consideração, esta pesquisa também segue essa mesma linha, buscando a partir de opiniões e percepções de diferentes grupos envolvidos com uma UC urbana, o PEFI, compreender o desenvolvimento da EA e a participação da população do entorno nas atividades desta UC. Além disso, estas percepções poderão servir como subsídios para novas ações no PEFI, tanto relacionadas à EA como à gestão da UC, possibilitando que essas diferentes opiniões possam contribuir para o desenvolvimento e conservação da UC.

Tabela 1. Principais temas abordados nas dissertações e teses disponíveis no Projeto EArte.

Tema	Principal abordagem	Número de trabalhos
Concepções, representações e processos cognitivos do aprendiz em EA	Análises da percepção ambiental da população do entorno de UCs	35
Currículos, programas e projetos	Análises de programas educativos em UCs	21
Concepções, representações e processos cognitivos do formador em EA	Análises das percepções de professoras/es, gestoras/es de UCs e de órgãos públicos	16
Outros temas/sem classificação	Conexão da EA com a gestão das UCs e trabalhos de ecoturismo	12
Organização governamental	Estudos sobre a EA na gestão da UC, percepção de pessoas envolvidas com a área e análise de projetos	11
Processos e métodos de ensino e aprendizagem	Análises dos resultados provenientes de ações e projetos educativos em UC	10
Trabalho e formação de professores/agentes	Abordam projetos de formação de professoras/es e de monitoras/es	5
Políticas públicas em EA	Estudos que relacionam as políticas públicas com a EA e UCs	4
Movimentos sociais/ambientalistas	Trabalhos que abordam influências de movimentos e atuação de ONGs	3
Comunicação	Trabalho envolvendo educação à distância e UC	1
Fundamentos de EA	Trabalho que aborda o desenvolvimento de pesquisa em UC	1
Recursos didáticos	Trabalho sobre o desenvolvimento de um recurso didático para UC	1

Fonte: autoria própria

1.5. O Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI)

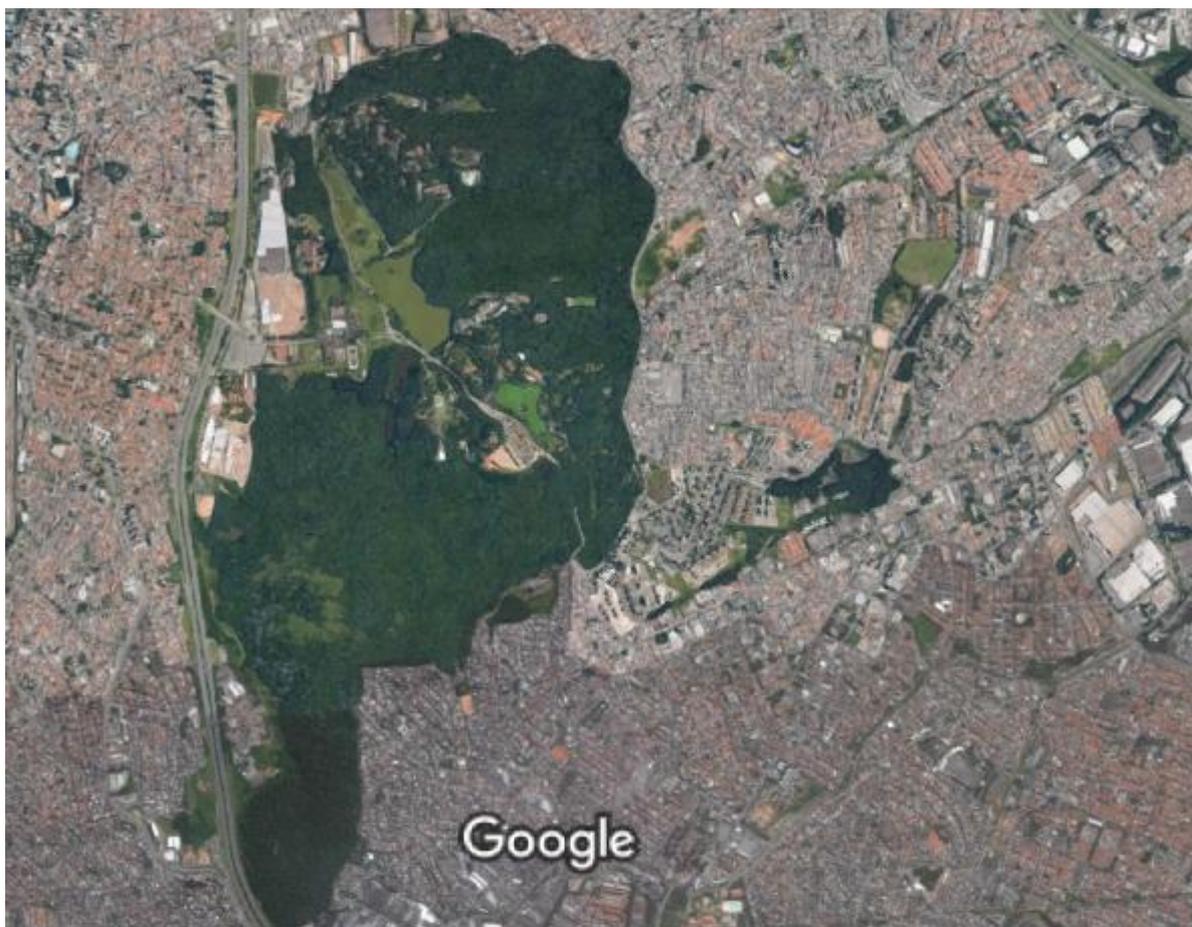
Esta pesquisa foi realizada no PEFI, uma UC urbana com aproximadamente 526 hectares, localizada na região sudeste do município de São Paulo-SP, fazendo limite com a cidade de Diadema-SP (FERNANDES; REIS; CARVALHO, 2002). É uma UC completamente circundada pela malha urbana, com a Rodovia dos Imigrantes passando bastante próxima de um lado, a Avenida Cursino de outro e seu interior cortado pela Avenida Miguel Estéfano, caracterizando-a como uma grande ilha verde na região (Figura 1). A

vegetação predominante é classificada como ombrófila densa, pertencente ao domínio da Mata Atlântica (BARBOSA; POTOMATI; PECCININI, 2002).

O PEFI foi criado oficialmente em 1969, todavia, sua história se inicia mais de cem anos antes. Em 7 de setembro de 1822, é declarada a independência do Brasil por D. Pedro I, às margens do Riacho do Ipiranga. As nascentes deste histórico riacho encontram-se exatamente dentro do PEFI, e é por conta delas que esta UC recebeu seu nome oficial. Hoje, as águas das nascentes se juntam sob a Rodovia dos Imigrantes e percorrem um trecho já canalizado de cerca de 7 Km a céu aberto, dividindo as Avenidas Ricardo Jafet e Abraão de Moraes, portas de entrada a São Paulo para quem é proveniente da Baixada Santista. Em seguida, as águas afloram em frente ao famoso Museu do Ipiranga (Museu Paulista da USP) e deságuam no Rio Tamanduateí, um afluente do Rio Tietê, pertencente da sub-bacia hidrográfica do Alto Tietê (BARBOSA; POTOMATI; PECCININI, 2002).

Retomando o histórico desta UC, o primeiro ato legal que dá início a sua criação é o Decreto 204-A de 12 de setembro de 1893, no qual são indicadas áreas a serem desapropriadas na região do Riacho do Ipiranga, com a justificativa de que as águas deste local seriam um importante incremento ao abastecimento do município de São Paulo (SÃO PAULO, 1893). Então é realizada a primeira demarcação do Parque, conhecido na época como Parque da Água Funda; a partir de 1917, obras passam a ser realizadas para o aproveitamento dessas águas, mas com o aumento da poluição e com a adequação de outras fontes de abastecimento, a utilização da região para o abastecimento de água é encerrada na década de 1920 (BARBOSA; POTOMATI; PECCININI, 2002).

Figura 1. Vista aérea do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga.



Imagens ©2016 Google, DigitalGlobe, Dados do mapa ©2016 Google 500 m

Fonte: Google Earth

Após este período, surge a ideia de se utilizar o local como parque público e, a partir de então, a UC passa a apresentar uma de suas características que mais a diferenciam de outras áreas protegidas, a presença de instituições em seu interior. As primeiras delas foram o Jardim Botânico de São Paulo e o Departamento de Botânica, futuro Instituto de Botânica (IBt), criados oficialmente em 1938 (JARDIM BOTÂNICO DE SÃO PAULO, 2015a), seguidas pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) ligado à USP, em 1941 (MANTOVANI; MASSAMBANI, 2004) e pelo Departamento de Produção Animal, que se tornaria a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SAA). Em 1958, é inaugurado o Zoológico de São Paulo, consolidando-se como fundação no ano seguinte (FPZSP, 2015b). Em 1968 é criado o Hospital Psiquiátrico da Água Funda, que futuramente seria conhecido como Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental (CAISM) "Doutor David Capistrano da Costa Filho" (LAPLA; PLANTEC, 2006).

Em 17 de janeiro de 1969 é publicado o Decreto n. 10.353 que declara que os bosques e matas do então Parque da Água Funda passam a ser de preservação permanente.

Neste mesmo ano, em 12 de agosto é publicado o Decreto 52.281 que cria o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, oficializando também a mudança do nome de Parque da Água Funda para PEFI.

Os anos foram se passando e a região passou a ser cada vez mais habitada, incluindo a construção da Rodovia dos Imigrantes, que separou o Parque em duas áreas, processo que foi acompanhado pela ocupação de boa parte da área por habitações irregulares (BARBOSA; POTOMATI; PECCININI, 2002). Em 2001, é inaugurado na área do IAG, o Parque de Ciência e Tecnologia da USP, o Parque Cientec (PARQUE CIENTEC, 2015). Assim, até 2002, faziam parte do PEFI as seguintes instituições: IBt, IAG, Parque Cientec, SAA, FPZSP composta pelo Jardim Zoológico e Zoo Safári, Fundação Estadual para o Bem-estar do menor (FEBEM), 3º Batalhão da Polícia, 97ª Delegacia da Polícia Civil (97º DP) e o CAISM. Algumas destas instituições foram desativadas como a FEBEM, o 3º Batalhão da Polícia e a SAA, as duas últimas em 2013 a partir do Decreto n. 14.944/13, sendo a área destinada à construção de um grande recinto de exposições anexo ao que já existe atualmente na região, o Centro de Exposições Imigrantes (São Paulo Expo). Além disso, atualmente está em construção o Centro Paraolímpico Brasileiro na área do PEFI entre o Centro de Exposições e o 97º DP. A Figura 2 mostra a área do PEFI destacando as instituições atualmente em seu interior, bem como o Centro de Exposições.

É importante ressaltar que atualmente três das instituições que se encontram no PEFI têm como principal função a recepção de visitantes, são elas: o Jardim Botânico de São Paulo, a Fundação Parque Zoológico de São Paulo e o Parque Cientec (PCT). Com a presença de um jardim botânico, um zoológico e um centro de ciências, o PEFI recebe uma quantidade significativa de pessoas todos os anos, sendo aproximadamente 1,5 milhões de pessoas, apenas para a FPZSP (FPZSP, 2014). Dessa maneira, há a oportunidade de realizar projetos e ações educativas que alcançarão um grande número de pessoas, possibilitando grande difusão da temática ambiental.

Com relação à gestão desta UC, a partir do Decreto Estadual n. 43.342/98, houve a criação do conselho gestor do parque, o Conselho de Defesa do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (CONDEPEFI), o qual tem como participantes representantes das instituições instaladas na UC, bem como representantes do Estado, das prefeituras de São Paulo e Diadema e representantes da sociedade civil. São realizadas reuniões regulares entre os membros deste conselho, para tratar especialmente de questões como a fiscalização, a recuperação e proteção ambiental e a autossustentabilidade do parque (BARBOSA; POTOMATI; PECCININI, 2002).

Figura 2. Vista aérea do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga com destaque às instalações das instituições em seu interior e do Centro de Exposições Imigrantes.



Imagens ©2016 Google, DigitalGlobe, Dados do mapa ©2016 Google 500 m

Fonte: Google Earth. Edição: autoria própria.

Em conformidade com o SNUC, o PEFI possui um plano de manejo desde 2008. Este plano apresenta o zoneamento da região, sendo importante destacar o fato que dentre as cinco zonas elaboradas para a área do parque (zona primitiva, zona de recuperação, zona de patrimônio histórico e cultural, zona de uso intensivo, zona de uso conflitante) é levada em consideração a presença das instituições, uma vez que estão no interior do PEFI. Segundo o plano de manejo, embora o PEFI seja caracterizado como um Parque Estadual, devido a essas distintas condições, não é possível um enquadramento perfeito como UC de proteção integral, no entanto, uma vez que esta área apresenta o maior fragmento de Mata Atlântica da região metropolitana de São Paulo, sua classificação nesta categoria de UC é justificável (SÃO PAULO, 2008).

Neste documento, constam também os programas de gestão selecionados e suas respectivas atividades propostas para que o PEFI possa alcançar seus objetivos como UC

de proteção integral. Ao todo são nove programas: operacionalização, proteção, manejo, infraestrutura, conservação, educação, monitoramento, lazer e pesquisa. Com relação ao programa de educação, o qual será o assunto desta pesquisa, são propostas duas atividades. A primeira é a implementação de uma proposta de conscientização das/os funcionárias/os das instituições no PEFI e moradoras/es do entorno; e, a segunda, é a articulação das instituições no PEFI para implementar proposta de EA para visitantes (SÃO PAULO, 2008).

Outro ponto do plano de manejo que é interessante ser destacado está presente dentre as seis ações emergenciais propostas para o PEFI. A quarta proposta visa concretizar a vocação ambiental do PEFI e, para isso, indica a necessidade de que seja implementado um programa educacional ligado à valorização dos recursos naturais do PEFI e aos condicionantes de conservação ambiental (SÃO PAULO, 2008). Dessa forma, a educação é ressaltada no plano de manejo como um caminho para o cumprimento dos objetivos do PEFI.

A presença de uma área verde como o PEFI é sem dúvida de grande importância para a região. O PEFI presta serviços ambientais para a população da região metropolitana de São Paulo, tais como um espaço verde para o lazer, possibilitando a prática de exercícios e o contato com a natureza, e regulação climática da região, algo de grande importância quando consideramos a qualidade de ar do município de São Paulo (MANOEL, 2010). Além disso, levando em consideração os aspectos histórico-culturais do PEFI, este local tem grande valor simbólico, sendo parte importante da história de nosso país. De acordo com LAPLA e PLANTEC (2006), isso é algo a ser considerado, uma vez que os aspectos histórico-culturais de uma UC possibilitam o fortalecimento da visão e importância que o local possui.

Assim, podemos verificar que o PEFI desempenha papéis muito importantes seja para a conservação da biodiversidade, para manutenção da história e cultura brasileira ou para trazer qualidade de vida às pessoas que residem na região. Dessa maneira, é importante que as instituições em seu interior, principalmente aquelas que recebem visitantes, possam demonstrar a essas pessoas, bem como para a população do entorno, a grande importância que o PEFI possui, pois dessa forma será possível ressaltar, tornar conhecida e proteger esta tão valiosa UC.

Considerando essas necessidades, as análises realizadas nesta pesquisa trazem um panorama geral do desenvolvimento das atividades educativas e da participação da população do entorno no PEFI. É importante conhecermos este panorama para que seja possível analisar essas ações e buscar caminhos para sua contínua melhoria. Esta pesquisa contribui também buscando e apresentando as opiniões, percepções e sugestões de pessoas

pertencentes aos principais grupos que se relacionam com o PEFI, sua EA e gestão, tanto para formulação deste panorama, como para indicação de novos caminhos para esta UC, além de estimular a criação de um canal de comunicação entre estes grupos, pois desta maneira, será possível pensar coletivamente em ações a serem realizadas, fortalecidas por considerarem as diferentes pessoas envolvidas com a UC de maneira democrática e dialógica, garantindo a manutenção do PEFI e o cumprimento de seus objetivos para a conservação da biodiversidade.

1.6. Questões da pesquisa

- 1) Quais são e qual o nível de articulação entre as ações e projetos de EA que tratam sobre o PEFI, nas instituições que compõem esta UC em área intensamente urbanizada?
- 2) Considerando a existência de um plano de manejo para a área, qual tem sido a participação da população do entorno do PEFI nos programas educativos e na gestão da UC?
- 3) Qual a percepção que funcionárias/os e moradoras/es do entorno do PEFI têm em relação à área?

1.7. Objetivos

- Compreender como estão sendo elaboradas e realizadas as atividades educativas nas instituições que compõem PEFI, de acordo com as diretrizes propostas pelo Plano de Manejo desta UC;
- Identificar como tem sido a participação da população do entorno nas diferentes atividades relacionadas a esta área protegida;
- Identificar a percepção de pessoas ligadas à gestão da UC e à EA, bem como da população do entorno, com relação ao PEFI;
- Gerar subsídios para a elaboração de uma proposta educativa integrada entre as instituições do PEFI, utilizando metodologias participativas.

1.7.1. Objetivos específicos

- Realizar um levantamento e análise das atividades educativas que estão sendo realizadas nas instituições que compõem o PEFI que abordam a UC como temática;
- Realizar um levantamento e análise das atividades educativas que incluam diretamente a população do entorno da UC;
- Identificar qual a compreensão que as/os funcionárias/os responsáveis pelos programas educativos e pela gestão da UC e moradoras/es da região têm em relação ao PEFI como uma UC;
- Identificar a dinâmica de elaboração das atividades educativas no PEFI;
- Identificar a percepção da população do entorno com relação à visitação e aos programas educativos das instituições que compõem o PEFI;
- Resgatar o processo de criação do plano de manejo do PEFI com relação à participação da população do entorno;
- Realizar um levantamento quanto ao andamento da gestão da UC;
- Levantar subsídios para uma proposta de articulação entre as ações educativas das instituições envolvidas.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada teve abordagem qualitativa com cunho exploratório. Segundo Godoy (1995a), a pesquisa qualitativa se origina a partir de interesses mais amplos, sendo aprofundados conforme o desenvolvimento do estudo. Neste tipo de pesquisa, por meio do contato direto da pesquisadora ou pesquisador com a situação estudada, realiza-se a obtenção de dados visando compreender a visão das/os participantes do estudo, uma vez que parte do pressuposto de que uma melhor compreensão sobre determinado fenômeno é obtida no contexto no qual ocorre, a partir de análises com uma perspectiva integrada (GODOY, 1995a, 1995b).

Garnica (1997) salienta que, levando em consideração o ser humano como um ser imerso em um contexto do qual é construtor e é ativo, não há neutralidade do/a pesquisador/a na investigação, uma vez que esta/e “atribui significados, seleciona o que do mundo quer conhecer, interage com o conhecido e se dispõe a comunicá-lo”.

Em suma, as principais características da pesquisa qualitativa são ter como fonte de dados o ambiente natural e quem investiga como o principal instrumento; a coleta de

dados consistindo majoritariamente de informações descritivas; há uma maior preocupação com o processo do que com o produto; a atenção de quem pesquisa se volta para os significados dados às coisas e à vida por quem está participando do estudo; e finalmente, a análise de dados geralmente segue um processo indutivo (BOGDAN; BICKLEN, 1982⁶ apud LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Com relação à pesquisa exploratória, especificamente, a grande vantagem reside no fato dela permitir que a pesquisadora ou pesquisador aumente sua experiência com relação a determinado problema (TRIVIÑOS, 1987).

2.1. Coleta de dados

De maneira a alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com pessoas que estavam diretamente relacionadas com o tema; observação direta de duas reuniões do conselho gestor do parque, o CONDEPEFI; e, em um segundo momento, aplicamos a ferramenta metodológica conhecida por Café ComPartilha (OCA, 2015). Para uma melhor compreensão, a Figura 3 indica a relação entre os procedimentos para coleta de dados e seus respectivos objetivos. A seguir apresentamos os detalhes destas coletas de dados.

2.1.1. A ética na pesquisa

Antes de detalharmos a coleta de dados, é importante serem ressaltados os procedimentos adotados nesta pesquisa para garantir um caráter ético na relação com as pessoas envolvidas. Como trabalhamos com funcionárias/os de diferentes instituições, principalmente em relação às educadoras e gestoras/es entrevistadas/os, pedimos a autorização dos responsáveis pelas instituições para que a pesquisa pudesse ser realizada, bem como uma autorização foi solicitada à gestão da UC, representada pelo IBt.

Em todas as entrevistas foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1) a todas/os as/os participantes, no qual constava a descrição e objetivos da pesquisa, o caráter não obrigatório e anônimo das entrevistas, bem como o contato e informações sobre o pesquisador. Após a transcrição das entrevistas, enviamos o documento às/aos entrevistadas/os para que pudessem fazer ou não alterações que achassem

⁶ BOGDAN, R.; BICKLEN, S. K. **Qualitative research for education**. Boston: Allyn and Bacon, Inc. 1982. 304 p.

necessárias, garantindo que os dados trabalhados estivessem realmente de acordo com as percepções das pessoas participantes, evitando possíveis mal-entendidos ou constrangimentos.

Além disso, utilizamos nomes fictícios para a identificação das/os participantes de maneira a preservar a privacidade destas pessoas. E, por fim, no momento de transcrição, realizamos correção das falas, pois dessa maneira estamos preservando o discurso da/o entrevistada/o e evitando possíveis julgamentos inapropriados a essas pessoas relacionados ao fato de não seguirem as normas da língua portuguesa formal (WHITAKER et al., 2002). Assim, quando necessário, modificamos apenas a ortografia, mas mantivemos questões de concordância ou expressões como “Ah” e “né”, de modo a não descaracterizar as falas destas pessoas.

2.1.2. Entrevistas semiestruturadas e observação direta

As entrevistas semiestruturadas são aquelas que possuem um esquema básico, um roteiro com questões abertas, mas que não é aplicado rigidamente, aceitando adaptações (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Elas são um formato de entrevista bastante útil, uma vez que permitem a descrição, explicação e compreensão ampla de fenômenos dentro de situações em diferentes dimensões, bem como valorizam a presença de quem realiza a investigação e enriquecem a pesquisa, pois permitem, a partir de todas as perspectivas possíveis, que a pessoa entrevistada alcance tanto a liberdade quanto à espontaneidade necessárias (TRIVIÑOS, 1987).

Foram entrevistadas ao todo 11 pessoas, separadas em três grupos: educadoras responsáveis pelos programas educativos nas instituições do PEFI; população do entorno; gestoras/es do PEFI (Quadro 1). As entrevistas foram realizadas durante o primeiro semestre de 2015 e, para cada um dos grupos foi aplicado um roteiro diferente de perguntas, uma vez que os objetivos principais das entrevistas diferiram para cada grupo (Apêndices 2, 3, 4). Dessa maneira, a entrevista com as educadoras teve como principal objetivo obter informações sobre os programas educativos. A entrevista com a população do entorno visou compreender a percepção destas pessoas quanto às instituições, o PEFI e sua participação nas atividades da UC. Por fim, no caso da entrevista com as/os gestoras/es, o foco principal foi o andamento da gestão do PEFI.

A única exceção a este modelo de entrevista ocorreu com uma entrevistada que é ao mesmo tempo moradora do entorno do PEFI e também participa ativamente do

CONDEPEFI. Assim, o roteiro de entrevista foi composto de uma seleção de perguntas pertencentes àquelas para a população do entorno e para gestoras/es (Apêndice 5).

Com relação às entrevistas com a população do entorno, para a busca por possíveis contribuições, utilizamos a técnica da “bola de neve”. Esta técnica consiste em, após o término da entrevista, pedir à pessoa entrevistada que indique alguém que, em sua opinião, poderia contribuir com informações para a pesquisa, assim as pessoas vão sendo entrevistadas até o momento conhecido como ponto de saturação, no qual as informações obtidas passam a se repetir com conteúdos já coletados nas entrevistas anteriores, sem novas informações (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento das/os participantes. Em seguida, foram transcritas e devolvidas para que as pessoas entrevistadas pudessem verificar o conteúdo para análise, sendo permitido que editassem o documento, tanto para retirar partes que não achavam convenientes, para acrescentar informações de que se lembraram após a entrevista ou para deixar mais claras as informações transmitidas.

É importante salientar que mesmo com roteiros e objetivos diferenciados, muitas vezes as/os participantes trouxeram importantes informações e percepções sobre outros temas que envolvem a UC, mas que em geral seriam abordados com outro grupo de entrevistadas/os. Por conta da grande riqueza destes dados, estes foram considerados, sendo fonte de informação utilizada para compor as discussões desta pesquisa, possibilitando ampliar nossa compreensão sobre os temas investigados.

Para trazer mais informações sobre o funcionamento da gestão do PEFI, realizamos a observação direta de duas reuniões deste conselho. Estas observações não seguiram uma estruturação rígida, servindo apenas como complemento para possibilitar uma maior compreensão do PEFI e suas atividades relacionadas. As reuniões foram realizadas na Diretoria do IBt, uma no dia 03 de março e a segunda no dia 31 de agosto de 2015.

2.1.3. Café ComPartilha

O Café ComPartilha (CCP) é uma interessante ferramenta metodológica elaborada baseando-se nos princípios e técnicas do World Café⁷ e da Educação Popular

⁷ Criado por Juanita Brown e David Isaacs em 1995, o Word Café é uma metodologia na qual, ao reunir grupos de pessoas, os auxilia a terem um diálogo construtivo sobre assuntos relevantes. Considerando o diálogo como elemento guia de nossas vidas, essa metodologia se baseia em sete princípios para seu design: estabelecer o contexto, ou seja, ter em mente o intuito da reunião realizada; criar um espaço acolhedor, receptivo e hospitaleiro; explorar questões realmente significativas; encorajar a contribuição de todas/os; conectar diferentes perspectivas; escutar junto para perceber padrões e *insights*; e compartilhar as descobertas coletivas (THE WORLD CAFÉ, 2015).

(OCA, 2015). Segundo a equipe do Laboratório de Educação e Política Ambiental – OCA (2015), responsável por realizar este entrelaçamento de princípios e técnicas, o CCP traz da metodologia do World Café a valorização do diálogo como ambiente acolhedor, levando em consideração o fato de que este momento pode facilitar o surgimento de ideias e reflexões sobre questões realmente importantes. Da Educação Popular, baseando-se nas propostas de Círculos de Cultura de Paulo Freire e Comunidades Aprendentes de Carlos Rodrigues Brandão, também traz fundamentos e técnicas de diálogo, proporcionando bons encontros, trocas de experiências, histórias de vida. Além disso, dentre outras/os autoras/es que inspiraram a equipe da OCA está Boaventura de Souza Santos com o conceito de comunidades interpretativas, e Maria Rita Avanzi e Marco A. S. Malagodi que fazem a relação deste conceito com a perspectiva da EA (OCA, 2015). Dessa forma, esta equipe indica que o CCP busca o estabelecimento de um ambiente democrático, participativo e dialógico.

Em relação ao desenvolvimento da técnica, o CCP segue basicamente o design do World Café (BROWN; ISAAC, 2007). Dessa forma, consiste em uma reunião com grupos de pessoas, que estarão em um ambiente que simula um café ou restaurante, por exemplo. Assim, são dispostas mesas e cadeiras para que as/os participantes se sentem em grupos menores, geralmente de até cinco pessoas. Sobre a mesa, podem ser dispostas toalhas de mesa, de modo a simular o café, e são colocadas grandes folhas de papel que servirão para que as pessoas se expressem em forma de anotações de palavras, frases, esquemas e imagens. Também podem ser disponibilizados café e bolachas para garantir uma maior simulação, bem como tornar o ambiente mais agradável.

Após essa preparação, pode ser realizada uma pequena apresentação que explica o contexto das questões que serão abordadas. Assim, temos a presença de uma pessoa que será a anfitriã do café e terá a responsabilidade de garantir seu correto funcionamento. Com as pessoas já acomodadas é explicado o funcionamento do CCP. Em geral, em cada mesa está anotada uma questão ou questões a serem discutidas pelo grupo. Cada questão é discutida em um determinado período de tempo, normalmente de 20 a 30 minutos. Após esse período, as/os participantes trocam de mesas, se misturando entre o restante do grupo. Assim, ao irem para outra mesa discutirão outra pergunta. As perguntas podem ser fixas nas mesas, ou seja, uma mesma mesa sempre terá uma mesma questão ou uma sequência determinada de questões pode ser trabalhada, mas sempre mantendo a divisão em rodadas com trocas de pessoas nos grupos.

Para conectar as/os participantes com o que já foi discutido em cada mesa, permitindo uma discussão mais ampla dos assuntos, algumas pessoas são selecionadas,

voluntariamente, para serem mediadoras. O papel destas pessoas é introduzir as/os recém-chegadas/os às discussões anteriores, permitir que todas/os possam compartilhar suas opiniões, estimular a representação gráfica na folha sobre a mesa e sistematizar as conclusões do grupo. Depois de realizadas as rodadas de perguntas, as/os mediadoras/es apresentam ao grupo completo o que foi discutido em cada mesa, então, o grupo como um todo compartilha suas impressões e opiniões, neste momento conhecido como plenária, finalizando o CCP.

Considerando as possibilidades trazidas pela aplicação do CCP, convidamos as pessoas entrevistadas para participarem deste momento de reflexão. Esta reunião aconteceu no dia 30 de setembro de 2015, no Anfiteatro do Zoológico de São Paulo. O objetivo foi realizar um diálogo a respeito das possibilidades da criação, elaboração, implementação e dificuldades de um programa de EA para o PEFI, e também em relação a percepções sobre as diretrizes para a educação no PEFI presentes no plano de manejo. Além disso, este foi o momento no qual as diferentes pessoas envolvidas com a realidade do PEFI puderam se conhecer e estabelecer contato.

O número total de pessoas previsto para este encontro era de 11 pessoas, sendo nove entrevistadas/os, somadas/os ao pesquisador desta investigação e uma colega pesquisadora que realizaram a mediação nas mesas (Quadro 1). Em função deste número, organizamos o CCP com duas mesas e uma sequência de três perguntas realizadas simultaneamente, sempre mantendo a troca de participantes ao final de cada rodada de questões (Apêndice VI). Isto significa que em cada uma das três rodadas, a pergunta de uma mesa era igual a da outra. Para garantir o caráter informal do encontro e possibilitar conforto, disponibilizamos café e bolachas às pessoas participantes, o que possibilitou uma maior caracterização do local como um verdadeiro café.

Nem todas/os as/os participantes das entrevistas puderam estar presentes nesse momento. Além disso, uma diretora do Zoológico de São Paulo, que é também conselheira no CONDEPEFI e três pessoas pertencentes à equipe de educação do Parque Cientec, que não haviam sido entrevistadas, também participaram do CCP, totalizando coincidentemente o número previsto de 11 pessoas.

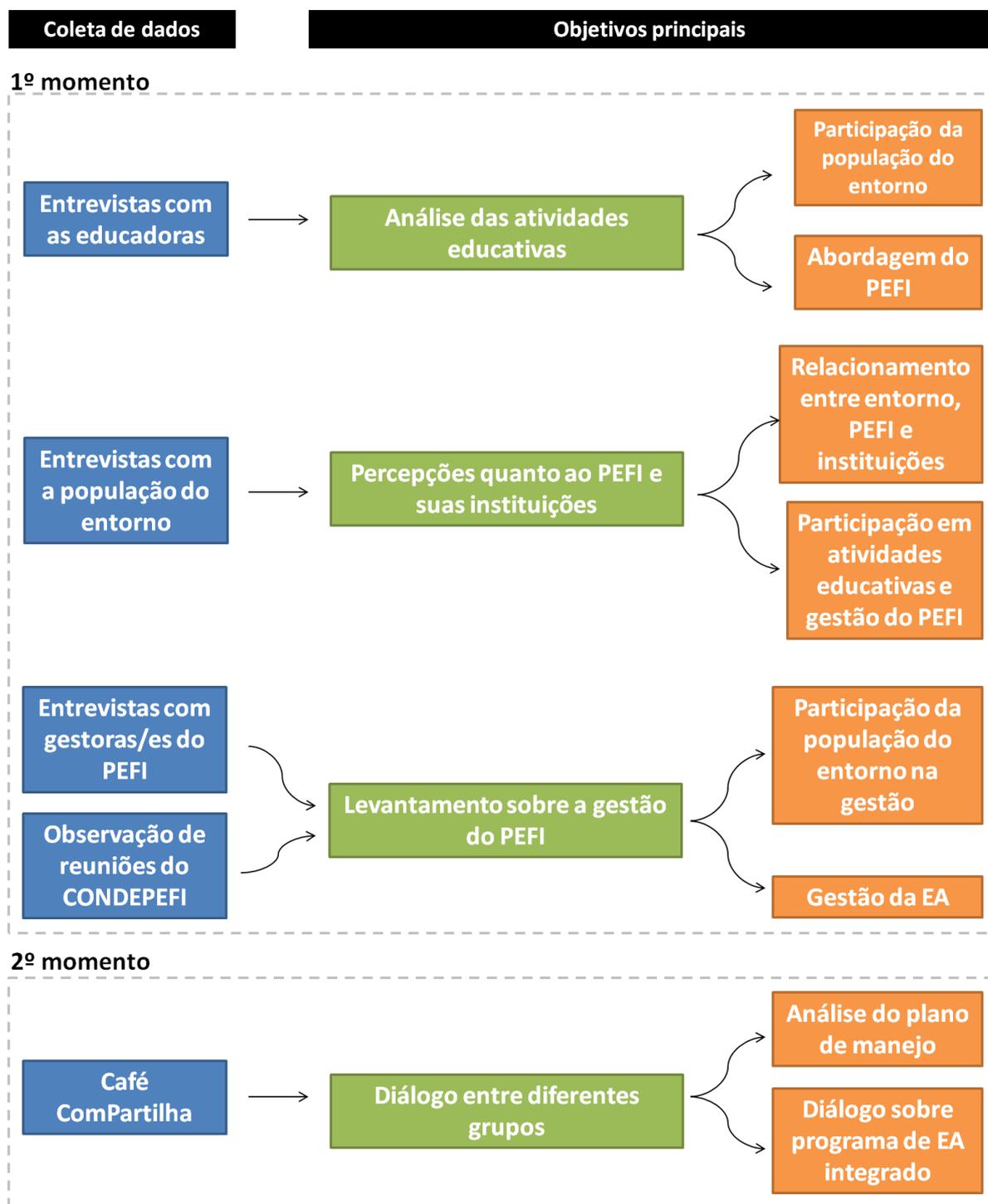
2.2. Análise de dados

Após a transcrição das entrevistas, seguida da devolutiva, os dados foram analisados por meio da metodologia conhecida por Análise Textual Discursiva (ATD), como descrita por Moraes e Galiazzi (2007). Esta metodologia, caracterizada como um intermediário entre duas outras conhecidas metodologias, a análise de conteúdo e a análise de

discurso, consiste em um processo emergente de compreensão que acontece a partir da desconstrução e reconstrução de textos provenientes, por exemplo, de entrevistas, registros de observação ou discussões de grupo, permitindo novos entendimentos sobre o fenômeno pesquisado (MORAES; GALIAZZI, 2007).

Para a aplicação desta metodologia, é proposto um ciclo de quatro fases: a unitarização, a categorização, a construção de um metatexto e a teorização. Na unitarização, o texto é analisado em detalhes, sendo fragmentado de maneira a destacar seus elementos constituintes, formando as unidades de análise. Quanto à categorização, neste momento são verificadas relações entre as unidades de análise, reunindo-as em conjuntos com elementos próximos, definindo assim as categorias. Estas podem ser estabelecidas *a priori*, a partir das teorias que fundamentam a pesquisa, o que é conhecido como método dedutivo; podem também ser estabelecidas a partir das análises das unidades de significado, obtendo-se categorias emergentes, pelo método dedutivo. Seguimos para o momento de construção de um metatexto, no qual constará a descrição das categorias utilizadas; finalizando com a teorização, na qual é realizada a interpretação dos dados obtidos para, em um esforço construtivo, ampliar a compreensão do fenômeno investigado.

Figura 3. Instrumentos de coleta de dados e sua relação com os objetivos da pesquisa.



Fonte: autoria própria

Quadro 1. Informações sobre as/os participantes da pesquisa, indicando o momento de participação.

Participante	Formação	Instituição	Tempo na instituição	Tempo na região	Grupo	Coleta de dados
Alice	Mestra em Zoologia	Zoológico de São Paulo	8 anos	-----	Educadoras	ENT/CCP
Bruna	Doutora em Educação	Jardim Botânico de São Paulo	23 anos	-----	Educadoras	ENT /CCP
Carla	Educadora física com pós-graduação em Turismo	Parque Cientec	2 anos	-----	Educadoras	ENT /CCP
Dora	Ensino Médio completo	Associação de moradores do Jardim Amália	11 anos	47 anos	População do entorno	ENT
Eliana	Ensino Fundamental II incompleto	Associação de moradores e amigos da Água Funda	1 ano	17 anos	População do entorno	ENT
Melissa	Pedagoga	Escola Estadual Prof. ^a Martha F. Netto	-----	34 anos	População do entorno	ENT
Otavio	Ensino Médio completo	Associação de moradia 18 de agosto e Santa Luzia	15 anos	28 anos	População do entorno	ENT/CCP
Laura	Mestra em Teologia	Associação de moradores e amigos da Água Funda	14 anos	46 anos	População do entorno/Gestora	ENT/CCP
Natalia	Doutora em Agronomia	Instituto de Botânica	21 anos	-----	Gestora	ENT
Paulo	Doutor em Agronomia	Instituto de Botânica	39 anos	-----	Gestor	ENT
Rodrigo	Fotógrafo	Agência Ambiental Pick-upau	16 anos	-----	Gestor	ENT
Fernanda	Ensino Superior incompleto	Parque Cientec	-----	-----	Equipe Cientec	CCP
Samuel	Ensino Superior incompleto	Parque Cientec	-----	-----	Equipe Cientec	CCP
Joana	Administradora com pós-graduação em direito e relações de trabalho	Parque Cientec	-----	-----	Equipe Cientec	CCP
Iara	Bióloga	Zoológico de São Paulo	24 anos	-----	Gestora	CCP
Tais	Mestra em Conservação da fauna	USP	-----	-----	Pesquisadora auxiliar	CCP

Fonte: autoria própria. Legenda: ENT= entrevistas; CCP= Café ComPartilha.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para possibilitar uma melhor compreensão dos resultados e discussões desta pesquisa, iremos apresentá-los em quatro tópicos: os programas educativos no PEFI e as percepções de suas responsáveis; os conhecimentos e as percepções da população do entorno; a gestão do PEFI; e o Café ComPartilha: construindo uma visão compartilhada da EA no PEFI.

3.1. Os programas educativos no PEFI e as percepções de suas responsáveis

Os resultados aqui apresentados são provenientes das entrevistas realizadas com as educadoras da Fundação Parque Zoológico de São Paulo (FPZSP), Parque Cientec (PCT) e Jardim Botânico de São Paulo (JBSP). Nesta seção serão abordados aspectos dos programas educativos como o modo de elaboração de atividades, as atividades em funcionamento nas instituições e experiências anteriores, os materiais utilizados nessas atividades, e as pessoas que realizam as atividades e sua formação. De maneira a permitir uma melhor compreensão, descreveremos separadamente os resultados encontrados para cada instituição. Além dos aspectos dos programas educativos, apresentaremos também algumas percepções e conhecimentos das educadoras entrevistadas, uma vez que auxiliarão na compreensão de como estes programas se desenvolvem.

Para todos esses tópicos, seguindo os objetivos desta pesquisa, o enfoque dado será para a relação entre as atividades educativas com o PEFI e com a população do entorno, uma vez que as atividades propostas pelo programa de gestão “Educação” envolvem as/os visitantes das instituições e a população do entorno. É necessário salientarmos tal fato, pois cada instituição tem um enfoque diferente, o que reflete diretamente em seus programas educativos. Dessa maneira, estes apresentam atividades com temas ligados às instituições, que não necessariamente se ligam à temática desta pesquisa e, por isso, não foram exploradas.

No decorrer da discussão, procuramos realizar comparações entre os resultados encontrados a respeito das atividades educativas no PEFI com a realidade de outras UCs. Contudo, salientamos desde já a dificuldade em realizar este procedimento devido justamente à realidade do PEFI. Esta UC apresenta a diferença de, em primeiro lugar, não possuir um programa de uso público, no qual muitas UCs inserem a EA (DIAS, 2008; WICK, 2014), pois o acesso a sua área só é permitido a partir das instituições com finalidade de visitação, as

mesmas aqui estudadas; e em segundo lugar, por conta das ações em EA serem conduzidas separadamente por essas três instituições, que possuem objetivos, equipes e metodologias diferentes, como apresentaremos a seguir.

Para iniciar, buscamos compreender o que as educadoras conheciam do PEFI, com relação a sua área e seu plano de manejo. Uma vez que cada uma dessas pessoas tem um cargo correspondente à chefia dos setores educativos de suas instituições, estando assim diretamente envolvidas na elaboração, implementação e desenvolvimento das atividades educativas, é importante conhecer suas percepções e conhecimentos já que estes influenciam e direcionam o andamento de tais ações.

Questionamos as educadoras se elas conheciam toda a área do PEFI, ou seja, suas diferentes instituições e a região do entorno, e se já haviam lido o plano de manejo da UC. Apenas a educadora do JBSP informou conhecer a área completa da UC e seu plano de manejo:

“Eu conheço as instituições porque temos que trabalhar junto em diferentes situações [...] conheço o entorno porque tive um trabalho no entorno.” Bruna 30, 33.

As outras educadoras informaram conhecer apenas as instituições no PEFI que realizam visitação, ou seja, a FPZSP, o JBSP e PCT, e nunca leram o plano de manejo, embora saibam de sua existência:

“[...] eu sei que existe [o plano de manejo], mas eu não conheço, nunca li.” Alice 26.

O conhecimento parcial da área da UC e seu entorno é algo que chama a atenção, uma vez que a partir desse conhecimento é possível ter uma noção da realidade do local, seus potenciais, conflitos e problemas enfrentados, de maneira a permitir a estruturação de atividades, projetos e ações que envolvam o entorno, busquem mudar o quadro observado e garantam a conservação da região.

Toledo e Pelicioni (2006b) corroboram com esta visão recomendando que programas de EA em UCs levem em consideração a realidade local e as necessidades da população do entorno. Outra autora que também reconhece a necessidade da compreensão do contexto no qual uma UC está inserida é Padua (2012), que indica como um modo de se implantar e avaliar programas educativos em UCs, a metodologia Planejamento, Processo e Produto (PPP), onde na fase de planejamento são realizados levantamentos e diagnósticos do perfil socioeconômico e cultural da população local, bem como são verificados problemas e potenciais da região. A equipe do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

(Ibase) (2006) também destaca essa necessidade, recomendando o diagnóstico da realidade socioambiental como um instrumento metodológico inicial, verificando potencialidades, conflitos e problemas enfrentados pela UC, principalmente quando pensando em uma educação no processo de gestão ambiental.

Dessa maneira, conhecer a realidade na qual a UC está inserida é algo importante para a EA e também para a gestão, e deve ser o ponto de partida para projetos dessas temáticas.

3.1.1. Os programas educativos, o PEFI e seu entorno

Fundação Parque Zoológico de São Paulo

Com quase 4 Km de alamedas e 3200 animais, a FPZSP completou 58 anos em março de 2016 (FPZSP, 2015a). Neste zoológico, a área técnica é dividida em uma série de divisões e setores, sendo uma delas a Divisão de Educação e Difusão (DED), responsável pelo programa de EA deste zoológico.

Dentro desta divisão, a equipe que trabalha diretamente com o programa de EA é formada basicamente por estagiárias/os, aprimorandas/os (participantes do Programa de Aprimoramento Profissional - PAP, que funciona similarmente a uma residência para recém-formadas/os), e as biólogas responsáveis pelo setor, totalizando uma equipe de aproximadamente 20 pessoas, onde quase todas realizam atividades educativas, como indica a educadora da FPZSP:

“Quem realiza, em geral, a maior parte das atividades, são os estagiários do programa de educação ambiental, porém algumas atividades mais específicas são realizadas pelos aprimorandos do programa de educação ou pelos biólogos da divisão.” Alice 134.

Como processo de formação, as/os estagiárias/os e aprimorandas/os recebem treinamentos a respeito do funcionamento dos diferentes setores dentro da FPZSP e treinamentos sobre a realização das atividades educativas, participam de reuniões mensais para discussão do andamento das atividades e de um curso sobre pesquisa em EA, elaborado em parceria com uma mestranda e um mestrando do Programa de Pós-graduação em Conservação da Fauna (PPG-CFau) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). As biólogas do setor junto das/os aprimorandas/os participam de um grupo de pesquisa em EA

em zoológicos, também criado por meio da parceria com o PPG-CFau⁸, e toda a equipe realiza periodicamente visitas técnicas a outras instituições com programas educativos. Segundo a educadora da FPZSP, durante a formação da equipe, o PEFI é abordado apenas dentro de treinamentos cuja temática é a Mata Atlântica e, possivelmente, nas visitas técnicas às instituições do PEFI, não havendo dessa forma um curso/treinamento específico sobre essa UC.

Sobre a elaboração de atividades, nesta instituição ela se dá a partir de demandas das pessoas visitantes e da própria instituição. Com isso em mente, é realizado um diagnóstico das percepções do público visitante para elaboração da parte pedagógica, seguido da implementação e posterior avaliação da atividade. Contudo, a educadora nos informou que durante esse processo, até hoje, o plano de manejo do PEFI não foi considerado.

Com relação às atividades educativas atualmente em funcionamento, a FPZSP apresenta visitas monitoradas, as quais possuem diversas temáticas variando do interesse de quem participa e faixa etária, são elas: Bastidores do Zoo, Passeio Noturno, Cadê o Lobo?, Mata Atlântica: conhecer para preservar, Plantando o Futuro, Resgatando nossa História, Visitas Monitoradas Técnicas (para cursos técnicos e faculdades), Visitas Monitoradas Especiais (para pessoas com deficiências). Além disso, possui também, apresentações didáticas (em frente a recintos de alguns animais ou no Espaço “Vida de Bicho”), cursos de formação de professoras/es (Curso “O Zoológico como instrumento de ensino” e “Programa Zooescola”); clube para idosos (Clube Teteia); exposições temáticas e espaços educadores⁹.

Dentre essas atividades, procuramos saber quais delas abordavam o PEFI e de que maneira. A educadora da FPZSP nos indicou o seguinte:

“[...] no [Espaço educador] ‘Na trilha da Kinha’ tem um enfoque ainda maior no PEFI, porque o espaço todo trata só de Mata

⁸ A criação do grupo de pesquisa em EA em zoológicos na FPZSP ocorreu durante o desenvolvimento da pesquisa de Martins (2015), por interesse e necessidade da própria equipe da DED. As principais atividades realizadas pelo grupo em seu primeiro ano foram reflexões a respeito da avaliação das atividades educativas existentes na FPZSP. Em 2015, o grupo publicou seu primeiro artigo, no qual apresenta e faz considerações sobre o Programa Zooescola, um curso de formação de professoras/es que ocorre anualmente na FPZSP (RANCURA et al., 2015). No entanto, antes da criação do grupo, a equipe da DED já havia realizado algumas publicações em congressos, envolvendo principalmente a descrição e a avaliação das atividades educativas na FPZSP (ARAÚJO-BISSA et al., 2013; ARAÚJO-BISSA et al., 2014; GALVÃO et al., 2012; MELO et al., 2012; RANCURA et al., 2013; RANCURA et al., 2014).

⁹ Como proposto por Matarezi (2005), embora todo espaço e estrutura apresentem características educativas, os espaços ou estruturas educadoras são aqueles nos quais há intencionalidade de se realizar um processo de aprendizagem com os interlocutores. Alguns exemplos de espaços ou estruturas educadoras são viveiros, trilhas, unidades de conservação, salas verdes, ciclovias, museus, zoológicos, centros de ciências, entre outros (KUNIEDA, 2010). No caso da FPZSP, os espaços educadores são representados pelo Espaço “Na trilha da Kinha”, elaborado a partir da pesquisa de Martins (2015), onde é abordada a conservação do mico-leão-preto.

Atlântica, [...] as capacitações que a gente realiza com professores também têm um enfoque grande na Mata Atlântica especialmente à do PEFI, tanto no curso 'Zoo como instrumento de ensino' quanto no 'Zooescola'. No clube Teteia sempre nos encontros de educação ambiental a gente também trabalha a questão do PEFI e eventualmente os outros setores quando vão abordar as temáticas das áreas deles eles também falam do PEFI, [...] apresentações didáticas a gente às vezes trabalha essa questão principalmente quando elas são temáticas, o 'Vida de Bicho' também com cenários, dependendo do animal que vai ser apresentado, pode ser abordada a questão de unidades de conservação e falar do PEFI. Nas visitas monitoradas, a gente tem uma específica sobre Mata Atlântica que fala sobre a fauna e outros aspectos do bioma e a gente enfoca na mata do PEFI. Essa visita também é a mesma que compõe o 'Zooescola'. No 'Passeio Noturno' [...] a gente também aborda a questão do PEFI principalmente na abertura do passeio quando a gente vai localizar as pessoas dentro do parque, a gente fala da importância do PEFI pra região, como controle climático, enfim, e a fauna de vida livre que existe aqui. [...] tem essa coluna no jornal 'Abrindo o Bico' que chama 'Espaço PEFI', em que a gente divulga coisas sobre o PEFI, então desde divulgar outras instituições, quanto divulgar características do PEFI, falar sobre a vegetação que é encontrada aqui, sobre os animais, sobre ele como um polo turístico, sobre ele como uma unidade de conservação, enfim, é uma coluna específica pra matérias sobre o PEFI." Alice 42, 45, 47, 52, 56, 58, 61, 222.

A partir da fala da educadora responsável, temos que na FPZSP algumas das atividades abordam o PEFI incluindo um espaço educador, duas modalidades de visitas monitoradas, dois cursos de formação de professoras/es, clube para idosos, apresentações didáticas e uma coluna em um jornal da instituição (Figura 4). A abordagem da temática é realizada principalmente destacando as funções socioambientais do PEFI, bem como sua biodiversidade, dessa forma, muitas vezes, situando a/o visitante e apresentando o PEFI.

Figura 4. Atividades educativas na FPZSP que podem abordar a temática do PEFI (esquerda para direita): apresentação com animal nativo da Mata Atlântica no Espaço “Vida de Bicho”, apresentação didática em frente a recinto de um animal, placas do Espaço Educador “Na trilha da Kinha” que tratam de UCs e do PEFI.



Fonte: Arquivo Zoo/SP (fotos acima); autoria própria (foto abaixo).

A FPZSP apresenta também alguns materiais de apoio complementares a essas atividades, destacamos dentre eles o livro utilizado no curso de formação de professoras/es “Programa Zooescola”, intitulado “A Mata Atlântica como instrumento de ensino”¹⁰, o qual aborda um pouco da história, biodiversidade e serviços realizados pelo PEFI, tratando novamente a respeito de sua função socioambiental. Outro destaque é para um livro¹¹ recentemente lançado, que auxilia educadoras/es a planejar atividades e utilizar o Espaço educador “Na trilha da Kinha”. Neste livro, o PEFI também é citado, desta vez de maneira mais sucinta, buscando a apresentação da UC.

¹⁰ ROBERTI, F. A. V. V.; RANCURA, K. .G. O. A Mata Atlântica como instrumento de ensino. São Paulo: Fundação Parque Zoológico de São Paulo, 2010. 82 p.

¹¹ MARTINS, C. et al. Na Trilha da Kinha: atividades de educação ambiental para a conservação do mico-leão-preto. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.zoologico.com.br/wp-content/uploads/2013/07/Atividades-Na-Trilha-da-Kinha-Versao-Final.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

Ainda a respeito das atividades educativas, buscamos saber se elas envolviam a população do entorno ou se havia alguma diretamente voltada para essas pessoas, indicado a seguir pela fala da educadora entrevistada:

“Diretamente, atualmente, não. [...] Todas as nossas atividades são abertas para todas as pessoas que quiserem participar, então, por exemplo, as atividades que ocorrem no parque diariamente, desde que a pessoa acesse o parque, ela pode participar, [...] as atividades elas não são fechadas, porém têm pouca adesão do pessoal do entorno, não sei se até porque talvez o pessoal do entorno não frequente tanto o Zoológico quanto se espera.” Alice 260, 265, 270.

Atualmente na FPZSP não há uma atividade que seja voltada para a população do entorno, no entanto, essa instituição já teve uma experiência com esse tipo de atividade em um projeto do PAP da FPZSP, no qual o PEFI era a temática (GALVÃO, 2012). Denominado “Aula Animal”, o projeto foi realizado entre 2011 e 2012 e consistia em um curso de formação de professoras/es, apresentação para as/os estudantes sobre aspectos da Mata Atlântica utilizando-se de taxidermias, seguido da elaboração de projetos educativos por estas/es educadoras/es, sendo realizado em duas escolas de ensino fundamental da região, uma Estadual e outra Municipal, durante o horário de trabalho das/os participantes (GALVÃO, 2012). Alice nos conta um pouco mais a respeito do projeto:

“A abordagem era geral sobre Mata Atlântica, fauna, importância do zoológico e o PEFI, também nesse mesmo sentido. Começando em Mata Atlântica, de uma coisa mais ampla, fechando para o PEFI que é uma coisa mais próxima a eles. E depois os professores foram convidados para desenvolver projetos durante um semestre com as turmas e esses projetos seriam apresentados posteriormente para a pesquisadora, para a equipe do Zoológico que estava envolvida, e para os próprios membros ali da escola, para os outros estudantes, enfim. E eles tinham direito a uma visita ao Zoológico para conhecer, [...] para vivenciar um pouco na prática o que tinha sido trabalhado na teoria e para complementar os projetos ambientais que eles estavam desenvolvendo.” Alice 302, 309.

Contudo, este projeto não passou a integrar o rol de atividades da FPZSP após o término do contrato com a aprimoranda que o conduzia, porque, entre outras razões, existiam diversas demandas na instituição que necessitaram ser priorizadas. Assim, o projeto não teve continuidade e outras ações com o entorno ainda não foram realizadas.

Outro aspecto que procuramos saber é se a FPZSP tinha alguma parceria em projetos educativos com outras instituições do PEFI. Atualmente, indica a educadora, a parceria existente está na realização de visitas técnicas com as equipes de educação tanto no JBSP quanto no PCT. O foco dessas visitas está em conhecer a realidade das outras

instituições e compartilhar experiências, de modo a complementar a formação das/os estagiários e aprimorar seu trabalho. Por outro lado, a FPZSP já teve outro tipo de parceria com essas instituições:

“[...] com o Cientec a gente teve uma parceria para um jornal que eles têm, ou tinham né, um jornal que chamava ‘O Bugio’ e a gente tem o ‘Abrindo o Bico’, e a gente tinha uma coluna no jornal deles e eles uma coluna no nosso.” Alice 212.

Com mudança de pessoal, em 2012, a parceria entre FPZSP e PCT terminou. Então se iniciou uma parceria da mesma maneira com o JBSP, no qual uma mestrande escrevia para a mesma coluna. Mas, no início de 2014, a parceria também se encerrou pelos mesmos motivos anteriores.

Parque Cientec

O PCT tem como missão principal atuar na difusão da ciência e tecnologia, visando, entre outros pontos:

desmistificar a dificuldade de compreensão de conceitos científicos abstratos e de seus simbolismos utilizando uma linguagem simples e exemplos do cotidiano, e promover a conscientização para o respeito pela natureza, em toda sua plenitude, reconquistando os valores esquecidos (MANTOVANI; MASSAMBANI, 2004, p. 50).

Trabalhando principalmente com a realização de visitas monitoradas, embora a visita espontânea seja permitida, o programa educativo do PCT tem o foco na ciência e tecnologia, se dividindo em três principais eixos: cosmos, ciências da natureza e meio ambiente. No primeiro, são abordados aspectos ligados à astronomia por meio de exposições interativas, como a Luneta Zeiss e o Planetário. No segundo, o foco é a física, geofísica e matemática, apresentadas por exposições de experimentos relacionados a esses campos do conhecimento. No terceiro eixo, com o foco no meio ambiente, são realizadas trilhas e experiências com microscópios. Além das visitas monitoradas, a instituição promove frequentemente palestras aos fins de semana sobre temas relacionados à ciência, tecnologia e meio ambiente.

A equipe educadora é formada principalmente por estagiárias/os, todas/os estudantes da USP, totalizando 37 pessoas, que para sua formação recebem cursos versando principalmente sobre o papel da mediação e assuntos específicos relacionados às atividades educativas, bem como realizam visitas técnicas às outras instituições do PEFI e assistem a palestras com convidadas/os. Durante algumas dessas palestras, o PEFI é a temática abordada na formação dessas pessoas:

“Agora, todo ano, assim a cada dois meses, um mês, eu convido alguém para vir falar sobre algum tema ou área. Então, todo ano tem palestra a respeito de vários temas, e sempre traz alguém falando, já veio do PEFI três vezes, [...] a gente faz esse tipo de intercâmbio de palestras para contribuir na formação deles.” Carla 355, 358.

Com relação ao processo de elaboração de atividades, no PCT ele é em geral realizado com a contribuição da equipe educadora, envolvendo as/os estagiárias/os e também professoras/es da USP. Contudo, assim como na FPZSP, no PCT a elaboração de atividades também não considerou as propostas do plano de manejo do PEFI.

Sobre a abordagem do PEFI nas atividades do PCT, segundo a educadora desta instituição, ela acontece principalmente durante as trilhas (Trilha educativa e Trilha dos Ecossistemas), embora não de maneira aprofundada (Figura 5). Em geral, a abordagem do PEFI no PCT tem mais o intuito de situar o visitante, podendo abordar um pouco de seu caráter histórico, como nos indica a educadora do PCT:

“[...] quando a escola chega aqui e no agendamento é colocado que o parque faz parte do Parque Estadual e aí tem algumas trilhas. Quando a escola chega, para as crianças: é uma área de preservação, a gente está no meio da Mata Atlântica. Então passa algumas informações a respeito mais da Mata Atlântica, da preservação do que especificamente do Parque das Fontes do Ipiranga. Comenta que tem as nascentes do Ipiranga. [...]. Situa.” Carla 206, 214.

As atividades no PCT possuem materiais de apoio para apresentação, como mochilas com binóculos e bússola, como também, as próprias exposições podem auxiliar na mediação, como nos informou a educadora. Além disso, com relação a fontes de informação, há guias para que as/os estagiárias/os possam se preparar para as atividades. No entanto, nenhum desses materiais é específico sobre o PEFI ou aborda esta UC.

Figura 5. Trilha dos Ecossistemas no Parque Cientec.



Fonte: Parque Cientec – <http://parquecientec.usp.br/atividades/trilha-dos-ecossistemas/>

A respeito do envolvimento da população do entorno nas atividades educativas do PCT, atualmente não há uma atividade diretamente voltada a esse público, embora ultimamente essas pessoas têm visitado mais frequentemente o PCT:

“O que a gente percebeu: a partir do momento que a gente começou a colocar umas faixas que tinham palestras, que estava aberta à visitação do público, a gente começou a receber a visita o espontânea de muita gente da região. [...] Mas não que foi feita alguma a o, algum trabalho com a comunidade.” Carla 396, 398.

Por outro lado, assim como na FPZSP, o PCT também já teve experiência com uma atividade educativa para a popula o do entorno, o “Ciência Móvel”, que levava a escolas da região experimentos científicos de fácil locomo o, mas que foi cancelado por perder seu foco principal e por problemas relacionados, como conta a educadora do PCT:

“No começo a gente tinha o ‘Ciência Móvel’ que a primeira proposta era ir às escolas do entorno para mostrar a ciência e trazer, mas aí esse ‘Ciência Móvel’ começou a ter uma procura maior por outras coisas e tal, e perdeu um pouco dessa característica. Então acabou indo para feira de ciências e tal e não mais trabalhar com a região. [...]. Então começou a perder a coisa de trabalhar só com o entorno e aí começou a ter uma demanda, gasto, hora extra, estudantes, enfim, e aí um problema mais burocrático, administrativo, tem o carro, a condu o, quem dirige, enfim.” Carla 424, 454.

Finalmente, quanto a parcerias com as outras instituições com programas educativos, a educadora também citou as visitas técnicas, assim como acontece na FPZSP.

Jardim Botânico de São Paulo

O JBSP possui uma área de 36 hectares de visitação, onde é possível observar uma grande quantidade de plantas principalmente da Mata Atlântica, por todo o seu jardim, como também apresenta estruturas como as Estufas Dr. Frederico Carlos Hoehne, com plantas do Cerrado e Mata Atlântica (Figura 6); o Museu Botânico, que traz informações a respeito da história da botânica no Brasil, dos trabalhos realizados no IBt e sobre duas unidades de conservação de responsabilidade deste instituto; e a Trilha da Nascente, com 360 metros de extensão, construída de modo acessível, levando a/o visitante mata adentro até a nascente do córrego Pirarungáua, que forma o Riacho do Ipiranga (JARDIM BOTÂNICO DE SÃO PAULO, 2015b).

A área de educação ambiental é um dos núcleos de pesquisa do IBt. A equipe de funcionárias/os deste núcleo é composta por uma pesquisadora, um especialista ambiental, uma assistente técnica, uma secretária, e nove estagiárias/os. Como nas instituições anteriores, as/os estagiárias/os são aquelas/es que conduzem os trabalhos educativos com as/os visitantes. Estas/es passam por um processo de formação realizado pelas/os funcionárias/os do setor com o foco no papel pedagógico da mediação. Neste momento, são utilizadas apostilas com conteúdos relacionados ao JBSP, nas quais há conteúdo sobre o PEFI, e ocorre a apresentação de palestras às/aos estagiárias/os, sendo que a primeira delas trata desta UC. Além disso, parte dessa formação é conduzida por estudantes de pós-graduação do IBt, as/os quais abordam tópicos relativos às suas pesquisas, complementando a formação e dando subsídios ao trabalho das/os estagiárias/os.

Figura 6. Espaços educativos no Jardim Botânico de São Paulo: Trilha da Nascente (foto superior) e Estufas Dr. Frederico Carlos Hoehne (foto inferior).



Fonte: autoria própria

Quanto à elaboração de atividades no JBSP, estas seguem diretrizes específicas para jardins botânicos. E, ao contrário do observado nas outras duas instituições, o plano de manejo já foi considerado para a elaboração de um projeto de gestão participativa com a população do entorno. Contudo, na opinião da educadora, não convém utilizar este documento para embasar também as atividades dentro do JBSP:

“[...] para eu desenvolver um trabalho educativo aqui dentro do Jardim Botânico, então eu sigo o que as diretrizes para educação em jardins botânicos e também o plano de manejo do PEFI, aí eu vou seguir uma ou outra dependendo do público que eu estou trabalhando. Se eu estou trabalhando com o meu entorno, o plano de manejo é essencial. Agora se eu estou trabalhando aqui, com o público dentro do Botânico, já não fazem muito sentido as diretrizes do plano de manejo. [...]. Porque o plano de manejo considera o PEFI uma unidade e na verdade somos várias unidades” Bruna 159, 167.

Há alguns anos, a principal atividade educativa realizada pelo JBSP eram visitas monitoradas, no entanto foram necessárias algumas modificações, como indica a educadora responsável, chegando ao quadro atual:

“Hoje, diante da demanda e diante do nosso número reduzido de monitores, nós não temos mais condição de fazer a visita monitorada, realizamos visitas educativas. Então como que nós nos organizamos hoje: os monitores ficam em locais mais atrativos do Jardim como estufas, trilha e museu. Quando a escola chega esse monitor ele dá algumas informações dependendo também do interesse da escola, então esse é um trabalho que nós fazemos aqui.” Bruna 50.

Assim, atualmente o programa educativo do JBSP inclui a presença de estagiárias/os em locais estratégicos da instituição de maneira que possam atender visitantes que tenham dúvidas ou interesses específicos. Além disso, há também o projeto de interpretação do JBSP, com placas interpretativas, exposições periódicas e a exposição no Museu Botânico. Dentro dessas atividades, o PEFI é abordado principalmente no Museu Botânico, onde parte de uma sala trata a respeito da biodiversidade e função socioambiental dessa UC, inclusive apresentando uma maquete da área (Figura 7). Além disso, as/os monitoras/es podem abordar o PEFI em sua fala, principalmente na recepção de escolas, para situar quem visita o JBSP:

“Assim que a escola entra no Jardim Botânico, é feita uma conversa com eles para eles entenderem o que é um jardim botânico, por que esse jardim botânico existe, qual o benefício de se manter esse jardim botânico, e aí ele dá a localização do Jardim, né. Aonde é que está o Jardim Botânico, está dentro de um parque maior, então ele dá como exemplo quando você vai para o Zoológico que você vê um monte de mata, quem mora depois do Zoológico também vê essa mata, quem passa pela Imigrantes também vê essa mata, então tenta posicionar o visitante para ele ter uma ideia do que é o PEFI.” Bruna 103.

Figura 7. Parte da sala no Museu Botânico que aborda o PEFI, incluindo maquete da área.



Fonte: autoria própria

Igualmente às outras instituições, o JBSP também não tem uma atividade de EA voltada especificamente para a população do entorno. Hoje, é realizado o Projeto Jardim Escola, que não é de responsabilidade da equipe de educação do JBSP. Na verdade esse projeto, que se iniciou ligado ao Fundo de Solidariedade, foi formatado com o auxílio de diversas pessoas do IBt, mas é conduzido diretamente pela diretoria da instituição, e seu objetivo é a formação de profissionais de jardinagem. Contudo, nos últimos anos, esse projeto com foco no desenvolvimento profissional, passou a atender outro público que não a população do entorno, como indicado por Bruna:

“Formatamos o curso com uma série de técnicos, pesquisadores para dar aula. O curso dura cerca de dois meses e meio de aula, é um curso bem extenso, aula todo o dia, e eles saem com um certificado de jardineiro. [...]. Por uma longa época nós fizemos esse curso voltado à população do entorno. Nós divulgávamos esse curso pelo entorno, porque o objetivo era esse, era capacitar à população do entorno. E a gente divulgava, fazia as inscrições com direito a almoço. Aí o Fundo de Solidariedade acabou com esse projeto, mas o Botânico resolveu continuar. Formamos parcerias com a AVAP – Associação de Valorização de Portadores de Necessidades Especiais. Então quem eram os alunos? Pessoas aptas para o trabalho, mas que tinham algum tipo de deficiência. Até o ano passado se trabalhou com essa população.” Bruna 272, 277.

Além disso, a equipe de educação já teve algumas experiências com trabalhos envolvendo a população do entorno: o projeto “O Jardim Botânico vai à escola” e um projeto de gestão participativa.

Sobre o primeiro, este foi um projeto articulado a partir da Rede Brasileira de Jardins Botânicos e coordenado pela educadora do JBSP. Realizado em 22 jardins botânicos do Brasil, consistia nas seguintes atividades: curso para formação de professoras/es, oficinas com professoras/es e alunas/os, reuniões com as equipes educativas, e visita ao jardim botânico (CERATI, 2011). No caso do JBSP, a equipe desenvolveu o projeto com cinco escolas da região, tendo bons resultados, como conta a educadora:

“[...] uns três anos depois eu voltei na escola. Eu volto na escola e eu encontrei o que? Um banner gigante com o tema: ‘O PEFI’. O PEFI, três anos depois de ser feito esse projeto. Então assim, naquela escola, para aqueles alunos, para aquela comunidade, alguma coisa ficou. Os professores que participaram desse projeto continuaram falando do PEFI durante suas aulas, então de uma forma ou de outra eles continuaram falando do PEFI.” Bruna 383.

Como era um projeto não institucionalizado, ao término do financiamento recebido ele não teve continuidade. O segundo trabalho do JBSP está relacionado à gestão participativa do PEFI, que inclusive se tornou uma pesquisa (CERATI et al., 2011):

“No caso desse de gestão compartilhada, ele foi iniciado quando nós fomos lá para resolver um conflito que tinha ali na comunidade. [...]. Então, eu comecei a conduzir o trabalho dentro de uma metodologia de pesquisa para depois ter os dados para mostrar no trabalho e para ter o resultado prático dentro daquela comunidade, dentro daquela necessidade daquele momento.” Bruna 336, 342.

Este trabalho envolveu a população que reside na Rua Alfenas em Diadema-SP, que faz divisa diretamente com o PEFI, que pedia por melhorias na região. Ao mesmo tempo, eram observados problemas como lixo sendo descartado dentro do PEFI, bem como atos de violência dentro desta UC. Dessa forma, a equipe do JBSP articulou junto da equipe gestora do PEFI o contato com a prefeitura de Diadema. Assim, iniciou-se uma série de reuniões, denominadas de Conselho de Compromisso, com a população e os órgãos públicos de modo a definir como seriam essas modificações na área, inserindo pista para caminhadas e áreas para exercícios físicos e, ao mesmo tempo, surgiram oportunidades para o desenvolvimento de processos educativos com essas pessoas. Sobre os principais resultados desse projeto, a educadora indica:

“Aquele comunidade teve vários ganhos ao longo do desenvolvimento desse projeto. Ganhos em termos de segurança, nós ensinamos várias

coisas para aquela comunidade [...]. Eles ganharam calçadas para fazer caminhada, eles ganharam partezinhas de lazer que eles pediram, então as casas foram valorizadas no final do projeto. [...]. Esse projeto começou por conta de uma série de problemas que nós tínhamos, eu não vou te falar que solucionou todos os problemas porque isso é impossível, mas o projeto solucionou 80% dos problemas.” Bruna 352, 360, 368.

Dessa maneira, este foi um projeto de sucesso, mas que hoje já não está mais em desenvolvimento. Em relação a parcerias com a FPZSP e o PCT, como nas outras duas instituições, apenas foram citadas as visitas técnicas.

3.1.2. Um programa educativo para o PEFI

Finalizando as entrevistas com as educadoras responsáveis pelos programas educativos nestas três instituições, buscamos saber a opinião delas a respeito da importância do envolvimento da população do entorno para a conservação do PEFI e que caminhos elas acreditavam serem possíveis para que isso acontecesse. Essas informações são importantes, pois podem ajudar-nos a buscar maneiras de nos aproximarmos dessa população, bem como fornecem subsídio para futuros projetos na área. Além disso, também questionamos as educadoras sobre como deveria ser um programa educativo para a conservação do PEFI.

Todas as educadoras expressaram que a participação da população do entorno é de suma importância para possibilitar a conservação do PEFI. Dentre as possibilidades para que isso seja concretizado, as educadoras sugeriram atividades como cursos para formação de professoras/es da região, palestras para a população do entorno e em empresas da região, uma ação de sensibilização realizada pelas três instituições educativas, o estabelecimento de parcerias com as secretarias de São Paulo e de Diadema, a realização da divulgação das atividades por meio de lideranças comunitárias, e também, buscar com a própria população do entorno quais suas demandas, inserindo-a em todo o processo de elaboração do projeto. A seguir, o Quadro 2 relata a frequência das sugestões e as citações relacionadas.

Quadro 2. Sugestões das educadoras para promover o envolvimento da população do entorno com o PEFI.

Sugestões para envolvimento da população do entorno com o PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Cursos para formação de professoras/es	<i>“Eu acho que, em relação ao público escolar, talvez valesse a pena alguma coisa, como a gente faz muitas capacitações pra professores, a gente já têm uma experiência com isso, uma coisa voltada pras escolas dessa região [...]”</i> Alice 385.
1	Parceria com secretarias de São Paulo e Diadema	<i>“Então, acho que uma parceria. Só que essa parceria envolveria mais de uma Secretaria porque uma parte é São Paulo e outra parte é Diadema, né, já são governos diferentes, então teria que ser uma parceria entre vários municípios.”</i> Alice 390.
1	Divulgação de atividades por lideranças comunitárias ou grupos organizados	<i>“[...] eu acho que através de alguma liderança que tenha na comunidade ou de grupos específicos que já sejam organizados, talvez seja mais fácil essa interlocução aqui com o Zoo e com as outras instituições para trazer o pessoal para cá.”</i> Alice 398.
1	Palestras em empresas da região	<i>“[...] através de grandes empresas que tenham na região e que tenham muitos funcionários que estejam inseridos na comunidade, talvez seja um meio também de entrar, fazer uma palestra na semana do meio ambiente, apresentar o PEFI para essas pessoas, mostrar as opções que eles têm de lazer às vezes com baixo custo, enfim, e a problemática toda da região [...]”</i> Alice 409.
1	Palestras para população	<i>“[...] através das palestras [...]”</i> Carla 484.
1	Sensibilização promovida pelas instituições do PEFI em conjunto	<i>“[...] talvez aí os três parques ao mesmo tempo, de nós irmos à comunidade trabalhar uma sensibilização com eles lá.”</i> Carla 489.
1	Buscar as demandas da comunidade e incluí-la no processo de elaboração de atividades	<i>“[...] entre em contato com essa comunidade, converse com eles e tire deles os problemas, as necessidades, as expectativas e elabore o projeto em conjunto.”</i> Bruna 429.

Fonte: autoria própria.

Finalmente, sobre como deve ser um programa de EA para conservação do PEFI, as educadoras indicaram algumas características que julgam ser necessárias, como demonstramos no Quadro 3.

Quadro 3. Opinião das educadoras sobre características de um programa educativo para conservação do PEFI.

Características de um programa educativo para o PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Interinstitucional	<i>"Um programa para a conservação do PEFI, em primeiro lugar, deveria agregar as instituições que formam o PEFI, todas as instituições deveriam trabalhar em conjunto para atingir os mesmos objetivos."</i> Bruna 436.
1	Para todos os públicos	<i>"Eu acho que ele deve contemplar todos os públicos, né."</i> Alice 418.
1	Visão sistêmica	<i>"Acho que é mostrar que realmente todas as inter-relações que ocorrem dentro do parque e qual é a relação do parque com o seu entorno e de um modo geral, com a cidade de São Paulo e como unidade de conservação [...]"</i> Alice 422.
1	Consideração do plano de manejo	<i>"De repente seria interessante ver o que está previsto no plano de manejo do parque para ter uma direção que pudesse ser seguida nesse Programa de Educação Ambiental."</i> Alice 427.
1	PEFI como modelo de UC	<i>"[...] qual é a relevância dele como modelo, de repente, para outros fragmentos que estejam na mesma situação, entendeu?"</i> Alice 425.
1	Abordar importância do meio ambiente para as pessoas	<i>"Então eu acho que a educação ambiental, que a gente coloca, que eu acho que tinha que ser no PEFI, pela possibilidade da gente ter aqui na mão uma população tão próxima, uma área tão verde que hoje não existe mais e a importância dela para o dia-a-dia de cada um. Então essa riqueza, não a educação ambiental pra conservação do PEFI propriamente dita, a educação ambiental pela importância do ambiente para a vida de cada um [...]"</i> Carla 501.
1	Abordar como tratar o meio ambiente	<i>"[...] acho que a educação ambiental, quer dizer, o conceito que a gente tenta passar para o visitante é entender que todo esse contexto do ambiente que você está, [...] ele é fundamental pra sua existência e como é que você tem que tratá-lo, né, para que ele continue dentro de um convívio te trazendo coisas positivas [...]"</i> Carla 496.
1	Programa institucional para visitantes	<i>"Acredito que se cada instituição estabelecer um programa de educação ambiental com a população que o visita também teremos bons resultados disso."</i> Bruna 445.

Fonte: autoria própria.

A partir dos resultados apresentados anteriormente, faremos a seguir algumas considerações.

As três instituições estudadas apresentam atividades comuns a outros locais semelhantes. Hoje em dia, são comuns em zoológicos, jardins botânicos, museus e centros de ciências, principalmente a realização de visitas monitoradas (AURICCHIO, 1999; CERATI, 2008). As temáticas dessas atividades normalmente variam de acordo com o contexto no qual a instituição está inserida, o que não foi diferente nas três instituições. Em todos os casos, as instituições exploram seu ambiente e recursos de maneira que a visita tenha caráter

educativo, seja pela inserção de placas interpretativas, exposições ou mesmo a partir de diferentes estratégias de mediação.

Além disso, nas três instituições há a presença de um departamento responsável pelas atividades educativas, com equipes formadas principalmente por estagiárias/os, que recebem cursos de maneira a permitir um aprimoramento contínuo dos conhecimentos e habilidades dessas pessoas, contribuindo para a formação dessas/es estudantes. Assim, podemos afirmar que tanto a FPZSP quanto o JBSP e o PCT reconhecem seu potencial para a educação não-formal, o valorizam e o colocam, na medida do possível, em prática com seus visitantes.

Comparando esses dados aos encontrados por Toledo e Pelicioni (2006a), que verificaram a presença e estruturação de programas de EA em 18 Parques Estaduais paulistas a partir de questionários enviados às/aos gestoras/es dessas UCs, todas administradas pelo Instituto Florestal da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, constatamos uma semelhança nas principais atividades promovidas pelos parques, representadas em sua maioria por trilhas interpretativas com mediação, palestras, atividades lúdicas, cursos de formação, entre outros. Dias (2008) realizou uma análise dos planos de manejo de quatro Parques Estaduais paulistas e também constatou que as principais atividades de EA realizadas eram trilhas interpretativas com ou sem monitoramento, palestras, cursos e formação de monitoras/es ambientais. No levantamento realizado por Valenti et al. (2014) em UCs de diferentes categorias no nordeste paulista, algumas atividades realizadas também eram semelhantes às presentes no PEFI, como visitas guiadas para diferentes grupos, trilhas interpretativas, exposições de peças biológicas, painéis informativos e cursos. Wick (2014) analisou a EA presente em programas de uso público de três Parques Estaduais no município de São Paulo, encontrando que as principais atividades realizadas eram trilhas, palestras, atividades em escolas do entorno, atividades participativas, como o plantio de mudas, distribuição de material de divulgação, exibição de filmes institucionais e placas interpretativas.

Toledo e Pelicioni (2006a) também trazem aspectos sobre as pessoas responsáveis pelos programas educativos nos parques paulistas. As autoras encontraram que essas pessoas tinham funções diferenciadas como monitores, técnicos e coordenadores de programa de uso público, em sua grande maioria sem curso superior e formação específica em EA. No caso do PEFI, as três educadoras estão alocadas em setores específicos que têm as atividades de educação como responsabilidade, o que permite uma melhor eficiência e um olhar mais atento às atividades. Além disso, embora com formação não específica em EA, as

três educadoras têm grande experiência profissional na área da educação e um grau de formação elevado.

Todas as equipes de educação nas instituições no PEFI passam por algum tipo de curso de formação, chamado de treinamento no caso da FPZSP, que trata principalmente de aspectos sobre o trabalho com visitantes (mediação) e conteúdos específicos das atividades presentes nas instituições. O PEFI como um todo é abordado frequentemente em alguns deles (PCT e JBSP) ou dentro da temática de Mata Atlântica em um dos casos (FPZSP). Wick (2014) indica que, nos Parques Estaduais analisados em seu estudo, não existia um processo formalizado de formação das/os monitoras/es que realizavam as atividades educativas nas UCs. Na maioria das vezes, o aprendizado acontecia a partir de experiências com pessoas da equipe que estavam há mais tempo na função, embora alguns cursos ocorressem bastante esporadicamente. Dessa maneira, percebemos que as instituições no PEFI possuem um importante diferencial, há uma preocupação e a formalização de um processo de formação das equipes de educação em todas as instituições no PEFI. Essa característica provavelmente permite que os projetos possam ser desenvolvidos com propriedade pelas/os estagiárias/os destas instituições.

Caminhando para um olhar sobre os programas educativos e sua relação com o PEFI, percebemos que nas instituições não há uma atividade cujo foco principal seja abordar o PEFI, com exceção talvez do Museu Botânico, no JBSP, no qual parte de uma de suas salas trata do PEFI, e uma das placas no Espaço educador “Na trilha da Kinha”, na FPZSP, também fala sobre a UC. Na maioria das vezes, esta UC é abordada quando o tema é a Mata Atlântica e também quando há a necessidade de inserir a/o visitante no contexto em que se encontra, representado pelo fato das educadoras informarem que estão situando a/o visitante. Dessa forma, temos que a abordagem desses assuntos é realizada de maneira mais pontual. Além disso, pelo fato de não ser uma atividade em si, a abordagem do PEFI pode variar de acordo com quem está realizando a mediação, mesmo que nesses locais existam cursos de formação e materiais de apoio para estudo. A educadora da FPZSP indica essa possibilidade:

“[...] cada monitor tem seu jeito de conduzir a atividade, você tem um roteiro básico, um material de apoio, mas cada um fala da forma que se sente mais a vontade desde que passe a mensagem principal [...]”.
Alice 277.

Por outro lado, mesmo que pontualmente, quando o PEFI é abordado, as/os visitantes são apresentadas/os a esta UC, permitindo a difusão da existência deste local.

Nos Parques Estaduais no município de São Paulo analisados por Wick (2014), embora as/os monitoras/es abordassem principalmente aspectos ecológicos do local, assuntos

diretamente ligados às UCs também eram trabalhados como seu histórico, características físicas, a presença de patrimônios histórico-culturais, o entorno e sua comunidade, além de explicações sobre o que são UCs e seus instrumentos de manejo, mesmo que em menor quantidade de vezes, demonstrando que durante momentos de mediação com visitantes é possível tratar da realidade das UCs tanto de modo geral como mais específico.

Nas atividades do PEFI, como indicado pela maioria das educadoras, quando possível, são abordados os aspectos socioambientais e a biodiversidade do PEFI, principalmente os serviços que esta UC traz para a população da região. Embora levar em consideração os serviços ambientais seja, de certa forma, perceber esse ambiente com um olhar antropocêntrico, este pode ser um caminho para despertar nas pessoas visitantes o interesse e respeito por esta área e outras similares, em especial UCs urbanas, uma vez que, como indicado por Dearborn e Kark (2010), duas das possíveis motivações para conservação da biodiversidade urbana são justamente o fato de realizarem serviços ambientais e promoverem o bem-estar dos seres humanos.

Contudo, sob o ponto de vista de uma EA crítica, a qual se propõe a fazer uma leitura de mundo mais complexa e permitir ação diante das questões ambientais (CARVALHO, 2004; GUIMARÃES, 2004), é importante contextualizar e problematizar o assunto abordado, no caso o PEFI. Dessa maneira, seria interessante ir além da apresentação da UC e de seus serviços, trabalhando com as pessoas que visitam as instituições quais são as problemáticas enfrentadas pela região, como também, das UCs em geral, assim, mesmo que a/o visitante seja de outra cidade ou estado, ela/ele compreenderá o assunto como um todo.

Valenti (2010) realizou uma análise das ações de EA em cinco UCs do estado de São Paulo a partir de observações diretas e entrevistas. A autora buscou identificar quais as tendências da EA estavam presentes no desenvolvimento das atividades, baseada na classificação de Marpica (2008)¹². Embora, todas as tendências puderam ser observadas, a tendência silenciosa e a tendência pragmática foram as mais presentes, dessa maneira momentos oportunos para discussões envolvendo a questão ambiental e as UCs não foram

¹² Marpica (2008), em sua dissertação de mestrado, propõe a classificação de tendências da educação ambiental na avaliação de diferentes livros didáticos. A tendência silenciosa é caracterizada pela ausência da abordagem de questões ambientais em momentos oportunos. A tendência conservacionista tem um enfoque na proteção da natureza considerando seu distanciamento do ser humano, sendo que a discussão sobre problemas ambientais é sem profundidade, sem contextualização histórica e traz a tecnologia como causa dessa problemática. A tendência pragmática também não discute as questões ambientais com profundidade, mas está ligada a ideia de desenvolvimento sustentável, assim a solução dos problemas está no desenvolvimento de tecnologias limpas. Finalmente, a tendência crítica é aquela que faz a problematização da realidade, considera tanto conhecimentos tradicionais quanto científicos na busca por soluções para a crise ambiental pela coletividade, além de ter o foco em formar sujeitos autônomos.

aproveitados, ou então, quando aconteceram discussões, estas eram superficiais e demonstravam a natureza apenas como recurso. Assim, a realidade de outras UCs paulistas é relativamente semelhante ao que é observado no PEFI.

Claramente, as instituições têm o potencial para abordar o PEFI mais especificamente, uma vez que o assunto está presente inclusive nos cursos e treinamentos realizados com as pessoas que realizam a mediação nesses locais. No entanto, devemos considerar alguns fatores que podem dificultar ou direcionar o foco dessas instituições para outros tópicos.

O fato é que não estamos tratando de uma UC comum. O PEFI, além de UC, é ao mesmo tempo, um zoológico, um jardim botânico, um centro de ciências, ou ainda, talvez o mais correto fosse dizer o contrário, a FPZSP, o JBSP e PCT são também uma UC. Por conta dessa dualidade, e também por demandas institucionais e políticas, provavelmente não há realmente um sentimento de se estar trabalhando *para* uma UC, e talvez apenas *em* uma UC. Afinal, as educadoras participantes dessa pesquisa, como as outras pessoas que trabalham em suas instituições, são funcionários da FPZSP, do JBSP e do PCT, e não do PEFI.

Esse talvez seja o principal motivo para que não exista hoje um programa vinculado ao PEFI e sim, programas educativos individuais de cada instituição. Como havíamos indicado, essas instituições possuem demandas e temáticas próprias, o que direciona muitas vezes o trabalho para outros focos como, por exemplo, questões de ciência e tecnologia no PCT, animais pertencentes a outros países na FPZSP, e mesmo plantas de outros biomas no JBSP. Assim, outros assuntos que não o PEFI ou atividades ligadas apenas as/aos visitantes destas instituições necessitam ser priorizados. Isso reflete o pouco contato, como pudemos observar, da maioria das educadoras em relação ao plano de manejo do PEFI e, mesmo a educadora do JBSP que o conhece, o utiliza apenas para atividades ligadas diretamente com a população do entorno, demonstrando essa separação entre o que é o PEFI e o que são essas instituições. Somado a isso, as equipes educadoras, embora aparentem estarem em bom número, principalmente no caso da FPZSP e PCT, na verdade conseguem apenas suprir as demandas internas das atividades já existentes nessas instituições, de forma que a elaboração de novas atividades, principalmente se forem realizadas fora dessas instituições, fica bastante comprometida.

É claro que também precisamos considerar que esses direcionamentos não ocorrem apenas por decisões dessas educadoras, há também a política e direcionamento da diretoria dessas instituições. Então, dependendo da visão dessas pessoas e do relacionamento

com as outras instituições no PEFI é que serão realizados os trabalhos, e como pudemos ver atualmente não há parcerias mais consolidadas entre as instituições.

Embora existam essas barreiras, Blanco (2001) citando Ham (1992)¹³ indica que é fundamental garantir que áreas naturais possam funcionar como verdadeiros centros de formação, com atividades educativas tanto em seu interior quanto exterior, principalmente para despertar a participação, bem como possibilitar o desenvolvimento de habilidades e atitudes que possam modificar a realidade das pessoas que a visitam e que moram em seu interior. Assim, esforços precisam ser feitos para consolidar ações ou projetos com o foco no PEFI e principalmente sua população do entorno, uma vez que as próprias educadoras reconhecem a importância que essas pessoas possuem para garantir a conservação da UC. Na pesquisa de Toledo e Pelicioni (2006b), as UCs paulistas pesquisadas trabalhavam com as comunidades locais de maneiras diferenciadas, de acordo com sua realidade, sendo as principais ações cursos para formação como monitor ambiental; festas comemorativas e eventos com a comunidade utilizando-se da arte-educação ou a exposição de trabalhos de artesãos/ãos da região; vínculo com escolas locais; debates sobre a importância da UC; e mutirões de limpeza. Estas ações podem servir de exemplo para futuras experiências no PEFI.

Como possíveis justificativas para a realização de trabalhos seguindo essas linhas, considerando a ENCEA e suas diretrizes, temos apontada a necessidade de consolidar a participação social nos diversos momentos da gestão de UCs e inserir a temática das UCs no ensino não-formal (MMA, 2011). Trabalhar com a temática do PEFI e com sua população se enquadram nessas duas importantes diretrizes, que auxiliarão cumprir os objetivos da ENCEA, ou seja, o fortalecimento das UCs e uma efetiva participação social nesses locais, e por consequência, permitirão alcançar os objetivos do PEFI.

Ainda com base nos objetivos do PEFI, é necessário levar em conta o fato do plano de manejo ser um documento de extrema importância em uma UC, definindo e guiando suas ações, o que indica que seu cumprimento é essencial para que os objetivos da UC sejam atingidos. Como detalhamos anteriormente, no plano de manejo do PEFI está descrita a necessidade de um programa educativo para a valorização desta UC, com a proposta da existência de ações voltadas à população do entorno. Hoje, esta proposta não está sendo cumprida, já que atualmente não existem trabalhos que incluam diretamente essas pessoas. Assim, há a necessidade da implantação de tais ações para o cumprimento das indicações do plano de manejo e consequentes objetivos deste Parque Estadual.

¹³ HAM, S. **Interpretación ambiental**: guía práctica. Golden, Colorado: North American Press, 1992.

Outro motivo pelo qual esses trabalhos são bastante importantes é o fato do grande potencial que projetos e ações educativas com pessoas que vivem no entorno de UCs podem ter para redução de impactos, despertar respeito e valorização pela área e por sua biodiversidade. Um exemplo disso é o programa integrado para a conservação do mico-leão-preto no Parque Estadual do Morro de Diabo, em São Paulo (PADUA; VALLADARES-PADUA, 1997). Para a conservação destes primatas, uma das estratégias utilizadas foi a realização de ações de EA com estudantes, docentes e comunidade em geral, utilizando-se de materiais didáticos, palestras, visitas monitoradas à UC, cursos para professoras/es, atividades recreativas para a comunidade, etc. Segundo Padua e Valladares-Padua (1997), a partir deste programa, as comunidades envolvidas passaram a se envolver na proteção da UC, auxiliando no controle de incêndios e até realizando fiscalização e denúncia de depósitos inadequados de lixo e corte ilegal de madeira na UC. Além disso, a comunidade se engajou também na busca por alternativas para o desenvolvimento da região. Para isso foi criado um conselho, no qual o autor do trabalho acima citado foi convidado a ser presidente, possibilitando um espaço para diálogo entre pessoas da comunidade visando trazer benefícios para sua região.

Blanco (2001) traz um panorama a respeito de programas de EA existentes em Parques e Monumentos Nacionais na Venezuela. Dentre eles, podemos destacar o programa do Parque Nacional Macarao, que após detectar os principais problemas enfrentados na área protegida e quais eram as necessidades da população do entorno, iniciaram jornadas de sensibilização com essas pessoas, palestras, visitas monitoradas à área protegida com jovens e adultos, entre outras atividades, tendo como resultado uma maior participação da população para a conservação e proteção do Parque, um melhor relacionamento entre essas pessoas e o órgão responsável pela área e a utilização do Parque como recurso didático pelas escolas.

Bizerril, Soares e Santos (2011) desenvolveram um programa de EA com a população do entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais, com o objetivo de conservação do lobo-guará. As estratégias utilizadas foram a construção coletiva de um livro a respeito da região; um cinema itinerante que exibia filmes de curta duração a respeito do lobo-guará, da região e cultura local, bem como alguns títulos comerciais, sendo que após a exibição eram realizadas conversas a respeito da temática; e um curso comunitário de comunicação para EA. O programa como um todo, além de auxiliar na conservação da espécie e da UC, despertou na população um aumento de autoestima, reflexão sobre assuntos de sua realidade e o diálogo, como também, trouxe um estímulo a iniciativas locais e contribuição para a organização da comunidade, demonstrando seu grande potencial.

Um exemplo bem mais próximo da realidade desta pesquisa, que inclusive foi citado durante as entrevistas, está descrito no trabalho de Cerati et al. (2011) e em Souza e Cerati (2013). Estes artigos contam a experiência das reuniões do Conselho de Compromisso formado entre a população de uma rua adjacente ao PEFI, o Estado e o Município de Diadema. A partir das reuniões desse conselho foi percebido o empoderamento da população, bem como foi possível informar as pessoas participantes sobre descarte de lixo em local adequado e buscar estratégias para reduzir o acesso ao PEFI para atos de violência e consumo de drogas. Assim, o projeto possibilitou grande auxílio na resolução dos principais conflitos entre a UC e essa população, o que contribuiu para a gestão da área.

Com relação à visão das educadoras de como deve ser um programa de EA para a conservação do PEFI, dentre os assuntos a serem abordados estão as categorias da importância do meio ambiente e como tratá-lo. Com certeza, é importante termos consciência de nossas ações e conhecimento de alternativas para torná-las mais compatíveis com o ambiente, buscando a solução das questões ambientais. Contudo, quando falamos a respeito de como tratar o meio ambiente, devemos ter certo cuidado com a maneira na qual tais informações podem ser abordadas.

Falando sob a ótica de uma EA crítica, transformadora e emancipatória, apenas o estímulo a mudanças de comportamento e ações individuais não é suficiente, mas com o desvelamento da realidade e o movimento coletivo da sociedade, por meio de práticas educativas que realizam a formação do sujeito como ser individual e social, inserido em determinado contexto histórico, podemos buscar a solução para os diversos problemas ambientais atuais (CARVALHO, 2004; GUIMARÃES, 2004). Assim, é interessante para esse programa não buscar apenas reproduzir as ações atuais mais comuns que tratam sobre como devemos não gastar água, apagar as luzes, jogar lixo em locais corretos e reciclar. Trabalhar nos programas educativos com questões da realidade local parece ser um caminho mais adequado a ser seguido em áreas protegidas, como indica Dorado et al. (2002), pois dessa forma, ao invés de se utilizar de questões ambientais mais globais, será possível sensibilizar e possibilitar a participação das cidadãs e cidadãos para com estes locais. Além disso, Valenti, Iared e Oliveira (2015), ao analisarem as ações realizadas no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, no estado de São Paulo, demonstram que é possível que atividades de EA em UCs trabalhem com uma tendência crítica, uma vez que na grande maioria dos parâmetros utilizados para verificar as atividades desta UC, essa foi a tendência que mais surgiu.

Dentre as possíveis abordagens indicadas pelas educadoras, as categorias *visão sistêmica*, na qual estão incluídas as relações que o PEFI tem com a biodiversidade, seu entorno e a cidade de São Paulo, e *PEFI como modelo de UC*, talvez sejam modos de permitir a problematização necessária para garantir uma aprendizagem realmente significativa e contextualizada. Além disso, a categoria que indica que o programa deve ser *para todos os públicos* é bastante importante, isso porque permite ressaltar a necessidade de se trabalhar não apenas com as crianças, o que é bastante comum em programas e ações de EA, mas também com pessoas adultas, já que estas são responsáveis pelas tomadas de decisão envolvendo a biodiversidade, como indicam Valenti, Oliveira e Logarezzi (2015), que justificam essa possibilidade embasando-se no fato, explicitado por Paulo Freire e pela própria EA crítica, de que a partir do diálogo, todas as pessoas podem aprender umas com as outras.

Um destaque necessário é para a categoria que indica a necessidade desse programa ser *interinstitucional*. Talvez essa seja a forma de tornar possível a percepção tanto de quem trabalha nas instituições no PEFI, como para quem as visita e para quem vive em seu entorno que este local é uma UC e que como tal possui regras, condicionantes e o objetivo de conservar a biodiversidade. No entanto, as barreiras que citamos anteriormente com certeza afetariam a elaboração de um programa com essas características, necessitando serem superadas para colocá-lo em prática, tanto que esse é um dos motivos pelo qual surge a categoria *programa institucional para visitantes*, no qual cada instituição realizaria esforços para implementar em seus atuais programas, projetos que tratassem do PEFI e envolvessem a população do entorno. Embora realmente válidos, talvez não sejam tão fortes e até eficazes, como seriam se todas as instituições estivessem envolvidas. Mais à frente, discutiremos um pouco mais esse possível programa como um dos principais resultados do Café ComPartilha, onde o diálogo pode envolver as diferentes pessoas entrevistadas e suas percepções.

3.2. Os conhecimentos e as percepções da população do entorno

Nesta seção abordaremos os resultados obtidos a partir das entrevistas com a população do entorno do PEFI e, quando necessário, traremos também falas de outras/os participantes de modo a complementar a informação. É importante considerar que não estamos buscando realizar grande extrapolação, ou seja, indicar que os dados aqui encontrados representam fielmente todas as pessoas da população do entorno do PEFI, pois entrevistamos apenas quatro moradoras e um morador dessa região.

No entanto, três dessas pessoas são presidentes de associações de bairro próximos ao PEFI, uma da Água Funda, em São Paulo, e as outras duas do bairro do Campanário, em Diadema; as outras duas entrevistadas são uma diretora de uma escola próxima ao PEFI e que frequenta a Associação de Moradores e Amigos da Água Funda (AMAAF) e uma funcionária desta mesma associação. Além disso, todas essas pessoas vivem na região há no mínimo 17 anos, sendo que a grande maioria chegou ao bairro entre a adolescência e o início da vida adulta.

Assim, acreditamos que essas pessoas estão inseridas em contextos que permitem grande contato direto com o restante da população dessa região, reconhecendo suas demandas, problemas e dinâmica. Dessa forma, essas pessoas nos possibilitam visualizar um quadro geral da realidade do entorno do PEFI, necessário para direcionar os trabalhos de EA, bem como torná-los realmente possíveis.

Com relação às pessoas que hoje são presidentes das associações de bairro, apresentamos a seguir como se deu este envolvimento, uma vez que pode demonstrar como processos de engajamento e participação ativa na comunidade podem acontecer. A presidente da AMAAF, em São Paulo, aqui chamada de Laura, está neste cargo há 14 anos e seu envolvimento começou da seguinte forma:

“Eu trabalhava no Colégio Nossa Senhora do Morumbi na [Avenida] Giovanni Gronchi. E eu comecei a perceber que no entorno da escola estavam aparecendo alguns projetos ligados ao município [...]. E eu comecei a interessar porque assim até então eu saía de manhã e voltava à noite e não olhava bem para o bairro. E com esse trabalho lá no Morumbi com os alunos no entorno, eu percebi, eu falei: poxa alguma coisa boa precisa acontecer no nosso bairro, afinal de contas foi um bairro que me recebeu há 46 anos atrás. Casei aqui, meu marido nasceu aqui no bairro, criei meus dois filhos aqui, mas eu não olhava, não tinha um olhar para o bairro, então foi a partir daí que eu comecei a olhar para o bairro e descobrir os seus problemas. E aí alguém, conversando, alguém me disse: olha tem uma associação de moradores esse bairro. Aí eu cheguei até a associação de moradores e vi a deficiência que tinha aqui e comecei a ajudar a diretoria na época e numa eleição seguinte eu assumi como presidente, isso há 14 anos atrás, e estou até hoje.” Laura 11.

Otávio é presidente da Associação de Moradia 18 de Agosto e Santa Luzia, em Diadema, há 15 anos. Sua história com a associação começou quando foi criada uma comissão de moradoras/es em seu bairro, da qual não fazia parte, mas a insatisfação com o trabalho dessas pessoas o engajou a criar a associação efetivamente, como esclarece na fala a seguir:

“[...] na época eu participava, até como participo até hoje também né de uma comunidade católica que tem o nome da nossa padroeira lá, Santa Rita, Santa Rita de Cássia. E, na época, como eu te falei, foi formada uma comissão que eram oito pessoas que os moradores elegeram, aquelas oito pessoas, né, para poder representar os moradores na época [...] aonde moram aproximadamente 1200, 1300 famílias. Mas, essa comissão, [...] eles acabaram de uma certa forma se acomodando e aí teve uma obra lá, que inclusive era a obra da associação, que começou [...] aí não deram continuidade [...] quem tomou conta na época foram os traficantes, entravam lá para dentro, ficavam traficando lá dentro, aí chegou uma época que a gente da comunidade mesmo Santa Rita, a gente falou assim: não, vamos montar uma associação legal, com CNPJ, tudo, aí foi aonde a gente fez seis meses de discussão para a gente poder chegar a uma conclusão, aí montei uma chapa, e nós tivemos resistência por parte dessa comissão na época, que não queria que a gente, não queria cuidar do local, das obrigações que tinham que ser tomadas as providências, mas na hora que a gente se propôs montar uma chapa da associação, para a gente criar uma associação legal lá dentro com CNPJ, aí eles foram contra também.” Otavio 337, 343, 349.

A presidente da Associação dos Moradores do Jardim Amália é Dora, que está nesse cargo há 11 anos. Dora nos conta que se envolveu com a associação da seguinte maneira:

“É uma história muito engraçada, porque eu trabalhava no banco, eu era bancária, e fui convidada para participar de uma reunião da associação, e no dia dessa reunião eles fizeram, assim, uma reunião para tirar alguém que representasse as mulheres aqui no bairro, e foi votado e eu ganhei, né. Aí eu comecei a fazer um trabalho com as mulheres e depois disso veio a eleição para escolher o presidente da associação e ali elas começaram: ah, por que você não entra? Nessa época eu saí do banco, aí eu peguei e falei: tá, tudo bem, vamos aprender juntos. Porque eu não conhecia nada de trabalho social, nada assim que dirigia à comunidade, né. Aí eu peguei, aceitei o desafio, e estou aí até hoje.” Dora 16.

Outro ponto que gostaríamos de destacar é a vontade dessas três pessoas de deixar os cargos de presidentes de associação. A principal justificativa é o longo período à frente dessas instituições, a vontade de possibilitar que outros possam também se engajar em prol de suas comunidades e cansaço:

“[...] com o final desse mandato meu, que a gente foi eleito de novo, então eu vou para 17 anos, aí 17 anos eu acho que já fiz muita contribuição lá [...]. [...] é muito gratificante saber que aquilo ali eu ajudei um pouco, e que vai ficar ali para o resto da vida, né. Mas, eu acho que eu queria abrir um leque assim também, na próxima eleição acho que não participar mais, eu não estou querendo mesmo não, porque quero dar oportunidade para outras pessoas, está na hora de

eu tirar o meu time de campo e dizer assim: agora vai ser outro campeonato, para também outras pessoas poderem fazer um pouco historia lá e dar sua contribuição.” Otavio 399, 414.

“[...] mas já estou querendo tirar o chapéu, jogar a toalha, porque eu já estou ficando cansada.” Dora 30.

Compreendendo o contexto no qual estão inseridas essas pessoas, em seguida, buscamos saber quais eram alguns dos conhecimentos que as/o entrevistadas/o tinham com relação às temáticas trabalhadas nessa pesquisa, ou seja, a EA, as UCs e o PEFI.

A respeito da EA, todas as pessoas entrevistadas indicaram que já tinham ouvido falar a respeito desse assunto. Então, procuramos saber qual a concepção de EA dessas pessoas. Segundo Iared et al. (2011), desde os anos 1980 há a preocupação de pesquisadoras/es brasileiras/os em buscar mapear quais são as abordagens da questão ambiental nas práticas educativas em diferentes âmbitos, pois tanto a concepção de meio ambiente quanto a de educação são fatores responsáveis pelo modo no qual as práticas de EA são conduzidas. Considerando que as pessoas da população do entorno entrevistadas, em quase sua totalidade, estão em contextos de liderança comunitária ou escolar, estas possuem o potencial de agirem como multiplicadoras para a EA, promovendo atividades em suas instituições, conversando diretamente com a população. Dessa forma, buscamos conhecer suas concepções de EA, pois esta é essencial para que essas ações difundam uma ideia ou outra.

Para categorizar essas concepções, nos utilizamos da classificação das tendências de EA propostas por Marpica (2008). Dessa forma, obtivemos os resultados descritos no Quadro 4.

Quadro 4. A educação ambiental segundo as moradoras e morador entrevistadas/o, de acordo com a classificação de Marpica (2008).

Concepção de educação ambiental da população do entorno entrevistada		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
4	Tendência pragmática	<i>“Acho que é trabalhar todo o meio, a questão de reciclagem, a questão de preservação, não só preservação do patrimônio, como do ambiente de um modo geral, não jogar lixo, ter certos cuidados tanto com a reciclagem, quanto com a própria limpeza que o pessoal vive, acho que é tudo, tem a ver com as plantas, com tudo mais.” Melissa 36</i>
1	Não sabe	<i>“Olha, eu escuto falar muito de educação ambiental, eu sei que é um termo muito importante, mas eu não sei te dizer como que funciona, não sei.” Dora 104</i>

Fonte: autoria própria

Como podemos observar, a tendência pragmática foi a que mais surgiu durante as falas das pessoas entrevistadas. Em geral, as/o moradoras/morador ligam a EA com a preservação do ambiente, principalmente a partir de comportamentos considerados ecologicamente corretos. Uma possível explicação para a concepção de EA estar ligada a essa tendência para estas pessoas, está no fato das questões ambientais serem tratadas nas mídias, nas escolas e em seus materiais didáticos, em vários casos, de maneira não totalmente contextualizada, onde são prescritos comportamentos mais adequados para a convivência com o ambiente, para que o ser humano possa sobreviver.

Na pesquisa de Valentin e Santana (2010) com três professoras que desenvolviam um projeto de EA com a temática da energia, as concepções de EA, bem como as práticas, também estavam ligadas principalmente a comportamentos a serem seguidos e à resolução dos problemas de modo pragmático. Marpica (2008), na qual nos baseamos para a categorização das tendências, realizou a análise de livros didáticos de ciências, português, geografia, história e matemática quanto ao modo de abordagem das questões ambientais. Neste caso, a tendência que mais estava presente era a silenciosa, na qual as oportunidades para se trabalhar as questões ambientais não eram aproveitadas. Iared (2010) procurou saber as concepções de EA de professoras de São Carlos-SP. Nos discursos das entrevistadas surgiram elementos das três tendências consideradas por essa autora (romântica, pragmática e complexa), demonstrando que a concepção de EA pode variar até para uma mesma pessoa, onde diferentes elementos, provenientes de diferentes tendências, formam a ideia do que é a EA para a pessoa. Para Iared et al. (2011), uma possível justificativa para esse quadro é que a coexistência de tendências em uma mesma prática educativa é reflexo da transição de paradigmas de nossa sociedade, como observado em seu trabalho que reúne análises com professoras de São Carlos-SP, livros didáticos e ações de EA em UCs. Silva e Campina (2011) também analisaram as concepções de EA, mas desta vez o foco estava em filmes produzidos para a TV Escola, capas de revistas e uma intervenção de EA, enquadrando-as entre EA crítica, pragmática ou conservadora. No caso dos filmes e das capas de revistas analisadas, a concepção pragmática estava mais presente, contudo a intervenção apresentou as três concepções utilizadas pelas autoras em diferentes momentos.

Assim, percebemos que a tendência crítica ou complexa na classificação usada por Iared (2010), está presente em poucos momentos durante o ensino formal e também nas mídias, refletindo na formação das/os alunas/os, família, professoras/es, e da sociedade como um todo, difundindo mais as outras tendências de EA e suas características. Dessa maneira, destacamos novamente o importante papel que as pessoas entrevistadas podem ter como

multiplicadoras para a EA e, acreditando no potencial que uma EA crítica, transformadora e emancipatória possui, é interessante que estas pessoas possam compreender suas complexidades. Acrescentamos a isso o fato de crer que, por serem lideranças comunitárias, estas são pessoas empoderadas e que têm buscado melhorias para seus bairros já por muito tempo e, assim, talvez já compartilhem alguns princípios desta EA crítica, mas que se devidamente considerados podem fortalecer ainda mais seus trabalhos.

Com relação às UCs, a maioria das pessoas entrevistadas informou já ter ouvido falar nesse termo antes, sendo que apenas uma entrevistada indicou conhecer somente o termo áreas protegidas. Para uma compreensão mais aprofundada, questionamos quais seriam as funções destes locais (Quadro 5).

Quadro 5. Funções das unidades de conservação segundo a população do entorno entrevistada.

Funções das unidades de conservação		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
3	Preservação da natureza (flora/fauna)	<i>“Então o seguinte, nós temos os animais, as árvores, é muito bonito, é uma coisa linda, e assim, eu acho que é uma das funções que também é muito importante, né, para mata, para gente ter os nossos animais, as nossas árvores, acho que também tem que ser preservada com muito carinho.”</i> Otavio 599.
3	Fonte e conservação da qualidade de ar	<i>“É o ar que nós respiramos, então tem que preservar mesmo.”</i> Laura 85.
2	Lazer	<i>“Fizeram para ficar como o Botânico, você vai lá visitar [...]”</i> Eliana 58.
1	Pesquisa	<i>“Fica protegida pra estudo.”</i> Eliana 62.
1	Política	<i>“Elas foram criadas até para o governo dizer assim: olha, nós temos área ambiental, nós temos área de reserva, né, reserva ambiental, nós temos uma área de mata, nós temos aqui o parque, nós temos isso e aquilo. Porque também seria muito ruim se chegasse a São Paulo hoje e cobrasse do governo do Estado assim: oh, vocês tem área ambiental de reserva? Aí ele fala assim: não tem nada.”</i> Otavio 552.
1	Contato com a natureza	<i>“As áreas ambientais não são para a gente agredir ela, é para a gente admirar, para ter um lugar que a gente possa ir lá, que nem o Ibirapuera, não é legal ali? Uma coisa muito boa ali.”</i> Otavio 577.
1	Importância histórica	<i>“Mas eu acho que é um pouco isso, acho que a área ambiental ela é importante para que a gente possa ver também, para não isolar muito as áreas, para que a gente possa fazer trabalho com ela, que a área ambiental se você for fazer um levantamento, um trabalho em relação a um parque desses do Estado aqui, você tem muita história pra contar aqui, acho que é muito importante isso”.</i> Otavio 562.
1	Educação	<i>“Então se tivesse mais áreas assim era bom, para que a gente possa passear dentro, levar as crianças, ensinar um pouco pra criança: olha, isso aqui que é importante.”</i> Otavio 579.
1	Manutenção da área	<i>“Para que não sejam destruídas, para que não acabem, pelo menos eu creio que é por isso.”</i> Melissa 49.

Fonte: autoria própria

Analisando os dados, percebemos que a maioria das pessoas entrevistadas ligam as UCs à preservação da natureza, mas também compreendem que essas áreas verdes fornecem e melhoram a qualidade de ar nas cidades, além de servirem como locais de lazer. Além disso, foram citadas também funções como contato com a natureza, educação e política, sendo esta última função ligada ao fato do Governo do Estado poder afirmar que possui UCs em sua área. Realmente é uma opinião interessante, pois demonstra a ideia de que não necessariamente a criação de UCs está sempre ligada a posições favoráveis à conservação, e sim que podem funcionar como parte do jogo político, de maneira a buscar apaziguar conflitos principalmente relacionados a demandas de grupos ambientalistas, garantia de financiamentos e visão positiva da comunidade internacional.

Esses conhecimentos sobre as UC e as relações que as pessoas entrevistadas fazem são importantes, pois, como encontrado na pesquisa de Bellinassi, Pavão e Cardoso-Leite (2011) sobre o manejo e uso público de UCs federais e do estado de São Paulo, um dos principais fatores que afetavam negativamente o manejo das áreas era o desconhecimento que a população do entorno tinha sobre o que é e qual a importância de uma UC.

Ainda sobre as UCs, buscamos saber se essas pessoas reconhecem como é feita a gestão destes locais e seu principal documento, o plano de manejo (Quadro 6).

Quadro 6. Conhecimento da população do entorno entrevistada sobre plano de manejo de UCs.

Já ouviu falar em plano de manejo?		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Sim	<i>“Já. [...] O plano de manejo eu não sei bem te explicar não, para falar a verdade.”</i> Otavio ENT 631.
3	Não	<i>“Não.”</i> Melissa ENT 71.

Fonte: autoria própria. Obs.: Esta pergunta não foi realizada para a participante Laura, pois por ser conselheira do PEFI, foi aplicado um roteiro diferenciado de questões.

As pessoas participantes embora já tenham ouvido falar em UCs e reconheçam algumas de suas funções, conhecimentos mais específicos sobre estes locais, como sua gestão não são bem difundidos, uma vez que todas as pessoas entrevistadas informaram não saber como funciona a gestão das UCs. O participante Otavio destaca a falta de informação a respeito desses assuntos:

“[...] em relação à questão da administração dessas reservas ambientais, é uma coisa que o governo nem explica muito como que é feito isso, na verdade. Se a gente for perguntar isso daí, fizer essa pergunta para a maioria das pessoas hoje, pode parar aí na rua e

procurar centenas de pessoas que elas vão ficar meio perdidas em relação a uma resposta dessas. Porque é uma coisa que é praticamente fechada, umas das coisas que a parte da administração dessas áreas ambientais é fechada, o governo nunca explica direito como faz isso para a população, eu acho, eu não tenho muito conhecimento sobre a forma como o governo faz para manter essas áreas em preservação.” Otavio 608.

A partir de um estudo com populações próximas a áreas protegidas na Grécia, Dimitrakopoulos et al. (2010) indicam que a maioria das pessoas participantes da pesquisa sabiam da existência de áreas protegidas como um todo, sendo que nesse caso as informações eram provenientes principalmente da mídia, palestras assistidas e autoridades locais. A mídia também pode ter sido um fator influente no caso da população do entorno do PEFI. Hoje em nosso país é cada vez mais comum reportagens que falam a respeito de UCs, em geral da categoria parque, principalmente ligadas ao ecoturismo, mas também a conflitos e surgimento de animais na cidade, sendo uma possível fonte dessas informações.

Outro fator que influencia, provavelmente em maior parte, é a proximidade com o PEFI. Isso acontece principalmente com as/o presidentes de associação, pois essas três pessoas já estiveram/estão envolvidas com PEFI. Laura é conselheira do Parque, e Otavio e Dora estiveram envolvidos durante o projeto do Conselho de Compromisso que envolveu o Estado, o município e a população do entorno. A fala de Dora, quando perguntada se sabia o que era uma UC ou área protegida, representa isso:

“Não, eu sei [como é] aqui. Eu moro perto de uma área que é protegida que a gente não pode mexer.” Dora 117.

Por outro lado, apesar das moradoras e morador entrevistadas/o terem esse contato, o reconhecimento do PEFI por seu nome oficial não é claro a essas pessoas. Quando perguntamos se elas/ele já tinham ouvido falar no “Parque Estadual das Fontes do Ipiranga”, uma delas informou nunca ter ouvido, outra disse que conhecia, mas não sabia o significado, e as outras duas pessoas informaram apenas que já tinham ouvido falar. Contudo, quando perguntamos onde se localizava o PEFI, apenas uma participante soube reconhecer parte da área do parque. Isso aconteceu devido ao fato de, embora o PEFI tenha sido criado em 1969, já com essa nomenclatura, ele ficou muito mais conhecido como “Parque do Estado”, sendo encontrado esse nome inclusive em mapas da região. Dessa maneira, quando esclarecemos que estávamos tratando do Parque do Estado, todas as pessoas entrevistadas demonstraram reconhecer o parque:

“O Parque do Estado eu acredito que é essa mata aí, não é. O Parque do Estado é essa mata que é nossa vizinha.” Dora 158.

“Parque do Estado é todo esse aqui.” Melissa 84.

E ainda Otavio acrescenta:

“Se você perguntar essa pergunta, Caio, para população todinha aqui, ninguém vai saber responder.” Otavio 691.

Essa fala de Otavio se confirma quando verificamos dois trabalhos realizados anteriormente na região com a população do entorno. O primeiro é de autoria de Souza (2008), que entrevistou 36 pessoas do entorno do PEFI, no município de Diadema. Dentre as percepções encontradas estava o não reconhecimento do nome oficial do PEFI. A autora acrescenta que grande parte dessa população confunde o nome com o Parque da Independência, em São Paulo, onde se encontra o Museu Paulista (Museu do Ipiranga), fato que também foi observado neste estudo.

O segundo foi realizado por Sousa, Soares e Glezer (2009), no qual foram entrevistadas 100 pessoas da região, tanto de São Paulo quanto Diadema. Neste trabalho, o autor e as autoras perceberam diferença nos conhecimentos da população cuja residência tem limite direto com o parque em relação à população cujo limite é indireto. No caso do conhecimento do nome da UC, 86% daquelas/es que residiam mais próximos do PEFI souberam reconhecer seu nome. Por outro lado, apenas 52% daquelas/es com limite indireto com o parque tinham esse conhecimento.

Dias (2008) encontrou um resultado bastante similar com a população do entorno da Estação Ecológica de Angatuba, no estado de São Paulo. A maioria das pessoas que residiam próximas à UC, também não a conhecia por seu nome oficial e sim por “Fazenda do Estado”. A autora indica que essa terminologia não é observada somente nesta UC, mas em outras áreas também administradas pelo Instituto Florestal, ligando o fato ao modo de criação das UCs, instituídas a partir de desapropriações ou compra das terras que eram anteriormente conhecidas como fazendas, tornando-se propriedades do Estado.

Embora seja uma questão de terminologia, esta confusão de nomenclatura pode trazer aspectos negativos para a conservação pretendida pelas UCs. Para Dias (2008), o não conhecimento da UC por seu nome e sim por “Fazenda do Estado”, em seu caso, sugere que a área seja destinada à produção agrícola, dificultando a compreensão da finalidade do local. Segundo, o Decreto n. 4.340/02 que regulamenta o SNUC, o nome de uma UC deve se remeter a característica natural mais significativa ou denominação mais antiga, priorizando nomes indígenas ancestrais (BRASIL, 2002). No caso do PEFI, o parque foi batizado dessa forma por suas importantes nascentes que, como informamos anteriormente, serviram para o

abastecimento da cidade e formam o histórico Riacho do Ipiranga. Assim, quando essas pessoas não reconhecem esse nome, não estão reconhecendo também o importante caráter histórico e ambiental que o PEFI possui, como fica claro no momento em que perguntamos se essas pessoas sabiam o porquê este local existia e a maioria não soube nos responder (Quadro 7).

Quadro 7. Respostas da população do entorno entrevistada quanto ao porquê do PEFI existir.

Por que o PEFI existe?		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
3	Não sabe	"Não sei." Eliana 68.
1	Preservação da flora	"Eu penso para preservar esse verde, se não as pessoas vão acabar cortando as árvores, destruindo, chega uma hora que acabou, vão construir em cima os prédios, tudo mais, vai lá e detona, e esse é um espaço que não pode ser utilizado a não ser mesmo como parque." Melissa 91.

Fonte: autoria própria. Obs.: Esta pergunta não foi realizada para a participante Laura, pois por ser conselheira do PEFI, foi aplicado um roteiro diferenciado de questões.

Buscamos saber também como que estas pessoas da população do entorno se sentem com relação ao PEFI (Quadro 8). Esta informação é importante, uma vez que a percepção que a população que vive adjacente a uma UC tem com relação à área e os sentimentos por ela despertados podem ser um fator crucial para que este local possa efetivamente alcançar seus objetivos, tendo inclusive o apoio e participação dessas pessoas. Segundo Padua (2012), quando a população do entorno tem uma percepção negativa de uma UC, não se sentindo parte ou não estando de alguma forma envolvida com ela, muitas vezes surge ressentimento para com a área, levantando a ideia de que é melhor utilizar os recursos ali presentes do que participar de sua proteção.

Quadro 8. Sentimentos despertados pelo PEFI na população do entorno entrevistada.

Sentimentos com relação ao PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Felicidade	<i>“Eu me sinto muito feliz, muito contente porque a gente vê uma reserva dessa aqui, um parque desse, eu fico feliz porque assim, quando a gente olha para um lado, e vê a destruição, o desmatamento, a poluição, e a gente olha para o outro lado e vê um parque desse, a gente vê que nem tudo está perdido, nem tudo se acabou, nem tudo está destruído, a gente vê que tem alguma coisa, então eu fico feliz com isso.” Otavio 712.</i>
1	Sentimento de importância	<i>“Eu acho que é muito importante, sabe, eu acho muito importante e eu me sinto importante em morar vizinha deles.” Dora 195.</i>
1	Prazer	<i>“Eu tenho muito prazer em morar aqui ao lado do Jardim Botânico tanto que sempre que eu posso, eu deixo a Água Funda de lado e falo que moro no Jardim Botânico, para mim eu sou uma extensão do Jardim Botânico.” Laura 134.</i>
1	Otimismo	<i>“Eu me sinto muito feliz, muito contente porque a gente vê uma reserva dessa aqui, um parque desse, eu fico feliz porque assim, quando a gente olha para um lado, e vê a destruição, o desmatamento, a poluição, e a gente olha para o outro lado e vê um parque desse, a gente vê que nem tudo está perdido, nem tudo se acabou, nem tudo está destruído, a gente vê que tem alguma coisa, então eu fico feliz com isso.” Otavio 712.</i>
1	Gratidão	<i>“Porque, às vezes, principalmente finais de semana, que a gente não tem como passar no Zoológico, no Jardim Botânico, eu ainda comento: nossa, a gente tem uma área tão visitada, uma área que eu posso vir a pé e tem gente de longe vindo visitar. Então eu acho que isso para nós é muito gratificante.” Dora 196.</i>
1	Gostar de morar na região	<i>“Eu acho ele maravilhoso, é um espaço imenso de árvores, eu acho que assim é muito bacana ter isso aí próximo a nossa casa, dá a impressão que limpa mais o ar, dá essa impressão aqui, e que é um espaço bonito também.” Melissa 135.</i>
1	Paixão	<i>“O Parque é a minha paixão, sou apaixonada pelo Parque como um todo [...]” Laura 106.</i>
1	Não sabe	<i>“[...] eu estou aqui desde de julho, não faz nem um ano que eu estou aqui, e agora que eu estou trabalhando aqui que eu estou sabendo que tem lá, porque antes quando eu ia visitar, só como lazer, eu não sabia, não voltei lá para ver, e falar assim: Ai, agora que eu sei, vou dar mais valor, então, entendeu.” Eliana 129.</i>

Fonte: autoria própria

Segundo Tuan (1980), a percepção pode ser considerada “a resposta dos sentidos a estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”. A percepção de um determinado ambiente é resultado das experiências de vida que uma pessoa tem, além das influências vindas da cultura, gênero, nível socioeconômico, entre outros. Por conta disso, Tuan (1980, p. 68) indica como na verdade compreender as percepções e atitudes das pessoas não é uma tarefa simples:

Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível de atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do meio ambiente físico. Os conceitos “cultura” e “meio ambiente” se superpõem do mesmo modo que os conceitos “homem” e “natureza”.

Outra contribuição desse autor é em relação ao destaque ao conceito de topofilia, que significa “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980). A topofilia é um conceito que nos auxilia a compreender como as pessoas se relacionam com o ambiente ao seu redor, principalmente aquele que possui contato direto.

Assim, considerando essas informações, percebemos que os sentimentos evocados pelo PEFI nas moradoras e morador de seu entorno são todos positivos, demonstrando apenas relações topofílicas com o PEFI. Esse é um resultado bastante positivo, pois a partir do ponto que a população enxerga o PEFI como algo importante, é provável que possa se engajar para garantir sua proteção. Uma visão positiva quanto a uma UC também foi encontrada na pesquisa de Hoeffel et al. (2008) sobre APA do Sistema Cantareira, em São Paulo. O autor e as autoras perceberam que as populações rurais e urbanas que vivem nesta UC tem essa percepção positiva pelo contato mais direto com a área, gerando um sentimento afetivo que remete a se sentir pertencente à área.

Somado a esses sentimentos positivos da população do entorno do PEFI entrevistada, estão também as memórias da infância dessas pessoas, trazidas a tona pelo contato com a UC, como podemos perceber nas falas abaixo:

“[...] hoje quando eu chego aqui e vejo essa mata eu, fico... até me passa pela cabeça quando eu tinha dez, oito, doze anos, da onde eu fui criado lá que tinha muito isso, né, a questão do verde, e aí me recorda muito minha infância lá, mas assim, a natureza é uma coisa muito bonita mesmo, acho que é uma das maiores maravilhas que a gente tem na face da Terra, né.” Otavio 184.

“Antigamente eu lembro que, eu era criança ainda, e nós passávamos por dentro dela [mata do PEFI] para ir até o ponto de ônibus que era lá em cima, que a gente falava que era o Alto do Zoológico, porque a gente não tinha ônibus aqui, tudo tinha que pegar ônibus lá. Então a gente andava muito dentro dessa mata, antigamente, aí foi indo, foi indo, fechou, cercou e aí não tinha mais como entrar.” Dora 133.

“Eu vinha de lá de Diadema para o Jardim Zoológico pela mata. A gente vinha muito pelo caminho [pela mata do PEFI], a gente tinha muito o hábito de ir e a gente fazia caminhada, dava uns 20 minutos, meia hora de casa até aqui. Era muito gostoso, porque criança, eu era bem criança, eu tinha 10, 11 anos assim, acho que dos nove a

gente já começou a vir. Lá é bem mata mesmo, e muito agradável, muito bacana, não sei como está hoje, porque antes tinham caminhos, que iam sendo feitos, provavelmente a comunidade que fazia, então tinha lugares que você podia passar e você saía de lá do Campanário, lá da mata mesmo, lá da divisa e você chegava aqui no Jardim Zoológico.” Melissa 99, 104.

O PEFI não evoca apenas memórias da infância daquelas que viveram na região nessa época. Como pudemos ver, para Otavio, estar em contato com a mata do PEFI lhe faz recordar de quando era menino e morava em outra região, no interior do país, onde havia mais florestas. Segundo Marin (2003), os tipos de ligações afetivas que uma pessoa tem com determinado local dependem diretamente dos sentidos que estão impressos em sua memória, isso porque é a partir da memória e da percepção imediata que as pessoas constroem a imagem de tudo que está em seu redor, sejam coisas, outras pessoas ou acontecimentos. Assim, a memória é com certeza parte importante e determinante das atitudes que as pessoas terão em relação ao PEFI ou outra UC.

Na pesquisa de Cerati e Souza (2009) com a população do entorno do PEFI, as pessoas entrevistadas indicaram imagens positivas e negativas desta UC. Para as autoras, as respostas dessas pessoas indicam sentimentos de tofília ou afinidade com o parque, destacando também a memória e o sentimento de nostalgia, tal como encontramos nesta pesquisa. Por outro lado, as/os moradoras/es também indicaram aspectos negativos para com o PEFI, principalmente ligados à violência e falta de segurança. Segundo as autoras, a ocorrência de crimes no interior da mata do PEFI, em especial o caso do “Maníaco do Parque”¹⁴, que foi amplamente divulgado nas mídias, marcou bastante essa população, sendo a principal causa de uma visão negativa desta UC, embora essa percepção tenha aparecido atrelada ao sentimento de apreço pela mata.

Em nossa pesquisa aspectos negativos quanto ao PEFI em si não foram levantados pelas pessoas entrevistadas. Não podemos afirmar concretamente se esses sentimentos negativos realmente não existem mais ou se apenas não foram informados. No entanto, um grande condicionante para os resultados encontrados por Cerati e Souza (2009) é que sua pesquisa sobre a percepção ambiental foi realizada antes da formação do Conselho de

¹⁴ Em 1998, Francisco de Assis Pereira, chamado pelas mídias de Maníaco do Parque, estuprou e matou mais de 10 mulheres em uma área mais isolada do PEFI. Francisco seduzia as mulheres informando ser um caça-talento e convidava as vítimas para realização de uma sessão de fotos em um ambiente ecológico, no qual realizava os crimes (BERTOLDI et al., 2014). Este foi um caso bastante divulgado nas mídias na época de sua investigação, sendo inclusive considerado por uma pesquisa do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), em 2004, como o caso com atuação do Ministério Público mais lembrado pelas/os brasileiras/os, sendo que 76% das pessoas entrevistadas indicaram terem ouvido falar a respeito (IBOPE, 2004).

Compromisso que descrevemos anteriormente e das reformas na área subsequentes. Isso porque o muro que separava o parque antes da reforma impedia a visão para dentro da mata, sendo sua mudança uma das exigências da população do entorno na época. Hoje, neste local há uma cerca que permite visão interna, o que pode ter trazido um sentimento maior de segurança à população.

Mais especificamente ao caso do “Maníaco do Parque”, ele foi levantado apenas por Dora e Otavio, provavelmente, pois ambos são aquela e aquele que vivem mais próximos dos limites do PEFI e estavam envolvidos durante o Conselho de Compromisso. No entanto, ambos comentam o caso para justamente justificar a necessidade e contar a respeito do processo de mudança do muro em questão:

“Eh, a tela foi muito boa porque antigamente tinha muito caso de estupro né, você lembra daquele caso do Francisco do Parque. [...]. E essa tela aqui evitou muito, como as casas moram todas aqui de frente para mata, se o cara for entrar aqui ou alguma coisa, o cara vê, se tiver alguém suspeito de alguma coisa dá uma ligadinha para a polícia e tal, que nem já aconteceu.” Otavio 190, 198.

“Tinha um pedaço de muro, mas o que tinha derrubaram, em alguns espaços, e em outros espaços estava tudo aberto mesmo.[...]. Aí nós pegamos e falamos assim: vamos fazer um abaixo-assinado, para ver se a gente consegue que fechem aqui. Porque a ideia era o muro, de novo. Foi na época que teve aquele negócio do Chico Estrela que traziam as mulheres aqui para a mata. [...]. O maníaco do Parque. Foi aqui, né. E aí começou a aparecer, era uma época que aqui era muito perigoso, tinha matador, então tudo que era coisa ruim aparecia, né.” Dora 370, 373, 378.

A partir da compreensão preliminar de como essas pessoas se relacionam com o PEFI, buscamos saber como é a relação delas com suas partes, ou seja, as instituições dentro desta UC. Para isso, questionamos essas moradoras e morador do entorno quais dessas instituições já haviam visitado (Quadro 9) e como se sentiam em relação a elas (Quadro 10).

Quadro 9. Instituições no PEFI visitadas pela população do entorno entrevistada.

Instituições visitadas		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
5	Zoológico de São Paulo	“Já, o Zoológico e o Jardim Botânico.” Dora 188.
5	Jardim Botânico de São Paulo	“Só o Zoológico e o Botânico.” Eliana 113.
2	Parque Cientec	“Cientec já, já fui lá também.” Laura 437.
1	Secretaria da Agricultura e Abastecimento	“O Zoológico, e eu conhecia bem o prédio da Secretaria da Agricultura que agora não é mais, né.” Laura 433.

Fonte: autoria própria

Quadro 10. Sentimentos e percepções da população do entorno entrevistada com relação às instituições no PEFI.

Percepções quanto às instituições no PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
4	Gosta das instituições	<i>“Eu acho bom, acho um espaço bacana para se visitar, de um modo geral, não digo só com a escola, e é um espaço que a gente tem próximo, eu, por exemplo, utilizo o Jardim Botânico para fazer caminhada.”</i> Melissa 147.
3	Instituições são importantes	<i>“Eu acho que elas são muito importantes para nós, para todos. Eu acho que são áreas muito importantes, o Zoológico, o Jardim Botânico, Cientec, o Simba também, eu acho que elas são instituições importantíssimas, não só para nós aqui, mas para todos, para todos, muito importante.”</i> Dora 210.

Fonte: autoria própria

Algumas das pessoas entrevistadas acrescentaram a essas informações o tempo desde a última visita às instituições:

“[...] faz três anos que eu fui ao Zoológico, no Botânico acho que faz um ano.” Eliana 120.

“Ai meu filho, deve ter uns 15 anos [que foi ao Zoológico de São Paulo]. [...]. No Botânico, deve ter uns dois anos que eu fui lá.” Dora 296, 302.

“Eu utilizo bem o Jardim Botânico. Há um tempo atrás a gente ia quase todos os finais de semana [...]. [...]. Ao Jardim Zoológico eu vou menos, eu vou quando tenho alguém para levar para passear, uma sobrinha, a filha que gosta de ir, eu vou menos, acho que dá um total de umas três vezes por ano, eu não vou mais que isso. [...]. [Ao Cientec] Não, aí eu vou só quando tem algum evento.” Melissa 152, 158, 171.

E quem são os acompanhantes dessas visitas:

“Eu, meu filho e meu esposo, para passear, para lazer.” Eliana 123.

“[...] fui lá só com minha mulher mesmo e minha filha que era menor.” Otavio 765.

“[...] a última vez que eu fui ao Zoológico foi com meu filho.” Dora 306.

Em sua maioria, as pessoas entrevistadas gostam das instituições que já visitaram no PEFI e as consideram importantes, principalmente para a região, por conta do

papel educativo que possuem para as crianças e pelo fato de estarem em uma área florestal, convivendo adequadamente com ela, como nos conta Otavio:

“Eu acho que é bom também, porque é uma forma, que nem no caso do Zoológico, foi feito o Zoológico de uma maneira que tem as árvores dentro do Zoológico, então é uma das maneiras [...] que a gente pode sim utilizar a mata [...] sem fazer maiores agressões à natureza [...]. E assim, a importância também, que tem muitas crianças que vão lá que pode conhecer os animais vivos, sem ser no papel, no desenho, que pode ir lá e ver os animais, eu acho que é muito legal isso.” Otavio 727, 730.

Quanto às visitas já realizadas por essas pessoas, a maioria já visitou a FPZSP e o JBSP, sendo o PCT o menos conhecido, e apenas uma moradora indicou ter visitado a antiga Secretaria da Agricultura e Abastecimento, que foi transferida para outra região. A frequência de visita é em geral baixa (com exceção para a entrevistada Melissa), no entanto, o JBSP é visitado com um menor espaço de tempo que a FPZSP. Além disso, as/o moradoras/morador indicaram visitar as instituições acompanhadas/o principalmente de suas famílias.

Na pesquisa de Sousa, Soares e Glezer (2009), 93% das/os moradoras/es do entorno do PEFI indicaram conhecerem a FPZSP, enquanto apenas 33% já conheciam o JBSP, sendo que 30% o visitaram com certa frequência, e 4% conheciam o PCT. Neste caso, o PCT não era muito conhecido e visitado, uma realidade encontrada até os dias de hoje. Uma possível justificativa para isso está na entrevista que realizamos com a educadora responsável pelo programa educativo desta instituição, onde ela informa:

“O que eu acho é que justamente pelo conhecimento da existência e de que o parque pode ser visitado, é aberto ao público, e por não ser assim, o Zoológico é uma coisa que você entra e você fica a vontade, você tem uma autonomia na sua visita, se você vai ao Parque do Ibirapuera você tem uma autonomia, se você quiser deitar na grama, aqui é um parque, porém ele não é um parque público, então ele tem uma série de restrições. Então, como a nossa atividade é mais cultural, as pessoas não entram aqui por que não vão ficar dentro do parque sentado na árvore, fazer piquenique ou andar de bicicleta, trazer o cachorro, não tem essa... então o povo, a população ainda não está preparada para o tipo de proposta que a gente desenvolve.” Carla 466.

Assim, de acordo com essa educadora, o PCT não é tão visitado, pois a população do entorno o desconhece e também pela própria proposta diferenciada desta instituição. Contudo, a educadora indicou que a partir do momento em que faixas foram

colocadas do lado de fora desta instituição avisando sobre palestras que seriam realizadas, ela pode perceber um aumento da presença de moradoras/es do entorno.

Quanto às outras instituições, no trabalho de Sousa, Soares e Glezer (2009), a FPZSP aparentou ser um maior atrativo à população, embora não seja um local frequentemente visitado, ao contrário do JBSP. A ausência da população do entorno do PEFI também foi percebida na pesquisa de Araújo-Bissa (2012) sobre o perfil dos visitantes da FPZSP. Como resultados deste estudo, foi encontrado que 40% dos visitantes desta instituição eram da cidade de São Paulo, sendo que a maioria destes era proveniente da Zona Leste da cidade e não da Zona Sul, onde se encontra o zoológico em questão. Além disso, a pesquisa de Araújo-Bissa (2012) demonstrou que a maioria dos visitantes vai à instituição acompanhada da família, tal como foi relatado pelas pessoas da população do entorno entrevistadas neste atual estudo. A família também acompanhou os visitantes do Parque Estadual da Pedra Branca, uma UC urbana na cidade do Rio de Janeiro, na qual, ao contrário desta pesquisa, a frequência de visitação era bastante alta, com pessoas visitando-o diariamente ou mais de uma vez por semana, principalmente para caminhadas, o que demonstra que a maior parte dos visitantes desta UC são moradoras/es de seu entorno (PELLIN et al., 2014). No entanto, comparações entre o PEFI e outras UCs, mesmo urbanas, são difíceis de serem realizadas por conta de não existir um programa único de uso público, por exemplo, e, na verdade, para acessar o PEFI   necessário adentrar uma das instituições em seu interior.

Como principal razão para uma frequência menor de visitação   FPZSP, acreditamos que o valor de entrada seja um fator influente. A população entrevistada por Souza, Soares e Glezer (2009), bem como aquelas e aquele por nós entrevistadas/o, e a educadora responsável pelo programa educativo desta instituição salientaram essa opinião:

“Um, eu acho o custo do Zoológico muito caro, do Zoológico, do Botânico   até um preç o simbólico, mas o do Zoológico acho o custo muito alto.” Eliana 312.

“Eu imagino que seja por questões financeiras e por elas optarem por outras opções de lazer já que elas enxergam, isso foi mostrado na pesquisa¹⁵, n  s  essas pessoas, mas todas as pessoas no geral, enxergam o Zoológico como um espaç  só para lazer, eu acho que também, a partir do momento que elas frequentaram o parque uma vez, elas vão optar por outras opções de lazer.” Alice 366.

¹⁵ A educadora se refere à pesquisa de Araújo-Bissa (2012).

Esta educadora indica também que outras opções de lazer podem ser mais atrativas uma vez que as pessoas do entorno já tenham visitado a FPZSP. Além disso, para a população do entorno por nós entrevistada, outras justificativas são a falta de tempo e o fato de morarem próximos ao lugar:

“Você já viu aquela história, né. Eu moro perto e você não... Eu acho muito legal, mas eu já fui lá, já sei o que tem lá, e falta de tempo mesmo.” Dora 310.

“[...] eu acho que talvez as pessoas que moram mais longe têm mais vontade de conhecer que quem mora perto aqui, a gente passa de frente e olha lá pra dentro, a gente acaba vendo de fora, mas acaba demorando... [...]. Às vezes por causa de tempo mesmo.” Otavio 766, 773.

“O pessoal que mora aqui ao redor do Botânico, do Zoológico, eles não dão valor ao que eles têm do lado, sabe, não importa assim. Dia de sábado e domingo tem um monte de carro, tem filas assim, a gente olha e fala assim: gente, mas como que esse pessoal está indo lá para fazer o que, para ver sempre as mesmas coisas, entendeu, e o pessoal aqui do bairro não dá valor para o que a gente tem. [...] Porque parece que está muito perto da gente, parece que o pessoal só dá valor ao que está longe, ao que não está perto.” Eliana 296, 306.

A proximidade com o local para essas pessoas é considerada um fator que as impede de ir, pois acabam sempre postergando a visita, deixando de realizá-la. Como salientou a participante Eliana, essa proximidade traz certa desvalorização do PEFI, o entorno não o aproveita e se surpreende com as pessoas de outros locais que lotam as ruas e causam trânsito aos fins de semana para poderem acessar esses locais.

Buscamos saber também dessas pessoas da população do entorno se elas participam/participaram de atividades educativas nas instituições no PEFI e quais suas percepções sobre elas.

Todas as pessoas entrevistadas indicaram nunca terem participado de atividades educativas promovidas pelas instituições no PEFI. Mesmo assim, perguntamos se elas/ele achavam que essas atividades atendiam às demandas da população do entorno. Com exceção de uma moradora que disse não saber responder, todas as outras pessoas indicaram que as atividades não atendiam a tais demandas. A principal justificativa para essa resposta está no fato dessa população desconhecer o que é feito nas instituições, informando que não há divulgação do trabalho educativo destes locais.

Buscar responder às demandas do entorno de uma UC é uma maneira interessante para se garantir a participação da população, o bom convívio com a UC e o

sucesso de programas educativos. Levando isso em consideração, seria importante que as instituições com programas educativos no PEFI fizessem, além dos esforços que dissemos na seção anterior para promover atividades que envolvam diretamente a população do entorno, a divulgação de suas atividades em meios que realmente alcancem essas pessoas, como por exemplo, a divulgação com essas lideranças comunitárias, o que inclusive foi uma das sugestões das educadoras entrevistadas para o envolvimento dessa população. Essas atividades educativas poderiam estimular a ida ao PEFI, sendo algo, por exemplo, em um formato com encontros semanais, quinzenais ou mensais, mas que permitissem a participação e contato mais frequente entre a população do entorno, o PEFI e as instituições em seu interior.

As pessoas entrevistadas também deram sua opinião de que atividades poderiam ser promovidas para atender suas demandas, como verificamos no Quadro 11.

Quadro 11. Ações e atividades para promover a integração da população do entorno, instituições e PEFI, segundo as pessoas entrevistadas (continua).

Sugestões para integração		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Palestras	<i>“Brincadeiras, fazendo brincadeiras para cá, palestras. Porque o povo aqui é participativo.” Dora 252.</i>
2	Divulgação de atividades	<i>“Eles tinham que divulgar, sei lá, tinham que ter algumas apresentações.” Eliana 215.</i>
1	Grupos de crianças	<i>“Acho poderiam assim, que nem aqui na associação, eles poderiam montar um grupo de idoso ou de crianças e fazer tipo uma palestra lá, umas aulas lá, alguma coisa lá, entendeu, juntar, unir mais os parques na questão e os moradores.” Eliana 180.</i>
1	Grupos de idosos	<i>“Acho poderiam assim, que nem aqui na associação, eles poderiam montar um grupo de idoso ou de crianças e fazer tipo uma palestra lá, umas aulas lá, alguma coisa lá, entendeu, juntar, unir mais os parques na questão e os moradores.” Eliana 180.</i>
1	Recepção de visitantes abordando o PEFI	<i>“Você vai lá ao Zoológico é assim, vai a qualquer lugar dessas áreas que é ambiental não tem uma pessoa pra recepcionar a pessoa, e acho que deixa muito a desejar também em relação à questão de explicar: Oh, o que é o Parque do Estado, isso aqui funciona, aqui é o Parque do Estado, aqui é o Zoológico, é a, b ou c.” Otavio 797.</i>
1	Evento sobre o PEFI na Rua Alfenas	<i>“(…) como tem muitas famílias que moram no entorno do Parque do Estado, aqui na Rua Alfenas, sei lá, acho que deveria ter uma ideia de vir alguém aqui do Estado um dia, aqui mesmo nessa pracinha que estamos aqui, [...] poderia ser convocado toda essa população e falar: vai ter uma conversa, um debate hoje sobre Parque do Estado, o pessoal do governo vai vir aqui hoje pra explicar melhor como funciona o Parque do Estado e de que forma que vocês que são moradores podem ajudar e contribuir pra que tenha cada vez mais melhora e um sistema de funcionamento melhor do Estado com a colaboraçãozinha de vocês.” Otavio 820.</i>

Fonte: autoria própria

Quadro 11. Ações e atividades para promover a integração da população do entorno, instituições e PEFI, segundo as pessoas entrevistadas (conclusão).

Sugestões para integração		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Atividades com as escolas da região	<i>"Eu acho que deveria ter uma afinidade maior com as nossas escolas, principalmente o Zoológico e o Botânico, eu acho que, é ir até eles, não esperar que eles venham até o Parque, porque muitas crianças aqui não conhecem o Parque [...]."</i> Laura 503.
1	Atividades com a Associação de moradores	<i>"[...] principalmente com as escolas, com a creche, com as escolas, e com a própria associação [...]."</i> Laura 518.
1	Isenção da entrada ao Zoológico para crianças do entorno	<i>"Então eu acho que isso [isenção às crianças do entorno] deveria ser oferecido pelo Zoológico, que é uma taxa alta pra entrar lá. Não sei hoje quanto está, mas deve estar na faixa de 20 reais ou mais, e a nossa população é muito baixa, a renda nossa aqui é muito baixa."</i> Laura 513.
1	Apresentações na comunidade	<i>"Então eu acho que eles deveriam promover atividades conscientizando as pessoas, trazendo apresentações para cá, para mostrar a importância que tem esse Parque do Estado para nós."</i> Dora 248.
1	Brincadeiras na comunidade	<i>"Brincadeiras, fazendo brincadeiras para cá, palestras. Porque o povo aqui é participativo."</i> Dora 252.
1	Cursos	<i>"Eu acho que se eles fizessem, por exemplo, propaganda de cursos para falar sobre a questão do meio ambiente mesmo, a questão de reciclagem, a questão dos animais, para a escola, o Jardim Zoológico é bem interessante, vertebrados, invertebrados, e várias outras coisas de animais, animal rasteiro, mamífero, e aí vai."</i> Melissa 210.
1	Liberação da caminhada no Jardim Botânico a todos	<i>"Por exemplo, liberar para fazer caminhada, porque eu não sei se é liberado para todo mundo [...]."</i> Melissa 230.

Fonte: autoria própria

As pessoas entrevistadas sugeriram um grande rol de possíveis atividades, promovidas pelas instituições do PEFI, que poderiam auxiliar a atender às demandas dessa população e realizar a integração com a UC. Muitas dessas ações já foram realizadas em outras UCs para envolvimento da comunidade local (TOLEDO; PELICIONI, 2006b), o que possibilita aprender com essas experiências para garantir sua efetividade. As sugestões mais citadas são palestras e a divulgação das atividades, melhorando assim a comunicação entre população e instituições e incentivando a participação. Dentre as outras sugestões a serem realizadas no interior das instituições temos grupos de idosos ou de crianças, cursos, caminhadas, como também, ações a serem realizadas na comunidade, de maneira que as instituições é que vão até essas pessoas. A UC ou, no caso do PEFI, as instituições irem à comunidade com certeza possibilitará resultados bastante positivos e melhora do relacionamento entre o entorno e a UC (BLANCO, 2001; BRESOLIN; ZAKRZEWSKI; MARINHO, 2010; DIETZ; NAGAGATA, 1997; CERATI et al., 2011; PADUA; VALADARES-PADUA, 1997; SOUZA; CERATI, 2013; TOLEDO; PELICIONI, 2006b).

Pensando especificamente no relacionamento entre o PEFI e suas instituições com a população do entorno, perguntamos as pessoas entrevistadas o que poderia ser feito para melhorá-lo (Quadro 12).

Quadro 12. Sugestões da população do entorno entrevistada para melhoria do relacionamento entre o PEFI, as instituições e a comunidade.

Atitudes para melhoria da relação com o entorno		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Divulgação	<i>“O que eles fizerem, eles divulguem [...]”</i> Melissa 255.
2	Aproximação do PEFI e instituições com a população do entorno	<i>“Então aí eu acho que o interesse teria que ser deles, né, do Parque e das instituições em estar procurando a comunidade, porque a gente não tem onde procurar, nós vamos procurar quem?”</i> Dora 291.
1	Descontos por parcerias com escolas	<i>“Eu acho que eles poderiam propor pacotes de parcerias, eu penso. Tem tal atividade, a gente vai promover, paga menos da metade”.</i> Melissa 254.
1	Uso de brincadeiras para aprendizado	<i>“Pegar as pessoas com brincadeiras, mas ensinando ao mesmo tempo, porque a gente, nós somos grandões, mas na brincadeira a gente entende mais.”</i> Eliana 290.
1	Maior comunicação entre PEFI, instituições e população do entorno	<i>“ [...] acho que ter mais comunicação.”</i> Otavio 834.
1	Elaboração de estratégia educativa em conjunto	<i>“Acho que a primeira coisa é sentar os responsáveis e conversar e montar uma estratégia, porque eu não teria essa fórmula pronta hoje [...]. As diretoras da escola, o gestor do Botânico, o gestor do Zoológico [...]”</i> Laura 531, 532.
1	Apresentações	<i>“Eles tinham que divulgar, sei lá, tinham que ter algumas apresentações.”</i> Eliana 215.
1	Criação de conselho da população do entorno	<i>“Eu acho que aqui mesmo deveria ser criado um sistema de conselho aqui do pessoal que mora na rua, um sistema de conselho, [...] tirar tipo uma comissão dos moradores que moram aqui no entorno também para ajudar a tomar conta, de manter a área mais limpa, de tomar uns tipos de cuidado, se tivesse uma conversa com o Estado.”</i> Otavio 841.
1	Eventos	<i>“Eventos, não sei.”</i> Eliana 218.

Fonte: autoria própria

Percebemos que as duas principais sugestões são novamente a divulgação, mas também uma aproximação entre o PEFI e suas instituições com a população do entorno e, seguindo esse mesmo raciocínio, a necessidade de maior comunicação entre essas partes também foi citada. Dessa forma, a população do entorno entrevistada indica que para ser possível garantir um bom relacionamento, é interessante que as instituições, talvez agindo como um todo, procurem a população e assim estabeleçam contato, ou seja, é a partir das instituições que ele poderá se concretizar, a população por ela mesma não consegue fazer isso. Dias (2008) encontrou resultados semelhantes na Estação Ecológica de Angatuba, na qual a população também salientou que não havia comunicação com a UC, indicando-a como “um

mundo a parte”. Além disso, a necessidade da aproximação com a população partir da equipe da UC também foi indicada como um caminho a ser seguido. Toledo e Pelicioni (2006b) concordam com esse caminho, acreditando que a organização da população e sua fundamental participação nos programas de EA em UCs dependem de iniciativas realizadas por quem for responsável pelos programas, pois é possível que as comunidades locais não se sintam mobilizadas para se organizarem e lutarem por seus direitos. Assim enfatizamos a necessidade das equipes educadoras das instituições no PEFI tomarem a frente para criarem esse relacionamento com o entorno. A partir dessa comunicação é possível seguir a sugestão de elaborar as estratégias educativas em conjunto com os principais grupos sociais da região.

Finalmente, para compreendermos a participação da população do entorno com a gestão do PEFI, perguntamos se as pessoas entrevistadas sabiam da possibilidade de uma/um representante desta população participar das reuniões do conselho desta UC (Quadro 13) e, também, se a pessoa tinha interesse em estar envolvida nas tomadas de decisão do PEFI (Quadro 14).

Quadro 13. Conhecimento da população do entorno entrevistada com relação à possibilidade de representação da comunidade nas reuniões do CONDEPEFI.

Conhecimento da representação no CONDEPEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Sabia	<i>"[...] sei que tem essas reuniões lá [...]."</i> Otavio 858.
2	Não sabia	<i>"Não, não sabia"</i> Melissa 262.

Fonte: autoria própria. Obs.: Esta pergunta não foi realizada para a participante Laura, pois por ser conselheira do PEFI, foi aplicado um roteiro diferenciado de questões.

Quadro 14. Vontade da população do entorno entrevistada em participar das tomadas de decisão do PEFI.

Vontade de participar das tomadas de decisão		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Gostaria, com envolvimento direto	<i>"Olha eu ia gostar muito de participar lá, se recebesse um convite para um dia eu ir lá e ouvir como que tá essa discussão lá para participar, para ter um pouco mais de conhecimento."</i> Otavio 878.
1	Gostaria, com envolvimento indireto	<i>"[Participar] indiretamente. [...] Ah, eu acho legal."</i> Eliana 263, 267.
1	Não gostaria	<i>"Não, não. [...] Eu não tenho tempo. O meu tempo infelizmente, não me sobra mais para fazer mais nada nesse momento, você entendeu. Mais para frente, até sim, mas durante a semana, eu não tenho horário vago."</i> Melissa 265, 268.

Fonte: autoria própria. Obs.: Esta pergunta não foi realizada para a participante Laura, pois por ser conselheira do PEFI, foi aplicado um roteiro diferenciado de questões.

Parte das pessoas entrevistadas informou saber das reuniões para a gestão do PEFI, embora demonstrem não saber exatamente qual sua finalidade. Além disso, duas pessoas entrevistadas gostariam de estar envolvidas nas tomadas de decisão do PEFI, no caso estas pessoas são justamente presidentes de associação de moradoras/es, o que nos leva a crer que esta opção está ligada diretamente ao fato de serem pessoas empoderadas e engajadas em sua região. Como já indicamos, hoje o SNUC é baseado em princípios que garantam a participação da sociedade na gestão das UCs. Dessa maneira, podemos dizer que a participação das comunidades locais na gestão das UCs é essencial para garantir que essas áreas consigam realmente auxiliar na conservação da biodiversidade, uma vez que com uma efetiva participação, o relacionamento das pessoas do entorno com as UCs é mais positivo e torna possível que essas pessoas auxiliem na manutenção destes lugares, ao mesmo tempo em que suas demandas, necessidades e conhecimentos são ouvidos e considerados.

Por fim, uma vez que o projeto do Conselho de Compromisso na Rua Alfenas é o maior exemplo de envolvimento da população do entorno do PEFI com essa UC, com suas/seus gestoras/es, incluindo também o município de Diadema, ou seja, reunindo diversas instâncias do governo e a população de maneira dialógica, procuramos saber, segundo as pessoas envolvidas na época (Otavio e Dora) quais os principais resultados, positivos e negativos, que eles perceberam após esse trabalho (Quadro 15).

Quadro 15. Principais resultados do Conselho de compromisso segundo as pessoas do entorno entrevistadas envolvidas com o projeto.

Resultados do Conselho de compromisso da Rua Alfenas		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Sensibilização dos participantes	<i>“O conselho, acho que ele se manteve um pouco mais cuidadoso a relação a vários problemas e conseguiu sensibilizar outras pessoas também [...].” Otavio 970.</i>
1	Desmotivação da comunidade por descontinuidade de acompanhamento pelo governo	<i>“[...] como o governo municipal acabou não demonstrando muito interesse, aí a população também a parte que fazia parte do conselho acabou também deixando de atuar.” Otavio 979.</i>
1	Engajamento dos participantes	<i>“as próprias pessoas que fizeram parte do conselho na época, hoje [...] reclamam uma atenção por parte [...] até um incentivo mesmo um apoio por parte do Estado e do governo municipal.” Otavio 962, 963, 964.</i>
1	Conscientização da comunidade	<i>“Na época foi muito bom, a gente conseguiu fazer atividades, a gente conseguiu conscientizar as pessoas [...]” Dora 430.</i>
1	Felicidade aos moradores da Rua Alfenas	<i>“Eu sempre falo, as pessoas da Alfenas são bem mais felizes hoje.” Dora 449.</i>
1	Utilização da área para lazer	<i>“Tem um pedaço da Alfenas aqui que eles fazem quermesse em época junina. Você passa no final de semana, no domingo à tarde, você vê eles sentados, eles colocam cadeira, ficam sentados com a família assim.” Dora 450.</i>

Fonte: autoria própria. Obs.: questão realizada apenas para a população do entorno entrevistada proveniente de Diadema.

A maioria dos resultados deste projeto foi positiva. A/O entrevistada/o indicam mudanças na comunidade, como a sensibilização, a conscientização e a felicidade como os principais resultados do conselho. Atitudes negativas para com o PEFI, como colocar fogo na mata, já não são mais realizadas. Ao se sentirem parte integrante, ouvidas e contempladas, as pessoas da Rua Alfenas se tornaram mais felizes e puderam estabelecer uma conexão positiva com o PEFI. Como relatamos anteriormente, a partir dos trabalhos de Cerati et al. (2011), existia um grande medo para com o PEFI por conta dos atos de violência realizados nessa mata.

Hoje, a partir da fala das pessoas entrevistadas, é possível notar que há um sentimento maior de pertencimento nas/os moradoras/es desta rua. Esta população utiliza a rua para lazer, realizando festas, caminhadas ou simplesmente para sentar com suas vizinhas e seus vizinhos para conversarem (Figura 8). Esse sentimento de pertencimento pode tornar essas pessoas engajadas em proteger tanto a área reformada, conseguida a partir de seus esforços, como o próprio PEFI, como retrata a fala de Dora:

“Em termos de lixo, não é bem a população da [Rua] Alfenas que joga. Não são eles, são pessoas de fora que vêm e jogam. E a reclamação é grande, viu. Eles chegam a tirar placas de carros e trazer para mim. Eles trazem para mim e eu passo lá para a fiscalização da prefeitura, não adianta muito, mas eu falo: gente eu

vou mandar. [...] às vezes quando está muito sujo, o pessoal se reúne e faz mutirão no final de semana para limpar.” Dora 461, 483.

Figura 8. Trechos da Rua Alfenas em Diadema-SP: pista para caminha e proximidade entre o PEFI e casas na região (fotos acima), lixo no interior do parque (foto à esquerda e abaixo), área de lazer (foto à direita e abaixo).



Fonte: autoria própria

No entanto, o resultado negativo apontado ocorre por conta do término do projeto. Algumas pessoas da rua em questão começaram a se sentir desmotivadas em atuar de maneira mais organizada por conta da falta de acompanhamento principalmente do município. Isso é realmente uma perda, embora as pessoas ainda se mostrem preocupadas com o PEFI, tomando atitudes mais adequadas para com a UC, a falta de um grupo organizado nesta rua dificulta que essas pessoas possam defender seus direitos e chamarem a atenção para suas necessidades e a situação do PEFI em sua região. De acordo com Otavio, ter alguém mais técnico representando de alguma forma o governo e que possa indicar caminhos a essas pessoas é uma necessidade para a região:

“[...] o conselho parou de atuar até por falta de, eles mesmos falam, a própria falta de uma atenção governamental, do governo estadual e municipal, porque, como eu falei, as pessoas às vezes querem ajudar, às vezes eles quererem, mas não sabem como, então a parte do governo chegando e dizendo precisa fazer isso aqui, a gente pode fazer isso, se vocês puderem ajudar nisso, então as pessoas até vão, mas eles querem um pontapé inicial, alguém que chame, porque às vezes eles querem fazer mas não sabem como, né, tem que ter uma

“pessoa mais técnica, uma pessoa para dizer: oh, isso aqui é para fazer assim.” Otavio 973.

Como tratamos anteriormente, a necessidade de auxiliar as populações do entorno de UCs a se organizarem, muitas vezes é algo que deve partir das equipes destes locais, pois dessa maneira possibilitará sua concretização mobilizando a comunidade (TOLEDO; PELICIONI, 2006b). Assim, para o caso do PEFI, é interessante que um trabalho em conjunto entre as equipes de EA e também as/os gestoras/es da UC seja realizado nessa região para voltar a mobilizar essa população e também ouvi-la. Uma vez que o primeiro projeto, o Conselho de compromisso, foi em grande parte bem sucedido, é interessante também buscar trabalhar com outras regiões do entorno do PEFI.

3.3. A gestão do PEFI

Este tópico abordará alguns aspectos de como tem sido a gestão do PEFI, procurando fazer conexões com a participação da população do entorno neste processo e com o desenvolvimento da EA no PEFI, ressaltando que o objetivo principal na presente pesquisa foi compreender os processos educativos no contexto escolhido. Outros estudos seriam necessários para uma análise mais profunda da gestão da UC, seus limites e possibilidades. Contudo, para que fosse possível compreender estes dois fatores levantados, primeiramente foi necessário um olhar para a gestão do PEFI como um todo. Assim, a partir das diferentes visões das pessoas ligadas à gestão do PEFI, buscamos compreender melhor a situação, possíveis conflitos e como se dão os processos de gestão nesta UC de maneira a contribuir para o entendimento do desenvolvimento da EA no PEFI e a participação do entorno.

Para as análises aqui apresentadas nos utilizaremos principalmente das entrevistas realizadas com as pessoas ligadas à gestão do PEFI, mas também consideraremos as observações das reuniões do CONDEPEFI e outras entrevistas realizadas quando pertinente. Primeiramente iremos apresentar quem são as pessoas entrevistadas, sua relação com a gestão da UC e como ela se iniciou.

Laura, cuja entrevista também foi realizada para obtermos informações sobre questões relacionadas à população do entorno, é conselheira do PEFI representando a sociedade civil. Seu primeiro contato com o PEFI foi a partir das vistas às instituições nesta UC e o início de seu envolvimento na gestão do PEFI foi por meio de iniciativa própria, já após ser presidente de uma associação de bairro:

“O contato com o PEFI não foi fácil, porque ele é uma área que fica bastante isolada do bairro. A dificuldade de diálogo do Parque com o bairro Água Funda, ele veio acontecer bem recente. É uma coisa que começou na minha administração aqui, porque não existia nenhuma representatividade do bairro no PEFI, então eu fui a primeira pessoa a assumir como conselheira do Parque para tentar amenizar os problemas que nós temos no bairro. [...] [...] marcamos uma reunião [com a diretora do IBt na época], eu fui me identificar, que eu estava na presidência da associação, que nós tínhamos uma série de dificuldades e gostaríamos de estar nos aproximando mais dessa área do PEFI e que eles também olhassem um pouco para o nosso bairro, e junto a gente conseguisse avançar e melhorar o entorno. [...] deve estar fazendo aí uns 10 anos. [...] aí houve a troca do conselho, dos conselheiros, aí me ligaram e me pediram se eu tinha interesse em participar das reuniões, então eu fui primeiro convidada e depois nomeada pelo governador.” Laura 97, 270, 279, 282.

Paulo é diretor geral do IBt e conseqüentemente, como explicaremos mais adiante, presidente do conselho do PEFI, está na instituição desde 1976, sendo a partir deste trabalho que passou a ter contato com esta UC. O PEFI é a única experiência que possui com gestão de UCs, e que se iniciou a partir do momento em que se tornou diretor geral de sua instituição. Além disso, foi a partir de sua proposta que se iniciou a gestão do PEFI mais próxima aos moldes atuais:

“Na verdade, enquanto diretor geral do Instituto de Botânica, vendo todas as dificuldades de conversas com as outras instâncias aqui, a gente propôs um grupo de trabalho do PEFI, de defesa do PEFI, chamava grupo de trabalho em defesa do PEFI e convidamos os órgãos em volta, e esse grupo passou a trabalhar, se reunia periodicamente, a cada dois, três meses, hoje nossas reuniões são praticamente mensais, com atribuições outras que a gente assumiu, mas, foi isso.” Paulo 198.

Rodrigo é CEO da Agência Ambiental Pick-upau e um de seus fundadores, tem contato com PEFI desde sua infância. A Pick-upau, que existe desde 1999, se mudou para as imediações do PEFI em 2003, justamente para se aproximar mais da UC. O PEFI não é o primeiro trabalho desta agência ambiental com a gestão de UCs, já tendo trabalhado com relatoria de planos de manejo no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). O envolvimento com a gestão do PEFI se deu justamente por conta da Pick-upau fazer parte do CONSEMA e estar localizada próxima ao PEFI, no entanto, Rodrigo passou a ser o conselheiro do PEFI a partir de 2014, antes outra integrante desta agência ambiental era a conselheira, sendo a troca necessária por mudança no regulamento do CONDEPEFI.

Na época em que realizamos as entrevistas, Natalia era a diretora do Núcleo de Pesquisa Reserva Biológica do Alto da Serra e PEFI do IBt, e diferente da/os outra/os

participantes, não era conselheira do PEFI, embora frequentemente estava presente durante as reuniões, bem como respondia por demandas administrativas do PEFI. Ingressou na instituição em 1994, sendo esse seu primeiro contato com o PEFI, e se envolveu com a gestão desta UC quando assumiu a diretoria do núcleo, no momento de sua criação, em 2009.

Perguntamos as/aos participantes da entrevista como funciona a gestão do PEFI. Uma grande quantidade de aspectos dessa gestão foi levantada, como apresentamos no Quadro 16.

Quadro 16. Principais aspectos da gestão do PEFI levantados pelas pessoas entrevistadas (continua).

Aspectos da gestão do PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
4	Conselho consultivo	<i>"[...] só que o conselho ele é consultivo, ele não é deliberativo."</i> Natalia 142.
3	Decisões do conselho tomadas por aclamação	<i>"[...] normalmente [a tomada de decisões no conselho] é por aclamação."</i> Laura 325.
3	Conselho realiza discussão sobre construções no entorno	<i>"Então é isso, por ele ser consultivo, às vezes a própria prefeitura encaminha pastas de pedido de construção de prédios, alguma coisa, então é avaliado no conselho qual o impacto que isso vai trazer para o PEFI."</i> Laura 315.
3	Conselho presidido por diretor do Instituto de Botânica	<i>"O diretor do Botânico é o presidente do conselho. Então o cargo de presidente do conselho vai ser sempre do diretor da instituição Instituto de Botânica, porque ele tem a maior área de conservação"</i> Natalia 180.
2	Autonomia das instituições na gestão de suas áreas	<i>"Cada um tem a sua gestão institucional, [...] então cada um tem a sua característica de administração que é de autonomia deles, isso estou dizendo para fazer orçamento, gastos, custos, etc."</i> Paulo 271, 273.
2	Autonomia nas tomadas de decisão pelo presidente do conselho	<i>"[...] o conselho me autoriza, por eu ser seu presidente a, por exemplo, determinar critérios, e posso até fazer uma coisa ad referendum, se eu estiver cumprindo aquilo que o conselho determina [...]."</i> Paulo 353.
2	Conselho realiza discussões sobre assuntos cotidianos comuns às instituições	<i>"[...] [O CONDEPEFI] ele resolve problemas quase cotidianos, por exemplo, um problema na divisa, um muro que caiu, um lixo que está no lugar errado, um problema específico com fauna, um problema específico com flora [...]"</i> Rodrigo 103.
2	Presença das instituições do PEFI, sociedade civil e governos municipais no conselho	<i>"[...] e os conselheiros são os representantes das próprias instituições, tem da prefeitura do Jabaquara e do Ipiranga. [...] Tem dos moradores da Água Funda [...]. E tem ONGs também, tem a ONG Pick-upau [...]."</i> Natalia 197, 204.
1	Conflitos entre conselheiros	<i>"[...] as pessoas que são teoricamente as principais nessa teia que é o CONDEPEFI, não necessariamente, claro que todos são cordiais, mas nem todo mundo se entende plenamente, então gera muito conflito, então a gestão é muito complicada."</i> Rodrigo 108.

Fonte: autoria própria

Quadro16. Principais aspectos da gestão do PEFI levantados pelas pessoas entrevistadas (conclusão).

Aspectos da gestão do PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Conselho quase deliberativo	<i>“Então, ele é consultivo, mas é também quase deliberativo.”</i> Paulo 330.
1	Cumprimento de diretrizes do plano de manejo	<i>“Nós seguimos rigorosamente o plano de manejo que foi feito para o Parque e aprovado no CONSEMA pelo Instituto de Botânica, há mais de cinco anos, há seis anos, e está sendo renovado agora.”</i> Paulo 301.
1	Gestão truncada	<i>“Então essa gestão ela fica, cada um cuida da sua área, em termos de proteção, vamos dizer assim, qualquer ação, qualquer intervenção tem que passar pelo conselho do CONDEPEFI. Então a gestão, ela é truncada.”</i> Natalia 112.
1	Presidente do conselho era figura da Secretaria do Meio Ambiente	<i>“Nos anos anteriores, a gente tinha alguém de fora que presidia o CONDEPEFI, isso fazia mais sentido. [...] então era alguém da Secretaria porque o Parque tem essa gestão, porque ele não está ligado nem ao Instituto Florestal e nem à Fundação Florestal, ele é ligado diretamente ao gabinete [...]. Então tinha uma pessoa da secretaria que fazia a gestão de fora, ou seja, numa reunião, ponderava as coisas.”</i> Rodrigo 94, 100, 103.
1	Priorização de interesses da instituição do presidente do conselho	<i>“[...] como é que você pode ter um gestor, para todos os efeitos, o diretor, seja lá quem for, ele vai sempre procurar ter, ele vai buscar os interesses da instituição que ele defende [...].”</i> Rodrigo 89, 91.
1	Restrições a construções nas áreas das instituições	<i>“De lá para cá só se faz uma construção aqui dentro se eu derrubar outra para por no lugar, eu não vou mais impermeabilizar área em lugar nenhum [...].”</i> Paulo 303.

Fonte: autoria própria

A partir das categorias emergentes das entrevistas e informações da literatura, descreveremos a seguir um panorama da gestão do PEFI, no qual destacaremos opiniões das/os entrevistadas/os principalmente quando divergirem sobre determinado aspecto.

Como informamos no início deste texto, o PEFI possui algumas instituições em seu interior, sendo uma delas o IBt. Este instituto é oficialmente o órgão da Secretaria do Meio Ambiente responsável pela UC, ao contrário da maioria das outras UCs paulistas que são geridas pelo Instituto Florestal ou Fundação Florestal. Essa informação pode ser obtida no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)¹⁶, um banco de dados online, mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, com informações padronizadas sobre as UCs brasileiras. De maneira geral, o cadastro do PEFI no CNUC não é completo, contendo apenas informações mais básicas como o contato e atos legais, com diversos tópicos sem dados. Uma informação pertinente que não consta neste registro é quem é a pessoa responsável pela gestão

¹⁶ Endereço para consulta: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs>

do PEFI. Por mais que a responsabilidade seja do IBt como um todo, em outros casos, é designada uma pessoa que terá tal posição. No caso do PEFI, a partir das falas das pessoas entrevistadas e observações realizadas, a pessoa que poderíamos designar para o cargo de gestor é Paulo, diretor do IBt e presidente do CONDEPEFI. Um ponto positivo, interessante de ser ressaltado, é o fato da pessoa responsável pela UC estar diretamente conectada à área, sendo esta seu local de trabalho, pois como indica Faria (2004), a existência de uma direção local, ligada ao dia-a-dia da UC, é uma característica desejada, pois possibilita uma gestão mais adequada.

Mais especificamente sobre o funcionamento da gestão do PEFI, ela é uma gestão diferenciada, truncada, como nos informa Natalia. Isso porque as instituições no PEFI tem autonomia no sentido financeiro, na proteção da vegetação em seu interior, em mudanças de infraestrutura que não se expandam e afetem a vegetação, de maneira a seguir o plano de manejo, mas outras intervenções devem ser passadas pelo conselho do Parque. Dessa maneira, o PEFI é uma área dividida em fragmentos (as instituições) que possuem gestão própria, mas ao mesmo tempo, a área como um todo está sob o regime de gestão de uma UC do tipo Parque.

Seguindo esse modelo de gestão, o PEFI possui um conselho consultivo. Esse conselho, o CONDEPEFI, foi criado por Decreto Estadual em 1998. Uma das mais importantes pressões para sua concretização foi o caso de violência na área do PEFI realizado pelo “Maníaco do Parque”, como conta Paulo:

“O caso do maníaco do parque, eu até disse uma época numa entrevista, ele aconteceu numa área pequena e distante do Parque, naquela área onde passa a Imigrantes, daquele lado. Só que a mídia falou que ele matava todo mundo em todo lugar, então o resto do Parque, como a parte da mata era totalmente preservada, mais o Zoológico, o IBt, tudo que dependia de visitação caiu drasticamente, isso até falei na época: vocês estão tirando a oportunidade da população de São Paulo com alarme falso, porque o cara matou mesmo, levou lá no meio, ele pegou lá no Ibirapuera a moça, pegou no shopping, e levou para lá, e lá no cantinho, não foi no Parque inteiro, não. Não é o Parque o culpado disso, mas mesmo assim, aquele evento foi bom para avançarmos na questão do conselho de defesa do Parque, pois até então tínhamos o grupo de trabalho que pedia que o governador fizesse um decreto criando o conselho para que ele tivesse mais força. Quando veio o evento do maníaco, o assunto estava bem aflorado e evoluiu e de fato o governo estava sensibilizado para a necessidade de criar aquele conselho e aí então nós conseguimos um avanço nessa questão.” Paulo 159.

Segundo o entrevistado Paulo, a partir do CONDEPEFI, foi possível estabelecer um canal de comunicação entre as instituições no PEFI, o que permitiu criar um

modelo de gestão para a área, trazendo um avanço maior para o PEFI que na época possuía apenas um grupo de trabalho.

Desde sua criação, o CONDEPEFI envolve principalmente as instituições no interior do PEFI, outros órgãos governamentais e a sociedade civil. No entanto, desde 1998 o decreto vem sendo alterado principalmente no que se refere à composição do PEFI em termos de números de representantes de cada local e a inserção ou exclusão de diferentes participantes. Hoje, segundo o decreto mais atualizado, o CONDEPEFI é formado por um representante de cada instituição no interior da UC, já estando incluído o futuro Centro Paraolímpico, bem como uma pessoa ligada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, uma à Procuradoria Geral do Estado, duas da Prefeitura de São Paulo, uma da Prefeitura de Diadema e três representantes da sociedade civil (SÃO PAULO, 2013a).

Além disso, este decreto traz outra alteração, a indicação de que a/o representante do IBt no conselho será quem o presidirá. Antes desta legislação, a presidência do conselho era responsabilidade de uma/um representante da Secretaria do Meio Ambiente ligada/o diretamente ao gabinete da/o Secretária/o. Esta alteração gera certo conflito para algumas das pessoas do CONDEPEFI:

“Na parte teórica existe até uma resolução ou decreto [...] que diz que o diretor, eventualmente, o diretor do Instituto de Botânica, ele passa a ser gestor do PEFI. Particularmente, a organização nunca reconheceu isso, como está na lei, aceitamos, agora, reconhecer é outra história [...] porque, como é que você pode ter um gestor, para todos os efeitos, o diretor seja lá quem for, ele vai sempre procurar ter, ele vai buscar os interesses da instituição que ele defende [...]. Nos anos anteriores, a gente tinha alguém de fora que presidia o CONDEPEFI, isso fazia mais sentido. [...] então era alguém da Secretaria porque o Parque tem essa gestão, porque ele não está ligado nem ao Instituto Florestal e nem à Fundação Florestal, ele é ligado diretamente ao gabinete [...]. Então tinha uma pessoa da secretaria que fazia a gestão de fora, ou seja, numa reunião, ponderava as coisas. Isso não tem mais, é o diretor de Botânica que ‘acumula’ a função de presidente do CONDEPEFI, isso gera muito atrito, porque tem interesses, e dependendo da pessoa que está lá, essa situação pode piorar muito, então assim, essa última gestão do CONDEPEFI, ela está ausente e muito problemática porque tem esses conflitos de interesse [...].” Rodrigo 86, 91, 94, 100, 103.

A principal razão da discordância com o decreto é a possibilidade da/o presidente tendenciar as decisões de acordo com os interesses de sua instituição e não para o que é mais interessante para o PEFI como um todo. No entanto, o procedimento está de acordo com o SNUC, o qual indica que os conselhos serão presididos pelo órgão responsável por sua administração (BRASIL, 2000). Ao mesmo tempo, o Decreto Estadual n. 49.672/05,

que indica como deve ser o funcionamento dos conselhos de UCs de proteção integral do estado de São Paulo, traz a informação que a presidência dos conselhos será feita por representantes da Secretaria do Meio Ambiente (SÃO PAULO, 2005). Se considerarmos que o IBt é um órgão da Secretaria do Meio Ambiente, a designação da presidência ligada ao instituto não está contrária à legislação, do contrário talvez possa haver um conflito entre as legislações. Como pudemos perceber, existem alguns conflitos entre as opiniões de diferentes pessoas que estão envolvidas com o conselho da UC ligados ao modelo de gestão atualmente adotado, como o modo no qual as tomadas de decisões são realizadas.

Contudo, durante as entrevistas foi levantado que, embora o presidente do conselho tenha certa autonomia para resolver assuntos que necessitam mais urgência, é recorrente que as decisões sejam tomadas por aclamação durante as reuniões do conselho. Este modo de tomadas de decisão foi verificado durante nossa observação da reunião do CONDEPEFI. Isso pode nos levar a crer que a gestão não é absolutamente centralizada na figura do gestor e que as decisões para o PEFI são tomadas em conjunto no conselho. Para Paulo, o conselho é quase deliberativo, pois como exemplifica:

“Todo mundo que vai plantar para compensar área ou fazer plantio tem que fazer um projeto e tem que submeter ao conselho para ver se está de acordo com o que ele está fazendo, se está plantando espécies de ocorrência aqui, se a proporção está adequada, se os manejos vão ser adequados, etc. Então, ele não chega a ser consultivo, nesse caso ele chega a ser imperativo, você faz assim ou não faz.” Paulo 317.

Talvez para assuntos ligados mais diretamente ao plantio, como exemplificado, o CONDEPEFI consiga ter uma voz maior. Contudo, ele mesmo assim é um conselho consultivo, como determinado para a categoria parque, e como nos indicam outras pessoas entrevistadas, ele resolve assuntos em comum às instituições, como citada a presença de lixo em lugar inadequado, problemas com a fauna, e é consultado sobre possíveis impactos que empreendimentos nas imediações do PEFI podem causar para a área protegida, mas suas recomendações não são obrigatórias, como exemplifica Natalia:

“[...] a CDHU vai construir prédio lá do lado do Botânico, [...] vieram pedir do conselho a autorização, a gente não dá autorização para construção, mas passou o projeto, o CONDEPEFI pediu pra abaixar o andar, lá vê, vai e volta, vai e volta, o paisagismo. [...] só que o conselho ele é consultivo, ele não é deliberativo. O conselho é consultivo, ele pode recomendar. Então o conselho viu e recomendou que abaixasse a altura do prédio, só que a CDHU disse que ia encarecer muito abaixar, diminui o número de moradores, essas coisas.” Natalia 134, 138, 142.

Um exemplo por nós presenciado em uma das reuniões que pudemos acompanhar foi com relação ao projeto de recuperação de uma área realizada pela construção do Centro Paraolímpico e seu paisagismo, os quais receberam uma série de recomendações das pessoas participantes do CONDEPEFI. Dessa maneira, a realidade do CONDEPEFI talvez esteja mais representada pela fala de Rodrigo:

“[A gestão é feita pelo conselho] Em partes. [...] ele não tem tanta força, ele resolve problemas quase cotidianos, por exemplo, um problema na divisa, um muro que caiu, um lixo que está no lugar errado, um problema específico com fauna, um problema específico com flora, agora questões mais complexas, elas passam pelo CONDEPEFI, mas não é o CONDEPEFI que decide, ele não tem poder para isso, não é prerrogativa do conselho resolver problemas maiores.” Rodrigo 114, 117.

Este conselheiro destaca que a percepção de que o conselho não é tão forte ficou mais clara a partir do processo de desafetação da área da Secretaria da Agricultura e Abastecimento realizada pela Lei n. 14.944/13 (SÃO PAULO, 2013b):

“Antes da desafetação do Parque, acreditávamos que o CONDEPEFI era um conselho muito forte, porque ele tinha representantes que valiam isso, depois do episódio da desafetação, a gente percebeu que o CONDEPEFI é exatamente aquilo que ele deveria ser, ele é um conselho consultivo, só.” Rodrigo 114.

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento foi transferida para outro local e atualmente a empresa responsável pelo Centro de Exposições Imigrantes ou São Paulo Expo, possui a concessão da área, na qual está sendo construído um grande estacionamento e que futuramente pode também ser o local de um hotel.

O episódio da desafetação dessa área foi um dos principais tópicos abordados pelas pessoas entrevistadas, sendo levantado sempre por elas. Laura nos indica como esse processo aconteceu:

“[O processo de desafetação] foi de cima pra baixo, porque eu tomei conhecimento de todo esse processo, ele já tava adiantado, não estava sendo comentado nas reuniões do conselho. Eu tomei conhecimento por uma pessoa que mora aqui no bairro e trabalha na Secretaria [...]. Aí na reunião seguinte do conselho eu pedi esclarecimento para saber o que estava acontecendo com a área da Secretaria da Agricultura, então se marcou na semana seguinte ou quinze dias depois uma reunião, [...] mas o projeto já estava pronto.” Laura 211, 216.

Como conta Laura, a desafetação das áreas não foi algo inicialmente discutido durante as reuniões do CONDEPEFI. Por discordarem do processo, tanto Laura quanto Rodrigo, que representam a sociedade civil, buscaram maneiras para reverter a situação.

Laura, por acreditar no valor histórico do prédio da Secretaria, buscou apoio no CONDEPEFI e tentou levar pessoas que apoiassem a ideia às audiências públicas. Rodrigo e a Agência Ambiental Pick-upau criaram paralelamente o Movimento pela Conservação do PEFI, ao qual estavam como signatárias também a ONG SOS Mata Atlântica e o Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ. Para Rodrigo o principal problema da desafetação foi o modo em que esta aconteceu:

“Não, nós não éramos contra a desafetação, nós éramos contra como estava sendo feito, o processo foi equivocado, até hoje eu acho que o processo foi equivocado [...]. [...] poderia ter a desafetação ainda que eu preferisse que não existisse, mas assim, no atropelo, no afogadilho, coisas que poderiam ser diferentes, principalmente a parte jurídica, entendeu?” Rodrigo 183, 189.

Outro ponto nessa desafetação que gera conflito é o fato de ser divulgado como contrapartida desse processo o anexo ao PEFI de uma área próxima ao JBSP, conhecida como espólio do Bumaruf, e que a parte da Secretaria da Agricultura e Abastecimento mais próxima à Avenida Miguel Estéfano permaneceria como área do PEFI, na qual seria realizado um plantio de mudas, de modo a formar um corredor ligando as áreas vegetadas do PEFI. De fato, este plantio já aconteceu, sendo inclusive uma área que servirá para pesquisas do IBt. No entanto, o anexo da área do Bumaruf é um processo já bastante antigo. Segundo Barbosa, Potomati e Peccinini (2002), nos 1980, a área em questão que já havia sido desapropriada entrou em litígio. No ano de 2012, foi publicado o Decreto 58.108/12 que indica que a área deve ser desapropriada (SÃO PAULO, 2012). E, finalmente, o decreto que informa sobre as desafetações, também indica, novamente, a desapropriação (SÃO PAULO, 2013).

Depois de todo esse processo, podemos perceber que há certo distanciamento entre as pessoas participantes do CONDEPEFI, o que possui como uma de suas consequências o enfraquecimento deste importante espaço para participação, e também, o sentimento de preocupação para com o futuro da área:

“O CONDEPEFI rachou e perdeu forças, isso é um fato, dentro da secretaria da onde for, o que acontece hoje no CONDEPEFI são forças individuais que atuam no Parque, a Pick-upau é uma delas, o Zoológico é outra, o Cientec é outra e o Botânico é outra, resumidamente é isso. E nem sempre a gente entra em acordo.” Rodrigo 220.

“[...] o meu medo é de eles [o governo] começarem a comer pela borda esse parque. Então acho que a gente abriu um grande precedente de ninguém se manifestar, de não ter uma coisa da comunidade de defender o Parque, aconteceu essa desafetação, tudo

bem que é uma área totalmente impermeabilizada, já não tinha função, mas é o parque.” Natalia 703.

Perguntamos as pessoas entrevistadas, quais eram os pontos no PEFI que necessitam de mais atenção (Quadro 17).

Quadro 17. Principais pontos que necessitam de mais atenção no PEFI segundo as pessoas entrevistadas.

Pontos que necessitam de atenção		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Gestão do PEFI	<i>“Olha, o problema maior do PEFI é justamente a gestão, mesmo, a conversa, o diálogo que é muito difícil, é muito complicado, as reuniões ou elas são, vamos dizer assim, muito calmas ou elas são muito agitadas, aí vai depender de quem está na reunião.” Rodrigo 154.</i>
1	Demandas próprias da comunidade do PEFI	<i>“Eu acho que deveria ser analisado um pouco mais da nossa realidade, porque nesse conselho se analisa muito a questão daquilo que já vem a ser consultado pra nós, mas nós não nos colocamos diante de nossos problemas e levamos para o conselho [...].” Laura 334.</i>
1	Fiscalização em área afastada do Parque	<i>“Eu acho que a segurança lá na área da lindeira da Imigrantes, porque ela está mais isolada, e tem dado mais trabalho [...].” Paulo 368.</i>
1	Autonomia para a gestão	<i>“Mais autonomia na gestão.” Natalia 213.</i>
1	Necessidade de trabalhar com o entorno indicada no plano de manejo	<i>“Existe um documento que é o plano de manejo do parque, do PEFI, que está sendo feito, [...] começamos a analisar um pouco desse entorno, então vamos refazer porque ele está incompleto, então o próprio PEFI ele peca um pouco de não ter essa clareza da necessidade de trabalhar esse entorno.” Laura 338, 340.</i>
1	Trânsito da Avenida Miguel Estéfano	<i>“O outro que eu acho é o trânsito da Av. Miguel Estéfano, que poderia ser equacionado, como eu disse, com outros projetos urbanísticos aí que a utilizassem como uma estrada-parque e não como uma estrada para unir municípios, intermunicipal.” Paulo 371.</i>
1	Segurança integrada	<i>“Eu acho que, não sei, a segurança. A gente tem uma segurança, [...] mas a segurança não é integrada.” Natalia 213, 214.</i>

Fonte: autoria própria

Dentre os pontos levantados estão a própria gestão, sendo destacada a presença de dificuldades na comunicação entre as pessoas envolvidas nesse processo e a necessidade de mais autonomia para a gestão do PEFI como um todo. Outro destaque está na consideração de demandas da própria comunidade do PEFI durante as reuniões do CONDEPEFI, ou seja, ser discutida a realidade e necessidades da UC e de seu entorno, sendo inclusive algo a ser explicitado no texto presente no plano de manejo do PEFI. A fiscalização também é fator considerado que chama a atenção das pessoas entrevistadas, principalmente em uma área mais afastada do parque onde há histórico de invasão. Outra citação é a necessidade da segurança ser integrada, ou seja, ligada a todas as instituições no PEFI, uma vez que hoje a polícia

ambiental realiza rondas pelo entorno do parque, contudo a segurança da UC e das/os funcionárias/os das instituições em seu interior não estão completamente garantidas, uma vez que casos de invasão ao PEFI e assaltos a essas pessoas ainda acontecem. Finalmente, é citado o trânsito na Avenida Miguel Estéfano, que corta o PEFI, há a ideia de tornar a região na chamada estrada-parque, ou seja, de modo que o acesso seja restrito às/aos funcionárias/os e visitantes das instituições apenas, deixando de ser uma ligação entre São Paulo e Diadema.

A realidade da gestão do PEFI possui semelhanças com as de outras UCs. A questão fundiária é um dos principais problemas encontrados na maioria das UCs brasileiras, estando ligado principalmente ao modelo de criação dessas áreas, como indicamos anteriormente, havendo necessidade de desapropriações e indenizações, como também, podem acontecer invasões de áreas já estabelecidas. De acordo com Rocha, Drummond e Ganem (2010), 66% dos Parques Nacionais brasileiros criados até o ano 2000 enfrentam problemas com questão fundiária. No trabalho de Alves et al. (2010) sobre a gestão de UCs no estado de Minas Gerais, um dos principais problemas e entraves à gestão dessas áreas eram ligados a regularização fundiária, como também à carência de recursos humanos e recursos financeiros. No Parque Natural do Pedroso, localizado na cidade de Santo André-SP, há a instalação de moradias irregulares em áreas da UC, bem como problemas ligados à segurança, uma vez que eram descartados carros e corpos na área (LAVENDOWSKI; MORAES; MOSCATELLI, 2007).

A partir dos dados, percebemos que as dificuldades indicadas pelas pessoas entrevistadas estão, em sua maioria, relacionadas ao ambiente do conselho, seu desenvolvimento e as diferenças de opiniões entre conselheiras/os. É esperado que em conselhos de UCs existam conflitos, isso porque agregam pessoas de diferentes origens, como também com opiniões, visões e alinhamentos políticos diferentes. No caso do PEFI, como indicamos anteriormente, grande parte das/os integrantes do conselho são representantes das instituições no parque e que estão ligados de certa maneira ao Governo Estadual, havendo apenas três cadeiras para a sociedade civil. Isso pode representar desvantagem a esse grupo principalmente nos momentos de tomadas de decisão, podendo gerar conflitos.

Segundo Loureiro (2004), nos efetivos processos democráticos está implícita a compreensão de que em nossa sociedade existem diferentes visões de mundo e interesses, que por diversas vezes são antagônicos, mas isso não exclui o fato de ser possível a realização de negociações e buscas de consensos para solucionar determinado problema, e sim traz o entendimento de que estas se dão por conta de uma base conflitiva. O autor ressalta também a importância do diálogo nesses momentos, pois ele não faz as contradições desaparecerem, ele

as pressupõe, e pelo esforço para a compreensão mútua, é possível fazer existir a liberdade de se afirmar, levando em consideração a necessidade do outro.

Percebemos o diálogo como um caminho para a melhoria das relações entre conselheiras e conselheiros do PEFI e também com a população do entorno, mesmo considerando seus limites ou barreiras, ainda que interesses e conflitos não desvelados existam. Durante o diálogo, podemos demonstrar como vemos e entendemos o mundo e quais são nossas opiniões. É um momento no qual nos fazemos presentes, mas que também nos permite compreender a nós mesmos e ao outro, nos permite ouvir e ser ouvidos. E mais, ele é maneira de ser para aquelas/es que buscam humanização de si mesmas/os e do contato com aquilo e aquelas/es que o cercam (ARAÚJO-OLIVERA, 2014). O diálogo se apresenta também como emancipador. Para Paulo Freire, podemos partir para o ponto de agir criticamente transformando nossas realidades, a partir do diálogo, na reflexão em conjunto sobre o que sabemos e o que não sabemos (FREIRE; SHOR, 1986¹⁷ apud ARAÚJO-OLIVERA, 2014). Essa emancipação é essencial principalmente quando levamos em consideração as pessoas que vivem no entorno das UCs e sua inserção nos processos de gestão destas áreas protegidas, pois a partir dela é possível garantir sua efetiva participação, criticidade e força suficiente para serem ouvidas.

A EA também pode auxiliar a tornar os conselhos mais democráticos e participativos. A equipe do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas sugere um modelo de estruturação de conselhos, no qual se procura, a partir de procedimentos metodológicos alinhados à gestão participativa e à EA, possibilitar que esses espaços sejam realmente representativos (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2007). Essa proposta metodológica é realizada em uma série de etapas partindo da dissolução do conselho, sendo realizados diagnósticos socioambientais da UC e entorno de maneira coletiva e envolvendo e mobilizando grupos sociais estratégicos da região, principalmente pela metodologia dos grupos focais, e há o estabelecimento de critérios para a reformulação do conselho, sempre por meio do diálogo com a equipe gestora e com o entorno. Com a reestruturação do conselho, é realizada a integração das/os conselheiras/os e um curso de formação inicial abordando os principais assuntos ligados à gestão de UCs. Finalmente, é elaborado um plano de ação bianual por meio do planejamento participativo e a implementação e acompanhamento de ações de formação continuada.

¹⁷ FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção educação e comunicação, v. 18).

Esta proposta já foi aplicada em algumas UCs como, por exemplo, o Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. Cohen e Silva (2009) retratam esse processo que se iniciou com uma parceria da gestão do parque com a ONG Terra Azul, a partir do Programa “Água em Unidades de Conservação”, o qual possuía como uma de suas linhas de trabalho o conselho consultivo da UC. Os autores ressaltam que o projeto foi bastante positivo principalmente pelo fato de considerar as opiniões e aspirações de pessoas estratégicas na população do entorno e as necessidades de diversas organizações, como também, o fato de todo o processo ter sido realizado não somente de maneira democrática, como motivante e incluyente aos grupos sociais participantes.

Santos et al. (2007) abordam o processo de reconstrução do conselho consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em Teresópolis-RJ. Neste caso, foi também utilizada a proposta de Loureiro, Azaziel e Franca (2007), contudo com adaptações relacionadas à realidade desta UC. Dentre os principais resultados, após as oficinas e reconstrução do conselho, as autoras perceberam que foi possível a construção da identidade de conselheira/o e criação de um clima mais cooperativo entre as pessoas participantes, o qual, na opinião das autoras, teve como fator fundamental a abordagem da realidade da UC, de seus problemas, conflitos e potencialidades, como também, o modo no qual a abordagem foi realizada.

É possível perceber que a proposta metodológica do Ibase tem se mostrado bem sucedida. Esta não requer que o conselho esteja sendo formado pela primeira vez, contudo há a necessidade que a gestão da UC tenha a motivação para mudança e para criação de uma gestão realmente participativa. Além disso, é importante notar que não é uma metodologia fechada, podendo ser adaptada para a realidade de cada UC, como descrito por Santos et al. (2007).

Levando em consideração os conflitos no conselho do PEFI, a aplicação desta metodologia ou uma adaptação dela talvez pudesse ser algo válido, principalmente na busca pela construção de um ambiente mais cooperativo entre as/os conselheiras/os, uma vez que, como demonstrado pelas autoras acima citadas, este é um dos possíveis resultados de sua aplicação. Além disso, durante a etapa de diagnóstico, é possível um reconhecimento melhor da realidade da UC e seu entorno, uma vez que a consideração de demandas da comunidade do PEFI e entorno foi citada como um dos pontos que necessita de mais atenção. Outro ponto interessante está na busca e motivação de outros grupos sociais e pessoas estratégicas. Hoje, pelo decreto que instaura o CONDEPEFI são destinadas três cadeiras à sociedade civil, no entanto, apenas duas delas estão preenchidas. Realizando esta etapa da metodologia, outra

pessoa ou grupo social estratégico poderia preenchê-la, como por exemplo, uma das associações de moradoras/es de Diadema, que já tiveram contato direto com projetos relacionados com o PEFI e têm interesse em estarem mais envolvidas na gestão desta UC. Desta forma, seria possível uma conexão maior com a cidade de Diadema, uma vez que nos relatos das pessoas participantes desta pesquisa, foi indicado que a prefeitura deste município, a qual possui cadeira no CONDEPEFI, muito raramente era presente em reuniões.

Outro destaque desta metodologia em questão é com relação à formação das/os conselheiras/os. Segundo Loureiro e Cunha (2008), para garantir um processo participativo, além de ações de mobilizações e envolvimento, e presença nas reuniões do conselho, é necessário possibilitar uma formação às/aos conselheiras/os para que seja possível a intervenção qualificada. Dessa forma estaremos considerando as diferenças na capacidade de participação de cada um, e assim possibilitando um processo de tomadas de decisão realmente democrático (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2007).

Na realidade do CONDEPEFI, essa necessidade foi expressa principalmente por Laura, moradora da região, a qual indicou que prefere se omitir durante tomadas de decisões por desconhecer os assuntos tratados:

“[...] a partir do momento que eu me torno uma conselheira, eu preciso receber uma formação, isso não existe essa formação, muitas vezes eu prefiro me omitir a dar a minha opinião por desconhecer a lei. Então eu acho que os conselheiros não deveriam só ser nomeados, mas sim receber essa formação.” Laura 367.

Uma formação com todas/os as/os integrantes do CONDEPEFI seria recomendada, mesmo que grande parte tenha formação técnica ligada à área ambiental, pois a partir dela é possível que todas essas pessoas estejam a par da realidade das UCs, sua legislação, além de aspectos mais específicos ao manejo adequado da área e relacionamento com o entorno, conseqüentemente criando uma gestão mais adequada à UC e também mais participativa, evitando momentos como a omissão de importantes integrantes do CONDEPEFI e até possíveis constrangimentos. Cohen (2007), que analisou os processos de formação e condução de conselhos de UCs do tipo parque no Rio de Janeiro, também recomenda que todas as pessoas integrantes dos conselhos passem por um processo de formação para compreensão tanto da lei do SNUC como de seu papel como conselheira/o, e indica também que as/os gestoras/es das UCs devem receber formação para liderarem os conselhos, de maneira a estarem aptas/os a lidarem com os conflitos que existirão. A necessidade de formação das/os gestoras/es de UCs também é apontada por Loureiro et al. (2008) como uma necessidade, uma vez que em nosso país havia uma longa tradição onde a

autoridade do poder público era única sobre a gestão dos bens comuns, com o incentivo à participação trazido pelo SNUC, é preciso uma transformação na cultura institucional, pois ainda existe certa resistência das equipes gestoras à participação efetiva de grupos envolvidos com as UCs.

Mesmo considerando essas ações de formação das pessoas integrantes dos conselhos, durante as reuniões deve ser utilizada uma linguagem acessível a todas/os as/os participantes, o que proporcionará um nivelamento das informações, evitando intimidação tanto pelo linguajar quanto pela posição hierárquica daquela/e que fala (LOUREIRO et al., 2008). A partir do uso de uma linguagem clara, adequada à realidade local, é possível uma interação mais equilibrada entre os saberes e, assim, o interesse e o potencial de participação da comunidade serão aumentados (MUSSI, 2007).

Outro aspecto da gestão que também procuramos compreender foi com relação ao processo de elaboração e atualização do plano de manejo. Das pessoas entrevistadas, apenas Paulo e Natalia do IBt estavam presentes na elaboração do plano, publicado em 2008. Sobre o processo de elaboração, os principais aspectos relatados estão descritos no Quadro 18.

A elaboração do plano de manejo do PEFI se deu a partir da contratação de uma empresa que coordenou as atividades em meados de 2005, recebendo o auxílio de funcionárias/os do IBt. Pelas informações obtidas a partir da fala das pessoas entrevistadas, o processo seguido pela empresa estava de acordo com o proposto pelo Roteiro Metodológico do IBAMA para elaboração de planos de manejo em UCs do tipo parque. Devido ao fato do PEFI ser uma UC com instituições em seu interior e que dificilmente seriam removidas da área devido a sua importância, o plano de manejo considerou esta realidade, sendo criadas zonas especiais para adequação da UC.

Um plano para o PEFI como um todo foi criado, o que gera até hoje dificuldades na gestão, pois como indicamos anteriormente, as instituições são independentes e possuem demandas específicas e políticas diferenciadas. A preocupação com essa visão das instituições existe desde antes da criação do plano de manejo. De acordo com as atas das reuniões do processo participativo de elaboração do plano de manejo, algumas pessoas participantes já sinalizavam que as instituições tinham esse perfil, e que ele poderia afetar a gestão do PEFI como um todo.

Quadro18. Principais aspectos da elaboração do plano de manejo do PEFI segundo as pessoas entrevistadas presentes na época.

Aspectos do processo de elaboração do plano de manejo		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Zoneamento com elaboração de novas categorias	<i>“Então, esse plano de manejo, se você for ver, eles criaram muitos termos para se ajustar às situações que a gente usa agora, por exemplo, zona de uso conflituoso, de conflito, isso aqui vai ter que resolver ao longo do tempo porque hoje ela está de um jeito que não está de acordo com o que diz o SNUC, mas não dá para tirar daqui agora o prédio que tem um dono, que mora gente.”</i> Paulo 382.
1	Elaboração por empresa contratada	<i>“Ele contou com a coordenação desse grupo da UNICAMP da professora Roseli, junto com outros professores e com pesquisadores do Instituto de Botânica nas questões envolvendo o histórico da área, a vegetação. [...] Na verdade, como foi um edital de concorrência pública, esses pesquisadores e técnicos eles tiveram que se juntar a uma equipe numa empresa que entrou na concorrência, a PLANTEC.”</i> Paulo 393, 398.
1	Elaboração com auxílio do Instituto de Botânica	<i>“Ele contou com a coordenação desse grupo da UNICAMP da professora Roseli, junto com outros professores e com pesquisadores do Instituto de Botânica nas questões envolvendo o histórico da área, a vegetação. [...] Na verdade, como foi um edital de concorrência pública, esses pesquisadores e técnicos eles tiveram que se juntar a uma equipe numa empresa que entrou na concorrência, a PLANTEC.”</i> Paulo 393, 398.
1	Utilização dos dados recebidos para elaboração de ações em curto, médio e longo prazo	<i>“Esse material [o diagnóstico] foi entregue para a gente e nós fizemos todas as ações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, e como a gente ia trabalhar isso, só que esse plano foi para o Parque todo.”</i> Natalia 242.
1	Realização de reuniões participativas com comunidade científica e instituições do PEFI	<i>“Tiveram reuniões participativas com a comunidade científica, com os parceiros vizinhos, né, todo mundo participou, fizemos questionário, tudo isso para o plano de manejo [...]”</i> Natalia 244.
1	Plano único para o PEFI	<i>“[...] e foi feito um plano para todo mundo.”</i> Natalia 246.

Fonte: autoria própria

Outra informação importante que as atas dessas reuniões nos trazem é que não houve a participação da população do entorno durante as reuniões do processo participativo para elaboração do plano de manejo. Quando questionamos às pessoas que estavam presentes durante a elaboração do documento sobre como aconteceu a participação da população do entorno, uma delas indicou que foram realizadas entrevistas com a população para a construção do projeto do plano e outra que o assunto foi discutido apenas com integrantes das instituições no PEFI:

“A equipe ia a campo, conversava com as pessoas, toda a metodologia é a que normalmente se usa para outros planos de manejo. Só que aqui teve mais do que isso, porque tinha uma situação diferente que teve que ser ajustada, mas visita a campo, levantamento, entrevista para população lindeira, tudo isso teve, para fazer o estudo e as propostas.” Paulo 431.

“[...] eu acho que foi mais discussão com os condôminos, vamos fazer que isso [o PEFI] é um condomínio, os condôminos também participaram, foram eles que participaram, o pessoal do Zoológico, a própria Secretaria.” Natalia 256.

Assim, considerando que na época da elaboração não existia representante da população do entorno no conselho, identificamos que no processo de elaboração do plano de manejo, algumas pessoas da população do entorno puderam participar por meio de entrevistas realizadas durante o trabalho a campo da equipe responsável pela elaboração do documento, possibilitando o levantamento de informações necessárias para o plano de manejo. No entanto, quando analisamos as atas das reuniões de participação pública, nas quais ocorreram discussões sobre o desenvolvimento dos trabalhos para a elaboração do plano de manejo, percebemos a presença apenas de funcionárias/os das instituições no PEFI, não havendo a participação direta da população do entorno neste momento. Segundo o Roteiro Metodológico do IBAMA para elaboração de planos de manejo em parques, a quarta fase deste processo, a oficina de planejamento, é o momento no qual há intercâmbio de saberes entre técnicas/os, pesquisadoras/es, funcionárias/os da UC, e também lideranças comunitárias e conselheiras/os (IBAMA, 2002). Este é o momento no qual o diagnóstico da realidade da UC é realizado a partir da visão de diferentes pessoas envolvidas com a área, bem como são integrados esforços das diferentes partes para que seja possível garantir o desenvolvimento local e sustentável, considerando a importância da UC (IBAMA, 2002).

Levando isso em consideração, a ausência de uma pessoa representando a população do entorno pode ter sido um dos fatores que permitiu que o conteúdo do atual plano de manejo não explicita a necessidade de se trabalhar com o entorno, como citado durante as entrevistas, indicando caminhos, potencialidades e pontos estratégicos principalmente de maneira a garantir um bom relacionamento entre a UC e a população.

Por outro lado, devemos reconhecer que nenhum processo de planejamento é infalível, de modo que a elaboração e aplicação dos planos de manejo também passam por certas dificuldades em vários casos. Para algumas UCs, o Roteiro Metodológico do IBAMA pode representar um grande desafio a ser cumprido para a elaboração dos planos de manejo, sendo considerados os “vilões” do planejamento, como indica Mello (2008). No entanto, o autor sugere que a forma adequada de utilizá-lo é tendo-o como referência metodológica que serve como padronizador das ações de planejamento e que, como cada UC tem sua realidade, o roteiro servirá mais como suporte do processo e não como um formulário que deve ser preenchido.

Adaptar o processo de elaboração do plano de manejo às condições da UC pode ser um caminho a ser seguido, permitindo que o documento represente de fato as opiniões e aspirações de sua gestão, o que pode ter sido uma opção tomada durante o processo da criação do plano de manejo do PEFI, em especial, por suas características distintas de outras UCs. No entanto, tanto no caso do PEFI como de outras UCs, as ideias e necessidades que outras pessoas com envolvimento com a área têm, como a população do entorno por meio das lideranças comunitárias, as/os funcionários da UC e suas/seus conselheiras/os são importantes de serem consideradas para garantir que o plano de manejo seja realmente efetivo.

Outra dificuldade que as UCs de maneira geral encontram na elaboração do plano de manejo está no cumprimento dos prazos estabelecidos pela legislação, ou seja, elaboração do plano em até cinco anos da criação da UC e revisão realizada a cada cinco anos, com um prazo entre oito e dezoito meses para os dois momentos (IBAMA, 2002). Medeiros e Pereira (2011) analisaram os processos de elaboração de planos de manejo de cinco Parques Nacionais no Rio de Janeiro, nos quais praticamente todas as UCs não conseguiram cumprir o prazo para a elaboração como também realizaram a revisão mais de 20 anos depois da publicação do plano de manejo. A elaboração do plano de manejo do PEFI passou pela mesma dificuldade, uma vez que a UC foi criada em 1969 e seu plano de manejo publicado apenas em 2008, mesmo se considerarmos a elaboração do plano como uma resposta a publicação da lei do SNUC em 2000, o início do processo ocorreu em 2005, passados cinco anos desta lei. Além disso, o prazo de 18 meses também não pode ser cumprido.

Em relação ao conteúdo presente no plano de manejo, de maneira geral, o Roteiro Metodológico do IBAMA indica que deve ser redigida uma contextualização sobre a UC, com informações sobre seu enquadramento no cenário internacional, federal e estadual, sobre o município onde está inserida, seu entorno, e características abióticas e bióticas da área; o planejamento previsto para a UC; os projetos específicos em funcionamento na área; e os mecanismos de monitoria e avaliação do planejamento (IBAMA, 2002).

Dourojeanni (2003) analisou o conteúdo de mais de 50 planos de manejo de UCs brasileiras. Dentre os principais pontos negativos encontrados, está o excesso de informações descritivas da área, físicas e biológicas, em detrimento de informações úteis para o manejo; falta de informações cartográficas; análise deficiente das informações compiladas; zoneamentos e programas de gestão realizados de maneira padrão, desconsiderando peculiaridades da região; os custos dos manejos propostos, muitas vezes somente ideias em

futuros longínquos com melhora na condição dos recursos financeiros da UC; ausências de estratégias que permitam a sustentabilidade econômica da UC; e o como a UC impactará no desenvolvimento socioeconômico das áreas do seu entorno.

O plano de manejo do PEFI é um documento dividido em duas partes, o resumo executivo e seus anexos. O resumo executivo é bastante sucinto, trazendo informações sobre o histórico do PEFI, as instituições em seu interior, os objetivos do plano, o zoneamento elaborado, a matriz estratégica, e os programas de gestão. Os anexos são compostos pelos relatórios do estudo sócio-econômico-ecológico e legislativo realizado pela empresa contratada e por atas das reuniões de participação pública. Nos relatórios, as informações são bastante detalhadas, versando principalmente sobre a história e características bióticas e abióticas do PEFI. Contudo, estas informações são referentes a um estudo realizado para a construção do plano de manejo, dessa forma, não são encontradas especificidades sobre, por exemplo, os programas de gestão indicados no resumo executivo. Especificamente sobre a EA, há no plano de manejo apenas as atividades propostas, indicando a necessidade em se trabalhar com visitantes, população do entorno e funcionárias/os da UC, mas sem indicar informações importantes como, por exemplo, quais são os objetivos dessa EA.

Wick (2014) verificou que nos planos de manejo dos Parques Estaduais analisados não existia um programa de EA consolidado, a EA estava presente dentro dos programas de uso público dessas UCs, uma realidade diferente da encontrada no PEFI. Além disso, os planos possuíam descritos os objetivos da EA realizada nas UC, no entanto, esta era voltada apenas a aspectos conservacionistas, como a proteção e valorização da UC ou possibilitar contato com a natureza. Assim, havia a ausência de aspectos que visassem, por exemplo, tornar possível a participação da população do entorno na gestão da UC, que são inclusive diretrizes indicadas na ENCEA (MMA, 2011).

Atualmente está sendo realizada a atualização do plano de manejo, esta foi iniciada no fim de 2014. Por conta disso, buscamos saber como está sendo estruturada (Quadro 19).

Quadro 19. Principais aspectos da atualização do plano de manejo do PEFI segundo as pessoas entrevistadas.

Aspectos do processo de atualização do plano de manejo		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Inclusão de análise sobre área de amortecimento	<i>“Mas o como a gente começou: vamos focar no zoneamento, na zona de amortecimento, porque no anterior não tinha uma zona de amortecimento definida, eram os antigos 10 Km, né, do SNUC, mas não tinha definido o que podia e não podia [...].”</i> Natalia 283.
1	Informar andamento normal das atividades	<i>“[...] então, fundamentalmente, hoje informar que está normalmente, continuar com a mesma aprovação.”</i> Paulo 443.
1	Coordenação do diretor do Jardim Botânico	<i>“Então nós montamos uma comissão, foi instituído por decreto, por portaria interna, que o diretor do Jardim [...] é o coordenador da revisão do plano de manejo, então ele convidou as pessoas para participar e saiu uma portaria com o nome das pessoas [...].”</i> Natalia 267, 278.
1	Comissão formada com funcionários do IBt e FPZSP	<i>“Então nós montamos uma comissão, foi instituído por decreto, por portaria interna, que o diretor do Jardim [...] é o coordenador da revisão do plano de manejo, então ele convidou as pessoas para participar e saiu uma portaria com o nome das pessoas [...]. Então, nós chamamos pessoas também do Zoológico para entrar com a parte de fauna, e estamos fazendo a revisão do plano como um todo, não está pronto.”</i> Natalia 267, 278, 281.
1	Atualização dos limites após desafetações	<i>“Nós tivemos mudanças nos limites, teve parte que desafetou, o governo desafetou parte do Parque [...]. Então vai ter que ter outro limite, vai ter que ter outra configuração [...]”</i> Natalia 303, 305.
1	Atualização das zonas estabelecidas de acordo com estado da vegetação	<i>“[...] aí a gente vai ver o que entra de novo de recuperação, se teve área que já recuperou e veio pra zona primitiva, é assim que a gente vai trabalhar.”</i> Natalia 305.
1	Atualização das atividades previstas e que foram ou não realizadas	<i>“[...] nós vamos fazer um paralelo do que estava pedindo a médio, curto e longo prazo, o que foi feito, o que não foi feito.”</i> Natalia 301.
1	Organizada pelo Instituto de Botânica	<i>“Ela está sendo organizada pelo Botânico [...].”</i> Rodrigo 268.

Fonte: autoria própria

De acordo com as falas das pessoas entrevistadas percebemos que a organização desta nova versão do plano de manejo, em termos de conteúdo, visa principalmente à atualização de informações, como a evolução na recuperação de áreas ou as mudanças dos limites do PEFI, bem como levantar as atividades previstas que foram ou não cumpridas. Desta vez a organização está sob a responsabilidade do próprio IBt, na qual o diretor responsável pelo JBSP é quem está organizando os processos. Além disso, foi formada uma comissão envolvendo os funcionários do IBt com a equipe da FPZSP para serem realizadas análises e a inserção no plano de manejo de diretrizes relacionadas à zona de

amortecimento¹⁸ do PEFI, o que sem dúvida é um avanço na gestão da área devido a esse processo possibilitar que pessoas especializadas em diferentes áreas e que estão presentes no dia-a-dia da UC possam participar da construção do plano de manejo.

Como indicado anteriormente, uma das principais dificuldades nos processos de elaboração e revisão de planos de manejo está no cumprimento dos prazos estipulados. Isso também acontece com a revisão do plano de manejo do PEFI, pois este processo se iniciou apenas em 2014, passados seis anos da publicação da primeira versão deste plano, além do fato de até os dias atuais a atualização do plano ainda não ter sido publicada, passando do prazo de 18 meses previstos pela legislação. Sendo este um ponto comum a diversas UCs brasileiras, em suas diferentes realidades e processos de gestão, talvez uma revisão dos prazos ou modelos a serem seguidos necessite ser feita. Por outro lado, quando consideramos o período de cinco anos entre uma revisão e outra, percebemos que provavelmente muitas atualizações necessitem ser realizadas nos programas de gestão das UCs de maneira a garantir o avanço no manejo dessas áreas.

Quando questionadas/os se havia a participação da população na atualização do plano de manejo, as/os entrevistadas/os se dividem. As pessoas representantes da sociedade civil informam que não há essa participação, enquanto a/o funcionária/o do IBt indicam que sim, por meio da representação da população no CONDEPEFI. Devemos considerar que na época das entrevistas realizadas, a elaboração da atualização do plano de manejo estava em suas primeiras fases e, como indica o Roteiro Metodológico do IBAMA, a participação de lideranças comunitárias e conselheiras/os é prevista em fase mais avançada, durante a oficina de planejamento, tal como acontece na elaboração dos planos de manejo. Além disso, como nos informa Laura, já haviam sido feitas consultas sobre alguns aspectos do plano às/aos conselheiras/os:

“E, sempre que há a necessidade de uma consulta, no conselho é feito para todos que estão presentes.” Laura 426.

Assim, nos parece que a atualização do plano de manejo tem a possibilidade de ser realizada de maneira mais participativa que a elaboração deste documento. Isso é importante porque com a participação da população do entorno durante a elaboração e atualização do plano de manejo de uma UC, muitos benefícios podem surgir para ambos os

¹⁸ De acordo com o SNUC, as zonas de amortecimento se localizam no entorno de uma área protegida e tem como finalidade reduzir os impactos negativos sobre a UC através da regulamentação e restrição das atividades humanas que ali ocorrem (BRASIL, 2000). Dessa forma, a zona de amortecimento tem principalmente o papel de controle do crescimento urbano desordenado. Contudo, é de difícil implantação especialmente pelo fato das restrições no uso serem muitas vezes vistas pelas comunidades próximas como algo que não permitirá o desenvolvimento econômico da região (DEBETIR, 2006).

lados. Horowitz (2002) analisou a elaboração do plano de manejo no Parque Nacional de Brasília e pode constatar que uma maior integração e articulação entre os diferentes grupos que se relacionam com a UC foram formadas quando houve participação da sociedade durante a fase de planejamento.

Neiva et al. (2013) também indicam potencialidades da participação da população como, por exemplo, o conhecimento e compreensão das opiniões das pessoas envolvidas com a UC, o que auxilia a explicitar os verdadeiros interesses das diferentes partes, evitando possíveis conflitos; o estabelecimento de alianças entre instituições governamentais e os grupos que se relacionam com a UC que permitem a defesa contra ameaças à área e o comprometimento da sociedade em busca de soluções para que os objetivos da UC sejam alcançados, possibilitando o compartilhamento de responsabilidades e tornando mais eficaz a gestão da UC. Além disso, as/os autoras/es indicam que a partir do diálogo com a sociedade durante a elaboração do plano de manejo, é possível inserir a UC em seu contexto socioeconômico, exercendo sua função no desenvolvimento da região, e garantir a ampliação do controle social sobre políticas públicas.

Apesar desses benefícios, Costa (2012) ao analisar o processo de elaboração do plano de manejo da APA Várzea do Rio Tietê, no estado de São Paulo, percebe que a participação dos diferentes grupos envolvidos com a UC durante o processo ocorre de maneira consultiva, ou seja, essas pessoas oferecem sua opinião, mas a decisão final é do órgão gestor. Para o autor esta é a diferença entre uma consulta popular e uma co-gestão, com o processo tendendo ao primeiro caso, uma vez que há a viabilização do diálogo entre as pessoas envolvidas, mas as tomadas de decisão, que caracterizariam o segundo caso, são função apenas da equipe gestora.

Isso nos leva a questionar o modelo de participação na elaboração/atualização de planos de manejo seguido atualmente por muitas UCs, o encontrado no Roteiro Metodológico do IBAMA, que envolve conselheiras/os e lideranças comunitárias apenas em um estágio da produção do plano. Será essa breve participação suficiente para garantir um caráter de construção coletiva dos planos de manejo, especialmente quando consideramos que a principal legislação das UCs, o SNUC, salienta tanto a necessidade do envolvimento dos diversos grupos que se relacionam às UCs, de maneira a garantir que a conservação seja de fato alcançada?

Finalmente, é importante ressaltar que, como informam Neiva et al. (2013), a elaboração e implementação dos planos de manejo somente acontecerão de maneira verdadeiramente efetiva se houver um esforço, muitas vezes dificultado por forças limitadoras

intrínsecas às instituições, para que estes processos sejam o resultado de um pacto social, isto é, a partir da construção realizada em conjunto com os diferentes grupos sociais na região da UC. Além disso, as/os autoras/es indicam que para a superação dos diferentes desafios, é necessário que a participação seja vista como parte do cotidiano da UC, deixando de ser meramente uma etapa a ser cumprida no momento da elaboração do plano de manejo.

Considerando o fato de todas as pessoas entrevistadas terem informado que consideram importante o envolvimento da comunidade do entorno com o PEFI, corroborando com Pimbert e Pretty (2000) que indicam que cada vez mais há o reconhecimento que a participação da população do entorno de UCs no planejamento e manejo dessas áreas é essencial para o sucesso em projetos de conservação, pedimos às/aos entrevistadas/os que nos sugerissem maneiras para possibilitar essa relação mais estreita entre a UC e seu entorno (Quadro 20).

Quadro 20. Sugestões das pessoas entrevistadas para o envolvimento da população do entorno com o PEFI.

Sugestões para envolvimento da população com o PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Uso de eventos diversos como atração	<i>“Toda e qualquer iniciativa nesse sentido de valorizar o Parque, mostrar o que ele é, e a importância de preservação é importante. Alguns eventos têm sido, nós temos sido escolhidos para fazer eventos esportivos de não intervenção de impacto, por exemplo, corrida. (...) mas foi aproveitar uma atividade esportiva, etc., colocando essa questão mais lúdica, envolvendo a educação, os caras andam, o nosso Jardim fica assim de porta aberta ensinando o que é a coleção para os caras que acabaram de correr aqui (...).” Paulo 632, 643.</i>
1	Convite à população do entorno	<i>“Eles têm que ser chamados, convidados, ter esse primeiro contato de ter um questionário, acho que é um trabalho de formiguinha, né, tem que ter equipe de campo pra isso, porque (...) muitos vêm, conhecem a área do Jardim, não sabem nem o que se faz aqui dentro.” Natalia 677.</i>
1	Realização de levantamento de necessidades do PEFI e da população	<i>“Precisa primeiro fazer um levantamento, um estudo de quais são as necessidades, tanto do Parque quanto das pessoas, entendeu.” Rodrigo 365.</i>
1	Realização de questionário com população do entorno	<i>“Eles têm que ser chamados, convidados, ter esse primeiro contato de ter um questionário [...].” Natalia 677.</i>

Fonte: autoria própria

O Quadro 20 indica as principais respostas das/os entrevistadas/os sobre como envolver a população com o PEFI. Dentre as sugestões estão a realização de eventos na UC e o convite à população do entorno, dessa maneira, seria possível atrair as comunidades adjacentes a visitarem o parque, conhecendo-o e assim se aproximando dele. As outras duas

sugestões envolvem a busca direta das necessidades do entorno e da UC e a percepção da realidade que os envolvem, por meio de levantamentos que podem ser realizados por questionários. As sugestões são interessantes, pois embora não envolvam diretamente a população na gestão da UC, a realização de eventos e o convite às pessoas do entorno podem permitir que exista um sentimento positivo para com o PEFI, o qual pode ser importante para despertar o engajamento e auxílio à proteção da área. Por outro lado, as outras sugestões envolvem mais diretamente a população, funcionando como um ponto de partida para garantir que as opiniões dessas pessoas sejam consideradas, mas é importante que, caso isso seja realizado, outras ações que incentivem a participação sejam feitas, do contrário continuaremos realizando apenas consultas públicas.

A partir das informações obtidas na pesquisa, percebemos que a participação da população do entorno do PEFI na gestão dessa UC se iniciou com o envolvimento de Laura com o CONDEPEFI. Este fórum é o principal meio no qual é possível que as demandas desse grupo sejam encaminhadas e consideradas pela equipe gestora do parque, bem como é o meio que a população possui para participar, mesmo que de forma mais consultiva, dos processos relacionados à gestão do PEFI, embora como pudemos observar, devido a falta de uma formação às/aos conselheiras/os, muitas vezes, Laura prefere se omitir nas tomadas de decisão.

É importante considerar também o caso descrito no tópico anterior a respeito da manifestação da população da Rua Alfenas, uma vez que partiu dessas pessoas a busca por melhorias na sua realidade, proporcionando mudança na relação que tinham com o PEFI, passando a auxiliarem em sua proteção, mesmo que não diretamente envolvidos com a equipe gestora do parque. Assim, vemos que a população por ela mesma também conseguiu ser ouvida pela gestão do PEFI, exigindo atenção às suas dificuldades e tendo suas necessidades atendidas. Contudo, embora bastante válida, como indicamos anteriormente, foi uma participação pontual e que hoje não tem mais voz efetiva quanto às questões que envolvem o parque.

Buscamos então ponderar se o processo de gestão do PEFI pode ser considerado como participativo. Loureiro et al. (2008, p. 44) fazem uma contribuição importante para essa resposta:

Cabe aqui diferenciar a gestão participativa da gestão onde se participa. Na maioria das vezes o termo “participativo” é usado de forma incorreta, já que participar de uma reunião onde algumas decisões são tomadas é diferente de construir coletivamente a decisão a ser tomada. Falar que um processo é participativo implica dizer que todos os atores envolvidos no assunto foram mobilizados e reunidos com o objetivo de manifestar e negociar seus interesses.

Percebemos a partir dos dados levantados que no caso do PEFI, talvez exista mais uma gestão onde se participa que uma gestão participativa, como indicado por Loureiro et al. (2008), principalmente quando os atores em questão são a população do entorno. Isso porque, sua manifestação, no caso da Rua Alfenas, foi algo que não teve continuidade, inserindo esta comunidade em tomadas de decisão no CONDEPEFI, por exemplo; e, em se tratando das reuniões deste fórum, embora exista uma representação da população do entorno, diversas vezes ela se sente incapacitada de opinar, impossibilitando que possa exercer plenamente seu direito como conselheira representando a sociedade civil. Por outro lado, participação é conquista (DEMO, 1988), e em ambos os casos, os esforços da população do entorno foram o que tornou possível a discussão no Conselho de Compromisso da Rua Alfenas, e a partir dos esforços próprios de Laura é que hoje no CONDEPEFI parte da representação da sociedade civil é realizada por uma associação de moradoras/es do entorno da UC. Assim, há de se salientar que mesmo que a participação da população do entorno não seja plena, alguns avanços foram conseguidos, como a presença de uma representação do grupo no conselho.

Outro fator a se considerar é que esta pesquisa trabalhou com dados provenientes de entrevistas com o enfoque na participação da população do entorno. Para um trabalho mais específico, Loureiro e Azaziel (2005) sugerem cinco critérios para a avaliação de uma gestão participativa, são eles: legitimidade para decisão, envolvendo a participação e a descentralização das decisões; a eficácia e eficiência dos instrumentos de gestão; o desempenho da gestão; a prestação de contas e a equidade. Estes critérios podem ser utilizados em pesquisas mais aprofundadas na gestão do PEFI para determinar o seu desempenho.

Contudo, o estímulo a uma maior participação da população do entorno na gestão nos parece uma necessidade na realidade do PEFI. A partir da participação, existe a possibilidade de uma tomada de decisões mais consciente, pois ela facilita o entendimento da complexidade socioambiental, como também, traz legitimidade a essas decisões, tornando o processo de implementação e a continuidade das ações mais fácil de acontecer (MMA, 2011). Hoje, existe apenas uma pessoa participando deste processo representando a população do entorno e, como descrevemos no tópico anterior, outras pessoas e lideranças do entorno já demonstraram ter interesse na participação, bem como indicaram seu descontentamento com o relacionamento e atenção dada pela UC, além do desestímulo para continuação das ações mais participativas na gestão do PEFI.

Essa necessidade que indicamos é reforçada ao considerarmos os objetivos, as diretrizes e ações estratégicas descritas na ENCEA (MMA, 2011). Neste documento, além do fato da participação popular em diferentes momentos da gestão de UCs ser um de seus principais eixos, uma de suas diretrizes busca a consolidação das formas de participação social nos diferentes processos ligados às UCs. Seguindo a diretriz, suas ações estratégicas indicam pontos a serem considerados para garantir que isso se torne possível. Pensando na realidade do PEFI, alguns desses pontos são: garantir a elaboração participativa do plano de manejo e de suas revisões; o fortalecimento dos conselhos gestores como instâncias legítimas de participação e controle social na gestão da UC; e a promoção de processos educativos continuados junto às pessoas envolvidas com a gestão da UC, contemplando temas técnicos, legais e operacionais.

Levando essas informações em consideração, salientamos duas das propostas de Mussi (2007) para melhoria da eficiência e eficácia de conselhos gestores de UCs que podem auxiliar a realizar esse estímulo necessário ao entorno. A primeira delas é o desenvolvimento de estratégias de mobilização e envolvimento efetivo das comunidades do entorno para estimular a dimensão coletivista e a participação na gestão da UC. A autora indica que a partir da aplicação destas estratégias é possível desenvolver relações de confiança e sentimentos de responsabilidade para com as tomadas de decisão da UC, enfatizando a importância da participação nesse processo, melhorando o relacionamento entre UC e seu entorno.

A segunda proposta desta autora é o aprimoramento dos canais de comunicação para a melhoria da qualidade da informação, na qual é indicada a necessidade de divulgação do trabalho e das ações realizadas pelos conselhos. Em sua pesquisa, as pessoas participantes informaram que ao divulgarem essas informações, um estímulo maior a participação na gestão da UC seria possibilitado. Acreditamos que isso também aconteceria com o PEFI, principalmente pelo fato da população do entorno entrevistada ter indicado a necessidade de divulgação das atividades da UC, por metade dessas pessoas não saber antes desta pesquisa da existência de uma representação no conselho, e pela maioria estar interessada em se envolver.

Em suma, o PEFI possui potencial para tornar sua gestão cada vez mais participativa. Acreditamos que por meio dela uma série de benefícios pode ser adquirida permitindo que a UC atinja objetivos como, por exemplo, a construção de um programa de EA que represente o PEFI e sua realidade, considerando as diferentes opiniões das pessoas que estão envolvidas com esta UC; a elaboração de processos educativos para a formação da

identidade de conselheira/o, bem como para a população do entorno, de maneira a possibilitar cada vez mais sua participação nas tomadas de decisão. Além disso, outros benefícios são uma maior eficácia na gestão por considerar diferentes conhecimentos e habilidades dos grupos envolvidos com a UC; divisão de responsabilidades do manejo da UC, evitando acúmulos de atividades; confiança entre órgãos estatais e grupos sociais, gerando comprometimento para implementação das decisões tomadas coletivamente; melhoria na comunicação e diálogo, aumentando a capacidade de manejo de recursos; sentimento de segurança e estabilidade tornando a gestão mais sustentável; integração com agências sociais, econômicas e culturais tanto de dentro como fora da UC; contribuição para tornar a sociedade mais participativa e democrática, entre outros (IBAMA, 2007).

Para concluir este levantamento sobre a gestão do PEFI, buscamos compreender a relação entre o processo de gestão e a EA nesta UC. Questionamos as/os entrevistadas/os como a gestão trabalha em relação à EA na UC, sendo as principais respostas apresentadas no Quadro 21.

Quadro 21. Aspectos sobre o modo como a gestão do PEFI trabalha com a EA, de acordo com as pessoas entrevistadas.

Modo de trabalho da gestão com a EA		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Gestão do PEFI não trabalha com educação ambiental	<i>“A gestão não trabalha com educação ambiental.”</i> Natalia 437.
1	Autonomia das instituições para realizar educação ambiental	<i>“Já é de rotina, se alguém tiver alguma coisa fora dessa rotina acaba vindo como consulta. Que tem dois momentos, se for internamente do Zoológico, desde que não fira o que está previsto no plano de manejo, eles têm autonomia, se for aqui no Instituto de Botânica, desde que não fira o que está no plano de manejo, pode ser feito.”</i> Paulo 495.
1	Consulta ao conselho para atividades diferenciadas	<i>“Já é de rotina, se alguém tiver alguma coisa fora dessa rotina acaba vindo como consulta.”</i> Paulo 495.

Fonte: autoria própria

De acordo com as respostas das pessoas entrevistadas, percebemos que a gestão do PEFI, na qual incluímos seu conselho gestor, não trabalha diretamente com a EA na UC. Essa realidade é encontrada principalmente por conta do PEFI ser uma UC dividida em instituições que possuem autonomia em sua área, desde que as ações não sejam contrárias às determinações no plano de manejo, por isso é explicitado que, caso a atividade educativa seja diferente da rotina atual das instituições, ela é por vezes passada pelo conselho para consulta.

Considerando que não há um envolvimento direto da gestão com a EA no PEFI, buscamos saber se as/os entrevistadas/os acreditavam que as atividades atualmente em desenvolvimento contribuíam para a conservação do PEFI (Quadro 22).

Quadro 22. Opiniões das pessoas entrevistadas sobre as atividades de EA em desenvolvimento no PEFI quanto à contribuição para a conservação da UC.

Contribuição das atividades de EA para a conservação do PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Não contribuem	<i>“Eu acho que não. Eu acho que só aqui dentro que a gente fala isso [sobre unidades de conservação]. Só aqui dentro porque a gente trabalha com vegetação, com flora, com floresta, e toda monitoria, todo entendimento é que aqui dentro é uma área de conservação, uma unidade de conservação, aqui dentro a gente tem áreas e espécies que são conservadas. No Zoológico, não posso nem falar, mas eu acredito que não. Vão, conhecem as espécies de outros continentes, [...] mas, como é que vão saber que tão numa unidade, acho que não abordam isso, nem sei o programa de vocês, eu acho que não aborda, nem no Cientec que é totalmente ligado à astronomia.”</i> Natália 621.
1	Depende da instituição	<i>“Depende das particularidades, para cada particularidade. Por exemplo, do Instituto de Botânica para o Jardim Instituto de Botânica, ela é excelente.”</i> Paulo 549.

Fonte: autoria própria

Para quase todas as pessoas entrevistadas, os atuais programas educativos em desenvolvimento pelas instituições no interior do PEFI não conseguem contribuir para garantir a conservação da UC. Apesar disso, é necessário considerar que as pessoas entrevistadas demonstraram não estarem completamente familiarizadas com os trabalhos desenvolvidos pela FPZSP, JBSP e PCT, o que dificulta o julgamento das ações tomadas por essas três instituições.

Com essas informações, encontramos uma das principais barreiras para o desenvolvimento da EA no PEFI. Levando em consideração que o plano de manejo é um documento de planejamento para a UC, elaborado principalmente pela equipe gestora e que, no caso do PEFI, a EA é considerada como um dos programas de gestão, bem como o fato de programas educativos para visitantes e para população do entorno estarem entre os objetivos específicos desse plano (SÃO PAULO, 2008), o desconhecimento e a não realização de monitoramento das atividades nessa área impossibilitam uma gestão completa da UC, que por consequência não permite que o PEFI cumpra todos seus objetivos para a conservação. Conforme já destacado, o PEFI é uma UC diferenciada por possuir instituições em seu interior, sendo que estas possuem um corpo técnico capacitado para a elaboração e

desenvolvimento de projetos em EA, o que lhes confere o direito de serem mais autônomas na realização destes trabalhos. No entanto, é dever da gestão ter controle e monitoramento sobre o que é realizado no parque como um todo, principalmente quando julga que os esforços realizados não estão caminhando de maneira a beneficiar a UC e seu entorno.

A partir das análises que fizemos nesta pesquisa, como informamos em tópico anterior, percebemos a necessidade da realização de esforços para que os programas educativos possam se dedicar mais a tratar da realidade do PEFI, principalmente por meio de ações com a população do entorno de maneira integrada, na qual todo o PEFI passa uma mesma mensagem, até para cumprir com as indicações já descritas do plano de manejo.

Um caminho para que isso possa acontecer seria por intermédio da gestão do PEFI, no entanto, durante as entrevistas realizadas, considerando também aquelas realizadas com as educadoras das instituições do PEFI, foi relatado que buscar a integração das ações de EA no PEFI por meio da gestão da UC talvez não seja o mais recomendável, e sim a busca por parcerias diretas entre as equipes de educação das instituições:

“Eu acho que através do CONDEPEFI, eu acho que não seria o melhor caminho porque eu acho que as pessoas que participam de repente elas têm outras atribuições e não, elas podem viabilizar, mas não fazer uma manutenção dessa parceria, eu acho que se todas as instituições tivessem equipes de educadores mesmo, o contato entre os representantes dessas equipes talvez fizesse isso fluir melhor até porque a gente tem uma boa relação já com algumas pessoas.” Alice 240.

Assim, possivelmente para as/os funcionárias/os das instituições não há a percepção de que o trabalho da gestão possa ser complementar ao das instituições, como demonstrado pela fala anterior, na qual a educadora indica que a gestão do PEFI poderia viabilizar parcerias entre as instituições, mas não ser o canal que as mantém, como também não é incluída como participante dessa parceria. Além disso, há a percepção de que a EA não é considerada uma das prioridades da gestão, deixando o tópico em segundo plano, como indica Rodrigo ao cogitar a possibilidade de existência de um programa de EA integrado no PEFI:

“Teria que ser um programa articulado, a estrutura em partes até teria, porque você tem um representante forte de fauna, um representante forte de flora, pessoas capacitadas em ambas as instituições para falar sobre educação ambiental, a própria USP, agora o problema é você conseguir fazer com que as pessoas conversem nesse sentido. Porque os problemas são muitos, e a educação ambiental, neste caso aqui, ela acaba ficando em segundo plano. Na atual gestão eu não vejo nenhuma possibilidade de isso acontecer.” Rodrigo 304.

A partir destas percepções, é possível notar que o posicionamento da equipe gestora do PEFI quanto à EA demonstra ser outro fato que contribui para a noção de uma UC dividida em instituições. Em nossa análise, a percepção de divisão entre o que é o PEFI e o que são as instituições se apresenta como um dos principais fatores que influenciam nas dinâmicas de trabalho em praticamente toda a UC e suas instituições. Dessa forma, podemos considerar como um dos pontos que necessitam ser melhor verificados nesta UC.

Considerando que a visão das pessoas que participam da gestão do PEFI pode contribuir como indicação de novos caminhos e necessidades de trabalho em EA em prol desta UC, pedimos sugestões sobre o tema para a/os entrevista/os (Quadro 23).

Quadro 23. Sugestões das pessoas entrevistadas sobre possíveis trabalhos educativos no PEFI.

Sugestões para trabalho com EA		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
1	Utilização da casa no interior do PEFI para educação ambiental	<i>“(…) existiram tentativas, inclusive com utilização de recursos e financiamento externo e tal, tudo, e que a gente tentou montar na periferia lá mesmo uma área nossa que tem uma casa, que tem gente lá, na Rua Alfenas, que tinha a intenção de fazer isso porque estaria bem mais próximo da comunidade, mas não tivemos, como eu posso dizer, pernas suficientes para aguentar uma estrutura daquela que exigiria pessoal morando, ficando ali diretamente” Paulo 574.</i>
1	Identidade própria para o PEFI	<i>“Eu acho que o Parque tinha que ter um slogan, uma identidade própria, o PEFI, não o Zoológico, o Jardim Botânico, o Cientec, entendeu.” Natalia 636.</i>
1	Portal de entrada	<i>“Tem-se uma ideia de ter um portal de entrada aqui dentro (…).” Natalia 638.</i>
1	Fechamento da Avenida Miguel Estéfano	<i>“(…) tem-se a ideia de fechar a Miguel Estéfano, como via de circulação (…).” Natalia 639.</i>
1	Programação integrada	<i>“(…) tinha que ter uma programação integrada, tinha que ter um programa que integrasse o Zoológico, fauna, flora.” Natalia 643.</i>
1	Trabalhar questão da fauna doméstica no PEFI	<i>“tem muita gente que joga gato e cachorro no Parque, isso é um problema que o CONDEPEFI pode resolver ou pode discutir pelo menos […].” Rodrigo 315.</i>
1	Trabalhar questão do descarte de lixo	<i>“[...] você tem um problema que é constante de jogar lixo no entorno do Parque, são sempre nos mesmos locais […].” Rodrigo 317.</i>
1	Trabalhar questão de soltura de balões na região	<i>“[...] a gente tem outro problema muito sério que é queda de balão na região […].” Rodrigo 323.</i>
1	Buscar patrocínio com a GL Events	<i>“Agora, dá para ter um programa de educação ambiental? Dá, a gente tem uma mega de uma empresa no Centro de Exposições, você consegue convencer a empresa a participar do programa de educação ambiental no Parque, evidente que sim.” Rodrigo 404.</i>

Fonte: autoria própria

As pessoas entrevistadas fizeram algumas sugestões que podem ser selecionadas futuramente como foco do trabalho em EA no PEFI. A primeira delas é o uso

para EA de uma casa existente no interior da UC, mais especificamente na área que faz limite com a Rua Alfenas. Já foi intenção da gestão do PEFI preparar esta casa para servir como um Centro de EA, um local para atendimento da comunidade com enfoque educativo, principalmente por sua grande proximidade, contudo devido à falta de recursos financeiros e de segurança para o local, a ação foi cancelada. Dessa forma, a sugestão da retomada desta ideia pode ser interessante, principalmente se agregar não apenas o IBt/JBSP, mas também as outras instituições no PEFI.

A identidade própria para o PEFI, a sugestão do portal de entrada e o fechamento da Avenida Miguel Estéfano representam a necessidade de caracterização da área como UC. Desde o estudo sócio-econômico-ecológico realizado para a elaboração do plano de manejo a caracterização da área do PEFI é indicada como necessidade (LAPLA; PLANTEC, 2006). Como indicamos, atualmente há na região a Avenida Miguel Estéfano que divide o PEFI em duas partes e que apresenta um fluxo grande de veículos, ligando São Paulo a Diadema. Durante este percurso não há indicações claras de que se está passando por uma UC, permitindo inclusive casos de atropelamento de animais nas imediações. Assim, a primeira e segunda sugestões envolvem a comunicação visual do PEFI, que se desenvolvida poderia beneficiar o parque tanto na questão de sua divulgação como poderia auxiliar a evitar acidentes com animais. Já a terceira, beneficiaria da mesma maneira, mas a partir de uma ação mais radical. Com um portal de entrada e/ou com o fechamento da avenida, seria possível também deixar claro à/ao visitante que ali não existem apenas as instituições (FPZSP, o JBSP e o PCT), mas que estas estão inseridas no PEFI.

Há a sugestão de um programa integrado entre as instituições, o que em nossa percepção seria um dos caminhos que possibilitaria mais benefícios ao parque e à população do entorno por ser fruto do esforço de três instituições capacitadas representando o PEFI como um todo, passando uma mesma mensagem.

Apesar de não terem sido levantadas pelas pessoas entrevistadas quando perguntamos quais eram os principais aspectos que mereciam mais atenção no PEFI, três problemas enfrentados pela UC foram indicados como importantes temáticas a serem trabalhadas com o entorno, são eles: a fauna doméstica no parque, o descarte de lixo em locais inadequados e a soltura de balões.

Na maioria das instituições do PEFI é possível encontrar a presença de animais domésticos, principalmente gatos. Ao passarem a viver dentro da UC, muitos destes animais se tornam ferais, ou seja, ao viverem em ambiente selvagem se demonstram resistentes ao contato com seres humanos (BOITANI; CIUCCI, 1995), e devido à predação, podem ser

responsáveis por grande redução de populações de animais nativos (BONNAUD et al., 2011). Com relação ao descarte de lixo em local inadequado, este tem sido outro problema recorrente no entorno do PEFI, embora, como indicado em algumas entrevistas, algumas vezes as pessoas responsáveis pelo ato não são pertencentes ao entorno do PEFI, apesar de ainda existirem casos como o de uma oficina mecânica bastante próxima à UC que já foi autuada diversas vezes por deixar carcaças de carros na calçada. A questão da soltura de balões também é crítica, pois incêndios na mata do PEFI já aconteceram, tendo cerca de 15 hectares destruídos por conta disso.

Dessa forma, ações educativas envolvendo principalmente a população do entorno, que abordem os impactos causados por animais domésticos visando à redução de sua soltura no PEFI, as consequências do lixo depositado inadequadamente e da soltura de balões são bastante recomendáveis. Ao serem realizadas estaremos promovendo um processo educativo em prol da resolução dos principais conflitos ambientais nesta UC, o que é inclusive citado pela ENCEA como uma das ações estratégicas importantes de serem realizadas pelas UCs, possibilitando sua conservação (MMA, 2011).

Por fim, considerando que o desenvolvimento de ações de EA requer recursos financeiros, há a sugestão para que se busque o apoio no setor privado, tendo sido citada a empresa GL Events, responsável pelo Centro de Exposições Imigrantes. Pelo que nos foi informado nas entrevistas, a empresa possui certa preocupação com a questão ambiental, além do fato de existir um bom relacionamento com a gestão do PEFI e preocupação com a UC, o que pode agir como fatores impulsionadores para garantir o apoio necessário para novas ações de EA para a conservação do PEFI.

Perguntamos às/aos entrevistadas/os quais as características que um programa de EA para a conservação do PEFI deveria ter. Os principais aspectos levantados desse programa estão descritos no Quadro 24.

Quadro 24. Características de um programa de EA para a conservação do PEFI de acordo com as pessoas entrevistadas.

Características de um programa de EA para conservação do PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Ações com população do entorno do PEFI	<i>“Ele deveria primeiro trabalhar a comunidade do entorno.”</i> Natalia 506.
1	Trabalho individual das instituições	<i>“Eu acho que cada uma dessas unidades tem o seu núcleo. [...] Mas enfim, cada um, mas a soma deles, uma casada deles atingiria o teto, não tem uma, como diria, um núcleo que sozinho faça tudo isso aqui. Cada um faz no âmbito da sua atividade, da sua instituição.”</i> Paulo 528, 532.
1	Realizar entrevista com população do entorno	<i>“Acho que esse programa deveria ser então, se a gente tivesse equipe, deveria informar, fazer o contato, um contato bem assim de entrevista, de entrevistador [...]”</i> Natalia 550.
1	Realização de cursos e palestras	<i>“[...] trazer aqui como a gente fez esse piloto do Jardim Lourdes, trazer para a instituição para ter uma palestra, e oferecer cursos pra comunidade.”</i> Natalia 552.
1	Programa integrado	<i>“Teria que ser um programa articulado [...]”</i> Rodrigo 304.

Fonte: autoria própria

Vemos que as sugestões de como deve ser um programa de EA, de maneira geral, seguem a mesma linha daquelas indicadas pelas educadoras das instituições no PEFI, principalmente o fato do programa ser integrado, ou seja, envolvendo todas as instituições, bem como elaborado a partir de demandas da população do entorno, neste caso exemplificado pela indicação da realização de entrevistas com o entorno e de diferentes atividades com esse público. Além disso, outra similaridade entre as entrevistas é a citação da continuidade do trabalho individualizado como uma maneira de se trabalhar a EA no PEFI, sendo indicado que a somatória dos trabalhos tornaria possível atingir os objetivos para a conservação do PEFI. De acordo com o que pudemos constatar, continuar com a maneira na qual os trabalhos são conduzidos, por si só não permitirá a verdadeira conservação do PEFI, pois não há ações diretamente envolvendo o entorno. Assim, a partir da união entre a gestão da UC e as instituições, seriam possíveis esforços mais adequados para alcançar esses objetivos.

Para finalizar, questionamos as pessoas entrevistadas quais são os próximos passos previstos para a UC considerando sua conservação e o desenvolvimento da EA no PEFI, sendo as principais citações descritas no Quadro 25.

Quadro 25. Ações de gestão a serem tomadas no PEFI em um futuro próximo.

Próximos passos da gestão do PEFI		
Nº de participantes	Categoria	Exemplo de citação
2	Atualização do plano de manejo	<i>“Finalizar e fazer a revisão do plano. Terminar essa revisão.”</i> Natalia 731.
1	Pesquisa para resolução de conflitos com construções no entorno	<i>“A primeira coisa é resolver esse problema da área de entorno, parar de falar de por helicóptero em volta da gente, essas coisas, só que eu preciso ter a consistência da pesquisa, é isso que a gente estará fazendo.”</i> Paulo 663.
1	Elaboração dos limites de zoneamento	<i>“E dar o limite do zoneamento, que esse zoneamento nunca teve um limite.”</i> Natalia 731.
1	Finalização das construções do Centro de Exposições Imigrantes e Centro Paraolímpico	<i>“Olha, as coisas que estão acontecendo aí são a finalização das obras do Centro de Exposição Imigrantes, a finalização da obra do Centro Paraolímpico, [...]”</i> Rodrigo 377.
1	Resolução da questão da área do espólio do Bumaruf	<i>“[...] essa área do Bumaruf, se vai entrar, se não vai entrar.”</i> Rodrigo 379.
1	Atividades previstas pelo plano de manejo	<i>“E aí nós vamos seguir o que preconiza o plano de manejo, o plano de manejo tem uma série de atividades que ele sugere como importantes de serem incluídas no Parque [...]”</i> Paulo 670.

Fonte: autoria própria

As pessoas entrevistadas informaram que as próximas ações de gestão no PEFI estão ligadas principalmente aos estudos sobre a zona de amortecimento para compor a atualização do plano de manejo, bem como a finalização deste processo. A elaboração e continuação de pesquisas sobre o impacto de construções no entorno do PEFI também serão realizadas, pois há uma demanda contínua de instalação de empreendimentos no entorno do PEFI que possuem potencial para impacto direto na biodiversidade da UC como a presença de um heliporto bastante próximo à área, exemplificado durante as entrevistas. Espera-se seguir com as ações indicadas no plano de manejo e que haja resolução na questão fundiária da área conhecida como espólio do Bumaruf. Haverá a finalização do Centro Paraolímpico e da ampliação do Centro de Exposições Imigrantes, sendo citada como ação na área, mas é importante lembrar que este último não está em terreno da UC, o que não quer dizer que não deva existir relacionamento entre o PEFI e o empreendimento. Ao contrário, embora esse relacionamento já exista, é importante ser mantido para que este local continue realizando suas atividades em consonância com o PEFI.

Assim, observamos que dentre as indicações das pessoas entrevistadas, não há nenhuma ação relacionada à EA prevista para o PEFI, confirmando a afirmação de que a EA é algo que está em segundo plano para a gestão da UC. A única ação relacionada entre a gestão e a EA é com relação à atualização do plano de manejo, pois nos foi informado que para esse

processo possivelmente seria enviado um questionário às instituições para que elas descrevessem as atividades que desenvolvem no momento, incluindo as ações de EA.

Em conclusão, a gestão do PEFI possui aspectos positivos e algumas dificuldades a serem superadas. Como aspecto positivo há a presença de um conselho consultivo que permite um espaço para que a realidade, em especial das instituições no interior da UC, possa ser compartilhada em busca de soluções de maneira coletiva, havendo inclusive o envolvimento da população do entorno. Por outro lado, algumas das dificuldades neste fórum estão no diálogo entre as pessoas participantes e uma formação adequada, principalmente em relação à representação da população do entorno, para que possa acompanhar as discussões e sentir-se apta a opinar. Podemos dizer que é uma gestão que demonstra avanços em direção a uma gestão mais participativa. Por outro lado, a EA não é um ponto que recebe atenção da gestão da UC, se desenvolvendo a partir das ações individualizadas das instituições em seu interior. Isso impossibilita avanços no desenvolvimento dessas ações quando a temática é o PEFI, pois não há um plano de trabalho comum, como também não há uma identidade como UC.

3.4. O Café ComPartilha: construindo uma visão compartilhada da EA no PEFI

Realizamos a dinâmica do Café ComPartilha (CCP) em 30 de setembro de 2015, principalmente de maneira a possibilitar um canal de comunicação e estimular o diálogo entre os diferentes grupos envolvidos com o PEFI. Neste encontro, estavam presentes representantes dos grupos de pessoas envolvidas com o PEFI e sua EA: três pessoas responsáveis pela EA nas instituições no PEFI, junto com mais três pessoas pertencentes à equipe de educação do PCT; uma pessoa da população do entorno; uma pessoa representando tanto a população do entorno quanto a gestão da UC; e uma pessoa representando apenas a gestão da UC, totalizando nove pessoas.

Apresentaremos a seguir as principais conclusões definidas coletivamente pelas/os participantes com relação às questões apresentadas durante o CCP, além disso, outras percepções que contribuem para esta pesquisa e que emergiram durante este encontro também serão indicadas. Procuraremos apresentar as percepções, posicionamentos e conclusões das/os participantes de acordo com os momentos do CCP, contudo é importante considerar que durante este momento de diálogo, por vezes as pessoas presentes adiantaram alguns pontos que seriam abordados justamente como justificativa da realidade e de sua percepção, e por conta disso, os incluiremos no decorrer do tópico.

A primeira rodada de perguntas se iniciou com a leitura de dois trechos do plano de manejo, os programas de gestão e as ações emergenciais, nos quais são apresentadas as principais indicações sobre o desenvolvimento da EA nesta UC. Em seguida, questionamos às pessoas participantes quais eram suas impressões sobre esse conteúdo.

As principais opiniões que emergiram a respeito das indicações sobre o desenvolvimento da EA no PEFI são que o texto apresentado é na verdade muito básico, servindo mais como uma orientação às instituições que estão no PEFI para que estas desenvolvam trabalhos de EA. Além disso, o conteúdo presente no plano de manejo não indica a integração dessas ações de EA, principalmente, pois não traz nenhuma diretriz e/ou estratégia que possa ser utilizada para que isso aconteça:

“Existe o plano de manejo, mas esse plano não consegue integrar as ações de educação ambiental. Ele fala o que cada instituição deve fazer, ele fala de uma forma muito básica, ter a educação ambiental dentro da sua instituição e ter a educação ambiental com a comunidade do entorno, então ele dá essas duas vertentes. [...]. E cada instituição se desdobra para fazer lá dentro, né, agora o agregar esse plano ele não deu uma estratégia do como agregar, ele não auxiliou em como agregar”. Bruna 116, 121.

“[...] é uma orientação. Ele orienta e indica que cada instituição tem que fazer o seu programa de educação ambiental, mas [...] se nós somos um parque e esse parque ele é composto de várias unidades, e unidades completamente diferentes, [...] então como agregar, vamos dizer assim, montar um projeto só para o parque, se as instituições têm os seus programas independentes porque elas têm que fazer isso [...].” Iara 127, 132

Dessa maneira, para as pessoas participantes do CCP, as informações presentes atualmente no plano de manejo não permitem a realização de um planejamento concreto de integração de ações de EA para o PEFI. Acreditamos que, sendo o plano de manejo um documento que visa esclarecer como foi planejada a gestão da UC, representada a partir dos seus diferentes programas, ao se recorrer a ele não deve haver dúvidas ou ausência de informações sobre como tais atividades devem ser desenvolvidas, em especial no caso do PEFI, no qual determinadas ações se tornam de responsabilidade direta das instituições e não da equipe gestora. Contudo, como indicamos no tópico anterior, é bastante comum que os planos de manejo de UCs tragam muito mais informações descritivas se estendendo em detalhes sobre o local ou o que já é feito sem oferecer ferramentas para cumprir com o planejamento. Essas características foram apontadas por Wick (2014) que realizou uma análise do plano de manejo de três Parques Estaduais da cidade de São Paulo e percebeu

também a falta de aspectos práticos nos conteúdos desses planos. Concordamos com a autora quando indica, principalmente com relação ao planejamento da EA no plano de manejo, que os conteúdos devem ser propositivos, analíticos e críticos, expondo claramente quais são os objetivos, interesses e estratégias para desenvolver a EA na UC.

Pela interpretação da redação atual do plano de manejo, com as instituições realizando atividades de EA com visitantes e com a população do entorno individualmente, o que já acontece no primeiro caso, isto seria suficiente para que o PEFI pudesse demonstrar sua importância. Como já destacamos, discordamos dessa posição, por perceber que principalmente a população do entorno, que tem contato mais direto com o PEFI que as pessoas visitantes e que por vezes encontra-se em conflito com a UC, o que justifica a necessidade de se trabalhar a temática, não é foco de nenhuma ação educativa atualmente, e todas as ações já realizadas individualmente não tiveram forças para se manter. Além disso, com a união dos esforços é possível trabalhar uma mesma mensagem, para que assim exista a noção de que o PEFI é uma UC e o entendimento do que isso significa, tanto para essa comunidade, como também para as/os visitantes e funcionárias/os das diferentes instituições, uma necessidade que pode ser percebida pela fala a seguir:

“E o que você vai conservar, você está preservando o que? O Cientec? O Botânico? As pessoas não tem isso claro, nem nós. Como é que a comunidade vai ter isso claro.” Carla 1055.

Esta fala de Carla representa a realidade do PEFI, demonstrando que não são apenas as pessoas que visitam as instituições ou a população do entorno que não compreendem o PEFI como uma UC, mas também aquelas/es que trabalham nas instituições no interior da área protegida não conseguem enxergar o parque como um todo. Dessa maneira, percebemos a clara divisão da UC em suas diferentes instituições. A integração da EA pode funcionar como primeiro passo em busca de mudança, de maneira que apesar das divisões institucionais, exista a compreensão de que acima disso, todas/os estão em uma UC, todas/os são PEFI, pois como nos informaram durante o CCP:

“Então eu acho que não tem uma unidade dentro do PEFI que seja PEFI, que trabalhe o PEFI, tem o próprio CONDEPEFI, mas aquilo que a gente estava conversando, o CONDEPEFI orienta, mas ele não tem força, ele não tem força, não adianta. Ele orienta e tem uma questão política.” Iara 139.

Considerando este fato, as pessoas participantes demonstraram posicionamentos similares aos nossos com relação à questão, dando grande importância à

integração do PEFI, o que nos indica a legitimidade deste caminho sugerido, como pode ser observado nas falas a seguir:

“Eu acho que nós aqui que temos que brigar de fato enquanto somos de fato PEFI, e não Zoológico, Cientec, e Botânico, mas somos um PEFI preocupado com a realidade desse entorno todo. Porque hoje se tem uma ação fica isolada, não consegue. Então acho que está faltando união do Parque, né, do PEFI ser um órgão de fato e aí a gente ter um plano de manejo, algo que nos dirija para poder trabalhar com a comunidade.” Carla 569.

“E se todo mundo atuar em conjunto, falando a mesma língua, a gente vai ficar muito mais forte perante a comunidade, né.” Alice 574.

As pessoas representantes da população do entorno presentes salientaram outro aspecto importante do plano de manejo, o fato de sua discussão e elaboração serem um processo não divulgado, não havendo um diálogo mais concreto com a população do entorno, mas também com as prefeituras:

“Então, eu acho que o plano de manejo, a discussão dele é muito interna, não expande essa discussão para fora, até porque nós aqui temos duas prefeituras, em São Paulo e Diadema, o que acontece? Muita discussão. (...). Mas, o que falta por ser esse espaço Estado, você caiu fora dele é prefeitura, não tem diálogo entre prefeitura e Estado.” Laura 479, 483.

“Em relação a essa questão aí, eu acho que para melhorar essa questão tinha que ter, por exemplo, mais discussão aberta, discussão bem aprofundada com toda a população dos bairros, da região, enfim, para a gente poder ter (...) a oportunidade de expor a opinião, isso é um ponto.” Otávio 555, 558.

Embora essas considerações não estejam direcionadas apenas à EA na UC, elas representam uma necessidade clara de diálogo envolvendo outros grupos que interagem com o PEFI, pois considerando as opiniões e movimentos que ocorrem nas cidades como, por exemplo, a construção de planos diretores, estes possibilitam um melhor planejamento para a UC, garantindo sua conservação. Além disso, o aumento da participação da sociedade nesse planejamento pode trazer um comprometimento com as estratégias estabelecidas, de maneira que a proteção da UC se torne um ato de cidadania (MELLO, 2008).

A segunda rodada de perguntas buscou a construção coletiva de como deve ser um programa de EA para a conservação do PEFI, incluindo sua estrutura e o que deve contemplar. Tal como ocorreu durante as entrevistas descritas em tópicos anteriores, uma série de aspectos possíveis para este programa foram levantados.

O primeiro deles é a quem deve atender este programa educativo. Para as/os participantes este deve ser direcionado a todos os públicos, sejam visitantes, população do entorno ou funcionárias/os das instituições no PEFI, sendo utilizadas estratégias específicas para cada um deles:

“[...] o programa ele primeiro precisa atingir a todos os públicos que podem frequentar o PEFI, seja funcionário, seja visitante, seja comunidade do entorno, então ele teria que ter vertentes diferentes para atender a todos os públicos. As estratégias também vão ser diversas de acordo com o tema e o tipo de público que vai ser atendido [...].” Alice 674.

Para a construção do programa, uma sugestão dada é a realização de diagnósticos com a população do entorno, de maneira a ouvir quais são suas necessidades e suas compreensões sobre o PEFI e, a partir destes dados, desenvolver a proposta:

“[...] eu acho que ele precisa ter antes de tudo um diagnóstico para saber o que essa comunidade daqui entende, se é que entende, alguma coisa do que é o parque, o que precisa, porque não adianta a gente desenvolver uma proposta de educação ambiental para o Parque sem ouvir a comunidade do entorno.” Iara 182.

Pensando na necessidade de ouvir o entorno e de busca por parcerias que auxiliem na concretização do programa, as/os participantes sugeriram o envolvimento direto com as associações de bairro, pois são locais com potencial de atingir um grande número de pessoas da região, trazendo as necessidades dessas pessoas, como também fornecendo um canal para alcançá-las, uma vez que muitas delas possuem atividades ocorrendo em seu espaço que podem ser aproveitadas pelo PEFI para trabalhar questões pertinentes à UC, como nos indica Alice:

“Eu acho que é importante isso com as associações, a gente realmente conhecer essas atividades que eles oferecem para a comunidade [...] para a gente poder enxergar onde que são os potenciais ali daquela associação para atuar, porque é muito mais fácil atuar através da associação junto aos moradores do que bater de porta em porta para conseguir alguma coisa.” Alice 719, 725.

Outra parceria sugerida para tornar o programa possível é entre as instituições, o Estado e os municípios, pois traria força política para o programa. No entanto, foi apontado que essa parceria, principalmente com o governo do Estado é difícil de ser realizada. A educadora da FPZSP exemplificou essa dificuldade com sua experiência na tentativa de criar, em conjunto com a Secretaria da Educação, um curso de formação de professoras/es similar ao atual Programa Zooescola que possui parceria com o município de São Paulo:

“[Com a] Secretaria da Educação do Estado a gente não conseguiu fazer nada com eles, [...] fechar um programa que seja de formação de professores, que seja mais bem estruturado, até o momento a gente não conseguiu.” Alice 440.

Outro aspecto desse possível programa foi com relação a quem seria destinada a responsabilidade por ele. Durante o diálogo, as/os participantes levantaram a necessidade de que o programa não tivesse uma única pessoa/instituição como responsável por sua elaboração e desenvolvimento, mesmo que no CONDEPEFI, mas que fosse coordenado por um grupo de pessoas com representação das instituições no PEFI e população do entorno, com a participação tanto de lideranças comunitárias como de professoras/es de escolas do entorno, de modo que estas/es possam agir como multiplicadoras/es em suas instituições:

“[...] em relação a quem que vai se responsabilizar pelo programa, não tem como a gente colocar uma pessoa para encabeçar o programa, mas eu entendo que tem que ser tipo o que a gente está fazendo aqui hoje, ter representantes das instituições e dos públicos interessados para poder formatar esse programa e estruturar ele no seu formato final, enfim, acho que não dá para colocar como responsabilidade, por exemplo, no CONDEPEFI vai ter uma pessoa responsável pela parte de educação ambiental, eu acho complicado isso, acho que deveria ser um grupo de pessoas que representassem esse todo. [...]. Eu acho que tem que ter um encontro periódico entre essas pessoas para ir fazendo tipo um monitoramento desse programa, e daí poder ir aperfeiçoando ele, vendo as dificuldades que uma instituição está tendo, a outra, se o público acha que não está atendendo, enfim. A gente ia fazendo esse controle através dessa reunião periódica.” Alice 674, 692.

“E eu acho que o que vai ajudar bastante é se dentro dessa programação não tiver só escola estadual, não, quais são as escolas que estão no entorno do PEFI, então ter reuniões periódicas com representantes dessas escolas, não são muitas, são poucas que estão bem no entorno. (...) Então que venha representante e que esse representante depois tenha bagagem para conversar com os alunos, com os outros professores, para multiplicar o que está sendo discutido.” Laura 698, 701.

Assim, estas pessoas elaborariam este programa coletivamente, considerando as necessidades e conflitos do PEFI e seu entorno, reunindo-se periodicamente para dialogar sobre seu desenvolvimento, realizando um monitoramento contínuo das atividades para que se possa direcioná-las devidamente, corrigindo erros e buscando o aprimoramento do programa.

Esse é um movimento interessante de ser realizado no PEFI. Estaria sendo criado um grupo de trabalho para o programa de educação, possibilitando sua construção e desenvolvimento de maneira coletiva e colaborativa, valorizando os diferentes conhecimentos

de diferentes grupos envolvidos com o PEFI, o que traria como benefícios um programa que representasse a realidade desta UC, e com o envolvimento dessas pessoas, mais percepções positivas sobre o PEFI podem ser despertadas, além de possibilitar o empoderamento social e o estímulo a discussões e tomadas de decisão mais democráticas.

Bresolin, Zakrzewski e Marinho (2010) desenvolveram uma pesquisa envolvendo a comunidade adjacente ao Parque Estadual de Espigão Alto, no Rio Grande do Sul. O estudo envolveu funcionárias/os do parque, professoras e lideranças municipais, sendo que uma de suas etapas foi a realização de um programa de comunicação e EA, no qual foi promovida a construção coletiva de um projeto de EA voltado a revalorização do parque. Como principais resultados, os autores perceberam que após participarem deste processo, essas pessoas agregaram valores, conhecimentos e sentimentos com relação ao parque, além de ser despertada uma identidade local e o sentido de pertencimento, representando orgulho para essa população, demonstrando que a inserção da população em processos de elaboração de atividades de EA tem grande potencial.

Sobre possíveis ações que poderiam ser realizadas neste programa, as pessoas participantes citaram a elaboração de uma identidade visual do PEFI. Esta foi uma sugestão oferecida também durante as entrevistas com as pessoas ligadas à gestão do PEFI, demonstrando sua necessidade. Ao se transitar pelas imediações do parque, existe atualmente apenas uma placa de trânsito que indica a direção do PEFI, mas não há qualquer indicação que a área é uma UC, possivelmente deixando aquelas/es que a leem confusos do que é o PEFI e onde ele fica. Carla nos chama a atenção para essa possibilidade:

“Mas o que é [o PEFI]? Tá, onde que eu vou nele? Você vai andando e placa está lá, mas não chega a lugar nenhum. Por que o que é isso?” Carla 1070.

Durante o diálogo, foi apontado que já foi criada uma logomarca para o PEFI, presente apenas em seu plano de manejo, mas que poderia ser utilizada para a comunicação visual relativa ao PEFI, auxiliando na questão da identidade do parque.

Outra ação é a criação de um núcleo de EA. Esta sugestão foi apontada como um dos sonhos dessas pessoas, pois para sua concretização exigirá uma série de mudanças na configuração atual da região:

“Seria ótimo ter um núcleo central de recepção e aí dali você entra para todas as instituições, aí você escolhe para qual instituição você quer visitar, mas você teve uma percepção geral e passou para as instituições, aí sim.” Alice 853.

A ideia é que ocorra primeiramente o fechamento da Avenida Miguel Estéfano, permitindo a passagem apenas de funcionárias/os e visitantes do PEFI. Para que isso possa acontecer, é necessária a abertura de outro caminho de acesso para Diadema, mas segundo as/os participantes existe uma possibilidade de isso acontecer, pois há previsão de duplicação de uma avenida próxima à região e existe uma área que, se realizada a desapropriação, pode se transformar em uma via de acesso a esta avenida. Com essas modificações no tráfego, seria possível a instalação de um núcleo de EA já na futura entrada do PEFI, no qual poderia existir um atendimento às/aos visitantes, auxiliando na mensagem de que aquela área é uma UC, dessa forma, caracterizando a imagem do PEFI e não apenas as das instituições em seu interior.

Além das possibilidades para este programa de EA para o PEFI, durante o diálogo também foram levantadas algumas necessidades e/ou barreiras para que ele pudesse acontecer. A primeira necessidade é com relação à definição da identidade do PEFI como uma UC. Como já indicado nesta pesquisa, a maioria das pessoas que se relaciona com o PEFI não o percebe como uma UC e sim como um conjunto de instituições diferentes, ou seja, uma área bastante fragmentada. Para as pessoas participantes do CCP, e também a nosso ver, esta é uma percepção que dificulta o desenvolvimento de projetos no PEFI, sejam eles de conservação ou EA, pois não considera a UC como um todo:

“O que eu acho que é meio que fundamental é que identidade que é essa PEFI? Porque o PEFI não é o Zoológico, o PEFI não é o Botânico, o PEFI não é o Cientec, o PEFI não é a comunidade, quem é né? Então se você fala em PEFI, você fala no que? Então eu acho que a primeira coisa é essa identidade centro, esse eixo central, com esses veios que somos nós atuando em alguma coisa [...]” Carla 1044.

Essa identidade do que é o PEFI, do que ele representa, precisa estar clara na mente das pessoas para que os trabalhos possam se iniciar. Buscar maneiras para se despertar um sentimento topofílico para com o PEFI pode ser um caminho a seguir, considerando que a topofilia é um sentimento que envolve mais do que o conhecer a respeito de um lugar e sim ter um envolvimento mais profundo com ele. Tuan (1980) indica algumas relações que podemos ter com um lugar e que se relacionam com a topofilia, muitas vezes despertando-a, como a apreciação estética, nas quais por vezes é possível sentir a beleza como uma descoberta de algo desconhecido; o contato físico com o ambiente natural, que hoje em dia é cada vez menor; mas também a familiaridade e afeição que temos com um lugar, o apego que temos com suas características e também o patriotismo, são fatores que influenciam neste sentimento.

Ao considerarem-se partes integrantes do PEFI, as instituições poderão ter o eixo central, como colocado por Carla, do qual seus trabalhos se ramificarão, sendo desenvolvidos olhando para a região como um todo, como cada parte do PEFI sendo colaboradora da outra em prol da conservação da UC.

No entanto, para algumas pessoas participantes do CCP, o caminho para o desenvolvimento de um programa de EA integrado não parte das pessoas diretamente envolvidas, funcionárias/os e população do entorno. Como percebemos, a política está bastante envolvida nos assuntos do PEFI, suas instituições e o modo como são administradas. Por conta disso, para estas pessoas, a única maneira de um programa de EA integrado ser iniciado é se ele for uma demanda do Governo Estadual, ou seja, caso seja algo vindo de uma instância acima do próprio PEFI e de sua gestão:

“E só vamos fazer essa integração quando vier a demanda. Quando tiver uma demanda política. (...) Se o governador, se o secretário achar que tem que ter uma educação ambiental integradora e der suporte para isso.” Bruna CC 143, 146.

“Porque assim, a gente pode começar uma ação hoje com as pessoas que estão aqui, porque são pessoas que estão engajadas, e querem fazer, e tem propostas e tem projetos, só que se isso não tiver uma força política, uma visibilidade, não vai andar, vai ser uma ação pontual e vai acabar.” Iara CC 1548.

Como podemos ver a partir destas falas, esta demanda política é julgada como essencial para o desenvolvimento dos trabalhos, pois ela também oferecerá o suporte necessário para que isso aconteça. É certo que com o suporte governamental a elaboração e o desenvolvimento de um programa para o PEFI teria muito mais força, evitando barreiras como a falta de recursos humanos para conduzir as atividades. Um exemplo dado durante o CCP sobre a funcionalidade de trabalhos com essa demanda e apoio foi o Programa Criança Ecológica, um Programa Estadual de EA iniciado em 2010, desenvolvido em UCs paulistas e órgãos vinculados a Secretaria do Meio Ambiente (SÃO PAULO, 2010). Duas das participantes do CCP estiveram envolvidas com o Programa representando o JBSP e a FPZSP e nos contaram um pouco a respeito da experiência:

“Nós já passamos por isso, [...] numa época a Secretaria do Meio Ambiente trabalhou com todas as suas instituições, não só as do PEFI, que se montasse um plano de educação ambiental. [...]. Um projeto único, [...] mas a gente conversou bastante.” Iara 148.

“Um pacote fechado.” Bruna 159.

“E nós fizemos, só que apesar de todos os problemas, de todas as dificuldades, tinha um programa de educação ambiental.” Iara 160.

As participantes indicaram que mesmo com certas discordâncias e dificuldades enfrentadas para a elaboração do programa, o fato de ser uma demanda da Secretaria do Meio Ambiente possibilitou que existisse um programa com uma mesma linguagem e mensagem em diversos locais do Estado, reforçando a ideia de que sem essa demanda, sem o apoio político, dificilmente um programa de EA integrado no PEFI seria possível. Isso nos leva a perceber a necessidade de políticas públicas para a EA.

Sorrentino (2015) destaca as políticas públicas como meios essenciais para a busca da sustentabilidade socioambiental local e planetária, indicando a necessidade de que estas recebam a atenção da academia, de governantes e da sociedade para que ações que atendam aos anseios e interesses de diferentes pessoas e grupos em um determinado lugar possam ser realizadas. O autor indica também que a busca por uma sociedade democrática, popular, que siga princípios da frugalidade,

exige o compromisso de políticas públicas que coloquem o Estado com a missão educadora relacionada a promoção de novos valores que hoje estão na contramão da hegemonia dos meios de comunicação, no mundo do mercado e mesmo nos governantes e representantes parlamentares (SORRENTINO, 2015, p. 18).

Assim, as políticas públicas se mostram de grande importância para a EA, pois além de em um âmbito geral poderem trazer mudanças em nossa sociedade, como indicado por Sorrentino (2015), elas também têm o poder de impulsionar programas, projetos e ações realmente efetivos e devidamente respaldados, possibilitando que alcancem seus objetivos e tenham continuidade.

Outra barreira indicada e que também se relaciona a questão do apoio governamental é em relação à falta de recursos humanos:

“Eu acho, até pelo tempo que eu tenho aqui, que é uma utopia, é duro, mas é utopia a gente achar que vai conseguir. A gente pode fazer uma ação, mas a gente não desenvolve um programa de educação contínuo, porque a primeira área que perder dois ou três estagiários, que na verdade é o que hoje sustenta a maioria dos programas de educação, não vai participar mais.” Iara 1221.

Esta é uma colocação que representa a realidade de uma série de UCs em nosso país (CARVALHO; LEAL FILHO; HALE, 1998; MEDEIROS, IRVING; GARAY, 2004; WICK, 2014), sendo bastante válida para o PEFI principalmente quando consideramos que nas três instituições com possível envolvimento neste programa de EA (FPZSP, PCT e JBSP) as atividades educativas são desenvolvidas por estagiárias/os. Uma vez que hoje o número de monitoras/es supre apenas a demanda de atividades internas às instituições (em alguns casos, como no JBSP, necessitando do cancelamento/adaptação de atividades), seria necessária a

contratação de mais pessoas para possibilitar um atendimento mais completo e, por consequência, recursos financeiros para pagamento de bolsas, sendo que o vínculo de estagiárias/os é temporário, exigindo novas contratações frequentes, cursos de formação, entre outros recursos. Com o apoio governamental, estes recursos necessários poderiam ser custeados pelo próprio governo e não pela UC em si.

Valenti (2014), ao realizar diálogos com diversas pessoas envolvidas com duas UCs no interior de São Paulo, verificou que a falta de recursos humanos também era considerada uma das principais dificuldades para a implementação de programas educativos. No entanto, a autora sugere que a realização de parcerias pode ser uma maneira eficaz para ultrapassar esta barreira. Além das parcerias citadas pelas pessoas participantes do CCP desta pesquisa (governo e associações de bairro), Valenti (2014) indica a possibilidade de se trabalhar com ONGs, universidades, projetos sociais, escolas, rádios locais, outras UCs, e empresas. Firmando parcerias com estes diferentes tipos de instituições, talvez torne possível o desenvolvimento de um programa de EA para o PEFI. É importante considerar a sugestão dada durante entrevista com um dos gestores, a de se buscar parceria com a empresa responsável pelo Centro de Exposições Imigrantes, uma vez que está bastante próxima do PEFI, conhecendo a realidade da UC.

Apesar destas barreiras, o PEFI demonstrou em algumas ocasiões que ao se movimentar em busca de soluções, inclusive de maneira coletiva, conseguiu indicar às instâncias mais superiores do governo o potencial de sua ação, a exemplo da formação do CONDEPEFI, deixando de ser um grupo de trabalho e se formalizando em um conselho gestor. Isso poderia acontecer também para a EA no PEFI, no qual criado um grupo de trabalho, poderiam ser realizadas discussões envolvendo as pessoas relacionadas com a UC, de modo a se pensar em que EA o PEFI precisa, quais e como devem ser as atividades de EA no PEFI, quais os objetivos que essas ações devem atingir, sempre levando em consideração a realidade do PEFI e seu entorno, mas garantindo maior diálogo entre as suas partes. É claro que para que isso aconteça, este movimento precisa ser realizado não apenas pelas pessoas responsáveis pela EA nas instituições no PEFI e as lideranças comunitárias, mas também pela gestão da UC e da direção das instituições. Se esse movimento de elaboração de um programa integrado fosse institucionalizado pelo PEFI e tivesse o aval das instituições, é provável que ele pudesse iniciar essa importante discussão. Com o decorrer dos diálogos, o grupo pode chegar a definições sobre a EA no PEFI que podem funcionar como diretrizes a serem inseridas no plano de manejo da UC, bem como levar a diante a discussão e as necessidades do parque, para buscar o necessário apoio governamental.

A terceira parte do CCP visava, a partir das considerações sobre o plano de manejo e das opiniões sobre a elaboração de um programa de EA integrado, à construção de pontos a serem inseridos para tornar o plano de manejo um documento que pudesse fomentar este programa. Duas colocações foram feitas pelas pessoas participantes. A primeira delas é que uma mudança no plano de manejo atual não seria o primeiro passo a ser realizado pensando no estabelecimento do programa. Para isto, a busca pela clareza na identidade do PEFI foi novamente citada como um ponto importante, sendo o primeiro a ser pensado, antes mesmo da elaboração de um programa de EA:

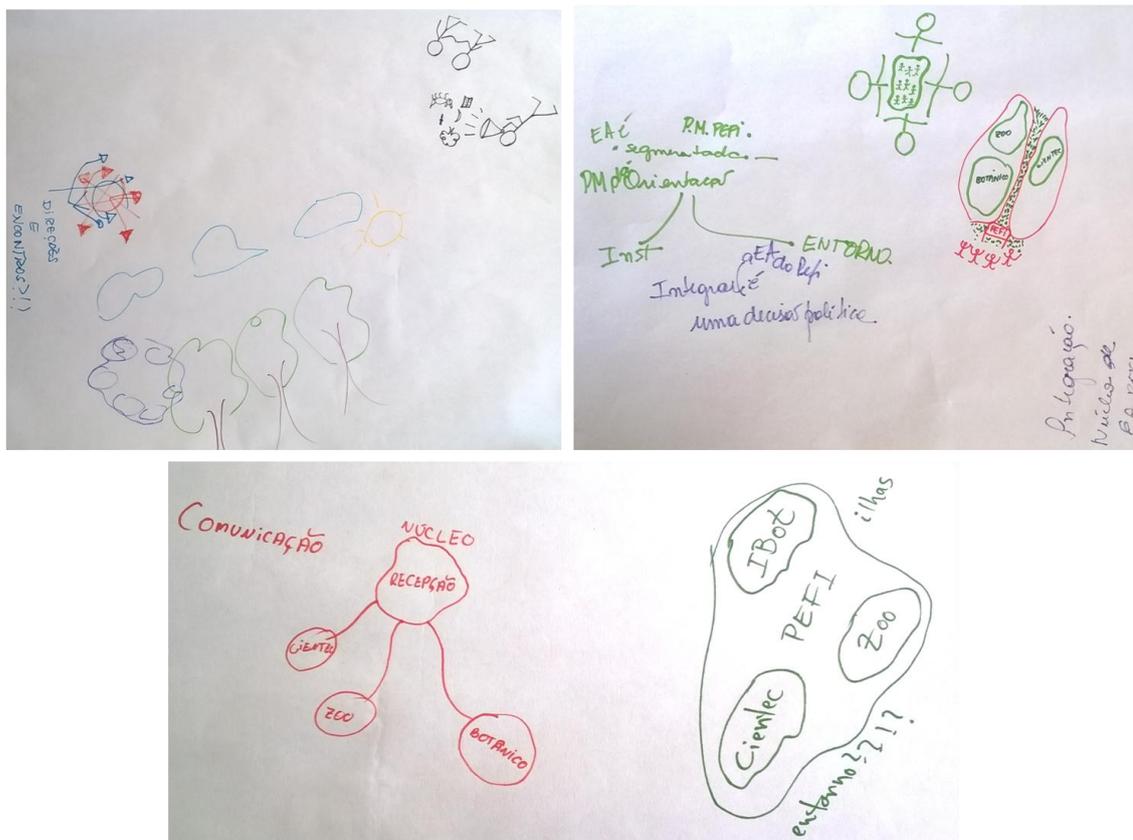
“Enquanto a gente não souber quem somos, para que somos, e aonde a gente está, levar o plano de manejo para ele, criou um plano de manejo para uma coisa que não tem cara. [...]. O problema é esse órgão que se diz PEFI, que na verdade está dividido em pedacinhos cada um cuidando do seu.” Carla 1492.

A segunda colocação é a sugestão de que seja inserido no plano de manejo o estabelecimento do grupo de trabalho responsável pela elaboração, desenvolvimento e monitoramento das ações de EA integradas no PEFI, para que coletivamente possam ser geradas diretrizes, possibilitando o funcionamento do plano de manejo:

“Então acho que aqui no plano poderia ter isso: estabelecimento de uma comissão gestora dos programas educativos que pudesse garantir que fossem implementadas as diretrizes [...]. Eu acho que em relação a essa questão do plano de manejo, só vai conseguir ser efetivo se forem estabelecidas essas diretrizes para o programa, que seja uma coisa feita de forma coletiva, elaborada de uma forma coletiva para contemplar os interesses de todos, do PEFI principalmente, e quando se criar um grupo então de monitoramento dessas ações para a gente ter certeza de que essas coisas estão caminhando.” Alice 1376, 1414.

Com relação à representação gráfica realizada pelas pessoas participantes (Figura 9), alguns aspectos dos diálogos foram destacados, como a questão da divisão do PEFI em suas instituições, representando ilhas dentro da UC e a análise apresentada sobre as informações no plano de manejo. Além disso, há também a representação do sonho de ser criado um núcleo de EA e o fechamento da Avenida Miguel Estéfano, inserindo um portal de entrada para o PEFI, caracterizando a região.

Figura 9. Representação gráfica realizada pelas/os participantes do Café Compartilha: mesa 1 (esquerda e acima), mesa 2 (direita e acima, abaixo).



Fonte: autoria própria

Finalmente, como conclusão dos diálogos realizados durante o CCP, temos o reforço de que uma das principais dificuldades do PEFI é sua própria identidade, pois sem ela o desenvolvimento de trabalhos integrados é dificultado, sendo o plano de manejo um reflexo deste quadro. Uma vez que foi pensado para o PEFI como um todo, o plano de manejo deveria proporcionar caminhos para que fosse alcançada essa integração e não indicar como programas de gestão, atividades individualizadas, principalmente no campo da EA. Pensando nisso, a sugestão da criação de um grupo de trabalho em EA que reúna diferentes pessoas envolvidas com o PEFI pode auxiliar tanto no sentido de definir essa EA, como para elaborar diretrizes para o plano de manejo. É importante destacar que praticamente todas as pessoas presentes durante o CCP se mostraram interessadas em continuar com discussões a respeito da EA no PEFI, demonstrando a necessidade de continuação de trabalhos nesse sentido.

Dessa maneira, percebemos que, embora tenha trazido importantes reflexões sobre a EA no PEFI, o principal resultado obtido pela realização do CCP está em proporcionar o primeiro contato entre pessoas representantes dos diferentes grupos que se relacionam com o PEFI, uma vez que a grande maioria não se conhecia. Durante o CCP, essas

peças puderam compartilhar sonhos, buscar soluções e indicar barreiras para o desenvolvimento da EA no PEFI, um trabalho que foi com certeza engrandecido pelo fato de ser realizado coletivamente em um ambiente onde todas/os puderam fazer suas considerações.

Assim concordamos com Brandão (2005, p.90) que indica:

Tanto no momento de um trabalho participativo de produção de conhecimentos a respeito do meio ambiente em que vivemos a vida de todos os dias, quanto nos momentos de planejar ações e estabelecer procedimentos, nada enriquece mais o que se investiga, o que se sabe e compreende e o que se faz, do que a soma de diferentes contribuições. A integração entre diferentes experiências de vida, entre modos de sentir e pensar.

Durante o diálogo, pudemos constatar o interesse das pessoas participantes em compreenderem a realidade vivenciada pelos outros grupos, de maneira a formar uma noção mais completa das relações que o PEFI faz com diferentes setores da sociedade. Além disso, o grupo de educadoras e da população do entorno claramente procuraram estabelecer contatos entre si, indicando a ideia da realização de futuros diálogos para planejamentos de atividades em conjunto. A criação de redes de contatos a partir da aplicação do World Café, metodologia na qual o CCP é inspirado, também foi observada como um dos principais resultados encontrados por Fouché e Light (2010) em seu trabalho sobre a pesquisa no serviço social. As autoras também indicam que o formato informal do Word Café permitiu a troca de informações e experiências de uma maneira igualitária e sem relações negativas entre participantes como, por exemplo, restrições de expressão de opinião devido a diferenças na hierarquia institucional.

Sheridan et al. (2010) também perceberam essa potencialidade do Word Café de, em um ambiente informal e seguro, promover um espaço de comunicação inexistente no dia-a-dia. Estas/es autoras/es utilizaram a metodologia como primeiro passo de um programa que visava à saúde e bem-estar de residentes de certas áreas de Londres, utilizando-a como forma de ouvir essas pessoas, buscando direcionamento para o planejamento e desenvolvimento efetivo do programa. Essas contribuições da metodologia também foram observadas durante o CCP realizado nesta pesquisa, pois permitiu que todas as pessoas pudessem expor suas opiniões livremente, não havendo qualquer tipo de conflito durante as atividades, além de formar um verdadeiro quadro da realidade do PEFI, esclarecendo e trazendo compreensão para todas as pessoas participantes.

Segundo Moraes (2013), o World Café, e por consequência o CCP, é uma metodologia que busca disseminar uma cultura que dá importância à diversidade, ao sentimento de pertencimento à comunidade, ao saber ouvir e ao aprender a atuar em diferentes papéis na sociedade, bem como prioriza a coletividade. Pudemos perceber isso nas formas em

que os diálogos se desenvolveram influenciados pelo ambiente informal do CCP, sempre de maneira respeitosa, considerando as opiniões das/os outras/os participantes e construindo em conjunto.

Para Araújo-Olivera (2014), o diálogo é a afirmação do direito de todos a expressarem sua leitura de mundo, suas práticas cotidianas, mas para que ele possa acontecer há a necessidade de que as pessoas estejam disponíveis a realizá-lo, se livrando de qualquer forma de poder, pois quando há assimetria nesta relação, não há diálogo. Dessa maneira, a utilização de metodologias que permitam o diálogo na realidade de UCs se mostra como uma oportunidade com o potencial de agregar parcerias, pois permite a integração entre os diferentes grupos envolvidos, somando forças para garantir a conservação da área, e assim fortalecer a UC, principalmente quando consideramos o relacionamento entre equipes gestoras, população local e conselhos, no qual são comuns conflitos por opiniões divergentes, intensificados por diferentes posições na sociedade.

Outros pontos positivos sobre a aplicação do CCP, baseados em pesquisas com o World Café, são apontados por Fullarton e Palermo (2008), os quais indicam que a aplicação da metodologia auxilia no aprendizado, uma vez que ao aplicarem-na com participantes de um workshop sobre planejamento estratégico, foi possível constatar um aumento do conhecimento sobre o assunto em questão. Para Teza et al. (2013) a metodologia possui potencial para estimular momentos coletivos de geração de ideias sobre determinado assunto, tornando-os um processo mais criativo e colaborativo.

No desenvolvimento da metodologia, foram realizadas algumas adaptações de sua formulação original, como a separação em duas mesas, as quais dialogavam sobre a mesma pergunta simultaneamente. Estas alterações não trouxeram prejuízo para o desenvolvimento das atividades, proporcionando o caráter processual programado para as questões. Um ponto a ser repensado para outras aplicações da metodologia é a presença de uma pessoa agindo como anfitriã do CCP, isso porque, uma das funções desta pessoa é o controle do tempo de diálogo entre cada uma das questões apresentadas. No caso deste estudo, esta função ficou acumulada ao pesquisador que conduziu o CCP e agiu como mediador de uma das mesas, o que dificultou esse controle. Talvez possa parecer um tanto quanto rígida a necessidade de alguém indicando o tempo para o desenvolvimento das atividades, mas caso isso não aconteça, a tendência por nós observada é que as pessoas se prolonguem nas discussões, dispersando-se dos assuntos originais. A questão do tempo afeta também no desenvolvimento dos momentos seguintes do CCP, pois em nosso caso, foi necessária uma redução no tempo da última questão, como também da plenária, uma vez que

a maioria das pessoas tinha um tempo limitado para estar presente. Assim, uma pessoa com o papel de anfitriã permitirá esse controle, possibilitando que os diálogos se desenvolvam com o tempo hábil necessário.

Cassidy e Fox (2013) também utilizaram uma modificação do formato original do Word Café em um evento sobre ensino e aprendizado de ciências no ensino superior. As autoras trabalharam com 33 pessoas, divididas em três grupos e em três sessões. Em cada sessão, 11 pessoas se juntavam em uma mesa e realizavam os diálogos sobre o assunto em questão. Ao terminarem, um novo grupo se sentava a mesa, verificava as anotações deixadas e continuava os diálogos. Para as autoras, esse modelo modificado foi funcional para utilização durante eventos, sendo recomendado também para aplicação em salas de aula em um período de até 90 minutos. Assim, mesmo quando aplicada com modificações a metodologia apresenta-se bastante válida, o que sugere sua grande flexibilidade a diferentes realidades e situações.

Finalmente, concluímos que a metodologia do CCP tem grande potencial para estimular o diálogo, mesmo entre pessoas provenientes de diferentes grupos e que não necessariamente se conheçam, permitindo a construção de relacionamentos pessoais e momentos de construção coletiva de maneira democrática. Além disso, corroboramos com Morais (2013) recomendando a metodologia para pesquisas qualitativas, pois como indica a autora é um processo ágil, prático e que mantém rigor científico, ao mesmo tempo em que traz coesão de grupo, e contribuições significativas tanto individuais quanto coletivas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa procuramos compreender aspectos do desenvolvimento da EA no PEFI e a participação da população do entorno nas atividades educativas e na gestão desta UC. Para que isto fosse possível, uma compreensão geral do PEFI foi necessária. Assim, temos que o PEFI é um Parque Estadual bastante diferenciado de outras UCs tanto em sua categoria quanto com relação às outras existentes. Isso acontece, pois em seu interior existem instituições estabelecidas, ligadas ao governo estadual, que influenciam na dinâmica da UC, que carece de uma abordagem de gestão integrada.

Por conta dessa característica, muitas das pessoas entrevistadas indicaram que não existe uma identidade do PEFI como uma UC. Na realidade, aparentemente a maioria das pessoas que trabalham nas instituições mencionadas desconhecem o PEFI enquanto tal e, conseqüentemente, têm a percepção de separação entre UC e instituições, o que dificulta a

compreensão de que as instituições estão inseridas dentro do PEFI, ou seja, são também o PEFI. Com relação à população do entorno, as pessoas entrevistadas têm uma percepção similar à das/os funcionárias/os das instituições, ou seja, identificam uma separação do que é o PEFI e o que são estas instituições. Contudo, a relação com a UC é positiva, estando bastante atrelada às memórias que estas pessoas têm tanto desta área como de outras áreas verdes, o que estimula um sentimento de preocupação com a conservação do PEFI, mesmo na ausência de uma compreensão de qual é sua finalidade e da complexidade que o envolve.

A gestão do PEFI, de responsabilidade do IBt, conta com um espaço de trocas que busca tornar esse processo mais participativo, o CONDEPEFI, o qual reúne representantes das instituições, de instâncias governamentais e da sociedade civil, por meio de uma associação de moradoras/es do entorno e uma agência ambiental. Observamos nas reuniões do CONDEPEFI que, assim como acontece em outros conselhos, há conflitos entre as/os participantes, principalmente devido à diversidade de pessoas, ligadas a diferentes grupos da sociedade e com afiliações políticas diferentes. Um caminho possível para buscar resolver ou, pelo menos, amenizar estes conflitos a partir de processos educativos, pode ser o exemplo apresentado por Loureiro, Azaziel e Franca (2007), o qual, como descrevemos anteriormente, sugere uma reformulação do conselho, a realização de diagnósticos socioambientais de maneira coletiva e com a mobilização de grupos sociais estratégicos, e a realização de cursos de formação para as/os conselheiras/os a respeito de temas relacionados às UCs. Outra forma é por meio da existência de um diálogo horizontal entre conselheiras/os, o que torna possível um estímulo para a criação de um sentimento de equipe que, por sua vez, possibilitará o fortalecimento do conselho e, conseqüentemente, tornará a gestão do PEFI cada vez mais participativa.

O CONDEPEFI é o espaço no qual a população do entorno consegue participar mais diretamente dos processos de gestão do PEFI. Contudo, no processo de elaboração do plano de manejo e, até o momento das entrevistas desta pesquisa, na atualização deste documento, a representante deste segmento alegou não ter participado efetivamente dos processos. Por outro lado, durante as reuniões do conselho, a representante da sociedade civil, presidente de uma associação de moradoras/es de um bairro próximo ao PEFI, possui voz e contribui para a gestão da UC com alguns aspectos e demandas relacionados ao entorno. Destacamos essa contribuição por dois motivos. O primeiro deles é o fato desta conselheira indicar que se abstém de opinar sobre determinados assuntos, pois não possui o conhecimento necessário para intervir, inclusive a respeito da legislação envolvendo as UCs. A partir dessa colocação, ressaltamos a necessidade da realização de cursos de formação de conselheiras/os

antes e durante a realização dos trabalhos, pois a partir destes processos, todas/os as/os conselheiras/os poderão ter acesso aos conhecimentos necessários para desempenharem seu papel, permitindo com que se sintam com mais condições e motivados a intervir de forma qualificada, quando necessário.

O segundo motivo está no fato de, embora a conselheira tenha grande conhecimento de seu bairro e das pessoas que ali vivem, percebendo sua realidade e necessidades, estas informações representam principalmente o bairro da Água Funda. Considerando a extensão do PEFI, seu entorno envolve outros bairros e também outro município, sendo que neste último caso, a proximidade entre o PEFI e a população de Diadema é muito maior. Assim, acreditamos que um contato maior com a população do entorno de outros bairros e de Diadema seja importante, para que as necessidades e opiniões destas pessoas também sejam consideradas durante as tomadas de decisão, possibilitando um bom relacionamento com o PEFI e difusão de informações sobre a gestão da UC.

Para que isto aconteça, sugerimos primeiramente que uma das cadeiras destinadas à sociedade civil no CONDEPEFI, e que atualmente está vazia, seja ocupada por uma associação de moradoras/es da cidade de Diadema, de modo a possibilitar maior consideração da realidade deste município, mesmo porque foi percebida baixa participação de representantes da prefeitura deste local nas reuniões do conselho, além de existir o interesse de aproximação com a UC indicado pelas pessoas entrevistadas, e permitir um aumento da representatividade da sociedade civil na gestão do PEFI.

Outra sugestão que fazemos é a criação de uma rede de associações de moradoras/es do entorno do PEFI, incluindo bairros de São Paulo e Diadema. Esta rede pode ser um espaço importante, pois mesmo que no CONDEPEFI exista a presença de apenas uma pessoa representando a população do entorno (ou duas, caso nossa sugestão anterior seja concretizada), a comunicação entre bairros e municípios será facilitada de maneira que quem estiver presente na reunião do CONDEPEFI possa intervir com propriedade, representando todo o grupo de habitantes do entorno do PEFI. Além disso, uma das necessidades apontadas pelas pessoas entrevistadas para a melhora do relacionamento com o PEFI é o acesso ao que vem sendo realizado na UC, principalmente por meio de maior divulgação dos trabalhos. Assim, a partir dessa rede, essa divulgação teria um canal que atingiria diretamente o entorno, promovendo a ampliação da participação do entorno na gestão do PEFI.

Atualmente, as atividades de EA são realizadas individualmente pelas instituições no PEFI e não se utilizam das indicações do plano de manejo para elaboração e desenvolvimento das ações educativas. Como pudemos verificar, o PEFI em si não é a

temática principal de nenhuma das atividades atualmente em funcionamento, embora seja importante considerar que parte de uma sala no Museu Botânico no JBSP seja dedicada a falar desta UC, assim como uma das placas no Espaço Educador “Na trilha da Kinha” na FPZSP. No entanto, de maneira geral, as três instituições estudadas abordam o PEFI principalmente para localizar a/o visitante ou para falar sobre Mata Atlântica, divulgando a existência e importância da UC, abordando aspectos socioambientais e sua biodiversidade. Além disso, com relação à inclusão da população do entorno nas atividades educativas, hoje não existem atividades voltadas diretamente para esse público, embora as instituições tenham experiências na área.

Uma vez que há ausência de atividades voltadas à temática do PEFI ou que incluam diretamente a população do entorno, buscamos nesta pesquisa sugestões dos três grupos entrevistados para que trabalhos com estes objetivos possam ser realizados. Todas essas sugestões são bastante adequadas à realidade do PEFI e podem servir como subsídio tanto para a gestão da UC quanto para as instituições no PEFI, de maneira a direcionar novos trabalhos educativos para a conservação da área. Uma sugestão que merece destaque é a necessidade da integração das atividades de EA no PEFI, em busca de se passar uma mesma mensagem e também unir esforços para este objetivo. Contudo, foram apontadas algumas barreiras para que isso fosse possível, principalmente relacionada a um apoio político institucional necessário.

Com relação à gestão e a EA no PEFI, principal objetivo desta dissertação, percebemos que a EA não vem sendo uma das prioridades nos trabalhos realizados pela equipe gestora e pelo conselho do PEFI, na medida em que as instituições presentes no PEFI possuem pessoas para desenvolver individualmente ações de EA. Contudo, a partir do momento em que um dos programas de gestão do plano de manejo do PEFI trata da educação, vemos como necessário rever e retomar este programa, de modo que as pessoas envolvidas possam compreender quais são seus objetivos, e em segundo lugar, planejar e implementar ações para a conservação do PEFI na sua totalidade, além de estabelecer um programa de monitoramento dessas atividades educativas. Assim, a partir desse monitoramento das atividades, buscando conhecer quais são as potencialidades e dificuldades de seu desenvolvimento, será possível gerar discussões sobre os caminhos que estas ações podem seguir para que possam atingir os objetivos propostos, principalmente quando consideramos que a maioria das pessoas entrevistadas indicou ter a percepção de que as atividades educativas atuais não conseguem contribuir para a conservação do PEFI.

Considerando a realidade do PEFI, acreditamos que com o apoio da gestão da UC, é possível seguir novos rumos para a EA em direção a sua integração. Com o respaldo da equipe gestora, pode ser posta em prática a sugestão indicada durante o CCP. Dessa maneira, poderia ser criado um grupo de trabalho oficial que reunisse membros do CONDEPEFI, em especial da população do entorno, as educadoras responsáveis pelas atividades nas instituições, professoras/es do entorno e outras pessoas interessadas, cujo objetivo seria planejar de forma colaborativa as ações de EA para o PEFI e a partir dessas reflexões seriam elaboradas, adaptadas e implementadas atividades considerando os principais públicos que o PEFI atende. Essa ação beneficiaria a UC, pois traz esforços concretos e coletivos para o desenvolvimento da EA para o PEFI, podendo direcionar os trabalhos conforme as necessidades da UC, principalmente quando consideramos a questão da identidade do PEFI, que certamente ganharia outra condição a partir do movimento que as ações de EA podem provocar. Além disso, as ações auxiliariam a manter um relacionamento mais próximo e adequado com a população do entorno.

Defendemos que este movimento em direção à integração da EA no PEFI e de sua discussão coletiva constitui a ação ideal e necessária para que a UC possa se fortalecer e se manter, alcançando seus objetivos de conservação. No entanto, devemos considerar que estes processos demandam tempo, vontade pessoal e política, e não dependem de apenas uma ou outra pessoa, e sim de todo um grupo para que isso se torne possível. Deste modo, um trabalho de longo prazo é necessário, para que primeiramente se estabeleçam relações de confiança e parceria entre os grupos envolvidos, e então seguir para o desenvolvimento deste grupo de trabalho sugerido. Dessa maneira, este processo pode ser iniciado a partir de parcerias entre as equipes de EA das instituições e as associações de bairro, desenvolvendo atividades em conjunto, uma vez que já foi estabelecido contato durante o CCP. Uma dessas atividades pode estar relacionada com a formação das equipes educadoras das instituições, na qual podem ser realizados diálogos com as lideranças comunitárias e/ou outras pessoas moradoras da região, além disso, caminhadas pelo entorno das instituições também podem ser promovidas neste momento. A partir dessas ações será possível conhecer a realidade do entorno e as relações que existem com o PEFI, bem como poderá fortalecer a imagem do PEFI como UC tanto para as equipes quanto para a população do entorno.

Para fortalecer e auxiliar no direcionamento das ações de EA no PEFI, indicamos a consideração da ENCEA. O documento traz diretrizes e estratégias para a EA e comunicação nas UCs que possibilitam justamente a busca pela resolução de conflitos e o fortalecimento dessas áreas. Assim, é interessante que a gestão do PEFI se utilize da ENCEA

como um guia para ações, principalmente envolvendo a população do entorno, pois poderá garantir que os processos se tornem mais participativos, além de fortalecer a cidadania e promover o diálogo.

Finalmente, queríamos destacar a questão da identidade da UC como uma questão central que afeta o PEFI e todas as suas atividades, sejam elas de EA ou de gestão. Sugerimos nesta seção e no restante do texto ações que podem colaborar no sentido do fortalecimento desta identidade. Acreditamos que a perspectiva dialógica é crucial para atingir este objetivo, aproximando os grupos sociais envolvidos com o PEFI, pois com a compreensão da realidade do outro e a consideração por suas opiniões, é possível a construção coletiva e democrática de caminhos a serem trilhados para a conservação do PEFI. Dessa maneira, esperamos que esta pesquisa tenha trazido elementos que possam impulsionar este diálogo, bem como salientar o grande potencial que o PEFI possui em se tornar uma UC com uma gestão altamente participativa e articulada com a realidade local, com processos educativos que além de permitirem a conservação da área, possibilitem a formação de pessoas engajadas e que possam participar cada vez mais das tomadas de decisão tanto nesta UC como na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALLENDORF, T. et al. Community attitudes toward three protected areas in Upper Myanmar (Burma). **Environmental Conservation**, v. 33, n. 4, p. 344–352, 2006.

ALVES, B. T.; MACHADO, R.; LIMA, W. N.; SILVA, A. N.; TABANEZ, M. F. a. Conselhos de unidades de conservação como espaços de ensino- aprendizagem. In: FÓRUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 8, 2014, Belém. **Anais...** Belém, 2014.

_____. b. Formação socioambiental no contexto da fiscalização em unidades de conservação. In: Conferência Internacional de Educação Ambiental e Sustentabilidade 'O Melhor de Ambos os Mundos', 6, 2014, Bertioga. **Anais...** São Paulo: SESC São Paulo, 2014. v. 1. p. 228-248.

ALVES, C. J. S.; RAIMUNDO, S. Percepção ambiental e as práticas do lazer em contato com a natureza no Parque Estadual da Cantareira – núcleo Pedra Grande, São Paulo (SP). **OLAM – Ciência & Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 335-360, 2009.

ALVES, R. G.; REZENDE, J. L. P.; BORGES, L. A. C.; FONTES, M. A. L.; ALVES, L. W. R. Análise da gestão das unidades de conservação do sistema estadual de áreas protegidas de Minas Gerais. **Espaço & Geografia**, v.13, n 1, p. 1-35, 2010.

AMADOR, A. B.; PALMA, L. M. Dez anos do programa de voluntários do Parque Nacional da Tijuca, RJ. **Anais - Uso público em Unidades de Conservação**, v. 1, n. 1, p. 113–122, 2013.

ARAÚJO-BISSA, C. H. **Identificação do perfil dos visitantes como subsídio para o Programa de Educação Ambiental e Inclusão Social da Fundação Parque Zoológico de São Paulo**. 2012. 39 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – *Campus* Experimental do Litoral Paulista”, São Vicente, 2012.

_____. **Percepções do público visitante da Fundação Parque Zoológico de São Paulo**. 2014. 55 p. Trabalho de Conclusão de Programa de Aprimoramento Profissional (Aprimoramento em Educação para Conservação) – Divisão de Educação e Difusão, Fundação Parque Zoológico de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARAÚJO-BISSA, C. H; RANCURA, K. G. O.; CAMPOS, F. T. V.; MANOEL, I. S. ; SILVA, R. A.; OLIVEIRA, L. R.; ARANDA, B. H. Passeio Noturno como ferramenta para difundir o papel dos zoológicos modernos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO APLICADA À CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 3, 2014, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2014.

ARAÚJO-BISSA, C. H.; ROBERTI, F. A. V. V.; CAMPOS, F. T. V.; MANOEL, I. S.; RANCURA, K. G. O.; SILVA, R. A. Trilhando o caminho certo: Avaliação do potencial educativo da exposição 'O Caminho da Serpente'. In CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE PARQUES ZOOLOGICOS E AQUÁRIOS - ALPZA, 20, 2013, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2013.

ARAÚJO-OLIVEIRA, S. S. Exterioridade: o outro como critério. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 47-112.

AURICCHIO, A. L. R. Potencial da educação ambiental nos zoológicos brasileiros. **Publicações avulsas do Instituto Pau-Brasil de História Natural**, São Paulo, n. 1, p. 1-46, 1999.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, 2011.

BARBOSA, L. M.; POTOMATI, A.; PECCININI, A. A. O PEFI: histórico e legislação. In: BICUDO, D. C.; FORTI, M. A.; BICUDO, C. E. M. (orgs.). **Parque Estadual das Fontes do Ipiranga: unidade de conservação que resiste à urbanização de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2002. p. 16-28.

BELLINASSI, S.; PAVÃO, A. C.; CARDOSO-LEITE, E. Gestão e uso público de unidades de conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.2, p.274-293, 2011.

BENAYAS, J.; BLANCO, R.; GUTIÉRREZ, J. Evaluación de la calidad de las visitas guiadas a espacios naturales protegidos. **Tópicos en Educación Ambiental**, v. 2, n. 5, p. 69-78, 2000.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176 p.

BIZERRIL, M. X. A.; SOARES, C. C.; SANTOS, J. P. Linking community communication to conservation of the maned wolf in central Brazil. **Environmental Education Research**, v. 17, n. 6, p. 815-827, 2011.

BLANCO, N. C. P. Educación ambiental en el sistema de parques nacionales de Venezuela. **Tópicos en Educación Ambiental**, v. 3, n. 8, p. 55-69, 2001.

BOITANI, L.; CIUCCI, P. Comparative social ecology of feral dogs and wolves. **Ethology Ecology & Evolution**, v. 7, p. 49-72, 1995

BONNAUD, E. et al. The diet of feral cats on islands: a review and a call for more studies. **Biological Invasions**, v. 13, n. 3, p. 581-603, 2011.

BRANDÃO, C. R. Comunidades aprendentes. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 85-91.

BRANDON, K. E; WELLS, M. Planning for people and parks: design dilemmas. **World Development**, v. 20, n. 4, p. 557-579, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. **Decreto n. 23. 672**, de 02 de janeiro de 1934. Aprova o Código de Caça e Pesca. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Decreto n. 23. 793**, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Decreto n. 24. 643**, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Decreto n. 24. 645**, de 10 de julho de 1934. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Decreto n. 2.519**, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm>. Acesso em 26 out. 2015.

BRASIL a. **Decreto n. 4.281**, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. In: OLIVEIRA, H. T; LOGAREZZI, A. (orgs.) **Marcos de referência para educação ambiental**: da teoria à prática e do local ao global. São Carlos: UFSCar, 2013. 87 p.

BRASIL b. **Decreto n. 4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em 21 out. 2015.

_____. **Decreto n. 5.758**, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Decreto/D5758.htm>. Acesso em: 02 jul 2015.

_____. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. In: OLIVEIRA, H. T; LOGAREZZI, A. (orgs.) **Marcos de referência para educação ambiental**: da teoria à prática e do local ao global. São Carlos: UFSCar, 2013. 87 p.

_____. **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em 21 out. 2015.

_____. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3 ed. Brasília: MMA/MEC, 2005. 104 p.

BRASIL a. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 146p.

BRASIL b. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 128p.

BRESOLIN, A. J.; ZAKRZEWSKI, S. B. B.; MARINHO, J.R. Percepção, comunicação e educação ambiental em unidades de conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto – Barracão/RS – Brasil. **Perspectiva**, Erechim. v. 34, n.128, p. 103-114, 2010.

BROWN, J.; ISAACS, D. **O World Café: dando forma ao nosso futuro por meio de conversações significativas e estratégicas**. São Paulo: Cultrix, 2007.

CARVALHO, A. R.; LEAL-FILHO, W.; HALE, W. H. G. An analysis of the problems of developing environmental education in Brazilian federal protected areas. **The Environmentalist**, v. 18, p. 233-239, 1998.

CARVALHO, I. C. M. O ‘ambiental’ como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, L.; ORELLANA, I.; SATO, M. **Textos escolhidos em Educação Ambiental: de uma América à outra**. Montreal: Publications ERE-UQAM, 2002. p. 85-90.

_____. Educação ambiental crítica: nomes e endereços da educação In: LAYRARGUES, P. P. (coord.) **Identidades da Educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 13-24.

_____. A educação ambiental no Brasil. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação ambiental no Brasil**. Ano XVIII boletim 01, março 2008.

CASSIDY, F.; FOX, J. Modified world café discussion model for conference and course settings. **Collected Essays on learning and teaching**, v. 6, 2013.

CAVALHEIRO, F. et. al. Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, SBAU: Rio de Janeiro, v. 7, n.3, 1999.

CERATI, T. M. A utilização de coleções vivas para educação ambiental. In: REUNIÃO DE JARDINS BOTÂNICOS BRASILEIROS, 16, 2008, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos, 2008. p. 35-38.

CERATI, T. M. (org.) **O jardim botânico vai à escola: a experiência dos jardins botânicos brasileiros**. São Paulo: Instituto de Botânica, 2011. 156 p.

CERATI, T. M.; LAZARINI, R. A. M. A pesquisa-ação em educação ambiental: uma experiência no entorno de uma unidade de conservação urbana. **Ciência & Educação**, v. 15, n. 2, p. 383-392, 2009.

CERATI, T. M.; MATHEUS, D. R.; SOUZA, A. Q.; BONOMO, M. D. R. Gestão participativa em uma unidade de conservação urbana: a busca de estratégias para conservar o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo, Brasil. **Revista Interfacehs**, v.6, n.1, p. 3-19, 2011.

CERATI, T. M.; SOUZA, A. Q. Educação ambiental e percepção: o caso do Parque Estadual das Fontes Do Ipiranga, São Paulo, Brasil. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 23, 2009.

COSTA, D. O. **Parâmetros normativos para a gestão de parques urbanos do Distrito Federal**. 2011. 137 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COSTA, G. B. **Consciência, participação e negociação**: uma leitura psicopolítica do processo de produção do plano de manejo da APA Várzea do Rio Tietê. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CRESPO, S. Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da Agenda 21. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS V. H. L. (Org.) **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p. 211-225.

COHEN, M. **Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro**. 2010. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COHEN, M.; SILVA, J. F. Implantação da gestão participativa em unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio De Janeiro: do conflito à colaboração. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v.7, n. 1, p. 81-92, 2009.

CZAPSKI, S. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 1998. 166 p.

DEARBORN, D. C.; KARK, S. Motivations for conserving urban biodiversity. **Conservation biology**, v. 24, n. 2, p. 432–440, 2010.

DEBETIR, E. **Gestão de unidades de conservação sob influência de áreas urbanas**: diagnóstico e estratégias de gestão na Ilha de Santa Catarina. 2006. 265 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

DIAS, C. M. **Poder público, processo educativo e população: o caso da Estação Ecológica De Angatuba, SP, Brasil**. 2008. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2008.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 189 p.

DIETZ, L. A. H.; NAGAGATA, E. Y. Programa de conservação do mico-leão-dourado: atividades de educação comunitária para a conservação da mata atlântica no Estado do Rio de Janeiro. In: PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (orgs.) **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, 1997. p. 133-146.

DIMITRAKOPOULOS, P. G.; JONES, N.; IOSIFIDES, T.; FLOROKAPI, I.; LASDA, O.; PALIOURAS, F.; EVANGELINOS, K. Local attitudes on protected areas: evidence from three Natura 2000 wetland sites in Greece. **Journal of Environmental Management**, v. 91, p. 1847-1854, 2010.

DORADO, O.; ARIAS, D. M.; ALONSO, G.; MALDONADO, B. Educación ambiental para la biodiversidad en el trópico seco, Reserva de la Biosfera Sierra de Huautla, Morelos, México. **Tópicos en Educación Ambiental**, v. 4, n. 12, p. 23-33, 2002.

DOUROJEANNI, M. J. Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil. In: BAGER, A. (ed.). **Áreas protegidas: conservação no âmbito do cone sul**. Pelotas: Alex Bager, 2003.

DRUMMOND, J. A.; BARROS-PLATIAU, F. Brazilian environmental laws and policies, 1934–2002: a critical overview. **Law and Policy**, Buffalo, v. 28, n. 1, p. 83-108, 2006.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. (org.). **Conservação da Biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2010. p. 341-385.

DUDLEY, N. **Guidelines for applying protected area management categories**. Gland, Switzerland: IUCN, 2008. 86 p.

FARIA, H. H. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. 2004. 401 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e de Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2004.

FERNANDES, A. J.; REIS, L. A. M.; CARVALHO, A. Caracterização do meio físico. In: BICUDO, D. C.; FORTI, M. A.; BICUDO, C. E. M. (orgs.). **Parque Estadual das Fontes do Ipiranga: unidade de conservação que resiste à urbanização de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2002. p. 49-62.

FOUCHÉ, C.; LIGHT, G. An invitation to dialogue: ‘The Word Café’ in social work research. **Qualitative social work**, v. 10, n. 1, p. 28-48, 2010.

FPZSP - FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO a. **A fundação**. Disponível: <<http://www.zoologico.com.br/a-fundacao>>. Acesso em 15 dez. 2015.

_____. b. **História da Fundação Parque Zoológico de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.zoologico.com.br/a-fundacao/historia>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. **Relatório anual da Fundação Parque Zoológico de São Paulo**. São Paulo: FPZSP, 2014. 95 p.

FULLARTON, C.; PALERMO, J. Evaluation of a large group method in an educational Institution: the world café versus large group facilitation. **Journal of Institutional research**, v. 14, n. 1, p. 109-117, 2008.

GALVÃO, C. C. “**Aula animal**”: envolvendo a população do entorno com a mata atlântica do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI). 2012. 33 p. Trabalho de Conclusão do Programa de Aprimoramento Profissional da Fundação Parque Zoológico de São Paulo (Aprimoramento em Educação Ambiental e Monitoria Aplicada a Zoológicos) – Divisão de Ensino e Divulgação, Fundação Parque Zoológico de São Paulo, São Paulo, 2012.

GALVÃO, C. C.; ROBERTI, F. A. V. V.; LEITE, T. T.; MELO, C.; CAMPOS, F. T. V., MANOEL, I. S.; RANCURA, K. G. O. “Aula Animal”: envolvendo a população do entorno com a mata atlântica do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI). In CONGRESSO DA SOCIEDADE PAULISTA DE ZOOLOGICOS, 18, 2012, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2012.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, p. 109-122, 1997.

GARCÍA, S.; GUERRERO, M. Indicadores de sustentabilidad ambiental en la gestión de espacios verdes. Parque urbano Monte Calvario, Tandil, Argentina. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 35, p. 45-57, 2006.

GODOY, A. S. a. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

_____. b. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. . **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, N. M.; HOEFFEL, J. L. M. Percepção ambiental sobre unidades de conservação : os conflitos em torno do Parque Estadual de Itapetinga – SP. **Revista Vitas - Visões transdisciplinares sobre ambiente e sociedade**, v. 3, 2012.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.

HIRATA, S. R. **Gestão da conservação em unidades de conservação**: o caso do Parque Estadual de Campos do Jordão. 2013. 217 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2013.

HOEFFEL, J. L.; FADINI, A. A. B.; MACHADO, M. K.; REIS, J. C. Trajetórias do Jaguar – unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 131-148, 2008.

HOROWITZ, C. O planejamento e o manejo de parques nacionais: um enfoque ecossistêmico. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 3, 2002, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação Ambiental, 2002, p. 44-250.

IARED, V. G. **Concepções de educação ambiental e perspectivas pedagógicas de professoras do ensino fundamental e as potencialidades do Pólo Ecológico de São Carlos**

(SP). 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiro metodológico para a elaboração de plano de manejo em unidades de conservação de uso indireto**. Brasília: IBAMA/GTZ, 1996.

_____. **Roteiro metodológico de planejamento**: parques nacionais, reserva biológica, estação ecológica. Diretoria de Ecossistemas/DIREC do IBAMA, 2002. 136 p.

_____. **Gestão participativa em unidades de conservação**: guia do conselheiro. Rio de Janeiro: Ibama, 2007. 25 p.

IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Educação ambiental em unidades de conservação**. Rio de Janeiro, 2006. 30 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
a. **Conselhos gestores de unidades de conservação federais**: um guia para gestores e conselhos. Brasília: ICMBIO, 2014. 41 p.

_____ b. **Instrução normativa n.º 9**, de 05 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf>. Acesso em 02 abr 2016.

_____. **Criada rede nacional de unidades de conservação urbanas**. 2012. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/3522-criada-rede-nacional-de-uc-urbanas.html>>. Acesso em: 30 out 2015.

_____. **Lançados os materiais educativos da série educação ambiental e comunicação social em UCs**. 2015. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/destaques/174-cadernos-encea.html>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

INDRUSIAK, C. B.; PADUA, S. M. Levantamento do perfil dos diferentes grupos relacionados ao Parque Estadual do Turvo, RS. In: PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (orgs.) **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, 1997. p. 103-117.

JACOBI, C. M.; FLEURY, L. C.; ROCHA, A. C. C. L. Percepção ambiental em Unidades de Conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte, 2004.

JARDIM BOTÂNICO DE SÃO PAULO a. **Histórico do jardim botânico**. Disponível em: <<http://jardimbotanico.sp.gov.br/o-jardim/historico-do-jardim-botanico/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____ b. **Visitas educativas.** Disponível em: <<http://jardimbotanico.sp.gov.br/educacao-ambiental/visitas-educativas/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

KUNIEDA, E. **Espaços educadores no contexto do CESCAR (Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e região/SP):** do conceito à formação em educação ambiental. 2010. 145 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, São Carlos, 2010.

LADEIRA, A. S.; RIBEIRO, G. A.; DIAS, H. C. T.; SCHAEFER, C. E. G. R.; FERNANDES-FILHO, E.; OLIVEIRA-FILHO, A. T. Perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), Lima Duarte, MG. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 31, n. 6, p.1091-1098, 2007.

LAPLA – LABORATÓRIO DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL; PLANTEC – PLANEJAMENTO E ENGENHARIA AGRÍCOLA. **Estudos sócio-econômico-ecológico e legislativo para caracterização, zoneamento e implantação do plano de manejo do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga e do seu programa de ecodesenvolvimento.** Campinas, 2006.

LAVENDOWSKI, I.; MORAES, E.; MOSCATELLI, R. Gestão de unidades de conservação em regiões metropolitanas – o caso do Parque Natural do Pedroso – Santo André – SP. In: AISAGEM E PARTICIPAÇÃO: PRÁTICAS NO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO, 2007, São Paulo. **Anais...** 2007.

LAU, M. C.; ABESSA, D. M. S.; TOPPA, R. H. Parque Estadual Xixová-Japuí: análise do relacionamento com a população de entorno (Bairro Japuí). **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 23-30, 2011.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A Editora. 1999. p. 131-148.

_____. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F. B.; CASTRO, R. S. (orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155.

_____. (Re)conhecendo a educação ambiental brasileira. In: _____. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 7-9.

LEFF, E. Imaginarios sociales y sustentabilidad de la vida. In: _____. **La apuesta de la vida: imaginación sociológica e imaginarios sociales em los territorios ambientales del sur.** México: Siglo XXI Editores, 2014. p. 301-380.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; SOUSA, M. A. L. B.; FIALHO, N. O.; DEL PICCHIA, P. C. D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994, São Luis/MA. **Anais...** São Luis, 1994. p. 539-553.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambivalência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2005

LOUREIRO, C. F. B. Crítica ao teorismo e ao praticismo na educação ambiental. In: NETO, A. C.; MACEDO-FILHO, F. D.; BATISTA, M. S. S. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010. p. 136-159.

_____. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (coord.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 2007. p. 66-72.

_____. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. **Metodologia participativa para definição de indicadores de desenvolvimento humano ecológico**. Mimeo: 2005.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase, Ibama, 2003. 43 p.

_____. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Parque Nacional da Tijuca: Ibase, 2007. 87 p.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N.; BRASILEIRO, R. F.; MUSSI, S. M.; LAFAILLE, T. M. S.; LEAL, W. O. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ibase, Ibama, 2008. 62 p

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 237-253, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MACEDO, H. S. Processos participativos na gestão de unidades de conservação. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. P. 289-304.

MAGALHÃES, H.; BONONI, V. L. R.; MERCANTE, M. A. Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambiental da região Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 183-192, 2010.

MALTA, R. R.; COSTA, N. M. C. Gestão do uso público em unidade de conservação: a visita no Parque Nacional da Tijuca - RJ. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 2, n. 3, p.273-294, 2009.

MANOEL, I. S. A Mata Atlântica do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga. In ROBERTI, F. A. V. V; RANCURA, K. G. O. **A Mata Atlântica como instrumento de ensino**. São Paulo: Fundação Parque Zoológico de São Paulo, 2010. p. 5-13.

MANTOVANI, M. S. M.; MASSAMBANI, O. **Ciência e tecnologia no parque**. São Paulo: EdUSP, 2004. 130 p.

MARIN, A. A. **Percepção ambiental e imaginário dos moradores do município de Jardim/MS**. 2003. 316 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

MARPICA, N. S. **As questões ambientais nos livros didáticos de diferentes disciplinas da quinta-série do ensino fundamental**. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

MARTINS, C. **Elaboração de um espaço educador na Fundação Parque Zoológico de São Paulo para a conservação do mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*) em uma perspectiva de educação ambiental crítica**. 2015. 167 p. Dissertação (Mestrado em Conservação da Fauna) – Departamento de Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos e Fundação Parque Zoológico de São Paulo, São Carlos, 2015.

MATAREZI, J. Estruturas e espaços educadores. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 95-102.

MATOS, L.; PARRA, K.; PEREZ, S. Actividades de educación ambiental no formal en la laguna de los cedros. boconó, Estado Trujillo. **Revista Academia**, v.13, 2014.

MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 33-43, 2007.

MCNEELY, J. A. Cities and protected areas: an oxymoron or a partnership? **Cities and protected areas**, v. 11, n. 3, p. 1-3, 2001.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v.9, n. 1, p. 41-64, 2006.

MEDEIROS, R.; GARAY, I. Singularidades do sistema de áreas protegidas para a conservação e uso da biodiversidade brasileira. In: GARAY, I.; BECKER, B. K. (orgs.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. p. 159-184.

MEDEIROS, R.; IRVING, M; GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 9, p. 83-93, 2004.

MEDEIROS, R.; PEREIRA, G. S. Evolução e implementação dos planos de manejo em parques nacionais no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 35, n. 2, p. 279-288, 2011.

MELO, C.; ROBERTI, F. A. V. V.; RANCURA, K. G. O; MANOEL, I. S.; GALVÃO, C. C.; LEITE, T. T.; CAMPOS, F. T. V. Passeio noturno em libras na Fundação Parque Zoológico de São Paulo. In CONGRESSO DA SOCIEDADE PAULISTA DE ZOOLOGICOS, 18, 2012, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2012.

MELLO, R. B. **Plano de manejo: uma análise crítica do processo de planejamento das unidades de conservação federais**. 2008. 133 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MELLO-THÉRY, N. A.; LANDY, F.; ZÉRAH, M.-H. Políticas ambientais comparadas entre países do sul: pressão antrópica em Áreas de Proteção Ambiental urbanas. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 197–215, 2010.

MENDONÇA, R. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: Senac Editora, 2005.

_____. Educação ambiental vivencial. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 117-129.

MENGHINI, F. B.; MOYA-NETO, J.; GUERRA, A. F. S. Interpretação ambiental. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 211-217.

MENEZES, L. B. C.; CARVALHO, E. A.; NUÑEZ, Y. T.; BRITO, L. B.; SEMBER, N. B. G.; VASCONCELOS, E. F. Parques urbanos de Belém (PA): situação atual e problemáticas sócio-ambientais. **Ipiranga Pesquisa: Ciências, Tecnologias & Humanidades**, v. 1, n. 1, p. 32–49, 2013.

MENEZES, P. C.; MENDES, L. O. T. The mission of protected areas in Brazil. **Cities and protected areas**, v. 11, n. 3, p. 16-20, 2001.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Gestão participativa do SNUC**. Brasília: MMA, 2004. 204 p.

_____. **Diretrizes para estratégia nacional de comunicação e educação ambiental em unidades de conservação**. Brasília: MMA, 2011. 47p.

_____ a. **Convenção da diversidade biológica**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>>. Acesso em 26 out. 2015.

_____ b. **O desafio de garantir participação no complexo universo da gestão**. Brasília: MMA/ICMBio, 2015. 67p. (Série: Educação ambiental e comunicação em unidades de conservação, 3).

_____ c. **Tabela consolidada das unidades de conservação – atualizada em 17/02/2015**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Categoria_Fevereiro_2015.pdf>. Acesso em 24 out. 2015.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. 224p.

MORAIS, E. F. C. **Competências empreendedoras: integração das novas tecnologias da informação, comunicação e expressão à práxis pedagógica do professor**. 2013. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MUSSI, S. S. **O processo de Gestão Participativa e Educação Ambiental em conselhos de Unidades de Conservação: O caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos – Teresópolis – Rio de Janeiro**. 2007. 199 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NEIVA, A. et al. **Lições aprendidas sobre participação social na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação**: comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de unidades de conservação. Brasília: WWF-Brasil, 2013. 66p.

NEWMARK, W. D.; LEONARD, N. L.; SARIKO, H. I.; GAMASSA, D. M. Conservation attitudes of local people living adjacent to five protected areas in Tanzania. **Biological Conservation**, v. 63, p.177-183, 1993.

OCA - LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL. Café compartilha: desafios e potencialidades instaladas na sociedade para a formulação e execução de políticas públicas de educação. In: RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. p. 20-27.

OLIVEIRA, H. T. Popular education and environmental education in Latin America: converging paths and aspirations. In: González-Gaudiano, E.; Peters, M. **Environmental education: identity, politics and citizenship**. 1 ed. Amsterdam: Sense Publishers, 2008. p. 219-230.

OLIVEIRA, H. T; LOGAREZZI, A. (orgs.) **Marcos de referência para educação ambiental**: da teoria à prática e do local ao global. São Carlos: UFSCar, 2013. 87 p.

ONU-HABITAT - Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. **Estado de las ciudades**: rumbo a una nueva transición urbana. Brasil: ONU-HABITAT, 2012. 197p.

PÁDUA, M. T. J. Do sistema nacional de unidades de conservação. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (orgs.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 2011. p. 21-35.

PADUA, S. M.. Educação ambiental em unidades de conservação. In: CASES, M. O. (Org.). **Gestão de unidades de conservação**: compartilhando uma experiência de capacitação. Brasília: WWF Brasil/IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2012. p.203-213.

PADUA, S. M.; VALLADARES-PADUA, C. Um programa integrado para a conservação do mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*) – Pesquisa, Educação e Envolvimento Comunitário. In: PADUA, S. M.; TABANEZ, M. (Org.). **Educação Ambiental**: Caminhos trilhados no Brasil. Brasília: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997. p. 119-131.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação**: guia sobre sua criação e seu funcionamento. Piracicaba: Imaflora, Belém: Imazon, 2009. 95 p.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A.; FERRAZ, M. **Guia de consultas públicas para unidades de conservação**. Piracicaba: Imaflora, Belém: Imazon, 2005. 88 p.

PARQUE CIENTEC. **Breve histórico do Parque Cientec**. Disponível em: <<http://parquecientec.usp.br/breve-historico-do-parque-cientec/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PELLIN, A.; CARVALHO, G.; REIS, J. C.; PELLIN, A. Gestão do uso público em unidades de conservação urbanas: o caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.2, p. 344-373, 2014.

PEREIRA, G. S. **O plano de manejo e o seu uso como ferramenta de gestão de parques nacionais no Estado do Rio de Janeiro**. 2009. 115 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. Hucitec: NUPAUB-USP. 2000. p. 183-223.

PORFÍRIO, T. H. C.; BARRETO, F. C. C.; SOUZA, A. L.; GONÇALVES, W. Formas de interação de três bairros periféricos com o Parque Municipal das Mangabeiras, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.30, n.6, p.1033-1038, 2006.

PROJETO EARTE. O projeto: histórico e aspectos metodológicos. Disponível em: <<http://www.earte.net/?page=projeto>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

QUINTAS, J. S. **Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória**. Brasília: IBAMA/ Doc. Mimeo, 2003.

_____. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.) **Identidades da Educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 113-140.

_____. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTO, R. S. (orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p. 33-80.

_____. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: Ibama, 2006. 134 p.

RANCURA, K. G. O.; ARANDA, B. H.; CAMPOS, F. T. V.; MANOEL, I. S.; OLIVEIRA, L. R.; ARAÚJO-BISSA, C. H.; MARTINS, C. ZooEscola: a Teacher Training Program of São Paulo Zoo (Brazil). **International Zoo Educator's Association Journal**, v. 51, p. 1-6, 2015.

RANCURA, K. G. O.; ARAÚJO-BISSA, C. H.; SILVA, R. A.; OLIVEIRA, L. R.; ARANDA, B. H.; CAMPOS, F. T. V.; MANOEL, I. S. Clube Tetéia: atuando para desmitificação da fauna junto ao público idoso. In: Encontro Internacional de Educação Aplicada à Conservação e Sustentabilidade, 3, 2014, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2014.

RANCURA, K. G. O.; ROBERTI, F. A. V. V.; MANOEL, I. S.; CAMPOS, F. T. V.; ARAÚJO-BISSA, C. H.; SILVA, R. A. Clube tetéia: promovendo a participação de idosos em atividades da Fundação Parque Zoológico de São Paulo (FPZSP). In CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE PARQUES ZOOLOGICOS E AQUÁRIOS - ALPZA, 20, 2013, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2013.

ROCHA, L. G. M.; DRUMMOND, J. A.; GANEM, R. S. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 205-226, 2010.

ROCHA, L. M. Unidades de conservação e organizações não-governamentais em parceria: programas de educação ambiental. In: PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (orgs.) **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, 1997. p. 237-245.

ROHDE, C. L. E.; KENDLE, A. D. Human well-being, natural landscapes and wildlife in urban areas. A review. **English Nature Science**, v. 22, 1994.

RYLANDS, A. B; BRANDON, K. Brazilian protected areas. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 612-618, 2005.

SAISSE, M. V. Sentidos e práticas da educação ambiental no Brasil: as unidades de conservação como campo de disputa. In: Encontro pesquisa em educação ambiental, 7, Rio Claro, 2013. **Anais...** Rio Claro, 2013.

SANTOS, F.; FREIRE, I.; BRASILEIRO, R.; MUSSI, S. **Conselho consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**: um espaço efetivo de educação ambiental. 2007. Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/images/stories/Santos_et_al__2007.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SANTOS, M. A.; SCHETTINO, S. C.; BASTOS, I. A. H. Educação ambiental em unidades de conservação: o caso da Área de Proteção Morro do Urubu. **Ambivalências**, v. 1, n. 1, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 204-A**, de 12 de setembro de 1893. Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos da bacia do ribeirão do Ypiranga, necessárias para o serviço de desenvolvimento do abastecimento de água da Capital. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1893/decreto-204A-12.09.1893.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

_____. **Decreto n. 49.672**, de 06 de junho de 2005. Dispõe sobre a criação dos conselhos consultivos das unidades de conservação de proteção integral do Estado de São Paulo, define sua composição e as diretrizes para seu funcionamento e dá providências correlatas. Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto4967206.06.2005.html>>. Acesso em 19 jan. 2016.

_____. **Decreto n. 55.385**, de 01 de fevereiro de 2010. Institui o Programa Estadual de Educação Ambiental e o Projeto Ambiental Estratégico Criança Ecológica, autoriza o Secretário do Meio Ambiente a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, entidades com fins não econômicos, instituições de ensino e/ou pesquisa, fundações e empresas localizadas no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto5538501.02.2010.html>>. Acesso em: 14 jan 2016.

_____. **Decreto n. 58.108**, de 05 de junho de 2012. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado no Município de São Paulo, necessário à incorporação às áreas administradas pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio do Instituto de Botânica, no perímetro do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto5810805.06.2012.html>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. **Decreto n. 59.394**, de 01 de agosto de 2013. Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 43.342, de 22 de julho de 1998. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2013/decreto-59394-01.08.2013.html>>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. **Lei n. 12.780**, de 30 de novembro de 2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____ b. **Lei n. 14.944**, de 09 de janeiro de 2013. Autoriza a Fazenda do Estado a desafetar as áreas que especifica, integrantes do “Parque Estadual das Fontes do Ipiranga”, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2013/lei-14944-09.01.2013.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

_____. **Plano de manejo do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga**. Instituto de Botânica, 2008. 38 p.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 15.967**, de 24 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=25012014L%20159670000>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SAVARD, J. P. L.; CLERGEAU, P.; MENNECHEZ, G. Biodiversity concepts and urban ecosystems. **Landscape and Urban Planning**, v. 48, p. 131-142, 2000.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Org.). **Educação ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-47.

SHERIDAN, K.; ADAMS-EATON, F.; TRIMBLE, A.; RENTON, A.; BERTOTTI, M. Community engagement using world café: the well London experience. **Groupwork**, v. 20, n. 3, p. 32-50, 2010.

SILVA, R. L. F.; CAMPINA, N. N. Concepções de educação ambiental na mídia e em práticas escolares: contribuições de uma tipologia. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 29-46, 2011.

SILVA, T. S.; CÂNDIDO, G. A.; FREIRE, E. M. X. Conceitos, percepções e estratégias para conservação de uma estação ecológica da caatinga nordestina por populações do seu entorno. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 23-37, 2009.

SORRENTINO, M. Apresentação. In: RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. (coord.) **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis**. São Carlos: Diagrama Editoria, 2015. p. 16-18.

_____. **Educação ambiental e universidade: um estudo de caso**. 1995. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

SORRENTINO, M.; PORTUGAL, S.; VIEZZER, M. A educação de jovens e adultos à luz do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. **La Piragua – Revista Latinoamericana de Educación y Política**, n. 29, p. 93-108, 2009.

SOUSA, V. C.; GLEZER, R.; SOARES, A. G. Relação parque urbano e comunidade local: o caso do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga em São Paulo e a comunidade do entorno. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideo, Uruguai. **Anais...** 2009.

SOUZA, A. Q. **Percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Estadual Das Fontes do Ipiranga, São Paulo, SP.** 2008. 54 p. Tese (Iniciação Científica em Ciências Biológicas) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, A. Q.; CERATI, T. M. Educação ambiental e participação social na resolução de conflitos: estudo de caso em uma unidade de conservação urbana de São Paulo. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 9, 2013, Águas de Lindóia. **Atas...**, 2013.

SOUZA, N. L. Relação dos moradores dos bairros periféricos com o Módulo Mandhuy – Parque Municipal Cinturão Verde, Cianorte-PR. **REVSBAU**, Piracicaba, v. 7, n. 2, p.51-67, 2012.

SOUZA, N. L. Unidades de Conservação em áreas urbanas - o caso do Parque Cinturão Verde de Cianorte - Módulo Mandhuy. **Ra' e Ga**, v. 23, p. 448–488, 2011.

TABANEZ, M. F.; PADUA, S. M.; SOUZA, M. G. A eficácia de um curso de educação ambiental não formal para professores numa área natural - Estação Ecológica dos Caetetus – SP. **Revista do Instituto Florestal**, v. 8, n. 1, p. 71-88, 1996.

TAMAIIO, I.; LAYRARGUES, P. P. Quando o parque (ainda) não é nosso. Educação ambiental, pertencimento e participação social no Parque Sucupira, Planaltina (DF). **Espaço & Geografia**, v. 17, n. 1, p. 145-182, 2014.

TEZA, P.; MIGUEZ, V. B.; FERNANDES, R. B.; SOUZA, J. A.; DANDOLINI, G. A.; ABREU, A. F. Geração de ideias: aplicação da técnica world café. **International Journal of Knowledge Engineering and Management**, v. 3, n. 3, p. 1-14, 2013.

THE WORLD CAFÉ. **Design principles.** Disponível em: <<http://www.theworldcafe.com/key-concepts-resources/design-principles/>>. Acesso em 21 nov. 2015.

TOLEDO, R. F.; PELICIONI, M. C. F. a A educação ambiental nos parques estaduais paulistas. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 3, p. 27-31, 2006.

_____ b. A educação ambiental nos parques estaduais paulistas no âmbito das recomendações de Tbilisi. **Práxis Educativa**, v. 1, n. 2, p. 57-64, 2006.

TOMIAZZI, A. B.; VILLARINHO, F. M.; MACEDO, R. L. G.; VENTURIN, N. Perfil dos visitantes do Parque Natural Municipal do Medanha, município do Rio de Janeiro-RJ. **Cerne**, Lavras, v. 12, n. 4, p. 406-411, 2006.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** Campinas: Autores Associados, 2004. 185 p.

TRAKOLIS, D. Local people's perceptions of planning and management issues in Prespes Lakes National Park, Greece. **Journal of Environmental Management**, v. 61, p. 227–241, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Editora Atlas, 1987. 175 p.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difusão Editorial, 1980. 288 p.

UNESCO - United Nations educational, scientific and cultural organization. **Intergovernmental conference on environmental education**: final report. Paris: 1978. 96 p.

VALENTI, M. W. **Educação ambiental dialógico-crítica e a conservação da biodiversidade no entorno de áreas protegidas**. 2014. 145 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

VALENTI, M. W. **Educação ambiental e biodiversidade em unidades de conservação: mapeando tendências**. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

VALENTI, M. W.; IARED, V. G.; OLIVEIRA, H. T. Potencial das atividades de uso público do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (SP) para uma educação ambiental crítica. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 21, n. 3, p. 709-724, 2015.

VALENTI, M. W.; OLIVEIRA, H. T.; DODONOV, P.; SILVA, M. M. Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 267-288, 2012.

VALENTI, M. W.; OLIVEIRA, H. T.; LOGAREZZI, A. J. M. Exclusionary and transformative dimensions of adult environmental education in two Brazilian protected areas. **Environmental education research**, 2015.

VALENTI, M. W.; OLIVEIRA, S. M.; MIOTTO, R. A.; OLIVEIRA, H. T. Educação ambiental e a conservação da onça-parda: potenciais das unidades de conservação do nordeste paulista. **Revista do Instituto Florestal**, v. 26, n. 1, p. 55-69, 2014.

VALENTIN; L.; SANTANA, L. C. Concepções e práticas de educação ambiental de professores de uma escola pública. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 2, p. 387-399, 2010.

WHITAKER, D. C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: letras à margem, 2002.

WICK, M. A. L. **A educação ambiental presente nos programas de uso público em parques estaduais localizados no município de São Paulo**. 2014. 164 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2014.

WWF-BRASIL. **Unidades de conservação**: conservando a vida, os bens e os serviços ambientais. 1. ed. São Paulo: WWF Brasil, 2008. 23 p.

XU, J.; CHEN, L.; LU, Y.; FU, B. Local people's perceptions as decision support for protected area management in Wolong Biosphere Reserve, China. **Journal of Environmental Management**, v. 78, p. 362–372, 2006.

ZELLER, R. H. **Aplicabilidade dos planos de manejo de oito parques nacionais do sul e sudeste do Brasil**. 2008. 164 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

APÊNDICES

Apêndice I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa **Educação ambiental no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga: articulação entre programas educativos, moradores e plano de manejo**. Este estudo tem como objetivos compreender como estão sendo elaboradas e realizadas as atividades educativas nas instituições que compõe o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI), de acordo com as diretrizes do plano de manejo, bem como identificar como foi e tem sido a participação da população do entorno nas atividades desta área protegida, e também gerar subsídios para a elaboração de uma proposta educativa integrada entre as instituições do PEFI, utilizando metodologias participativas.

Sua participação não é obrigatória, e a pesquisa não prevê gastos ou remuneração para as/os participantes. No entanto, o desenvolvimento deste estudo poderá trazer contribuições para a conservação do PEFI, dando subsídios para o fortalecimento desta Unidade de Conservação, principalmente em relação a questões educativas e o contato com a população do entorno.

Serão utilizadas algumas metodologias de coleta de dados como entrevistas e observações. Desta forma, alguns desconfortos como exaustão ou constrangimentos podem ocorrer na aplicação dessas metodologias. Nesse caso, você poderá interromper o procedimento a qualquer momento ou não mais participar, por simples manifestação, sem que haja comprometimento ou prejuízo a sua pessoa.

Não será necessário revelar sua identidade na realização das coletas de dados. Você estará livre para decidir se seus dados pessoais irão fazer parte da pesquisa.

A pesquisa será conduzida pelo pesquisador responsável, Caio Henrique de Araújo Bissa – aluno do Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna, uma parceria entre a Universidade Federal de São Carlos e a Fundação Parque Zoológico de São Paulo - sob a orientação da Prof^a. Dr^a Haydée Torres de Oliveira.

Você receberá uma cópia desse termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador, o qual estará disponível para quaisquer dúvidas sobre o projeto e/ou sobre sua participação a qualquer momento.

Caio Henrique de Araújo Bissa¹⁹

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Nome da/o participante: _____

Assinatura: _____

¹⁹ No documento original estavam inseridos dados pessoais do pesquisador tais como endereço e telefone para, caso as pessoas participantes necessitassem, fosse possível o contato.

Apêndice II: Roteiro para entrevistas com responsáveis pelos programas educativos nas instituições no PEFI

Nome: _____

Instituição: _____

Cargo/Formação: _____

1. Há quanto tempo trabalha com Educação na sua instituição?
2. Você conhece toda a área do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI)?
3. Você conhece o Plano de Manejo do PEFI?
4. Quais são as atividades educativas que a sua instituição realiza atualmente?
5. Quais das atividades abordam o PEFI?
6. De que maneira essas atividades educativas abordam o PEFI?
7. Como essas atividades foram elaboradas? Elas consideraram o Plano de Manejo do PEFI?
8. Existem materiais de apoio que são utilizados nas atividades educativas? Quais são?
9. Dentre esses materiais de apoio, quais abordam o PEFI? De que maneira?
10. Quem realiza as atividades educativas? Existe uma equipe educadora na instituição? Quantas pessoas?
11. Existe algum tipo de curso de formação para as/os monitoras/es ? Quais suas características?
12. O PEFI é considerado nesse curso de formação? De que maneira ele é abordado?
13. A sua instituição tem alguma parceria ou realiza trabalhos educativos em conjunto com as outras instituições que compõem o PEFI?
14. Em caso negativo, em sua opinião, essa parceria é importante? Como ela poderia ser realizada?
15. As atividades educativas envolvem a população do entorno? De que maneira?
16. Existe algum(a) projeto/atividade educativa que envolva diretamente a população do entorno?
17. Como esse(a) projeto/atividade educativa foi elaborado(a)?
18. Quais os resultados desse(s) projeto(s)/dessa(s) atividade(s) educativa(s)?
19. A população do entorno visita a instituição? Com que frequência?
20. Em caso negativo, em sua opinião, qual a razão para isso não acontecer?
21. Você considera que seria importante o envolvimento da população de entorno com a área do PEFI e sua conservação?
22. Tem alguma sugestão sobre este tema?
23. O que você entende por um programa de educação ambiental para conservação do PEFI? Como ele deve ser?

Apêndice III: Roteiro para entrevistas com a população do entorno do PEFI

Nome: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Endereço: _____

Email: _____

1. Há quanto tempo mora na região?
2. Você já ouviu falar sobre educação ambiental? O que você entende por esse termo?
3. Você já ouviu falar sobre áreas protegidas ou Unidades de Conservação? Você sabe por elas existem e qual sua função?
4. Você sabe como ocorre a gestão das Unidades de Conservação? Já ouviu falar em plano de manejo?
5. Você já ouviu falar no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga?
6. Você sabe por que esta área existe?
7. Você já visitou alguma das instituições que compõe o PEFI?
8. Como você se sente em relação a esta área? E quanto às instituições dentro dela?
9. Você já participou de alguma atividade educativa promovida por alguma das instituições que compõe o PEFI? Como foi esta experiência?
10. Você acha que as atividades das instituições situadas no PEFI atendem às necessidades dos moradores da região? Que tipo de atividades elas poderiam promover para integrar a população, a área protegida e as próprias instituições?
11. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a relação entre os moradores, as instituições e a unidade de conservação?
12. Você sabia que a população pode ter representantes participando das reuniões da gestão do PEFI?
 - a. Se não, gostaria de estar envolvida/o nas tomadas de decisão sobre o PEFI?
 - b. Se sim, já participou de algum tipo de reunião para discussões sobre o PEFI?
13. Você conhece alguma ONG? Alguma que trabalhe nesta região?
14. Já participou de algum projeto desta ONG? Como foi a experiência?

Moradores da Rua Alfenas

1. Você participou do Conselho de compromisso dos moradores da Rua Alfenas?
2. Como foi esta experiência?
3. Quais os resultados que você pode perceber com a criação desse conselho?

Apêndice IV: Roteiro para entrevistas com pessoas ligadas à gestão do PEFI

Nome: _____

Instituição: _____

Cargo/Formação: _____

1. Qual foi o primeiro contato que você teve com o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga? Como você se sente em relação a essa área?
2. Você já havia realizado atividades/ações com relação à gestão de unidades de conservação?
3. Como se deu seu envolvimento com a gestão do PEFI?
4. Você conhece toda a área do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI)?
5. Em linhas gerais, você saberia dizer como funciona a gestão do PEFI?
6. Quais os principais pontos que necessitam de maior atenção? Por quê?
7. Você estava presente no momento de elaboração do plano de manejo do PEFI?
8. Como se deu a elaboração do plano de manejo?
9. A população participou desta elaboração? De que forma?
10. Em caso negativo, por que isso aconteceu?
11. Atualmente, está sendo realizada a atualização do plano de manejo. Como ela está sendo organizada?
12. Há participação da população de entorno nesta atualização?
13. Em caso negativo, por quê?
14. Como a gestão do PEFI trabalha em relação à educação ambiental na UC?
15. O que você entende por um programa de educação ambiental para conservação do PEFI? Como ele deve ser?
16. Em sua opinião, a educação ambiental realizada atualmente nas instituições que estão no interior do PEFI é eficaz e suficiente para a conservação do PEFI?
17. Tem alguma sugestão quanto a este tema?
18. Você considera que seria importante o envolvimento da população de entorno com a área do PEFI e sua conservação?
19. Como isto poderia acontecer? Tem alguma sugestão para este tema?
20. Quais são os próximos passos previstos para esta UC, em relação a sua conservação e também quanto à educação ambiental?
21. Se você tivesse a oportunidade de participar de um processo educativo para a elaboração de diretrizes e ações educativas a serem integradas no plano de manejo do PEFI, quais os principais aspectos que gostaria de inserir?
22. Você teria interesse e disponibilidade de participar da elaboração de eventuais atividades e ações de educação ambiental para a conservação do PEFI como subsidio para o processo de reestruturação do plano de manejo?

Apêndice V: Roteiro para entrevistas com a moradora do entorno e conselheira do PEFI

Nome: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Endereço: _____

Email: _____

1. Há quanto tempo mora na região?
2. Como se deu seu envolvimento com a Associação de moradores?
3. Você já ouviu falar sobre educação ambiental? O que você entende por esse termo?
4. Você já ouviu falar sobre áreas protegidas ou Unidades de Conservação? Você sabe por elas existem e qual sua função?
5. Qual foi o primeiro contato que você teve com o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga? Você sabe por que esta área existe? Como você se sente em relação a essa área?
6. Você conhece toda a área do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI)?
7. Como se deu seu envolvimento com a gestão do PEFI?
8. Em linhas gerais, você saberia dizer como funciona a gestão do PEFI?
9. Quais os principais pontos que necessitam de maior atenção? Por quê?
10. Você estava presente no momento de elaboração do plano de manejo do PEFI? Você sabe como se deu a elaboração do plano de manejo, em relação à participação da população do entorno?
11. Atualmente, está sendo realizada a atualização do plano de manejo. Há participação da população de entorno nesta atualização?
12. Você já visitou alguma das instituições que compõe o PEFI?
13. Como você se sente em relação às instituições dentro do PEFI?
14. Você já participou de alguma atividade educativa promovida por alguma das instituições que compõe o PEFI? Como foi esta experiência?
15. Você acha que as atividades das instituições situadas no PEFI atendem às necessidades dos moradores da região? Que tipo de atividades elas poderiam promover para integrar a população, a área protegida e as próprias instituições?
16. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a relação entre os moradores, as instituições e a unidade de conservação?
17. Você sabia que a população pode ter representantes participando das reuniões da gestão do PEFI?
 - a. Se não, gostaria de estar envolvida/o nas tomadas de decisão sobre o PEFI?
 - b. Se sim, já participou de algum tipo de reunião para discussões sobre o PEFI?
18. Você conhece alguma ONG? Alguma que trabalhe nesta região?
19. Já participou de algum projeto desta ONG? Como foi a experiência?

Apêndice VI: Roteiro para a realização do Café ComPartilha

Quadro 26. Roteiro seguido para a realização do Café ComPartilha.

Atividade	Duração
Roda de apresentação das/os participantes	15 minutos
Apresentação de temas relacionados (UCs, plano de manejo, PEFI)	15 minutos
Primeira rodada de perguntas: 1) Analise a parte referente ao programa de educação do plano de manejo. Quais são suas impressões?	25 minutos
Segunda rodada de perguntas: 2) O que deve contemplar e qual a estrutura de um programa de educação ambiental para a conservação do PEFI?	25 minutos
Terceira rodada de perguntas: 3) Como o plano de manejo deve abordar este programa de educação ambiental para a conservação do PEFI? Quais diretrizes para a estruturação, funcionamento e conteúdo deste programa devem ser apresentadas?	25 minutos
Plenária	20 minutos

Fonte: autoria própria.